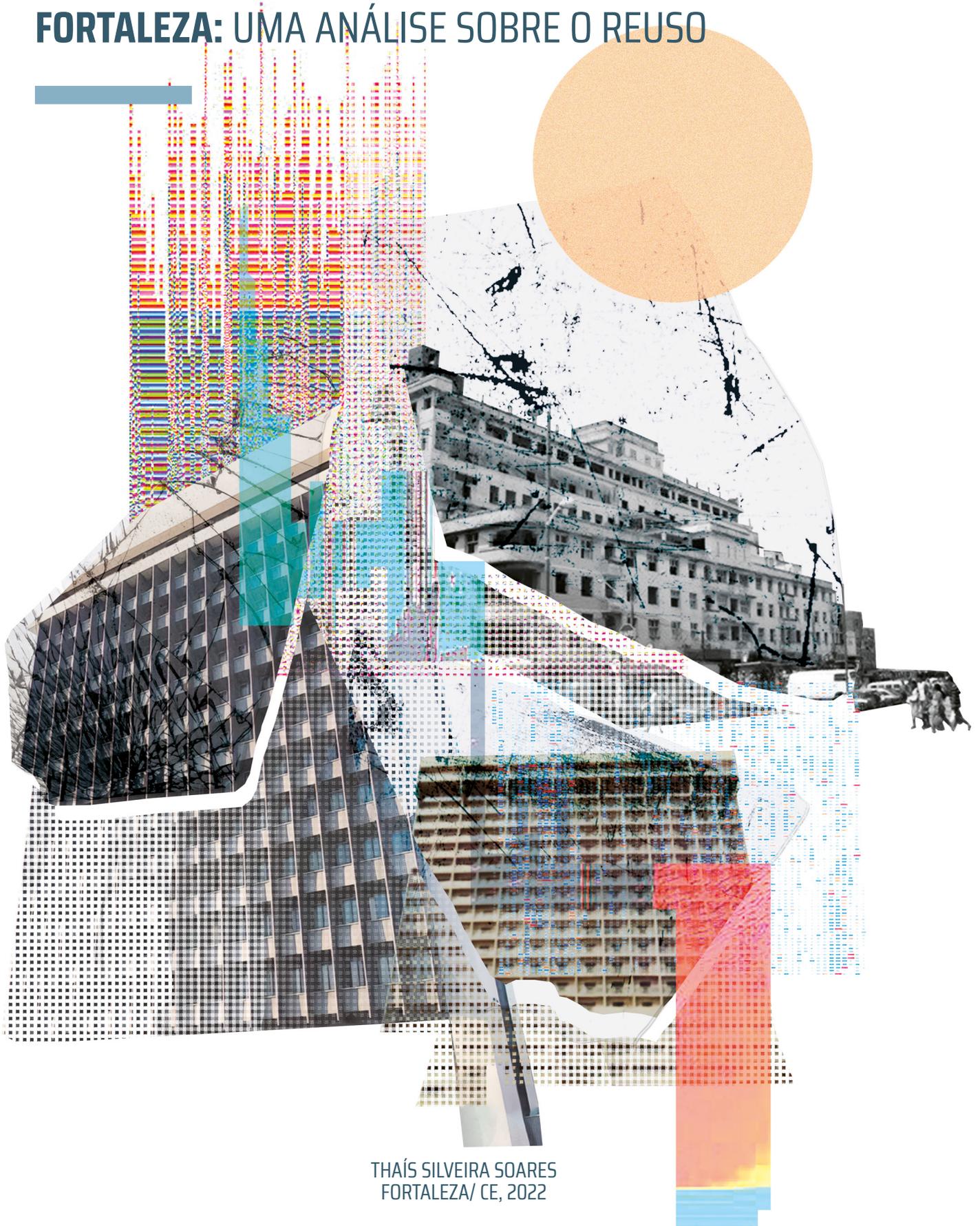


UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN

A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA DOS HOTÉIS EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE SOBRE O REUSO



THAÍS SILVEIRA SOARES
FORTALEZA/ CE, 2022

A colagem da capa, arte de Vitor Vieira, busca retratar através da fragmentação da imagem dos hotéis, a distorção e ressignificação, por vezes contraditória, desses marcos da arquitetura hoteleira fortalezense. As telas quebradas dialogam com os mecanismos de difusão da informação, que estão cada vez mais suscetíveis à interpretações enviesadas e incoerentes com a realidade, que também passa a ser questionada, a partir do momento em que o valor real do objeto arquitetônico passa a ser ditado não pela sua história e materialidade, mas, sim, pela estética e o jogo de interesses do mercado imobiliário, que é fortemente influenciado pelas tendências, moda e valores estrangeiros. (Texto de Vitor Vieira)

THAÍS SILVEIRA SOARES

A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA DOS HOTÉIS EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE
SOBRE O REUSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Design. Área de concentração: Turismo e arquitetura.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva

FORTALEZA, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S657m Soares, Thaís Silveira.

A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA DOS HOTÉIS EM FORTALEZA : Uma análise sobre o reuso / Thaís Silveira Soares. – 2022.

328 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva.

1. Arquitetura Hoteleira. 2. Patrimônio. 3. Reuso.. 4. Conservação. 5. Fortaleza. I. Título.

CDD 720

THAÍS SILVEIRA SOARES

A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA DOS HOTÉIS EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE
SOBRE O REUSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Design.

Aprovada em 28/10/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. **Ricardo Alexandre Paiva** (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. **Beatriz Helena Nogueira Diógenes**
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. **Fernando Diniz Moreira**
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A Deus e à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por guiar meus caminhos, fazendo-me chegar até aqui.

A meus pais, Soares e Sidrônia, pelo apoio incondicional em todos os momentos da vida.

A meu orientador, Ricardo Paiva, pelos valiosos ensinamentos e por conduzir e motivar o desenvolvimento da pesquisa.

À FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela concessão da bolsa de estudos, essencial auxílio para a efetivação deste estudo.

À professora Beatriz Diógenes e ao professor Fernando Diniz, pelas relevantes contribuições para a dissertação, por meio de valiosas sugestões na banca de qualificação.

A todos os professores do PPGAUD, pelas ricas e engrandecedoras aulas e debates.

A meus colegas de turma, Adriana, Tiago e Tainah, pelas trocas de conhecimento e pelas tardes de conversas.

A minhas amigas e colegas de profissão Amanda, Cibele e Lorena, por tornarem o caminho mais leve.

À Amanda Lima pela ajuda com a formatação deste trabalho.

Ao Vítor Vieira, pela colagem que ilustra a capa e traduz tão bem a essência da pesquisa.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho pudesse alcançar seus objetivos.

RESUMO

Os exemplares da arquitetura hoteleira produzida na modernidade em Fortaleza têm se degradado gradativamente, por meio de processos que englobam não apenas seu abandono e sua descaracterização, como também sua completa extinção. Essas perdas são ocasionadas tanto pelas pressões impostas pelo mercado imobiliário, como pela falta de conhecimento de seu valor patrimonial por parte da população e pela ausência de interesse do Poder Público em preservá-los. Diante disso, este estudo tem como objetivo principal discutir o reuso como estratégia de conservação da arquitetura hoteleira, enfocando e analisando as intervenções em hotéis característicos da modernidade arquitetônica em Fortaleza, entre as décadas de 1950 e 1980. Para tal, a pesquisa aborda a conjuntura histórica de urbanização da cidade, contextualizando o surgimento dos primeiros hotéis e relacionando-os às dinâmicas urbanas verificadas ao longo do século XX e ao desenvolvimento do turismo. Chama-se atenção para características que, desde os hotéis ecléticos da década de 1930, já anunciavam certas intenções de modernidade, buscando compreender como esta se manifestou nas suas diferentes expressões arquitetônicas. Em seguida, são revisitadas questões sobre uso e reuso no patrimônio histórico, sobre teorias da conservação e restauro, assim como uma discussão sobre as especificidades da arquitetura moderna e a aplicação das teorias estudadas em relação ao patrimônio mais recente. Por fim, serão analisados três casos de hotéis que receberam intervenções de reuso em Fortaleza, buscando avaliá-las sob a ótica da materialidade e do patrimônio, levantando questionamentos se as escolhas de intervenção seriam adequadas do ponto de vista da conservação e da salvaguarda desses edifícios. Dessa forma, o presente trabalho pretende constituir-se em uma contribuição para a historiografia da arquitetura da modernidade em Fortaleza, por meio da revisão bibliográfica e da documentação e inventário de cada uma das edificações escolhidas, e a análise empreendida, por sua vez, pretende servir como base teórica e prática para a devida compreensão das intervenções de reuso que vêm sendo realizadas em Fortaleza, bem como para subsidiar futuros estudos acadêmicos ou concepções de conservação no patrimônio cultural edificado da modernidade.

Palavras Chave: Arquitetura Hoteleira; Patrimônio; Reuso; Conservação; Fortaleza.

ABSTRACT

The examples of hotel architecture produced in modernity in Fortaleza have been gradually degraded, through processes that encompass not only their abandonment and mischaracterization, but also their complete extinction. These losses are caused both by the pressures imposed by the real estate market, as well as by the lack of knowledge of their patrimonial value by the population and by the lack of interest of the Public Power in preserving them. Therefore, this study has as main objective to discuss the reuse as a strategy for the conservation of hotel architecture, focusing and analyzing the interventions in hotels that hold characteristics of architectural modernity in Fortaleza, between the 1950s and 1980s. To this end, the research addresses the historical conjuncture of the city's urbanization, contextualizing the emergence of the first hotels and relating them to the urban dynamics verified throughout the 20th century and the development of tourism. Attention is drawn to characteristics that already announced certain intentions of modernity, since the eclectic hotels of the 1930s, seeking to understand how it manifested itself in its different architectural expressions. Then, questions about use and reuse in historical heritage, and also about conservation and restoration theories are revisited, as well as a discussion about the specifics of modern architecture and the application of the theories studied in relation to the most recent heritage. Finally, three cases regarding hotels that received reuse interventions in Fortaleza will be analyzed, seeking to evaluate them from the perspective of materiality and heritage, raising questions to understand if the intervention choices for these buildings would be adequate from the conservation and safeguarding point of view. In this way, the present work intends to constitute a contribution to the historiography of the architecture of modernity in Fortaleza, through the bibliographic review, the documentation and inventory of each chosen building, and the analysis undertaken, in turn, intends to serve as a theoretical and practical basis for a proper understanding of the reuse interventions that

have been carried out in Fortaleza, as well as to support future academic studies or conservation concepts in the architecture cultural heritage of modernity.

Keywords: Hotel Architecture; Heritage; Reuse; Conservation; Fortaleza.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 - Antigo Hotel do Norte, um dos primeiros exemplares de hotéis em Fortaleza.....	51
Figura 1.2 – Estação Ferroviária João Felipe em fotografia tomada em 1926.....	51
Mapa 1.1 - Expansão da via férrea no Ceará.....	52
Figura 1.3 - Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios (1875), indicando a expansão da cidade para sul, leste e oeste. Nota-se ainda a falta de preocupação com a relação com a faixa de praia, a norte.....	53
Figura 1.4 - Planta da Cidade de Fortaleza (1888), onde pode-se perceber claramente as avenidas radiais partindo do Centro.....	55
Figura 1.5 - Mercado de Ferro (1897), importante exemplar da arquitetura de ferro em Fortaleza.....	58
Figura 1.6 - Cine-Theatro Majestic.....	68
Figura 1.7 - Banco Frota Gentil.....	68
Figura 1.8 - Palacete Ceará.....	69
Figura 1.9 - Secretaria da Fazenda.....	69
Figura 1.10 - Teatro José de Alencar.....	69
Figura 1.11 - Reitoria da UFC.....	69
Figura 1.12 - Antigo Palace Hotel.....	71
Figura 1.13 - Desenhos que mostram reformas e incorporações ao edifício.....	72
Figura 1.14 - Palace Hotel visto a partir do Passeio Público.....	72
Figura 1.15 - Foto da década de 1940, mostrando a visão do Edifício Antônio Gomes Guimarães a partir do Passeio Público.....	73
Figura 1.16 - Desenho que mostra a fachada da rua Dr. Joao Moreira.....	73
Figura 1.17 - Desenho que mostra a fachada da rua Major Facundo.....	73
Figura 1.18 - Hotel Brasil e escadarias da Praça General Tibúrcio.....	74
Figura 1.19 - Detalhes da fachada ornamentada em estilo eclético.....	74
Figura 1.20 - Detalhes da fachada ornamentada em estilo eclético.....	75
Figura 1.21 - Hotel Brasil atualmente, abrigando o bar Lions.....	75
Figura 1.22 - Anúncio do hotel em 1953.....	77

Figura 1.23 - Anúncio do Excelsior Hotel em Jornal.....	78
Figura 1.24 - Fachada do Excelsior Hotel atualmente, com ornamentos ecléticos.....	78
Figura 1.25 - Detalhes da fachada do Excelsior Hotel atualmente, com ornamentos ecléticos.....	79
Figura 1.26 - Salão principal do Excelsior, no primeiro pavimento.....	79
Figura 1.27 - Recepção do Edifício Excelsior atualmente.....	80
Figura 1.28 - Barbearia do hotel atualmente, ainda preservada.....	80
Mapa 1.2 - Primeiros hotéis do século e o Centro da cidade.....	82
Mapa 2.1 - Espacialização e linha do tempo dos hotéis abrangidos na pesquisa.....	89
Figura 2.1 - Antiga Coluna da Hora.....	95
Figura 2.2 - Fachada Leste do Mercado Municipal.....	95
Figura 2.3 - Edifício dos Correios e Telégrafos.....	96
Figura 2.4 - Edifício e Cine Diogo.....	96
Figura 2.5 - Banco do Brasil.....	96
Figura 2.6 - Vista noroeste do Clube Iracema.....	96
Figura 2.7 - Edifício São Pedro na década de 1950.....	98
Figura 2.8 - Edifício São Pedro na década de 1950.....	98
Figura 2.9 - Iracema Plaza Hotel atualmente.....	99
Figura 2.10 - Hotel Savannah na década de 1950.....	102
Figura 2.11 - Loja Brasileira (Lobrás) no térreo do Hotel Savannah.....	103
Figura 2.12 - Hotel Savannah atualmente, abrigando a Faculdade Joaquim Nabuco.....	103
Figura 2.13 - Hotel San Pedro.....	104
Figura 2.14 - Antigo Hotel San Pedro, atualmente sede do CREA-CE.....	104
Figura 2.15 - Imperial Othon Palace no início da década de 1980.....	110
Figura 2.16 - Fachada original do Hotel Beira Mar.....	111
Figura 2.17 - Fachada atual do Hotel Beira Mar.....	111
Figura 2.18 - Hotel Beira Mar atualmente.....	112
Figura 2.19 - Fachada Norte do Hotel Esplanada.....	113
Figura 2.20 - Fachada Norte do Hotel Esplanada.....	114
Figura 2.21 - Hotel Esplanada durante os trabalhos de demolição.....	115

Figura 2.22 - Ambiente interno da recepção do Hotel Esplanada, projeto de Janete Costa.....	117
Figura 2.23 - Ambiente interno da recepção do Hotel Esplanada, projeto de Janete Costa.....	117
Figura 2.24 - Fachada Norte do Praiano Palace Hotel.....	119
Figura 2.25 - Praiano Palace Hotel.....	120
Figura 2.26 - Fachada Norte do Ponta Mar Hotel.....	121
Figura 2.27 - Ponta Mar Hotel.....	122
Figura 2.28 - Ponta Mar Hotel.....	122
Figura 2.29 - Hotel Gran Marquise.....	124
Figura 2.30 - Seara Praia Hotel.....	124
Figura 2.31 - Hotel Luzeiros.....	125
Figura 2.32 - Hotel Meliá (Othon Palace Hotel).....	125
Figura 3.1 - Hotel da Bahia.....	156
Figura 3.2 - Esquadrias originais do Hotel da Bahia.....	156
Figura 3.3 - Hotel da Bahia durante o I Salão Baiano de Belas-Artes, em novembro de 1949.....	157
Figura 3.4 - Planta baixa do pavimento térreo do projeto original.....	158
Figura 3.5 - Planta baixa do pavimento térreo após reforma.....	158
Figura 3.6 - Entrada principal do hotel, permitindo ver a organicidade do pavimento térreo.....	159
Figura 3.7 - Hotel Jaraguá à época de sua inauguração.....	160
Figura 3.8 - Pavimento térreo do Hotel Jaraguá no projeto original.....	161
Figura 3.9 - Pavimento térreo do Hotel Jaraguá no projeto de reforma.....	162
Figura 3.10 - Hotel Jaraguá após intervenções.....	162
Figura 4.1 - Esquema sobre a metodologia de análise.....	167
Mapa 4.1 - Espacialização dos hotéis escolhidos para a análise.....	169
Figura 4.2 - Mapa de implantação do Lord Hotel e entorno.....	173
Figura 4.3 - Folheto de 1967 com anúncio do Lord Hotel.....	173
Figura 4.4 - Foto de 1956, que mostra os edifícios do entorno e, ao fundo, o Lord Hotel.....	174

Figura 4.5 - Foto do final dos anos 1950, vista a partir da rua Liberato Barroso, onde se encontra, do lado esquerdo da foto, o então Centro de Saúde (hoje o local abriga o jardim do Teatro), o Teatro José de Alencar, a Escola Normal (atual sede do Iphan) e do outro lado, o Lord Hotel.....	174
Figura 4.6 - Foto da década de 1950 mostrando a fachada voltada para a rua 24 de Maio.....	175
Figura 4.7 - Lord Hotel e Edifício Philomeno Gomes.....	175
Figura 4.8 - Intervenções previstas no laudo técnico.....	177
Figura 4.9 - Pilar e vigas com ferragens aparentes.....	178
Figura 4.10 - Escoramento para assegurar a sustentação do edifício.....	178
Figura 4.11 - Lord Hotel atualmente, em fotografia tomada em 2019.....	179
Figura 4.12 - Lord Hotel em fotografia tomada em 2010.....	179
Figura 4.13 - Lord Hotel em fotografia tomada em setembro de 2021.....	179
Figura 4.14 - Tipos de gabinetes de vereadores propostos no projeto de intervenção do Lord Hotel.....	181
Figura 4.15 - Projeto de intervenção do Lord Hotel, que abrigará a Câmara Municipal...	183
Figura 4.16 - Planta do pavimento térreo do projeto original do Lord Hotel.....	184
Figura 4.17 - Planta do pavimento térreo do projeto de reforma do Lord Hotel.....	185
Figura 4.18 - Planta do 1º, 2º e 3º pavimentos do projeto original do Lord Hotel.....	186
Figura 4.19 - Planta do 1º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.....	187
Figura 4.20 - Planta do 2º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.....	188
Figura 4.21 - Planta do 3º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.....	189
Figura 4.22 - Planta do 4º pavimento do projeto original do Lord Hotel.....	190
Figura 4.23 - Planta do 4º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.....	191
Figura 4.24 - Planta do 5º pavimento do projeto original do Lord Hotel.....	192
Figura 4.25 - Planta do 5º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.....	193
Figura 4.26 - Planta do 6º pavimento do projeto original do Lord Hotel.....	194
Figura 4.27 - Planta do 6º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.....	195
Figura 4.28 - Planta do 7º pavimento do projeto original do Lord Hotel.....	196
Figura 4.29 - Planta do 7º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.....	197
Figura 4.30 - Planta do 8º pavimento do projeto original do Lord Hotel.....	199

Figura 4.31 - Planta do 8º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.....	199
Figura 4.32 - Oásis Atlântico Imperial em vista aérea, no ano de 2006.....	201
Figura 4.33 - Planta do subsolo do projeto original do Imperial Othon Palace.....	204
Figura 4.34 - Planta do subsolo do projeto construído do Imperial Othon Palace.....	205
Figura 4.35 - Planta do pavimento térreo do projeto original do Imperial Othon Palace..	206
Figura 4.36 - Planta do pavimento térreo do projeto construído do Imperial Othon Palace.....	207
Figura 4.37 - Planta do pavimento intermediário do projeto original do Imperial Othon Palace.....	208
Figura 4.38 - Planta do pavimento intermediário do projeto construído do Imperial Othon Palace.....	209
Figura 4.39 - Planta do pavimento tipo do projeto original do Imperial Othon Palace.....	210
Figura 4.40 - Planta do pavimento tipo do projeto construído do Imperial Othon Palace.....	211
Figura 4.41 - Fotografia que mostra o Imperial Othon Palace na década de 1980.....	214
Figura 4.42 - Projeto de reforma do Lord Hotel, proposto por Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo.....	215
Figura 4.43 - Imagem renderizada de projeto de reforma do Lord Hotel.....	215
Figura 4.44 - Fachada principal de projeto de reforma do Lord Hotel.....	215
Figura 4.45 - Planta do subsolo do projeto construído do Imperial Othon Palace.....	216
Figura 4.46 - Planta do subsolo do projeto de reforma do Imperial Othon Palace.....	217
Figura 4.47 - Planta do pavimento térreo do projeto construído do Imperial Othon Palace.....	218
Figura 4.48 - Planta do pavimento térreo do projeto de reforma do Imperial Othon Palace.....	219
Figura 4.49 - Planta do pavimento intermediário do projeto construído do Imperial Othon Palace.....	220
Figura 4.50 - Planta do pavimento intermediário do projeto de reforma do Imperial Othon Palace.....	221
Figura 4.51 - Planta do pavimento tipo do projeto construído do Imperial Othon Palace.....	222

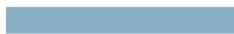
Figura 4.52 - Planta do pavimento tipo do projeto de reforma do Imperial Othon Palace.....	223
Figura 4.53 - Metropolitan Residence Service na década de 1980.....	224
Figura 4.54 - Atual edifício Metropolitan Empresarial.....	225
Figura 4.55 - Edifício original do Metropolitan Residence Service.....	228
Figura 4.56 - Edifício do Metropolitan após reforma.....	229
Figura 4.57 - Metropolitan Empresarial atualmente.....	229
Figura 4.58 - Entrada do atual edifício Metropolitan Empresarial.....	229
Figura 4.59 - Planta do subsolo do projeto original do Metropolitan Residence Service.....	230
Figura 4.60 - Planta do subsolo do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.....	231
Figura 4.61 - Planta do pavimento térreo do projeto original do Metropolitan Residence Service.....	232
Figura 4.62 - Planta do pavimento térreo do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.....	233
Figura 4.63 - Planta do pavimento jirau do projeto original do Metropolitan Residence Service.....	234
Figura 4.64 - Planta do pavimento jirau do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.....	235
Figura 4.65 - Planta do pavimento pilotis do projeto original do Metropolitan Residence Service.....	236
Figura 4.66 - Planta do pavimento pilotis do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.....	237
Figura 4.67 - Planta do pavimento tipo do projeto original do Metropolitan Residence Service.....	238
Figura 4.68 - Planta do pavimento tipo do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.....	239
Figura 4.69 - Planta do pavimento cobertura 1 do projeto original do Metropolitan Residence Service.....	240
Figura 4.70 - Planta do pavimento cobertura 2 do projeto original do Metropolitan Residence Service.....	240

Figura 4.71 - Planta do pavimento cobertura 1 do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.....	241
Figura 4.72 - Planta do pavimento cobertura 2 do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.....	241
Figura 4.73 - Área de piscinas do projeto inicial, no pavimento térreo.....	244
Figura 4.74 - Nova área de piscinas elevada construída em 2005, que não buscou diferenciar-se plasticamente das preexistências.....	244
Figura 4.75 - Fachada original do Imperial Othon, no final da década de 1970.....	248
Figura 4.76 - Imagem renderizada demonstrando a nova fachada, com inserção de elemento escultórico.....	249
Figura 4.77- Lord Hotel em fotografia tomada em 2010.....	249
Figura 4.78 - Proposta de reabilitação do Lord Hotel para receber a Câmara Municipal.....	249
Figura 4.79 - Projeto original do Metropolitan Residence Service.....	250
Figura 4.80 - Fachada atual do Metropolitan Residence Service.....	251

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
1 MODERNIDADE ANUNCIADA: FORTALEZA DE 1850 A 1930 E SEUS PRIMEIROS HOTÉIS.....	35
1.1 Das práticas de negócio ao ócio.....	38
1.2 O século XIX e o início da hotelaria em fortaleza.....	44
1.3 A chegada do século XX: anseios pela modernidade.....	52
1.4 O ecletismo: indícios de uma modernidade arquitetônica.....	59
1.5 A arquitetura dos primeiros hotéis do século XX.....	66
2 A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA DOS HOTÉIS EM FORTALEZA.....	81
2.1 Os hotéis modernistas e o início do processo de descentralização das funções urbanas de fortaleza.....	86
2.2 Os hotéis modernos e a valorização da zona leste fortalezense.....	102
2.3 A década de 1980: políticas públicas de incentivo ao turismo e o processo de decadência dos hotéis do centro.....	119
3 ARQUITETURA MODERNA E PATRIMÔNIO: O REUSO DE HOTÉIS COMO PREMISSA PARA CONSERVAÇÃO.....	123
3.1 O uso e o reuso na conservação da arquitetura.....	126
3.2 Reuso e intervenção na arquitetura moderna.....	135
3.3 Reuso no hotel moderno.....	149
4 REUSO EM HOTÉIS EM FORTALEZA: TRANSFIGURAÇÃO OU CONSERVAÇÃO DA MODERNIDADE ARQUITETÔNICA?.....	161
4.1 Possibilidades materiais.....	167
4.1.1 <i>Lord Hotel</i>	167
4.1.2 <i>Imperial Othon Palace</i>	196
4.1.3 <i>Metropolitan Residence Service</i>	220
4.2 Limitações patrimoniais.....	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	253
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	265
ANEXOS.....	277

INTRODUÇÃO



A produção da arquitetura hoteleira em Fortaleza teve início na segunda metade do século XIX, diretamente relacionada às práticas de negócio que se desenvolviam na cidade. Com o objetivo de abrigar caixeiros-viajantes, que viram seus deslocamentos facilitados pela construção da via férrea e da Estação Ferroviária João Felipe, em 1880, esses hotéis não primavam por aposentos de luxo e estavam instalados próximos à movimentação comercial, onde hoje se localiza o Centro da cidade.

No início do século XX, a expressiva expansão do capitalismo industrial proporcionou o surgimento de uma nova elite ascendente no cenário social de Fortaleza. Nesse momento, passaram a surgir os primeiros hotéis mais sofisticados na capital, que, assim como lojas e clubes, eram empreendidos por essa nova burguesia em associação ao Poder Público. Esse momento anunciou uma busca pela modernidade, na tentativa de se alinhar aos costumes sociais que vinham sendo difundidos na Europa e no resto do mundo, baseado em preceitos higienistas e sanitaristas. Nesse período, percebe-se também uma mudança na relação da cidade com a faixa de praia, com a crescente relevância que a Praia de Iracema adquiriu devido à incorporação dos banhos de mar como prática de lazer pelos fortalezenses.

Durante a década de 1950, a Praia de Iracema recebeu o primeiro hotel instalado fora do Centro: o Iracema Plaza Hotel. Na mesma década, na região central ainda eram inaugurados importantes exemplares para a hotelaria, como o Lord Hotel e o Hotel Savannah. Essas edificações enquadram-se em uma produção que pode ser considerada modernista, expressando e adotando atitudes e vertentes protomodernas, na medida em que acolhiam as transformações sociais e tecnológicas inovadoras para a época, sem, no entanto, incorporar os códigos canônicos do racionalismo erudito do Movimento Moderno. O predicado “modernista” foi adotado para qualificar essa produção e para aproximá-la do conceito de “modernidade pragmática” (SEGAWA, ANO). Essas

tendências modernistas se diferenciam também pelo fato de que os autores são engenheiros, técnicos ou práticos.

Concomitantemente, devido ao adensamento populacional e à forte movimentação terciária (comércio, serviços e lazer) existente no Centro, inicia-se um processo de descentralização da função urbana habitacional da cidade, com o deslocamento das famílias mais abastadas a princípio para oeste, no bairro Jacarecanga, e, posteriormente, para leste, conformando os novos bairros Aldeota e Meireles. Atreladas a esse processo, assim como aos planos urbanísticos, surgiram as práticas turísticas ligadas à orla marítima, o que ocasionou um deslocamento do parque hoteleiro, que até então se desenvolvia predominantemente na parte central, para o eixo da Avenida Beira-Mar. Os hotéis desse período, décadas de 1960 a 1980, podem ser identificados como hotéis modernos, onde se observa uma efetiva participação dos arquitetos no processo projetual, e um maior alinhamento aos cânones e preceitos do modernismo arquitetônico propriamente dito.

Dessa maneira, o presente estudo, que tem como enfoque o reuso como estratégia de conservação dos hotéis em Fortaleza, se vale de um conceito amplo de modernidade, conforme defendido por Segawa (1998), ao advogar a diversidade da modernidade arquitetônica no tempo e no espaço. Assim, nesse trabalho, são consideradas as produções modernistas que, para o autor, caracterizam uma “modernidade pragmática” e também as produções modernas, identificadas com a versão erudita do Movimento Moderno, identificada com o “modernismo programático” (SEGAWA, 1998).

A problemática que se observa atualmente é o gradativo desaparecimento desses exemplares, fenômeno que tem ocorrido nas últimas décadas na capital cearense. As perdas podem ser constatadas por meio de diversos processos, como o abandono funcional, a descaracterização edilícia por reformas inapropriadas, ou através da própria demolição e substituição desses hotéis por edifícios mais atuais, cedendo aos anseios de renovação ditados pela valorização do mercado imobiliário e pelos agentes produtores do espaço urbano na atualidade, inclusive, as diversas instâncias do Estado.

Ao se buscar melhor compreender o estado da arte sobre a arquitetura hoteleira, constatou-se a existência de trabalhos que tratam do assunto, tanto em outras localidades do Brasil como em Fortaleza. Percebe-se que esses estudos têm como objetivo uma análise das características arquitetônicas dos

hotéis identificados, propondo comparações, constatando mudanças e classificando-os em subgrupos, sempre relacionando sua produção aos aspectos histórico-sociais do local em que se inserem. Como exemplos de pesquisas relacionadas ao tema, pode-se citar, em âmbito nacional, a dissertação de Leão (1995), que trata das origens e formas dos hotéis na cidade de Florianópolis e a dissertação de Monteiro (2006), que aborda os hotéis produzidos em São Paulo nas décadas de 1940 a 1960 como forma de compreender o contexto histórico e urbano da metrópole à época, e, no âmbito da cidade de Fortaleza, destaca-se a dissertação de Souza (2014), intitulada “Os hotéis e a cidade: o caso de Fortaleza”.

Essa última constitui-se no estudo que mais se aproxima do conteúdo da presente dissertação, na medida em que aborda, como forma de contextualização, aspectos sobre o surgimento da hotelaria em Fortaleza e as alterações pelas quais essa categoria passou ao longo dos anos, atreladas às modificações da atividade turística e às políticas públicas que guiaram a urbanização da cidade. No entanto, a dissertação de Souza (2014) diferencia-se desta pesquisa tanto no que tange ao recorte espacial e temporal, quanto aos seus objetivos. A autora aborda o período compreendido entre as décadas de 1980 e 2000, na espacialidade da avenida Beira-Mar, e tem como objetivo a caracterização da trajetória da evolução desses hotéis através da análise das transformações pelas quais passaram, agrupando-os em diferentes tipologias.

Ademais, é importante ressaltar o conhecimento de outros trabalhos, como a dissertação de Holanda (2008), apresentada no âmbito do departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, que se debruça sobre o setor hoteleiro na zona de praia do Meireles, identificando as alterações pela qual passou o turismo na cidade e os hotéis que surgiram no bairro após a década de 1980. Outrossim, são de suma importância para o estado da arte sobre a questão do turismo em Fortaleza artigos e livros de autores como Paiva (2012) (2014) (2015), Diógenes (2009), Dantas (2002), Araújo (2012), Duarte e Vasconcelos (2006) e Silveira Neto (2006).

Dessa forma, observa-se que, no geral, as publicações voltadas ao estudo da arquitetura hoteleira têm apontado para a necessidade de inventariá-la, chamando atenção para a sua importância arquitetônica, mas não têm demonstrado preocupação com seu aspecto patrimonial e sua conservação, posto que muitos desses hotéis vêm sendo descaracterizados nos últimos anos. Com a constatação dessa lacuna, surgiu a inquietação que guiou o presente trabalho: para além

da documentação e classificação desses exemplares, como podemos agir para promover sua conservação e permanência na cidade?

A pesquisa se justifica, portanto, não apenas pela necessidade de uma documentação e inventário do patrimônio arquitetônico dos hotéis da modernidade construídos em Fortaleza, como também pela exiguidade de discussões acerca da conservação desses edifícios, chamando atenção para possíveis formas de viabilizar sua permanência nos dias atuais, assim como analisando de que maneira vêm acontecendo as intervenções e reuso neles empreendidas nos últimos anos.

Assim, o estudo tem por objetivo principal discutir o reuso como estratégia de conservação da arquitetura hoteleira, enfocando e analisando as intervenções nos hotéis característicos da modernidade arquitetônica em Fortaleza, entre as décadas de 1950 e 1980. Os objetivos específicos consistem em:

- Desenvolver um panorama histórico e uma periodização que compreenda desde o surgimento dos primeiros hotéis, no século XIX, até o final do século XX, relacionando-os aos aspectos econômicos, políticos, culturais e urbanísticos observados no período em questão;
- Descrever o processo de descentralização da cidade de Fortaleza e o conseqüente deslocamento do parque hoteleiro, relacionando-o às mudanças dos interesses turísticos e das práticas de viagens;
- Realizar um inventário dos principais exemplares da hoteleira da modernidade, reunindo fotografias, desenhos, projetos e informações relevantes;
- Inventariar e modelar digitalmente os três exemplares de hotéis escolhidos, em suas versões originais e após sua reforma;
- Realizar a análise do reuso de três edificações consideradas relevantes, empreendendo uma comparação entre seus projetos originais e seus projetos de intervenção, e chamando atenção para os processos de transfiguração e/ou conservação das obras.

Os procedimentos metodológicos adotados dividem-se entre pressupostos teóricos e pressupostos práticos. Partindo dos pressupostos teóricos, inicialmente, foi realizada uma

pesquisa bibliográfica, buscando-se a compreensão do estado da arte do tema, e procedeu-se também a revisões de literatura por meio da consulta a livros, dissertações, teses e artigos, a fim de obter um sólido aporte teórico para o desenvolvimento da narrativa e melhor conhecimento do objeto de estudo. A partir disso, a pesquisa teórica desenvolveu-se em quatro momentos: os antecedentes, apresentados no capítulo 1, a modernidade, desenvolvida no capítulo 2, questões sobre patrimônio e reuso, presentes no capítulo 3, e a análise, que é feita no capítulo 4. Dessa forma, cada um dos capítulos conta com um embasamento teórico que sustenta as narrativas empreendidas.

Nos antecedentes, estudou-se sobre a urbanização de Fortaleza, por meio de autores como Girão (1985), Barbosa (2006), Ponte (2014), Borges (2006), Castro (1987) e Paiva e Diógenes (2007), e empreendeu-se também uma revisão sobre a história do turismo a nível internacional, nacional e municipal, tomando como base os estudos de Vargas (1996), Spolon (2011), Duarte e Vasconcelos (2006), Dantas (2002), Silveira Neto (2006), Diógenes (2009) e Paiva (2012) (2016) (2019).

Em seguida, para a temática da modernidade, utilizou-se como fonte os diversos anais do DOCOMOMO, e os livros de Segawa (1998) e Bruand (1981) para a compreensão da arquitetura moderna e da modernidade no Brasil em sentido amplo, e artigos de De Castro Farias e Tinem (2019), Paiva et al. (2019) e Borges (2006) para o embasamento sobre arquitetura protomoderna, aproximando-se ao caso de Fortaleza.

Posteriormente, passou-se ao estudo das questões de patrimônio e reuso, subdivididas em duas partes. A primeira delas trata da importância do uso e do reuso na arquitetura, fundamentada nos estudos de teóricos do restauro, como Viollet-le-Duc (1814-1879), Aloïs Riegl (1858-1905), Gustavo Giovannoni (1873-1947), Giovanni Carbonara (1942), Salvador Muñoz Viñas (1963) e Marco Dezzi Bardeschi (1934-2018), bem como das Cartas Patrimoniais, e de autores como Lemos (2000), Choay (2001), Andrade Júnior (2015) e Fernandes e Baeta (2020). A segunda parte aborda questões acerca do reuso e de intervenções na arquitetura moderna, alinhado ao que preconizam os autores Saint (1996), De Jonge (1996), MacDonald (1996) (2003), Prudon (1998), Allan (2007), Moreira (2011), Maciel (2012), Lira (2015), Feiber e Feiber (2012), Moniz, Canziani e Quiroga (2019) e Moniz e Figueira (2019).

Por fim, para a análise, procedeu-se ao estudo da metodologia proposta por Leupen (2006), em que subdivide o edifício

em cinco camadas – estrutura, pele, cenários, acessos e serviços – como forma de melhor organizar e setorizar a análise comparativa entre os projetos dos hotéis escolhidos.

Os pressupostos práticos, por sua vez, concentram-se nos capítulos 2 e 4, e correspondem a pesquisas de campo, entrevistas, levantamentos e estudos de fotografias e projetos como forma de possibilitar a melhor compreensão das edificações estudadas. Para cada uma delas, o material reunido foi documentado em fichas catalográficas, que se encontram em anexo e apresentam suas informações principais, como ano de construção, autores do projeto, área do terreno, endereço, função atual, assim como desenhos e imagens. No caso dos três hotéis escolhidos para a análise, procedeu-se também ao redesenho e modelagem tridimensional, tanto dos projetos originais, como daqueles de intervenção.

O enfoque pretendido baseia-se nos princípios da Nova História, corrente historiográfica que surgiu na França, associada à *École des Annales*. “A base filosófica da Nova História é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente construída” (BURKE, 1992, p.11), buscando cada vez mais se afastar da simples narrativa dos acontecimentos (*histoire événementielle*), para aproximar-se à análise das estruturas. Dessa forma, o estudo se propõe a avaliar não apenas a materialidade arquitetônica das obras, mas sobretudo os diversos processos envolvidos em sua produção, contando para tal com a interlocução com outras disciplinas, como a História, a Economia, a Sociologia, o Turismo e a Geografia, bem como com fontes escritas, orais, fotográficas e documentais, a fim de buscar uma compreensão mais ampla dos processos que englobam os anseios modernizantes e a efetiva modernização da sociedade e da arquitetura fortalezenses.

A estrutura da dissertação se divide em quatro capítulos. Os dois primeiros possuem caráter teórico e historiográfico, e buscam descrever os processos envolvidos na urbanização, no desenvolvimento das práticas de negócio e de ócio, no avanço dos deslocamentos e nas mudanças do turismo e da noção de maritimidade em Fortaleza, contribuindo para uma compreensão mais ampla do contexto de surgimento e desenvolvimento do parque hoteleiro. O primeiro capítulo se concentra na segunda metade do século XIX e três primeiras décadas do século XX, enquanto o segundo, por sua vez, corresponde ao recorte temporal da modernidade arquitetônica, empreendida entre as décadas de 1930 e 1980. São também elencados os principais exemplares de hotéis, buscando documentá-los e situá-los nos processos descritos.

O terceiro e o quarto capítulos, por sua vez, possuindo respectivamente caráter teórico e crítico-analítico, concentram-se no campo das teorias do patrimônio. O primeiro deles aponta para questões de conservação da arquitetura moderna, trazendo discussões acerca do reuso no patrimônio arquitetônico mais recente, e aproximando-se do caso dos hotéis, com dois estudos de caso. O quarto capítulo compreende a análise das três edificações escolhidas, que se utiliza da categorização do edifício em camadas, proposta por Leupen (2006), como metodologia para a compreensão das alterações empreendidas no reuso sob o ponto de vista da materialidade e do patrimônio, com o objetivo de avaliar os processos de transfiguração e/ou conservação presentes nesses projetos.

Por fim, a conclusão se propõe a explicitar de que forma as escolhas tomadas quando da elaboração dos projetos de intervenção contribuíram para a permanência ou desfiguração desses hotéis, apontando para a necessidade de um maior debate sobre a preservação das edificações da modernidade, tanto no ensino de arquitetura como entre os arquitetos e o Poder Público, além da urgência de se difundir esses conhecimentos à sociedade, ressaltando a importância desses edifícios para a nossa cultura e história.

Dessa forma, o presente trabalho pretende constituir-se em uma contribuição para a historiografia da arquitetura em Fortaleza, por meio da revisão bibliográfica e da documentação de cada uma das edificações escolhidas. A análise empreendida, por sua vez, pretende servir como base teórica e prática para novos projetos de intervenção em edifícios da modernidade arquitetônica, com a devida observância dos seus aspectos históricos e lugar de memória.

01

MODERNIDADE ANUNCIADA: FORTALEZA DE 1850 A 1930 E SEUS PRIMEIROS HOTÉIS

- 1.1.** DAS PRÁTICAS DE NEGÓCIO AO ÓCIO
- 1.2.** O SÉCULO XIX E O INÍCIO DA HOTELARIA EM FORTALEZA
- 1.3.** A CHEGADA DO SÉCULO XX: ANSEIOS PELA MODERNIDADE
- 1.4.** O ECLETISMO: SINAIS DE UMA MODERNIDADE ARQUITETÔNICA
- 1.5.** A ARQUITETURA DOS PRIMEIROS HOTÉIS DO SÉCULO XX.

O turismo e a urbanização são fenômenos intrinsecamente ligados aos modos de produção e consumo de bens, serviços e espaços, e a compreensão dessa relação se faz necessária ao adentrar no estudo da produção arquitetônica hoteleira, para que se compreenda os processos e dinâmicas que interferem e direcionam a concepção dos objetos construídos.

Por isso, considera-se importante iniciar a presente narrativa discorrendo sobre as alterações ocorridas nos últimos anos no sistema de produção e na sua relação com o consumo, explanando de que forma essas mudanças implicaram na urbanização das cidades, no desenvolvimento da atividade comercial e no incremento das práticas de deslocamentos e viagens em busca de lazer.

A relevância dessa primeira abordagem consiste em demonstrar de que maneira a atividade turística surgiu e foi acolhida como um meio de manutenção do padrão de acumulação da sociedade capitalista, tendo ocasionado importantes rebatimentos na produção da arquitetura hoteleira e no direcionamento de investimentos nas cidades, conforme será descrito a diante para o caso da capital cearense.

Em seguida, buscando maior aproximação ao objeto de estudo, empreender-se-á uma revisão historiográfica sobre o processo de urbanização de Fortaleza e sua consolidação como um centro de negócios, de meados do século XIX até a década de 1930. Essa narrativa será dividida em dois momentos: um primeiro, durante o século XIX, em que surgem os primeiros hotéis, estreitamente relacionados às práticas de negócio que se desenvolviam na área central da cidade; e um segundo, que aborda o surgimento de uma nova classe ascendente que, em associação com o Poder Público, contribuiu para a efetivação de medidas sanitaristas e civilizatórias, que repercutiram na construção de hotéis, clubes e lojas, bem como na ampla aceitação do estilo arquitetônico eclético.

O eclétismo será apresentado no presente capítulo como expressão da modernidade buscada por essa classe burguesa, ressaltando suas principais características e exemplares construídos na cidade. Especial destaque será dado aos primeiros hotéis empreendidos no século XX, buscando não apenas realçar suas características formais e construtivas, como relacioná-los a todo o processo de modernização descrito, a partir de uma análise mais ampla de sua produção e inserção na cidade.

1.1. DAS PRÁTICAS DE NEGÓCIO AO ÓCIO

Ao longo dos anos, as transformações ocorridas no sistema de produção de bens e mercadorias e na relação entre o consumidor e o setor produtivo vêm influenciando diretamente no processo de urbanização das cidades, no crescimento das práticas de viagem e do surgimento do turismo no cenário econômico mundial.

Dessa maneira, para melhor compreensão de tal desenvolvimento da atividade turística, situando-o espacial, econômica, social e culturalmente no contexto de cada época, faz-se relevante destacar as mutações pelas quais passou o sistema produtivo no tempo. Para tal, tomaremos como base a periodização proposta por Vargas (1996), que considera três períodos nos quais podem-se observar claras diferenças com relação às formas de produção de mercadorias e às relações entre o setor produtivo e o mercado de consumo: o primeiro do início das civilizações até o fim do século XIX, o segundo do final do século XIX até a década de 1970, e o terceiro a partir da referida década até os dias atuais.

No primeiro período, mais especificamente até meados do século XIX, a produção se voltava às demandas do consumidor: eram as necessidades do cliente que comandavam o que deveria ser produzido e oferecido no mercado. Nesse contexto, as viagens, que à época consistiam em um risco para quem se deslocava, devido à ainda restrita tecnologia, existiam em sua maior parte apenas para fins de negócios, em busca de novos produtos e, posteriormente, de novos mercados. As viagens por prazer, embora já existissem, limitavam-se a seletos grupos sociais, e constituíam em geral peregrinações religiosas e participações em jogos olímpicos.

Em decorrência de tais deslocamentos, começou a surgir certa demanda ao início de atividades que comercializassem meios de hospedagem, alimentação e serviços visando a obtenção de lucro. No entanto, para Paiva (2012), a essa altura não se pode ainda falar de turismo nos termos em que conhecemos hoje, o que existia eram apenas viagens com caráter e objetivos particulares.

A necessidade inata de viajar é fruto do desejo de conquistar, descobrir e conhecer outros lugares, atravessar as barreiras espaciais e temporais do lugar, motivadas pela guerra, pela ampliação dos mercados, pela conquista e posse de novos territórios, pelas peregrinações religiosas, entre outras. (PAIVA, 2012, p. 1014)

Assim como os deslocamentos de pessoas surgiram antes do turismo propriamente dito, as atividades relacionadas ao lazer e ao ócio também lhe são anteriores. O ócio surge na sociedade como forma de descanso, de aproveitar o tempo livre, enquanto o turismo surge como um costume induzido pelas práticas vigentes na sociedade capitalista industrial. “A distinção entre ócio e negócio se insere, então, na divisão das atividades intelectuais e manuais, das artes liberais, orientadas para as classes privilegiadas, e das artes mecânicas, voltadas para a classe trabalhadora, respectivamente” (PAIVA, 2015, p.481).

No segundo momento, mais especificamente a partir das últimas décadas do século XIX, em uma segunda fase da Revolução Industrial, passa a prevalecer o sistema de monopólio das grandes empresas, situação em que a esfera de decisão, não estando mais no controle do consumidor, passa a ser das grandes firmas, caracterizando uma efetiva submissão do mercado à produção (VARGAS, 1996). Tal influência sobre o consumidor foi ainda ampliada com o uso dos meios de comunicação em massa, que, utilizando-se a princípio da fotografia e do cinema e depois do rádio e da televisão, podiam atingir até mesmo as camadas menos instruídas.

Nessa lógica da industrialização, os operários estavam submetidos a condições de exploração de trabalho que não dispunham de nenhum tempo livre para as práticas de lazer. Nesse contexto, o ócio passou a ser tomado com uma conotação negativa: o tempo usado para o não trabalho, o repouso, passou a significar um tempo improdutivo.

Somente mais tarde o direito ao tempo de lazer é adquirido, com as reivindicações das classes trabalhistas. A ideia de

ócio surge como um tempo necessário para que o trabalhador recupere sua força produtiva, como forma de melhorar seu rendimento, garantindo também tempo livre para que ele possa usufruir dos produtos e serviços ofertados pelo mercado. Para Paiva (2015), é justamente nesse momento, em que o consumo é induzido pela produção industrial, que o turismo começa a se desenvolver como atividade econômica propriamente dita. Sobre o ócio, Aquino e Martins (2007) destacam:

O ócio é tão antigo quanto o trabalho, porém, somente após a Revolução Industrial, com o surgimento do chamado tempo livre, que representa uma conquista da classe operária frente à exploração do capital, é que foi evidenciado, ocorrendo a nítida separação entre tempo-espço de trabalho (produção) e lazer (atividades contrárias ao trabalho) enquanto tempo para atividades que se voltam para a reposição física e mental. (AQUINO e MARTINS, 2007, p. 488)

No entanto, a atividade turística se restringia às classes abastadas, que possuíam mais tempo e também mais dinheiro para realizar tais viagens. O sistema industrial levava a uma valorização do consumo em detrimento do lazer, o que fazia com que o indivíduo procurasse sempre mais trabalho – em forma de “bicos”, horas extras –, para adquirir maior poder de compra, demonstrando assim sua ascensão social (VARGAS, 1996). O lazer e o turismo, portanto, estavam em segundo plano na sociedade industrial ascendente, e se restringiam à realidade das elites.

Conforme afirma Paiva (2015), houve um incremento das práticas de vilegiatura nas camadas de maior poder aquisitivo, uma vez que o lazer estava muito mais associado à compra de casas de veraneio, estimulada pelo mercado imobiliário, que promovia a aquisição de bens imóveis e duráveis, do que propriamente nas viagens turísticas.

De qualquer forma, ainda que em escala restrita e em posição econômica secundária e reservada a um grupo seleto de pessoas, surge, nesse momento, nos países desenvolvidos, o turismo de massas, proporcionados pelas condições decorrentes do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social). Vale ressaltar que a noção de tempo livre adquire importância na medida em que se opõe à concepção moderna de trabalho e dele é indissociável: para que um indivíduo disponha de tempo livre, é necessário que tenha um trabalho que lhe proporcione condições monetárias para as práticas de lazer e turismo.

(...) as viagens turísticas, propriamente ditas, assumiram papel de destaque na medida em que foram sendo capturadas e absorvidas pelo sistema capitalista, transformando o turismo numa grande atividade econômica, ou seja, num grande negócio. (PAIVA, 2015, p.479)

A partir da década de 1970, constitui-se o terceiro momento, adentrando na pós-modernidade, quando a produtividade dos países desenvolvidos entra em crise. Isso se deu por diversos motivos, dentre eles, Vargas (1996) destaca o esgotamento do estoque tecnológico, que levava a rendimentos marginais decrescentes, a internacionalização da produção com a entrada na concorrência dos produtos japoneses e dos países recentemente industrializados, e a estagnação dos rendimentos pessoais no fim dos anos 1970, com a crise do capitalismo, o aumento do preço dos insumos (petróleo) e dos supostos encargos trabalhistas. Com isso, intentando superar as novas dificuldades impostas, o sistema industrial adentra em uma nova fase, a Produção Flexível (HARVEY, 1989).

A nova fase trazia como resposta à crise uma reestruturação das estratégias de acumulação, com a alteração das articulações existentes entre os elementos do modo capitalista, buscando novas relações entre qualidade e quantidade. Para David Harvey (1989), a produção flexível se expressa na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, no surgimento de novos setores de produção e de novas maneiras de fornecimento de serviços, na passagem de grande parte dos trabalhadores para o setor de prestação de serviços, no movimento de compressão do espaço-tempo – ocasionado pelas novas tecnologias de comunicação e a baixa nos custos de deslocamentos –, no retrocesso do poder sindical trabalhista e exploração das forças de trabalho, dentre outras práticas.

O novo modelo de produção permitia gerar uma diversidade de produtos, sem, contudo, sacrificar as vantagens de uma produção em larga escala. “Isto é, embora com uma grande produção, os produtos podem ser facilmente modificados através de pequenas alterações nos equipamentos, produzindo, então, um leque de produtos diferenciados, visando mercados menores e segmentados” (VARGAS, 1996, p. 5).

Nesse contexto, a atividade turística também sofreu modificações para se alinhar às novas práticas sociais, inserindo-se no modo de produção flexível vigente:

Adentrando a pós-modernidade, as práticas sociais que envolvem o turismo transcenderam o turismo de massa e, atualmente, caracterizam-se como uma atividade inserida no modo de “produção flexível”, com a prevalência da lógica do consumo, da flexibilidade e da segmentação das demandas e das ofertas turísticas, da busca de uma série de sensações que envolvem o consumo de bens imateriais, experiências intangíveis e serviços diferenciados. (PAIVA, 2015, p.483)

Dessa forma, o turismo flexível – termo que surge a partir de analogia feita por Paiva (2011) com o processo de acumulação pós-moderno – desenvolve-se por meio de sua segmentação em diversas modalidades de prática turística, adequando-se às especificidades do local, do consumidor, da flexibilidade de férias e das demandas sociais, culturais e econômicas de cada tempo. O autor ressalta também que o termo está intimamente ligado à fragmentação do tempo, que se torna comerciável de acordo com as necessidades e especificidades de cada indivíduo.

Patrick Mullins (1991) considera que é nesse terceiro período, a partir do início da década de 1970, que surge o fenômeno da urbanização turística. Esse novo tipo de urbanização difere da observada no ocidente no século XIX pois, enquanto esta se dava em geral por razões de produção e trabalho (negócio), a urbanização turística se dá com base nas práticas de consumo e lazer e ao prazer (ócio).

Assim, a urbanização turística está inserida no processo de acumulação flexível e tem como seu componente central os novos sistemas de consumo, que proporcionaram ao mesmo tempo uma difusão em massa, por envolver as diversas camadas sociais, e um consumo individual, pois consideravam as diferenças de padrões de aquisição entre as pessoas. Todo esse processo, para Mullins (1991), está inserido na cidade pós-moderna, cuja forma urbana é construída com foco no prazer.

Debates atuais chamam atenção para a transição entre o turismo flexível e uma nova fase: o Turismo 4.0 (PAIVA, 2021), expressão análoga à Indústria 4.0, correspondente à Quarta Revolução Industrial. Nessa nova etapa, as tecnologias digitais e a hegemonia do capital financeiro contemporâneo são o “motor” para as transformações verificadas no consumo e, conseqüentemente, no turismo. O avanço das tecnologias digitais impactou diretamente na produção e no consumo da sociedade atual, o que fez com que as empresas buscas-

sem o aumento de lucro e produtividade por meio da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

No campo do turismo, a ampliação do acesso à Internet e a melhoria da sua qualidade têm, cada vez mais, facilitado o acesso às informações, o controle e a organização personalizada dos roteiros por meio dos próprios turistas, implicando diretamente no trabalho das agências de viagens. Ademais, os fluxos de capital têm se tornado cada vez mais fictícios, com transações via cartões de crédito e débito e reservas de passeios e hospedagens em sites especializados. Assim, o que se espera é que o turismo adote, gradativamente, uma maneira de consumo em que o ambiente real se confunda com o digital, assim como tem se observado em outras áreas do setor terciário.

Diante do exposto, tem-se que as mudanças ocorridas no sistema de produção de bens e mercadorias fizeram com que a atividade turística fosse acolhida como um meio de manutenção do seu padrão de acumulação. A hotelaria, com o passar dos anos e as transformações das práticas sociais, econômicas e culturais vigentes, passou de um simples uso de hospedagem, destinada a abrigar comerciantes, para assumir um valor de troca e um valor de signo. O consumo de hospedagens de alto padrão passou a incorporar razões simbólicas que vão muito além do seu valor de uso, levando a uma diferenciação social baseada no “capital simbólico” (BOURDIEU, 1987), onde o consumo dos indivíduos passa a determinar sua posição dentro da sociedade, sua influência e distinção.

Cumprido destacar que os processos expostos se apresentam como uma movimentação das práticas do negócio ao ócio, atreladas aos sistemas de produção, consumo e desenvolvimento da atividade turística, que se observaram como uma tendência global. No entanto, cada país, região ou cidade desenvolve-se sob influência dos mais variados condicionantes e especificidades, o que repercute nos processos de produção do espaço e de urbanização turística, devendo-se cada caso ser estudado e aprofundado individualmente, com base em suas particularidades, nos agentes envolvidos, na economia, na política e na cultura próprias de cada lugar.

Esse processo de mudanças no caráter dos deslocamentos dos indivíduos ao longo do tempo pode ser percebido durante o decurso da urbanização de Fortaleza e, para além disso, constitui-se também fator modificador do cenário de desenvolvimento territorial urbano da cidade. Percebe-se, assim, um período inicial, no qual o Centro da capital recebe

grande importância por ser o berço das atividades comerciais e de negócios, e um momento posterior, onde a cidade passa por um período de descentralização atrelada às políticas públicas de incentivo ao ócio e à nova faceta do turismo: o turismo planejado, predominantemente associado à modalidade de sol e mar.

1.2. O SÉCULO XIX E O INÍCIO DA HOTELARIA EM FORTALEZA

No final do século XVIII, mais especificamente em 1799, a independência do Ceará com relação a Pernambuco inaugurou um período de grande expansão da economia cearense, fato proporcionado também pela abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808. Isso se deve em grande parte ao estabelecimento do comércio direto com a Europa, proporcionado não só pela construção do porto¹ em fins do século XVIII na Praia do Peixe, como também pelo novo contexto político independente, deixando de lado o sistema anterior, que beneficiava alguns portos em detrimento de outros.

Além disso, no final do século XVIII, as prolongadas secas e a concorrência com a criação de gado que se desenvolvia no Rio Grande do Sul provocaram o enfraquecimento da pecuária extensiva, corroborando para que a base do sistema econômico fosse substituída pelo cultivo do algodão. É então nesse momento que a capital cearense encontra lugar no cenário econômico nacional e internacional e inicia seu período de desenvolvimento. O ciclo do algodão foi impulsionado em grande parte pela exportação algodoeira para a Grã-Bretanha, no contexto dos primórdios da Revolução Industrial, por meio do fornecimento de matéria-prima para a emergente indústria têxtil inglesa (PAIVA, 2016). Para Sousa (2017, p.41), “a inserção do algodão brasileiro no mercado inglês foi o fator fundamental para a vila de Fortaleza ter tido

1 Projeto do engenheiro Domingos Sérgio de Sabóia e Silva, funcionou de 1906 a 1940.

relativa acumulação de capital entre os fins do século XVIII e inícios do XIX”.

Isso colaborou para a vinda e fixação de imigrantes estrangeiros, fossem como caixeiros, negociantes ou lojistas. Em 1811, o volume de mercadoria exportada alcançou tal expressividade, que foi possível o surgimento do primeiro estabelecimento comercial que objetivava manter o intercâmbio direto com a Europa, empreendido pelo irlandês William Wara (DANTAS, 2020). Este foi o início de uma influência inglesa no desenvolvimento comercial da cidade e, a partir de então, Fortaleza recebeu diversas casas de negócios britânicas.

Nesse momento, a cidade adentra um período de grande prosperidade, proporcionada pelo incremento na sua atividade econômica de exportação. Esse acréscimo se deu devido a fatores como a introdução do cultivo de uma nova espécie de algodão, a inauguração da indústria de beneficiamento, e a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861 – 1865), que fez com que, na falta do algodão americano, o Ceará se tornasse o principal exportador do produto para a Inglaterra.

Em torno da atividade hegemônica do algodão verificava-se um fluxo intenso de pessoas e mercadorias entre os polos de plantio, que se faziam no interior, e a capital, onde começava a surgir, além dos comércios e serviços ligados à cotonicultura, as primeiras indústrias de beneficiamento do “ouro branco”. Nesse sentido, as viagens ocorriam dentro do território cearense, mas a partir da capital, por meio de navios, deslocamentos que traduziam a lógica do capitalismo imperialista, articulando lugares e países fornecedores e exportadores de matéria-prima aos grandes centros de produção industrial, estabelecendo uma rede hierárquica e, por isso mesmo, desigual do desenvolvimento econômico.

Vale salientar que o geógrafo Milton Santos (2013) se refere ao território do Brasil nesse período como um arquipélago², pois cada região mantinha relação direta com a Europa, o

2 Termo inicialmente utilizado por Celso Furtado em seu documento “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”, em 1981.

que as fazia evoluir de maneiras próprias, com uma escassa comunicação entre si, inexistindo uma integração nacional.

A articulação das antigas colônias com o capitalismo industrial se deu também por meio do consumo material e imaterial suscitados pela industrialização, inclusive a própria arquitetura, que passou a incorporar materiais de produção em larga escala em seus canteiros de obras, como será explicitado mais a diante.

Nesse contexto, a hotelaria surgiu em Fortaleza em decorrência do caráter comercial que a cidade assumiu durante o século XIX. Na década de 1860, surgiram os primeiros hotéis terminais da cidade, cujo público alvo, como relata Girão (1985), eram viajantes, sobretudo os caixeiros-viajantes, que não primavam por aposentos de luxo como os já existentes nos hotéis europeus.

Cada comerciante possuía uma freguesia mais ou menos definida. Ele próprio também era arregimentado pelo patrão da praça. Vinham para Fortaleza e aqui se hospedavam em situação precária muitas das vezes no insalubre Hotel do Comércio, onde às custas dos patrões tinham direito a almoço e jantar (LEITÃO, 2001, p. 36)

Nessa época, décadas de 1860 e 1870, os hotéis, voltados para dar suporte à atividade do comércio, eram de pequeno porte. Duarte e Vasconcelos (2006) destacam os hotéis Degraud, Internacional, Universal e Victória, existentes na Rua da Palma, que atualmente é a Rua Major Facundo, e os hotéis Avenida e do Comércio, na Rua Formosa, que hoje se chama rua Barão do Rio Branco. Também dessa época, um valioso exemplar é o Hotel do Norte (Figura 1.4), que se localiza em frente à Praça dos Mártires e foi tombado em 1995 pelo IPHAN, abrigando hoje o Museu da Indústria.

É nesse momento, segunda metade do século XIX, que as atividades comerciais sofrem um incremento, quando, além do algodão – que atinge 60% das exportações cearenses à época –, a cera de carnaúba e o café cultivado nas serras e Maranguape e Baturité alcançam lugar de destaque nas exportações. A acentuada movimentação dos negócios faz com que muitos comerciantes itinerantes se fixem na capital, e o comércio passa a proporcionar possibilidades de ascensão à classe mercadora.

Dentre os melhoramentos recebidos pela capital cearense nas décadas de 1860 e 1870, como o incremento à pavimen-

tação das ruas, a iluminação a gás carbônico e a canalização de água potável, destacou-se, por especial importância, a inauguração da Estrada de Ferro de Baturité, em 1873, por iniciativa de João Brígido (1829-1921). Integrando a ferrovia,



Figura 1.1 - Antigo Hotel do Norte, um dos primeiros exemplares de hotéis em Fortaleza.

Fonte: <http://www.fortalezanobre.com.br/2011/05/hotel-do-norte.html>

a Estação Ferroviária João Felipe (Figura 1.5) foi inaugurada mais tarde, em 1880, constituindo-se como um importante marco dentro do contexto do desenvolvimento da hotelaria na cidade, pois proporcionou uma nova fase da circulação comercial, com a expansão do comércio local, ligando Fortaleza às cidades de Baturité (1882), Quixadá (1891) e Iguatu (1912).

Dantas (2002) defende que a Estrada de Ferro foi construída com o intuito de ampliar a zona de influência e de dominação da capital no cenário estadual, buscando ultrapassar as cidades que tinham maior destaque econômico à época, notadamente Aracati, Icó, Sobral e Crato, que se inscreviam na lógica antiga de comunicação e eram tributárias de Pernambuco. Para conseguir a desejada ascensão, Fortaleza investiu na construção de vias de comunicação, além de legislar sobre tarifas alfandegárias. Assim, a construção da ferrovia que ligava a cidade ao sertão constituiu-se em importante meio para viabilizar o escoamento de mercadorias, fortalecendo a relação entre o interior e a capital. Ao longo desses eixos de circulação de mercadorias, desenvolveram-se núcleos urbanos distintos, configurando-se uma dinâmica entre o espaço de produção, o sertão, e o espaço de distribuição e consumo, o litoral (PAIVA, 2016).

A implementação do sistema de vias desestruturou uma antiga lógica de comunicação, fundada nas vias de penetração natural (os rios) e nas estradas antigas, que impedia a Fortaleza do século XVIII de exercer papel relevante no quadro socioespacial urbano do Ceará (DANTAS, 2002, p.24)



Figura 1.2 - Estação Ferroviária João Felipe em fotografia tomada em 1926.

Fonte: <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/10/estacao-joao-felipe.html>



Mapa 1.1 - Expansão da via férrea no Ceará.

Fonte: Dantas, 2000.

Fortaleza não se configurava, até então, um destino de viagens com fins de lazer, tanto pela precariedade da sua estrutura portuária, que dificultava os deslocamentos dos viajantes e a atracação de embarcações de maior porte, como também pelo pouco desenvolvimento da atividade turística à época. Dessa forma, a hotelaria na capital se desenvolveu para amparar as atividades comerciais que se desenvolviam no Centro:

A hotelaria do Centro de Fortaleza começou impulsionada pela facilidade de locomoção devida, principalmente à construção da Estação Ferroviária, em 1870, bem como à grande expansão do comércio que ali se desenvolvia, sendo o centro econômico do

Estado. (DUARTE e VASCONCELOS, 2006, p.2)

Em 1875, a capital cearense recebeu um plano urbanístico, a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios (Figura 1.6). O desenho demonstrava, como sugere seu título, a extensão do traçado da cidade até subúrbios existentes e também àqueles que ainda estavam por surgir. Além da continuidade da malha xadrez, a nova planta também propunha um eixo de expansão da capital para o leste, assim como a implantação de três *boulevards* periféricos que margeavam seu perímetro central, a exemplo da reforma urbana realizada por Haussmann na cidade de Paris, em meados do século XIX. Hoje, os *boulevards* implantados nesse plano

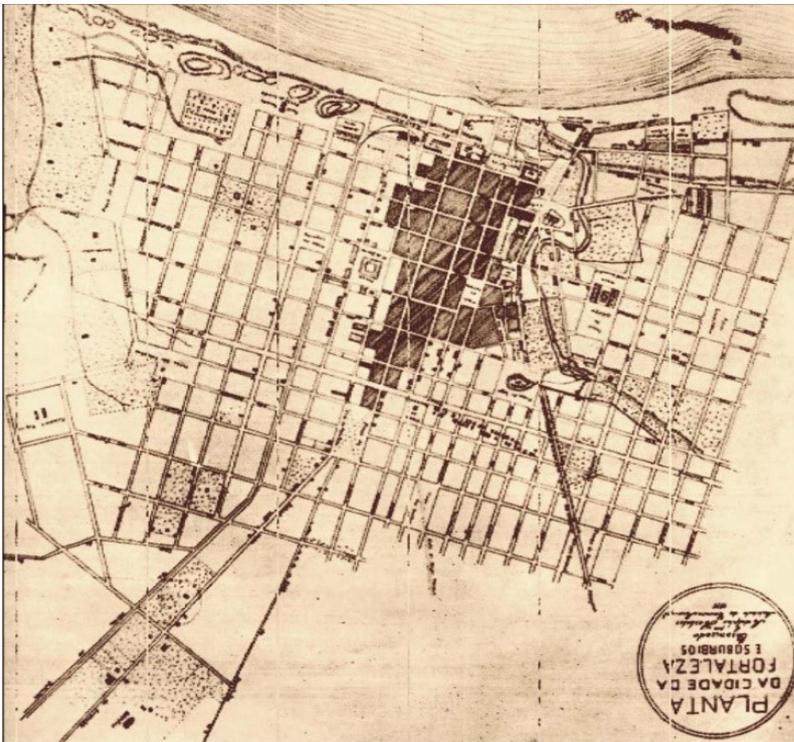


Figura 1.3 - Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios (1875), indicando a expansão da cidade para sul, leste e oeste. Nota-se ainda a falta de preocupação com a relação com a faixa de praia, a norte.

Fonte: MUNIZ, 2006.

correspondem às avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manoel, orientando o crescimento de Fortaleza respectivamente para oeste, sul e leste.

O objetivo principal da planta proposta por Herbster³ era disciplinar a expansão de Fortaleza, o que, segundo Ponte (2014), foi de fato alcançado, pelo menos até 1930. Para tal, o propósito da construção das três avenidas era facilitar, em um futuro breve, o escoamento do movimento urbano que surgiria com a ampliação da cidade.

O fato de o plano não considerar a expansão da capital para norte muito explica sobre a relação social com a faixa de praia que se mantinha até então: restrita à zona portuária e à sua vizinhança, a relação com o litoral era quase em sua totalidade ligada ao comércio, embarque e desembarque de mercadorias. Notadamente, as classes sociais mais abastadas mantinham um certo distanciamento das faixas de praia, tanto no estabelecimento de suas residências como em seus espaços de sociabilização, explicitando que Fortaleza, assim como diversas cidades, foi construída em direção ao sertão. Para Dantas (2002), conformava-se à época uma cidade litorânea-interiorana, que, ao mesmo tempo em que se abria para o exterior por meio de seu porto, não abdicava da herança sertaneja.

Constrói-se uma cidade litorânea-interiorana, que redescobre o mar continuando interiorana, ligada ao sertão. Esse quadro simbólico interiorano media a aproximação da cidade aos espaços litorâneos. A aproximação de ordem econômica, reforçada por medidas políticas, evolui lentamente para a abertura cultural da elite (em razão dos contatos estabelecidos com a Europa) diante das zonas de praia, ocupadas exclusivamente pelos pobres, em especial, os pescadores (DANTAS, 2002, p 22)

Próximo à faixa de praia, encontravam-se os serviços insalubres, como o velho Paiol da Pólvora, o Gasômetro, a Santa Casa de Misericórdia e o depósito de lixo da capital. O espaço que restava entre essas edificações e o mar continuava ocupado por edificações destinadas ao comércio de exportação próximo ao porto.

3 Adolfo Herbster foi um engenheiro e arquiteto, nascido em Recife em 1826, que fora contratado em 1855 para trabalhar como engenheiro no Ceará.

Nesse contexto, o litoral passou a ser ocupado pelas camadas sociais menos favorecidas, o que foi determinado pela pouca atenção que a elite dava à região beira-mar, e facilitado pelo fato de aquelas terras constituírem-se em sua maior parte terrenos de marinha. A ocupação das áreas onde hoje ficam os bairros do Arraial Moura Brasil, Praia de Iracema, Pirambu e Mucuripe, que era feita inicialmente pelas comunidades de pescadores, agora se dava também pelos imigrantes provindos do sertão, fluxo demográfico possibilitado pela construção da estrada de ferro.

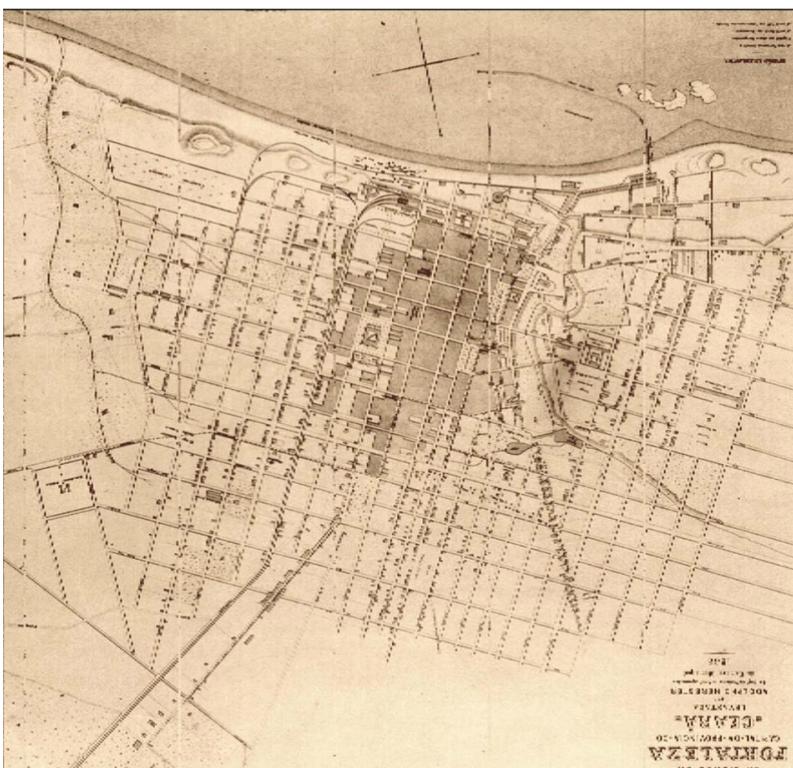


Figura 1.4 - Planta da Cidade de Fortaleza (1888), onde pode-se perceber claramente as avenidas radiais partindo do Centro.

Fonte: MUNIZ, 2006.

(...) podem-se caracterizar as zonas de praia em Fortaleza como território da pesca e lugar de habitação dos pobres, fato traduzido na presença e no crescimento das antigas comunidades de pescadores, notadamente as de Mucuripe, e pela ocupação da beira-mar pelos pobres, especialmente as zonas de construção precária das dunas dos Outeiros e do Arraial Moura Brasil, no fim do século XIX (DANTAS, 2002, p. 32).

Cumprir destacar que a localização das edificações mais relevantes da cidade, como o Passeio Público, a Santa Casa

de Misericórdia, a Penitenciária e a Estação Ferroviária, instaladas próximas ao Forte de Nossa Senhora de Assunção, constituía-se como uma barreira ao acesso à faixa litorânea da região, em vez de proporcionar a urbanização da área. Dos equipamentos supracitados, apenas o Passeio Público gozava da privilegiada vista para o mar. Além dos aspectos culturais envolvidos, essa integração também se via dificultada pelo relevo acidentado, que ocasionava uma grande diferença de cota nessa região da cidade, compreendida entre a Rua Dr. João Moreira e a faixa de praia.

Em seguida, Fortaleza adentra, entre 1892 a 1912, na gestão do intendente Guilherme da Rocha (1846 – 1928), personalidade que muito se destacou no que tange à promoção de reformas urbanas na cidade.

De sua gestão, cabe destacar a aprovação pela Câmara Municipal do Código de Obras e Posturas, em 9 de outubro 1893. O documento demonstrava as intenções de ordenamento e embelezamento da cidade, por meio da padronização formal das edificações. As platibandas passam a ser obrigatórias nas fachadas voltadas às vias, os vãos de portas e janelas externas recebem também requisitos para sua unificação formal, intentando uma harmonia urbana, e impedindo que se fosse construída qualquer edificação que fugisse às novas regras definidas.

É relevante destacar que a mencionada lei comprova o desinteresse da população e da gestão pública com relação à faixa litorânea, na medida em que regulamentava que os dejetos fecais não poderiam mais ser despejados nas ruas, o que agora deveria ser feito na Praia de Iracema, à época denominada Praia do Porto das Jangadas.

Dessa forma, essas transformações urbanas em Fortaleza sinalizavam que no século XIX houve uma rápida ascensão do desenvolvimento econômico do Ceará. Conforme assinala Castro (1987), a população da província aumentou de 150 mil habitantes, à época de sua independência, para 720 mil habitantes cinquenta anos mais tarde, segundo o censo de 1872.

No entanto, o período de prosperidade que se iniciara com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos chega a seu fim, e as últimas décadas do século são marcadas por uma forte decadência econômica, resultante da seca que durou de 1877 a 1879. Durante o período, constata-se grande número de mortos por epidemias – número este até maior do que

os óbitos causados pela fome decorrente das condições de seca.

Como resultante de tais acontecimentos, os últimos anos do século já anunciavam as mudanças sociais e político-econômicas que se consolidariam no novo período em que se adentrava. O movimento de reformas urbanas já iniciado na segunda metade dos anos 1800 se intensificou, trazendo agora novas preocupações, como a racionalização, a higiene e a disciplinarização dos habitantes e do meio urbano, premissas que se rebateram na produção da arquitetura e mais especificamente dos primeiros hotéis do século.

1.3. A CHEGADA DO SÉCULO XX: ANSEIOS PELA MODERNIDADE

O período que compreende o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX é marcado por mudanças ainda mais profundas na sociedade brasileira. Observa-se, nesse momento, a conformação de uma nova ordem política, social e econômica, impulsionada por grandes eventos, como a abolição da escravatura, em 1888, a consequente implantação do trabalho assalariado e o início do regime republicano em 1889. Tais mudanças se viam fortalecidas pela difusão do capitalismo ao redor do mundo e pelos novos valores dele decorrentes.

Com isso, o país atravessou um processo de significativa expansão do capitalismo comercial, alterando também sua própria organização social. Passou a considerar-se fundamental a vinculação do novo regime republicano aos ideais progressistas do capitalismo estrangeiro, como forma de contraposição ao antigo regime, que, baseado na escravidão, era considerado um atraso econômico e social (MATOS, 2009).

A cidade de Fortaleza também se viu envolvida por esse espírito de mudança e modernização, conforme afirma Castro (1987):

Na deliberada busca de atualização, Fortaleza vai afastar-se cada vez mais das influências de procedência sertaneja, a fim de eliminar o largo fosso que, em termos de “progresso” e de civilização”, a tinham separado das capitais brasileiras de maior

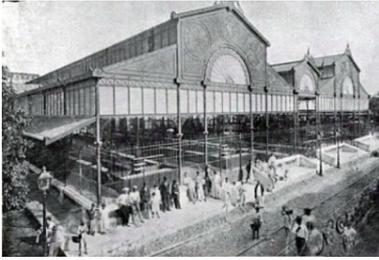


Figura 1.5 - Mercado de Ferro (1897), importante exemplar da arquitetura de ferro em Fortaleza.

Fonte: <http://www.fortalezanobre.com.br/2015/10/o-mercado-publico-recordacoes.html>

riqueza e de antigos esplendores (CASTRO, 1987, p. 211).

Os movimentos de reformas urbanas que haviam se iniciado na capital cearense já na segunda metade do século XIX ganharam maior intensidade com a instauração da Primeira República (1889-1930). Porém, os planos urbanísticos de estruturação e desenvolvimento acabaram sendo deixados em segundo plano, em detrimento de reformas mais pontuais. Naquele momento, a atenção principal dos governantes não se voltava apenas para o embelezamento da cidade, mas também para a sua racionalização e para o controle de seus habitantes, que deveriam ser obtidos por meio de medidas higienistas e saneadoras que intentavam aproximá-la dos grandes centros civilizados existentes na Europa.

Problematizando a existência, na cidade, de faltas, desvios e perigos naturais e sociais que comprometiam uma apregoada necessidade de torná-la um centro desenvolvido e civilizado, um movimento considerável de discursos e práticas emergiu e procurou – sobretudo através de estratégicas medidas embelezadoras, saneadoras e higienistas – ordenar seu espaço e disciplinar sua população. (PONTE, 2014, p.17)

Dentre as diversas mudanças a que a cidade assistiu no período, cabe destacar aquelas executadas durante o mandato do intendente Coronel Guilherme Rocha (1846 – 1928). Como exemplos, tem-se a aprovação pela Câmara Municipal do Código de Obras e Posturas, no fim do século passado, e a inauguração⁴ do Mercado de Ferro (Figura 1.8), em 1897. Para Ponte (2014, p. 41), o Mercado era signo de progresso, salubridade e beleza, pois proporcionava um espaço amplo, confortável, arejado e limpo, que abrigaria um abastecimento mais compatível com as novas demandas sociais.

Também da mesma época datam a construção do Theatro José de Alencar – inaugurado mais tarde, em 1910 – e a remodelação das três principais praças de Fortaleza: a Praça do Ferreira, a Praça Marquês de Herval – hoje praça José de Alencar – e a Praça da Sé. Tais reformas iam muito além do

4 A construção do Mercado de Ferro se iniciou ainda na gestão de Bezerril Fontenele, mas foi inaugurado em 18 de abril de 1897, durante o primeiro mandato de Nogueira Accioly

simples aformoseamento: elas buscavam, sobretudo, determinar novos costumes, estabelecer formas de uso do espaço público e incitar a prática de atividades físicas para jovens e estudantes, contribuindo para a formação de uma sociedade mais civilizada e produtiva. Percebe-se então uma nova conformação na imagem e no uso das principais praças em Fortaleza, que, se antes eram utilizadas para atividades de negócio, com as relações comerciais, agora eram locais destinados às práticas de ócio da população.

Nessa época, conformava-se uma dualidade entre as classes mais abastadas e a população em situação de miséria que passavam a coexistir na região do centro. Segundo Duarte e Vasconcelos (2016), Fortaleza já ocupava a sétima posição em maior população urbana do país. Esse crescimento urbano e demográfico trouxe consigo também o aumento da pobreza, devido à cidade ter recebido um significativo contingente de imigrantes provindos do interior, que aspiravam melhores condições de vida na capital, impulsionados pelas secas que assolavam o sertão do Estado. Este fenômeno foi descrito por Matos (2009, p.149):

Com o crescimento urbano de Fortaleza, os mais pobres, que além de viver literalmente à margem da civilidade – habitando as imediações do Centro –, passaram a buscar essas novas áreas urbanizadas que haviam sido construídas para o deleite dos ricos. As principais áreas de lazer passam a conviver portanto com a constante presença de mendigos.

Com isso, a questão da saúde pública foi considerada ponto central no processo civilizatório das reformas do período. O movimento higienista e sanitarista era instaurado de diversas formas, dentre as quais se destacam as obras de saneamento, por meio da implantação do serviço de abastecimento canalizado de água e esgoto (concluído apenas mais tarde, em 1924), pela vacinação obrigatória e inspeções sanitárias em domicílio, pelo asilamento de deficientes, pela criação do Instituto de Assistência e Proteção à Infância em 1913, e pelas tentativas de controlar a crescente população de baixa renda.

Essas experiências abrangiam campanhas de erradicação de mendicância urbana, criação de novas instituições assistencialistas, instauração de policiamento específico para a cidade e a implantação de colônias penais para a recupe-

ração da delinquência adulta e juvenil. Cabe destacar que tal reajustamento social intentava, acima de tudo, um maior controle da saúde, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos da sociedade, para produzir trabalhadores sãos que pudessem contribuir com a máxima produtividade dentro do novo sistema de trabalho capitalista.

Os principais agentes de financiamento dessas reformas eram tanto os grupos sociais participantes do setor comercial – que vinha se fortalecendo desde 1860 com a intensificação da exportação de matérias primas, como o algodão, no caso do Ceará – como a nova elite intelectual emergente, composta por profissionais liberais e letrados, como médicos, farmacêuticos, sanitaristas, jornalistas, bacharéis, engenheiros e doutores.

Conforme explica Matos (2009), essa nova elite em ascensão pôde se constituir devido ao crescimento da atividade comercial, impulsionada pela vinda de comerciantes e investidores de outros municípios. Essa nova burguesia, em busca de encontrar um lugar de prestígio junto à aristocracia já existente em Fortaleza, intentou mostrar-se distinta das demais camadas sociais, associando-se ao poder público. Dessa maneira, essa nova elite incorpora costumes aceitos como signos de modernidade, e dissemina-os na vida urbana da cidade, por meio da promoção de reformas e de locais que proporcionassem o lazer e o convívio social dito civilizado.

Para Ponte (2014), foi a viabilização do contato desses novos grupos dominantes com estrangeiros que possibilitou a incorporação de novos ideais, como o positivismo, o evolucionismo e o racionalismo científico. Assim, tal classe emergente passou a posicionar-se contra a rigidez do regime imperial, bem como contra a produtividade baseada no trabalho escravo. Dessa forma, observa-se na população fortalezense anseios como a modernização, o progresso, a civilização e o federalismo.

Os anos seguintes foram um período conturbado para política e a economia cearenses, com a renúncia de Accioly em 1912 e posterior renúncia de Franco Rabello em 1914, a situação se viu ainda mais agravada com a seca de 1915 e a queda dos negócios de borracha na Amazônia, conforme explicita Castro (1987).

Além das obras empreendidas pelo Poder Público, as camadas sociais de maior poder aquisitivo e as novas classes afluentes procederam a construção de hotéis, lojas, clubes,

chácaras e mansões. Isso demonstrava uma transformação das práticas sociais: o desenvolvimento econômico por meio do comércio proporcionou não apenas o surgimento de uma burguesia ascendente, como também viabilizou os deslocamentos de pessoas e o intercâmbio de costumes culturais. Os novos equipamentos instalados na cidade eram agora voltados a atender às novas necessidades impostas pelas práticas de lazer incorporadas por essas classes, além de reforçar o seu poder de influência dentro da estrutura social fortalezense.

Durante o período, a maritimidade no Ceará, e mais expressivamente na capital, assume novas formas. Dantas (2002) considera que, se nos séculos anteriores a valorização da orla é definida por fatores políticos e econômicos, tornando-a zona de trocas, comércio e habitação de classes desfavorecidas, no século XX ela passa a ser mais influenciada por transformações de ordem cultural, que proporcionaram o processo de “europeização” das elites locais, as quais passaram a procurar os espaços próximos à faixa de praia para estabelecer suas casas de veraneio, habitação e espaços de lazer – processo que se desenvolveu claramente em Fortaleza após os anos 1920-1930.

Com o tempo, os banhos terapêuticos foram substituídos por práticas como veraneio, caminhadas na praia e banhos de mar, costumes vinculados à nova sociedade de lazer que se formava. Esses novos usos, diferentemente do que se observa no século anterior, reclamavam por uma urbanização que se aproximasse mais dos espaços da orla marítima, e acabaram por condicionar uma valorização dessas regiões.

Somados a esses fenômenos, outros processos que ocorriam na cidade contribuíram para uma urbanização da periferia, colaborando para que ocorresse, ao mesmo tempo, a saída gradativa das classes mais abastadas do Centro da cidade, e a ocupação de outras áreas periféricas pelos mais pobres. Dentre os processos que concorreram para esses deslocamentos, destacam-se a especialização funcional do centro, os planos urbanísticos e o uso do carro pelas camadas sociais mais elevadas.

(...) observa-se, de um lado, o deslocamento para o sul e oeste de Fortaleza, com o estabelecimento de bairro com “vocações” habitacionais, notadamente os bairros de Benfica e de Jacarecanga e, de outro lado, o deslocamento para leste e norte da cidade, respondendo a uma demanda por lugares de veraneio e de lazer, com a constru-

ção das primeiras chácaras, no atual bairro do Meireles, e de residências secundárias na praia de Iracema (MATOS, 2020, p. 40)

Nesse contexto, a Praia de Iracema foi palco do despertar do interesse fortalezense pela orla marítima, recebendo espaços de lazer que antes eram restritos ao Centro da cidade, e tornando-se o novo ponto de encontro (MATOS, 2011). Nessa época, devido às novas práticas marítimas incorporadas pela sociedade, a Praia de Iracema adquire tamanha importância que passa a competir com a Praça do Ferreira e o Passeio Público como áreas de lazer mais procuradas pela população.

Determinante para a consolidação da área foi a inauguração da linha de bonde na Rua dos Tabajaras⁵ em 1927, que ligava o Centro à Praia de Iracema, facilitando o deslocamento da população que buscava as práticas de lazer e veraneio na zona de praia (CASTRO, 1977).

A localidade passa a receber residências e clubes voltados para classes abastadas. O início da urbanização dessa área e da fixação da elite no local foram marcados com a construção da residência “Vila Morena” (1925) – atualmente o Estoril – do comerciante José Magalhães Porto, e da construção da primeira sede do Náutico Atlético Cearense (1929), na praia Formosa, ao lado da ponte metálica. Matos (2011, p. 79) define o fenômeno de desenvolvimento da Praia de Iracema, como “um paradigma de alteridade tão forte que sobrepõe a lógica da centralidade do plano em xadrez de Herbster, reconstruindo a cidade em torno de uma autorreferência do vivido social”.

Cumprir destacar, porém, que a valorização da antiga Praia do Peixe foi um acontecimento pontual que direcionou a urbanização da área, como forma de resposta a uma demanda social que se colocava à época. Portanto, tal fato não significa uma alteração no sentido de ordenação de crescimento da cidade, que continuava se desenvolvendo longe da orla marítima. Ademais, apesar de a sociedade ter alterado sua

5 O prolongamento das linhas de bonde até a Rua dos Tabajaras foi feito para atender as obras de reformas que se operavam na ponte de desembarque do porto (FREITAS, 2005).

percepção do litoral, ainda não se tornou comum que famílias de classes mais abastadas fixassem ali suas residências.

Os anos de esplendor da Praia de Iracema tiveram seu fim após a transferência do porto que existia no Poço da Draga para o Mucuripe, na década de 1940, que acabou provocando, anos mais tarde, o avanço do mar na faixa preferencial de banho, causando erosão e forte degradação ambiental. Dessa forma, os trechos de praia balneáveis ficaram extremamente reduzidos, e o abandono dos armazéns existentes na região para dar apoio ao antigo porto também foi um fato que colaborou para a deterioração da área.

Dessa forma, a primeira metade do século XX foi marcado por significativas mudanças políticas, econômicas e sociais, que refletiram sobremaneira nos costumes e anseios de uma classe burguesa emergente, tendo alcançado numerosos rebatimentos na urbanização da capital cearense.

Com a atividade de trocas comerciais cada vez mais consolidada e fortalecida, e com a formação de uma nova elite intelectual – ambos os fatos proporcionados pelo maior contato com o Velho Mundo –, Fortaleza se consolida como um polo terciário, onde prevalecem os novos estabelecimentos de comércio, tanto de imigrantes estrangeiros como de comerciantes provindos do interior, e também os serviços destinados a atender aos novos costumes da população mais abastada, como cinemas, teatros, clubes e espaços de socialização ao ar livre.

No que tange às reformas urbanas, observa-se que as modificações nesse momento são mais pontuais e direcionadas a questões higienistas e sanitaristas, e pode-se perceber estratégias de isolamento e segregação de classes. Se, por um lado, as classes socialmente mais elevadas agora possuíam praças e espaços privados de sociabilidade, as classes menos favorecidas, cada vez mais numerosas devido ao êxodo rural, eram excluídas e indesejadas nesses locais.

Foi assim que se anunciou a tendência de descentralização da cidade de Fortaleza: as classes mais abastadas passaram a buscar locais mais isolados, utilizando-se da segregação espacial como forma de reafirmar a hierarquia social existente, iniciando assim uma tendência da saída das famílias de prestígio do Centro da cidade e a conformação de novos bairros, fenômeno iniciado com a mudança da noção de maritimidade por meio da elite, e que se consolidará mais tarde, na década de 1970.

1.4. O ECLETISMO: INDÍCIOS DE UMA MODERNIDADE ARQUITETÔNICA

Para discorrer sobre os primeiros hotéis que surgiram em Fortaleza no início ou na primeira metade do século XX, embora considere-se de especial importância destacar de que forma essas construções se inseriam nas práticas de ócio e negócio da cidade, é relevante também realçar alguns aspectos sobre o ecletismo, estilo arquitetônico em voga à época, e que já anunciava, conforme defende Segawa (1998), a busca de alguma modernidade arquitetônica.

O Ecletismo surge e desenvolve-se no mundo no contexto do século XIX, quando a conjugação do avanço da medicina, observado a partir da epidemia da Peste Bubônica que se alastrou pela Europa em 1830, com o aprimoramento da engenharia, resultou em um forte movimento de planos sanitários em todo o mundo.

A arquitetura do século XIX retomou diversos estilos do passado, tornando-os novamente populares, tendo se fortalecido devido ao apoio que obteve da classe burguesa em ascensão. Patetta (1987, p.13) destaca:

O Ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto.

De forma geral, pode-se afirmar que o ecletismo se desenvolveu em diversas vertentes, cada uma a seu tempo, como o classicismo greco-romano, o neogótico, e a mescla estilística. Comum entre todas essas vertentes era a presença de dois níveis distintos, o útil e o decorativo, conflito gerado pelas novas necessidades sociais, pelo avanço das técnicas de construção – mais especificamente o incremento do uso da produção industrial nos canteiros de obras – e pelo gosto ainda preponderante pela estética do passado.

As novas técnicas construtivas, como a arquitetura em ferro e o uso de equipamentos mecânicos, colaboraram para resolver os empecilhos espaciais dos novos programas impostos pela sociedade industrial. Contudo, os protótipos dessa

nova forma de construir eram considerados a princípio antiestéticos e, dessa maneira, o estilo passa a compor apenas os revestimentos decorativos, buscando adequar essas construções ao gosto da sociedade, embora escondesse a real tectônica e materialidade das edificações.

No entanto, cumpre destacar que, apesar de reaplicar ornamentos e decorações de estilos antigos, o ecletismo se mostrou muito relevante ao reavaliar e rever conceitos, princípios e valores das expressões arquitetônicas de origem histórica, buscando um melhor conhecimento sobre elas. Fabris (1995) considera que a relação com o passado não era servil, pois guiava-se pelo princípio da interpretação, e não pelo da simples reprodução. Assim, em busca de atender as necessidades de seu tempo, procurou-se sempre alcançar o ideal, recuperando de cada estilo arquitetônico o que melhor respondesse às novas intenções projetuais.

Luciano Patetta (1987) identifica dentro do ecletismo três correntes principais: I – a da composição estilística, que buscava uma imitação coerente de formas pertencentes a um estilo único do passado; II – a do historicismo tipológico, na qual o estilo a ser adotado era escolhido de acordo com a função do edifício; III – e a dos pastiches compositivos, que conferia ao projetista uma maior liberdade para criar soluções estilísticas inexistentes com base na mescla de estilos.

No Brasil, a arquitetura eclética difundiu-se um pouco mais tarde, com maior participação nos anos que sucederam a Proclamação da República, em 1889, até a Revolução de 1930. Para Fabris (1995, p.73), em nosso país, “o ecletismo impõe-se (...) como um estilo moderno, ou melhor, adequado ao processo de modernização que o país vinha experimentando de maneira intensa desde 1870”. A intensificação do processo já iniciado em meados do século XIX, pelo qual a sociedade passou, por meio das novas tecnologias, da expansão das ferrovias e dos meios de comunicação, a receber de forma mais constante e com maior frequência informações e inovações provindas da Europa e do restante do mundo foi de suma importância para a aceitação e difusão do estilo na sociedade emergente.

No início do século XIX, mais especificamente em 1816, sob regência do príncipe D. João, um grupo de artistas franceses veio ao Brasil com a finalidade de aqui introduzir o ensino artístico neoclássico. Assim, em 1827, foi fundada a Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro. A escola voltou-se, em um primeiro momento, ao ensino de gosto neoclássico, e posteriormente acabou por tornar-se a principal

difusora do ecletismo no Brasil, seguida pela Escola de Belas Artes, em São Paulo. Assim, o estilo eclético se desenvolveu no país desde a segunda metade do século XIX e perdurou até as primeiras décadas do século XX.

Quando incorporado no Brasil, o ecletismo assume também a essência da internacionalização cultural pela qual passava a sociedade nesse período de acelerada modernização, tornando-se símbolo de uma negação da arquitetura colonial e valorização dos padrões europeus de bom gosto e arte. Esse processo é intensificado tanto pelo aumento do fluxo de imigrantes, que importavam sua cultura, como também pelo crescimento demográfico das cidades, que apontava para novas necessidades de urbanização e construção.

Nesse contexto, o ecletismo arquitetônico se desenvolve e encontra ampla aceitação em meio à nova elite emergente que surgira no seio do capitalismo nacional, que foi de suma importância para a consolidação do estilo e de uma nova ordem urbana. A burguesia, de recente prestígio, mas ainda desprovida de uma cultura própria, encontra no ecletismo os signos representativos de suas aspirações, passando a utilizar a arquitetura como um símbolo para demonstrar seu poder. Conforme afirma Castro (1987, p.211):

O ecletismo arquitetônico, cujas origens se fixam num desejo de conciliação de velhos estilos com inovações tecnológicas, representa no Brasil uma forma concreta de demonstrar adesão ao progresso e ajustamento às chamadas civilizações europeias de maior prestígio.

As capitais e cidades que já possuíam estações ferroviárias foram as pioneiras em receber inovações, e nelas também era mais frequente o fluxo de imigrantes. Estes foram de suma importância para o desenvolvimento dos sistemas construtivos e para as ornamentações do período. Conforme afirma Bonametti, (2006, p.4), “o construtor italiano substituiu o português. Os italianos também dominaram a mão-de-obra na área decorativa e foram, por exemplo, mestres na técnica do estuque que era de grande importância para o ecletismo”.

No final do século XIX, na Europa, a historiografia baseada nas novas correntes racionalistas passou a tecer críticas ao ensino de arquitetura que se fazia no país, questionando tanto a produção de cunho historicista e eclética, quanto a nacionalista, que surge mais tarde, na segunda década do século XX. Essas críticas estavam alinhadas àquelas que se

faziam no resto do mundo por aqueles que defendiam os preceitos do modernismo, que questionavam em sua maior parte o uso excessivo de ornamentação que se conferia às obras, que acabava por fraudar a real tectônica dos edifícios, escondendo sua estrutura e adotando soluções meramente decorativas.

No entanto, com a revisão da historiografia proporcionada pelos debates da Nova História e do pós-modernismo no século XX, diversos historiadores da arquitetura, como por exemplo Hugo Segawa (1998), reconhecem atualmente a importância da arquitetura eclética no Brasil dentro de uma pluralidade de manifestações que buscavam o seu alinhamento aos preceitos da modernidade que se iniciava. A ideia de que o Neoclassicismo, o Art Nouveau, o Ecletismo e, no Brasil, o Neocolonial eram “inimigos a serem derrotados pelo movimento moderno” (PATETTA, 1987, p.10) sofreu uma reavaliação crítica e passou a não mais fazer sentido diante dos novos estudos historiográficos, que apontam para a validade de todos esses movimentos como expressões da cultura e da sociedade de seu tempo.

Primeiramente, observou-se que toda essa produção diversificada que recebera diferentes denominações e se dera em uma longa temporalidade, da metade do século XVIII ao início do século XX, possuía aspectos em comum que mais as interligavam do que as separavam. Assim, levando em consideração que havia uma dialética constante entre as razões de se fazer arquitetura e as razões sociais, políticas e éticas da sociedade, e de que toda essa produção atendia a uma mesma clientela – a burguesia ascendente – a Nova História passou a considerar toda a produção do período como Arquitetura Eclética.

Em segundo lugar, passou-se a considerar as indiscutíveis contribuições que o ecletismo trouxe para a sociedade e o estudo da arquitetura. Patetta (1987) defende que os estudos do século XIX trouxeram antecipações fundamentais na área das investigações históricas, do relevo arquitetônico e da tecnologia das construções, adentrando em aprendizagens sobre arqueologia, técnicas e materiais. Além disso, surge na época o interesse pela arquitetura dita “menor”, estudando também as simples residências, o que demonstra o adiantamento de um interesse moderno. Com isso, percebeu-se uma certa modernidade no desenvolvimento das casas ecléticas, que buscavam funcionalismo e conforto, abordando as questões de ventilação e higiene que vinham sendo consideradas devido ao avanço da ciência.

Para Patetta (1987, p. 13), foi a clientela burguesa que exigiu os grandes progressos observados nas construções das edificações ecléticas, como o desenvolvimento das instalações técnicas e sanitárias das residências e as alterações nas disposições dos compartimentos internos. No ecletismo, a planta era colocada em primeiro lugar, prezando-se primeiramente por sua funcionalidade, e depois eram resolvidos os aspectos externos de forma e fachada. Ademais, o surgimento de recuos e afastamentos com relação aos limites dos lotes possibilitaram a introdução de jardins residenciais, colaborando para o alcance dos novos preceitos de higiene e salubridade. Tais mudanças demonstram uma busca pela modernização dos costumes na sociedade e reforçam a relevância da arquitetura desenvolvida no período para o entendimento do processo de progresso das cidades.

No que tange ao cenário fortalezense, Castro (1987) considera que o valor das realizações do ecletismo arquitetônico local pode ser considerado limitado, devido à frágil estrutura econômica da cidade à época. A capital cearense, apesar de ter conseguido se integrar no contexto das transformações nacionais durante as primeiras décadas do século XX, era centro de uma região pobre e ainda pouco privilegiada.

A arquitetura eclética em Fortaleza se insere nas três primeiras décadas do século XX, no período entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930, conhecido por Primeira República⁶. Para Castro (1987), as realizações ecléticas na cidade podem ser divididas em duas fases: a primeira delas coincidindo com o período da oligarquia acciolyna, e a segunda desde a deposição de Nogueira Accioly até a Revolução de 1930.

A primeira fase é caracterizada pela existência de poucos exemplares de construções ecléticas no cenário urbano da capital. No entanto, muitas delas já possuíam e demonstravam grande prestígio no cenário social, por serem de posse de indivíduos ou de entidades de grande vulto à época.



Figura 1.6 - Cine-Theatro Majestic.

Fonte: fortalezanobre.com.br



Figura 1.7 - Banco Frota Gentil.

Fonte: direitosurbanosufc.tumblr.com/patrimônio

⁶ Castro (1987) destaca a existência de antecedentes neoclássicos em Fortaleza desde fins do século XVIII, tendo o estilo se oficializado em meados do século seguinte. Exemplos do neoclassicismo na capital são a Cadeia Pública e a antiga Assembleia Legislativa.

A segunda fase compreende o período no qual a arquitetura eclética encontra maior aceitação, embora sua produção tenha sido cerceada pelas circunstâncias locais. Apesar de tais limitações, foi através do ecletismo que a cidade mostrou, em grande parte por meio da arquitetura, ter buscado se alinhar aos conceitos de desenvolvimento e modernidade.

Se o repertório neoclássico se fez presente em algumas obras de meados do século XIX, dentre as quais a Santa Casa de Misericórdia (1857), a Cadeia Pública (1866), a Assembleia Provincial (1871) e a Estação João Felipe (1880), foi, entretanto, através principalmente do chamado Ecletismo, que as novas construções buscaram transmitir, em termos arquitetônicos, a superação do provincianismo e a adesão a esse ideário, dominando a paisagem urbana local nas três primeiras décadas do século XX. (BORGES, 2006, p.86)

Alguns dos exemplares dessa arquitetura em Fortaleza foram o Palacete Ceará⁷, a Fênix Caixeiral⁸, o Palacete Carvalho Mota⁹, o Banco Frota Gentil¹⁰, o Teatro José de Alencar¹¹, a Residência Gentil, atualmente Reitoria da Universidade Federal do Ceará¹², a Secretaria da Fazenda¹³ e o Cine-Theatro Majestic¹⁴.

Apesar de limitada pelos condicionantes locais, a corrente estilística teve ampla aceitação, e o que se encontrava no Centro de Fortaleza no período era um cenário harmônio-



Figura 1.8- Palacete Ceará.

Fonte: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br>



Figura 1.9- Secretaria da Fazenda.

Fonte: www.ipatrimonio.org



Figura 1.10 - Teatro José de Alencar.

Fonte: www.ipatrimonio.org



Figura 1.11 - Reitoria da UFC.

Foto: Evilázio Bezerra/Jornal O Povo

7 Projeto de autoria de João Saboia Barbosa, inaugurado em 1920. Atualmente abriga a Caixa Econômica Federal.

8 Inaugurada em 1905 como um produto da ascensão dos grupos comerciais, os caixeiros, por meio do desenvolvimento das relações comerciais.

9 Erguido em 1907, atualmente desativado e tombado pelo IPHAN como Monumento Nacional.

10 Projeto de autoria de João Saboia Barbosa, inaugurado em 1925. Atualmente abriga o banco Itaú.

11 Projeto de autoria do engenheiro Bernardo José de Mello, foi inaugurado em 1910.

12 Projeto de autoria de João Saboia Barbosa para moradia do Coronel José Gentil Alves de Carvalho, inaugurada em 1918.

13 Projeto de autoria de José Gonçalves da Justa, inaugurada em 1927.

14 Projeto de autoria desconhecida, foi inaugurado em 1917 e pertencia a Plácido de Carvalho. Sofreu dois incêndios que o destruíram por completo.

so, composto em sua grande parte por edifícios ecléticos. “A profusão ornamental e a variedade de desenhos em balaustrades, bandeirolas, gradis, platibandas e requadros efetivaram-se, a partir de então, nas mais diversas tipologias de edificações, conferindo, na década de 1920, grande uniformidade à arquitetura de Fortaleza” (BORGES, 2006).

A modernização da cidade e, por consequência da arquitetura, expressava um incremento da sua condição de importante entreposto comercial e de serviços. É nesse contexto que surgem os primeiros hotéis do século XX. Em 1927, segundo Silveira Neto (2006), a inauguração do Palace Hotel, na rua Major Facundo, deu início à hotelaria mais sofisticada em Fortaleza, e em seguida se sucederam outros hotéis de padrão mais elevado, como o Hotel Brasil (1930) em frente à Praça dos Leões, e o Hotel Excelsior (1931) na Praça do Ferreira. Estes hotéis ainda apresentavam características ecléticas e se inseriam no contexto urbano, acompanhando as tendências estilísticas adotadas em todo o Brasil.

1.5. A ARQUITETURA DOS PRIMEIROS HOTÉIS DO SÉCULO XX

Em meio aos processos de urbanização expostos, que direcionaram e organizaram o crescimento da cidade de Fortaleza, e às dinâmicas de comércio e serviços que se desenvolviam, surgem nas três primeiras décadas do século XX os primeiros hotéis mais sofisticados na capital: o Palace Hotel, em 1927, o Hotel Brasil, em 1930, e o Hotel Excelsior, em 1931.

Esses hotéis merecem destaque no presente estudo por terem feito parte dessas dinâmicas em diversos aspectos. Primeiramente, tem-se que essas edificações foram financiadas e idealizadas por meio da classe comerciante que encontrara recente prestígio social, utilizando-se da construção desses empreendimentos como forma de legitimar seu poder econômico, político e cultural.

Em segundo lugar, os hotéis do período viabilizaram e ampararam as novas práticas de viagens que se conformavam à época, oferecendo um novo tipo de hospedagem, agora

com mais conforto e maiores comodidades. Assim, essas edificações estavam intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento da atividade comercial e aos anseios da burguesia ascendente, fenômenos que direcionaram não apenas a urbanização da cidade, como também o surgimento desses empreendimentos.

O Palace Hotel (Figura 1.15) foi o primeiro exemplar de uma série de hotéis mais refinados que começaram a surgir no Centro de Fortaleza no início do século XX. Inaugurado em 1927, o empreendimento se instalou de forma a adaptar o edifício já existente no local, cuja conclusão da construção data de 1915.

A construção do Edifício Antônio Gomes Guimarães, situado em frente à Praça dos Mártires, o Passeio Público – mais



Figura 1.12 - Antigo Palace Hotel.

Fonte: <http://static.somosvos.com.br/s3.amazonaws.com/uploads/2015/11>

especificamente na rua Major Facundo, esquina com rua Dr. João Moreira – teve seu início em 1890. Segundo a pesquisadora memorialista Leila Nobre, a edificação, propriedade dos franceses Louis Dragaud e Louis Gonthier e do alsaciano Isidor Braun, foi concebida inicialmente para a função de hospedagem, abrigo por doze anos o Hotel de France.

Mais tarde, o prédio é alugado por Efrem Gondim, personalidade que, para Duarte e Vasconcelos (2006), foi precursora da hotelaria moderna na Capital. Gondim era um comerciante de grande prestígio na cidade, proprietário da Rotisserie Sportman, – restaurante, café, sorveteria e casa de chá destinada à alta sociedade – que se localizava no Palacete Ceará, onde também estava instalado o Clube Iracema.

A reforma empreendida por Gondim para abrigar o Palace Hotel deu ao sobrado mais um pavimento e incorporou a casa vizinha, localizada na rua Major Facundo. Alguns anos depois, na década de 1940, o edifício agregou mais uma casa

Figura 1.13 - Desenhos que mostram reformas e incorporações ao edifício.

Fonte: *Sítio eletrônico Fortaleza Nobre*

adjacente, na rua Dr. João Moreira, e sofreu também alterações em sua fachada, de estilo até então neoclássico, para que esta pudesse se adaptar ao gosto eclético do momento.

O Palace Hotel fechou suas portas definitivamente em 10 de agosto de 1971, e, dois anos mais tarde, em 3 de outubro de

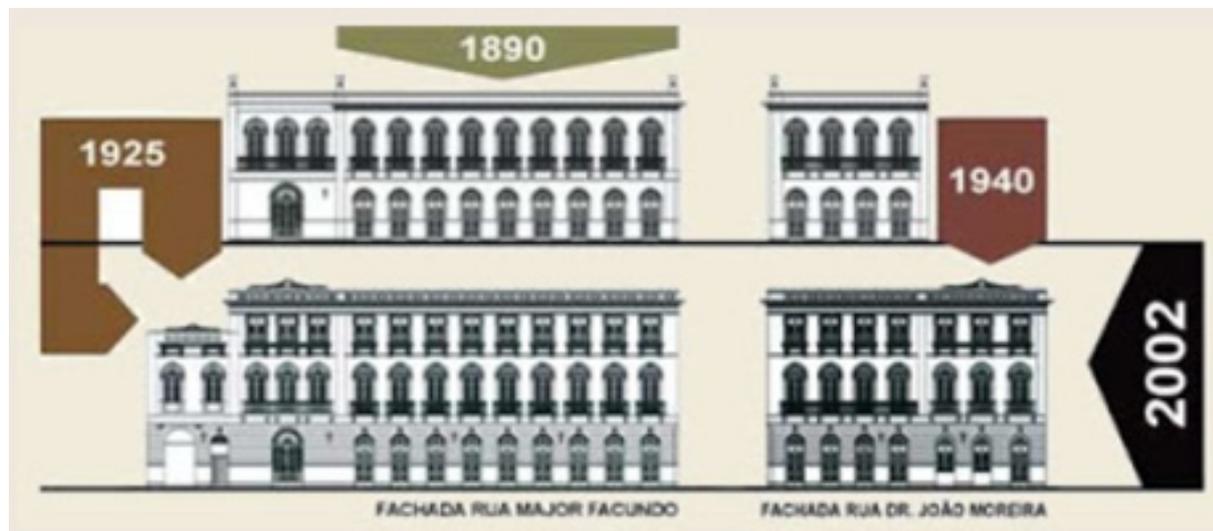


Figura 1.14 - Palace Hotel visto a partir do Passeio Público.

Fonte: *sítio eletrônico Fortaleza Nobre*

1973, foi vendido para a Associação Comercial do Ceará, instituição que abriga em suas dependências até os dias atuais.

Com uma área total construída de 1950m², o edifício de três andares foi construído com alvenaria autoportante de tijolos, combinada a pisos mistos compostos por trilhos e vigas de madeira. Em suas fachadas, é clara a geometrização, simetria e ritmo compostos pelas janelas e pelas portas de arco pleno, nas quais se destacam os vitrais com desenhos diversos. A diferença formal entre as portas existentes nos dois primeiros pavimentos e as janelas existentes no último, assim como as diferenças existentes nos vitrais demonstra claramente as intervenções pelas quais o edifício passou ao longo dos anos para se adaptar às novas demandas. Ademais, o coroamento do edifício fica por conta de uma imponente platibanda de estilo clássico que não recebeu alterações durante a última reforma.

Até o presente, o edifício guarda conservados alguns detalhes construtivos, como o piso em mosaicos hidráulicos policromados – em tamanhos diferentes, formam em cada ambiente uma paginação distinta –, os vitrais, as grades das varandas, sua escadaria feita em mogno e os detalhes decorativos ecléticos que foram incluídos na fachada da década de 1940. Cabe também destacar que o elevador, cuja existência demonstrava grande modernidade e inovação para o período, está em funcionamento até os dias atuais.

Atualmente, o Edifício Antônio Gomes Guimarães está tombado provisoriamente pelo Município, e sua importância no cenário atual do Centro de Fortaleza é percebida sobretudo por integrar um importante conjunto urbano com o corredor cultural (corredor do Mar) que se forma desde a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção até a Estação João Felipe. O



Figura 1.15 - Foto da década de 1940, mostrando a visão do Edifício Antônio Gomes Guimarães a partir do Passeio Público.

Fonte: *sítio eletrônico Fortaleza Nobre*

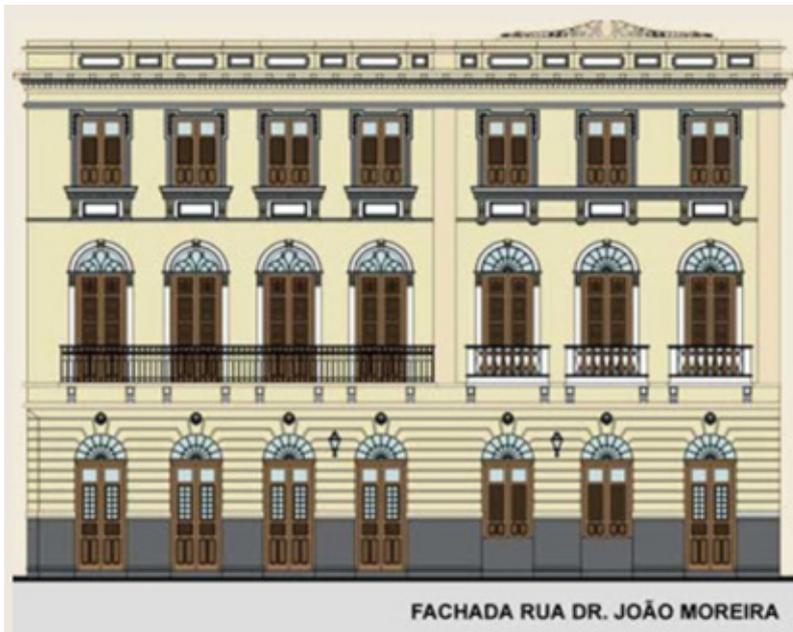


Figura 1.16 - Desenho que mostra a fachada da rua Dr. Joao Moreira.

Fonte: *CAPELO FILHO e SARMIENTO, 2006.*

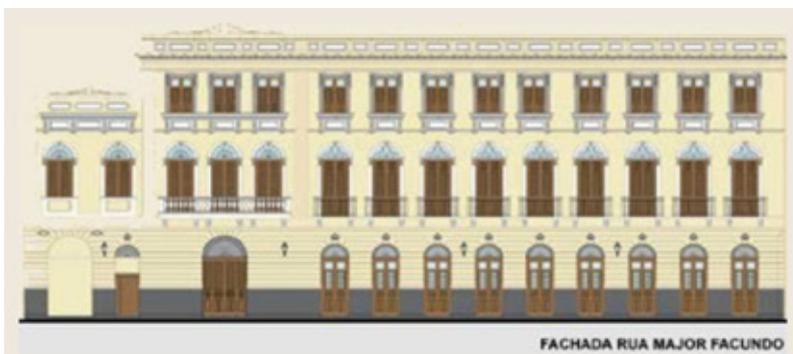


Figura 1.17 - Desenho que mostra a fachada da rua Major Facundo.

Fonte: *CAPELO FILHO e SARMIENTO, 2006.*

edifício se localiza ao lado do Passeio Público, o que revela sua importância no cenário da Fortaleza antiga.

O segundo desses exemplares, o Hotel Brasil, foi inaugurado em 1930, em frente à praça General Tibúrcio, popularmente conhecida como Praça dos Leões. Assim como o Palace Hotel, utilizou-se de edificação já existente para sua instalação, não tendo sido concebido, nesse caso, especialmente para a função de hospedagem.

O Palacete Brasil teve sua construção iniciada em 1914 e concluída no ano seguinte, sob responsabilidade de Rodol-



Figura 1.18 - Hotel Brasil e escadarias da Praça General Tibúrcio.

Fonte: <https://www.somosvos.com.br/patrimonios-historicos-palacete-brasil-a-joia-preservada-da-praca-dos-leoes/>

Figura 1.19 - Detalhes da fachada ornamentada em estilo eclético.

Fonte: <https://www.somosvos.com.br/patrimonios-historicos-palacete-brasil-a-joia-preservada-da-praca-dos-leoes/>

fo F. Silva & Filho, conforme projeto de estilo neoclássico do engenheiro João Saboia Barbosa. A pedido da empresa Frota & Gentil, a finalidade do edifício era abrigar a nova sede do Banco do Brasil, instituição que se instalava, até então, na rua Barão do Rio Branco.

Anos mais tarde, o edifício passa a abrigar o Hotel Brasil, que pertencia à firma Alexandre & Quintons. O hotel funcionava em seus pavimentos superiores, enquanto o banco continuava a operar no pavimento térreo. Nos anos seguintes, mesmo com a saída do Banco do Brasil para outra sede, a construção continuou tendo uso misto: abrigava, além das funções de hospedagem, restaurante, café, sorveteria e casa de chá. Esse tipo de usos no pavimento térreo faz com que o edifício esteja constantemente inserido nas dinâmicas urbanas terciárias, na medida em que configura um lugar de trocas, conferindo, em certa medida, uma permeabilidade de acesso por parte dos habitantes, fato que adianta uma importante premissa do modernismo arquitetônico que melhor se consolidaria nas décadas seguintes.

Situado num importante ponto da cidade, na esquina da rua General Bezerril com a Travessa Morada Nova, o hotel logo alcançou grande prestígio social, chegando a abrigar figuras ilustres que passavam por Fortaleza, como deputados, vereadores, artistas, acolhendo assim o fluxo turístico ainda muito restrito à elite. Atualmente o hotel está desativado, e





Figura 1.20 - Detalhes da fachada ornamentada em estilo eclético.

Fonte: <https://www.somosvos.com.br/patrimonios-historicos-palacete-brasil-a-joia-preservada-da-praca-dos-leoes>



Figura 1.21 - Hotel Brasil atualmente, abrigando o bar Lions.

Fonte: <https://www.somosvos.com.br/patrimonios-historicos-palacete-brasil-a-joia-preservada-da-praca-dos-leoes/>

se encontra em funcionamento no térreo do Palacete Brasil o restaurante Lions, bastante conhecido na cidade, de propriedade de um casal de paraibanos.

A relevância do edifício no contexto do centro histórico da cidade de Fortaleza é potencializada pela existência de outras construções de valor patrimonial simbólico, cultural e

memorial em suas proximidades: Além da própria praça dos Leões, encontra-se a Igreja Nossa Senhora do Rosário, o Palácio da Luz – bens tombados a nível estadual – e o Museu do Ceará, que se instalou no edifício onde inicialmente funcionava a Assembleia Provincial, tombado pelo IPHAN a nível nacional.

Por fim, o terceiro dos exemplares do período, o Excelsior Hotel foi, consoante considera Liberal de Castro (1987), a realização final do Eclétismo em Fortaleza, tendo sido também o primeiro exemplar da arquitetura deliberadamente hoteleira na capital cearense. O edifício, inaugurado às 17 horas do dia 31 de dezembro de 1931, pertence hoje à família do já falecido arquiteto Emílio Hinko (1902-2002).

A construção se situava em localização bastante privilegiada para a época, na Praça do Ferreira, que era local de encontro e manifestações, e ao seu redor estavam os principais estabelecimentos comerciais e de serviços. Localizado na esquina da Rua Guilherme Rocha com a Rua Major Facundo, o Excelsior foi construído no local onde anteriormente se encontrava o mais alto e um dos mais antigos sobrados da cidade, o sobrado do Coronel Machado.

O Excelsior foi o último grande empreendimento do seu proprietário, Plácido de Carvalho, que faleceu quatro anos após a inauguração. Figura importante no cenário de Fortaleza durante o século XIX e início do século XX, o rico comerciante e empresário possuía diversos negócios, entre eles uma fábrica de tecidos, o que o ligava ao forte desenvolvimento do comércio algodoeiro no Ceará. Era também proprietário de diversos outros imóveis na cidade, como o Cine Theatro Majestic-Palace e o Palácio do Plácido.

A autoria do projeto do Excelsior Hotel é ainda desconhecida. Em entrevista com o atual proprietário do imóvel, Janos Cavalcante Fuzesi, em outubro de 2019, ele revelou que há suspeitas de que o projeto do hotel tenha sido feito por algum arquiteto carioca, já que sua idealização e construção se deram logo em seguida ao retorno de Plácido de Carvalho de um longo período no Rio de Janeiro.

Segundo informações fornecidas por Emílio Hinko a Castro (1987), as fachadas e o plano geral do edifício tiveram como inspiração um edifício de apartamentos localizado na parte norte de Milão, onde Plácido de Carvalho teria conhecido sua esposa, em uma de suas constantes viagens à Europa.

A construção do edifício se iniciou em 1928, mas encontrou em seu percurso alguns contratemplos. A obra, a princípio, foi realizada por profissionais não diplomados, executada por Lucas Oliveira, o Mestre Lucas, e administrada por Natale Rossi, cunhado de Plácido de Carvalho. Posteriormente, a segurança da obra precisou ser vistoriada por um grupo de engenheiros para garantir a segurança de sua continuidade.

Ainda hoje, em Fortaleza, muitos citam o Excelsior Hotel como maior edifício em alvenaria do mundo. Como afirma Castro (1987), a afirmação se constitui um duplo equívoco:

Duplo equívoco porque, primeiro, são numerosos os prédios em alvenaria maiores e mais altos que o Excelsior; segundo, porque a estrutura do hotel consta de pilares, vigas e lajes de trilho de trem, de sorte que as finas paredes de alvenaria dos pavimentos superiores não são autoportantes. Além do mais, tendo havido alguns problemas

EXCELSIOR HOTEL

O PONTO MAIS CENTRAL DA CAPITAL
PRAÇA DO FERREIRA

150 quartos e confortáveis aposentos com luz fluorescente, ventilação direta, dispondo de leitos com colchões de molas, água corrente e telefone

Todos os andares servidos por dois rápidos elevadores.
Água gelada em todos os andares

SALÃO DE BELEZA
BARBEARIA E
MANICURE

Dispondo dos mais confortáveis aposentos e de melhor RESTAURANTE

Servido por uma cozinha de 1ª ordem, a cargo de competente profissional, recentemente contratado. Prefiram o RESTAURANTE do Excelsior Hotel para as suas refeições avulsas

— CONFORTO—BOM PASSADIO—DISTINÇÃO —

Ed. Telefônica: "EXCELSIOR" — Caixa POSTAL 339

FONES: 55-12, 55-13 — FORTALEZA CE.

Figura 1.22 - Anúncio do hotel em 1953.

Fonte: <http://www.fortalezanobre.com.br>

Figura 1.23 - Anúncio do Excelsior Hotel em Jornal.

Fonte: *Blog do Laprovítera*



no ângulo da edificação voltado para a praça, foi aplicada uma amarração de concreto armado, calculada pelo engenheiro Archias Medrado (CASTRO, 1987, p. 243).

O mal-entendido acontece porque, na verdade, o edifício foi idealizado inicialmente possuindo apenas quatro pavimentos, e só quando os primeiros deles já estavam em construção, houve uma mudança de planos. Dessa forma, solicitou-se uma avaliação técnica para ampliar o hotel para oito pavimentos, o que de fato foi feito, mas agora não mais utilizando-se apenas de alvenarias autoportantes, como também de uma estrutura composta por pilares, vigas e trilhos de trem. Encontram-se no edifício paredes de até 80 centímetros de espessura.

Figura 1.24 - Fachada do Excelsior Hotel atualmente, com ornamentos ecléticos.

Fonte: *Acervo da autora.*



As peças de serralheria, que a cada pavimento apresentam desenhos diferentes, foram feitas por profissionais italianos radicados em São Paulo, assim como os serviços de reboco externo e de estuque no interior do edifício, o que demonstrava o intercâmbio cultural proporcionado pela presença dos imigrantes nesse período. O Hotel é marcado por uma profusa decoração, característica da arquitetura de estilo eclético, com cornijas, baixos relevos marcando as janelas, frisos, adornos florais, falsos pilares, vasos em relevo no reboco e balcões balaustrados nas varandas.

À data de sua inauguração, o Excelsior possuía 120 apartamentos e 13 suítes, e era composto por sete pavimentos e mais um terraço a céu aberto. A construção do Excelsior Hotel foi também um exemplo das diversas edificações idealizadas pela nova classe burguesa, na medida em que se constituía um signo de modernidade para a cidade.



Sua relação com a elite local era viabilizada pela multiplicidade de funções que o hotel trazia em seu programa, como uma barbearia, que era destinada não apenas aos hóspedes, como também a atender aos homens mais abastados da cidade, e um night-club em seu terraço, chamado American Bar. Ali eram realizadas as melhores e mais requintadas recepções de festas da alta sociedade, com destaque para a vista privilegiada que proporcionava, por ser o edifício mais alto da cidade até então.

A modernidade anunciada pelo Excelsior Hotel pode ser observada por essa tendência de trazer ao edifício outras funções além da hospedagem, o que se verifica também em seu pavimento térreo, destinado às casas de comércio. Ademais, são também um signo de modernização a sua verticalidade, proporcionada pelo avanço das técnicas construtivas, e a

Figura 1.25 - Detalhes da fachada do Excelsior Hotel atualmente, com ornamentos ecléticos.

Fonte: Acervo da autora



Figura 1.26 - Salão principal do Excelsior, no primeiro pavimento.

Fonte: acervo da autora.



Figura 1.27 - Recepção do Edifício Excelsior atualmente.

Fonte: Acervo da autora.

existência de dois elevadores, inovação tecnológica na época.

No primeiro pavimento ficava a sala de refeições, a barbearia, a cozinha, a adega e outras dependências de serviço. Do segundo ao sétimo pavimento estavam dispostos os quartos e apartamentos. A mobília de todo o hotel veio da Europa, o que ressalta que tais intercâmbios de mercadorias foram proporcionados pelas facilidades de deslocamento devido à existência do Porto e da Estação Ferroviária.

O Excelsior estava também inserido nas práticas de deslocamento relacionadas ao lazer em um período onde esse tipo de turismo era restrito à elite. Autoridades, artistas de cinema e cantores se hospedaram no Excelsior ao visitar Fortaleza. Segundo registros do pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo, o Nirez, personalidades como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas, e o cineasta Orson Welles foram alguns dos hóspedes recebidos.

Além da condição de grande hotel para a cidade de então, confortável com relação aos padrões da época, o Excelsior deslumbrava Fortaleza com os seus elevadores, com os seus salões, com o seu restaurante e com a criadagem devidamente uniformizada. Às noites de fim de semana, figuras conspícuas da sociedade iam desfrutar na terrassa as delícias do Sétimo Céu, espécie de night-club a céu aberto, onde se dançava ao luar. (CASTRO, 1987, p. 244).

Hoje, apenas o térreo e primeiro pavimento do edifício estão em funcionamento, sendo no térreo alguns pontos comerciais, e no primeiro pavimento a sede do Consulado da Hungria, a administração das empresas da família e uma clínica de psicologia. Os demais pavimentos, onde existem os quartos, ficam desocupados. O hotel é também, atualmente, cenário do Natal de Luz do Ceará, onde, em suas grandes



Figura 1.28 - Barbearia do hotel atualmente, ainda preservada.

Fonte: Acervo da autora.

janelas, um coral de crianças canta músicas natalinas todos os anos durante o mês de dezembro.

Ao longo de sua existência, o Excelsior sofreu três intervenções em seu projeto inicial, mas não se tem registro dos períodos específicos em que foram feitas as mudanças. As duas primeiras foram projetos do arquiteto Emílio Hinko: a primeira delas introduziu banheiros em todos os quartos, para se alinhar a uma tendência que se observava na Europa e já começava a surgir em outros hotéis na cidade; a segunda aproveitou o seu eirado, ampliando o espaço do antigo night-club para a implementação de um restaurante. A última reforma, por fim, de autoria desconhecida, criou circulações de serviço nos dois primeiros pavimentos do hotel.

O Excelsior fechou suas portas pela primeira vez em 1953, quando permaneceu fechado para reforma por quatro anos, reabrindo em dezembro de 1957. Em outubro de 1964, encerrou novamente suas atividades, reabrindo apenas de forma esporádica para eventos especiais. Mais tarde, em 1987, sob desculpa de uma nova reforma, o hotel fechou suas portas, mas dessa vez de forma definitiva.

Com a análise dessas três edificações, conclui-se que, para além das questões estilísticas, a produção da arquitetura eclética em Fortaleza conferiu certa modernidade à tipologia hoteleira. A maior preocupação com o conforto, a higiene, a salubridade, além das inovações tecnológicas e da multiplicidade de usos são bons exemplos desses contributos, que continuaram a ser desenvolvidos e aperfeiçoados nos períodos que se sucederam.

Portanto, pode-se afirmar que a construção desses hotéis se inclui em um amplo contexto de modernização pela qual passava toda a Fortaleza. Por meio da espacialização da localização desses três edifícios (ver Mapa 1.2), percebe-se que todos se inseriam no Centro da capital, que à época, configurava quase a totalidade do espaço da cidade, já que os bairros nos arredores ainda estavam por desenvolver-se. Nesse sentido, percebe-se também que todos eles estavam situados em área predominantemente comercial, afirmando a relação que possuíam com as práticas de negócio, que ditavam ainda em sua maior parte os deslocamentos dos viajantes.

Mais uma evidência da relação dessas edificações com o comércio local é o fato de dois deles, o Hotel Brasil e o Hotel Excelsior, terem sido concebidos para uso misto, abrigando a atividade comercial em seu térreo, que se abria para as

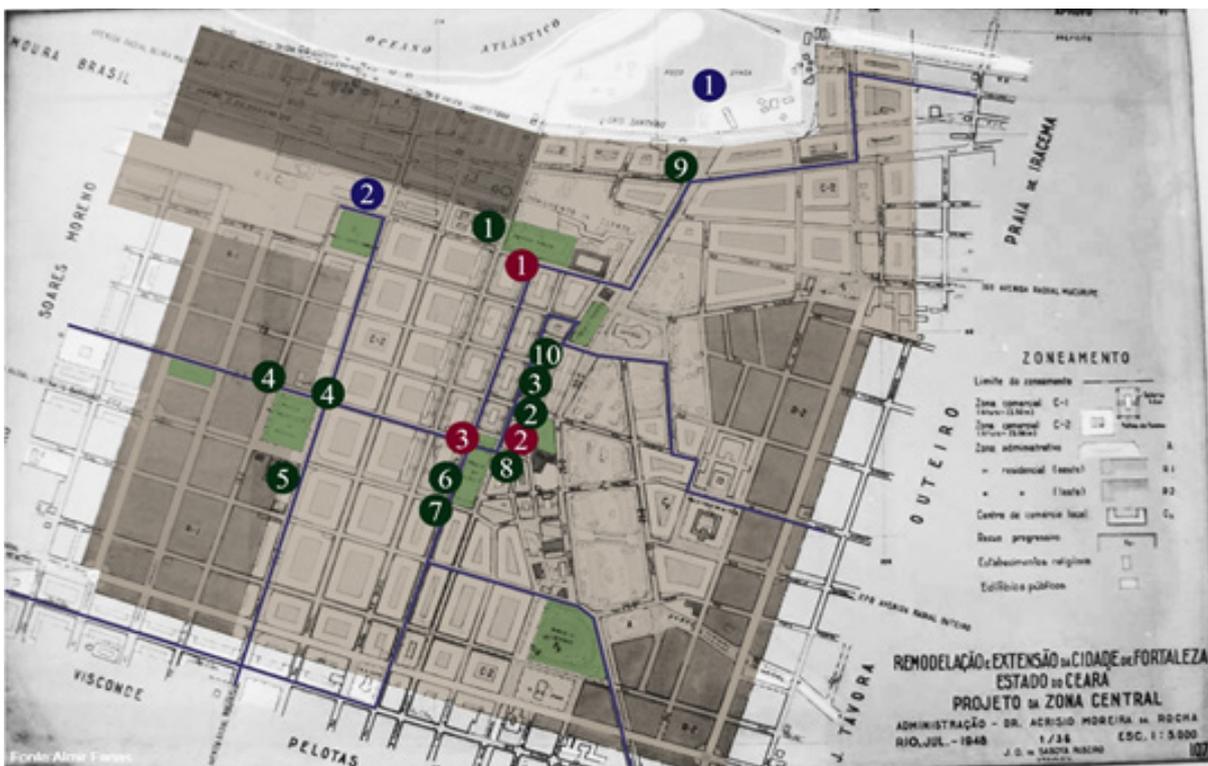
vias e tinha estreita relação com o cotidiano dos cidadãos fortalezenses.

Essas dinâmicas foram potencializadas pelas facilidades de deslocamentos proporcionadas pelas linhas de bonde, que interligavam os pontos de maior interesse comercial da cidade com a Estação Ferroviária e o Porto do Poço da Draga, o que facilitava o acesso por meio não apenas dos viajantes, como também dos comerciantes locais.

Ao mesmo tempo em que estavam diretamente ligados às atividades de negócio, esses hotéis demonstram seus anseios modernizantes ao relacionar-se também às dinâmicas do ócio que surgiam na sociedade. Os novos costumes das classes sociais emergentes, possibilitados pelo contato com estrangeiros, tanto por meio das facilidades de deslocamento e comunicação, como por meio do contato com os imigrantes europeus, se revelam nesses três hotéis. Isso pode

Mapa 1.2 - Primeiros hotéis do século e o Centro da cidade.

Fonte: elaborado pela autora, sobre mapa de proposta para a zona central do Plano Diretor de Remodelação e Expansão da Cidade de Fortaleza (1947).



Zoneamento de usos

- Área predominantemente comercial
- Área predominantemente residencial
- Área administrativa e residencial de baixa renda

Primeiros Hotéis séc. XX

- ① Palace Hotel (1927)
- ② Hotel Brasil (1930)
- ③ Excelsior Hotel (1931)

Facilitadores de deslocamentos

- ① Antigo porto (1906 a 1940)
- ② Estação Ferroviária João Felipe (1880)
- Linhas de bondes existentes até 1930

Edifícios/instituições relevantes

- ① Santa Casa de Misericórdia (1961)
- ② Assembleia Legislativa (1871)
- ③ Mercado de Ferro (1897)
- ④ Fênix Caixaerial (1905/1915)
- ⑤ Theatro José de Alencar (1910)
- ⑥ Cine Theatro Majestic Palace (1917)
- ⑦ Cine Moderno (1921)
- ⑧ Clube Iracema (1922)
- ⑨ Secretaria da Fazenda (1927)
- ⑩ Correios e Telégrafos (1934)
- Principais praças

ser constatado ao verificar-se que todos eles foram construídos em frente a praças, locais de lazer muito procurados pela nova elite, e bastante utilizados também para atividades físicas, como forma de trazer salubridade à cidade e aos seus habitantes. Ademais, percebe-se que esses edifícios estavam próximos a teatros, cinemas e clubes, evidenciando que os viajantes poderiam também contar com instalações voltadas ao lazer.

A modernidade anunciada por esses hotéis evidencia-se também na existência de abastecimento de água canalizado e de uma rede de esgotos, inaugurada em 1924. A existência desse tipo de serviço, aliado ao início de uma evidente verticalização dos edifícios desse período, demonstra o alinhamento que Fortaleza buscava com as grandes cidades desenvolvidas, além do avanço técnico e tecnológico da medicina e da engenharia.

O mapa 1.2 traz também a noção de que já em 1930 anunciavam-se os próximos rumos que a cidade tomaria. A existência da linha de bonde que levava à Praia do Peixe facilitava não apenas o deslocamento de pessoas provindas do porto, mas também o acesso dos habitantes à praia, indicando a mudança de percepção litorânea que já se evidenciava nas novas práticas sociais e que viriam a se consolidar nas décadas seguintes. Ademais, verifica-se que a ampliação das linhas de bondes, melhor descrita mais tarde, no plano de Expansão e Remodelação pelo qual passou Fortaleza em 1947, foi um grande fator que possibilitou e favoreceu o processo de descentralização que será explanado no capítulo seguinte.

02

A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA DOS HOTÉIS EM FORTALEZA

- 2.1.** OS HOTÉIS MODERNISTAS E O INÍCIO DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES URBANAS DE FORTALEZA
- 2.2.** OS HOTÉIS MODERNOS E A VALORIZAÇÃO DA ZONA LESTE FORTALEZENSE
- 2.3.** A DÉCADA DE 1980: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO TURISMO E O PROCESSO DE DECADÊNCIA DOS HOTÉIS DO CENTRO

A tendência de descentralização de Fortaleza descrita anteriormente tomou força entre as décadas de 1930 e 1970, quando a capital começou a consolidar-se como um destino turístico de sol e praia, e a orla recebeu maior atenção pelo Poder Público, passando a ser uma região extremamente privilegiada e valorizada, ao contrário daquilo que era nos primórdios da urbanização fortalezense.

Com a mudança da noção de maritimidade pela elite e a saída das famílias abastadas do Centro, conformaram-se novos bairros. Esse fenômeno de redistribuição territorial das classes sociais guarda estreita relação, conforme pode-se observar, com as estruturas sociais e políticas vigentes, e implica diretamente na reestruturação urbana como um todo. Conforme defende Villaça (2009, p. 13), “(...) a segregação espacial das camadas de alta renda surge como o elemento interno mais poderoso no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intra-urbano de nossas metrópoles”.

O extenso recorte temporal do capítulo abrange diversas matrizes da produção da arquitetura hoteleira, considerando assim um sentido amplo de modernidade, que aborda, para além da arquitetura alinhada aos preceitos do Movimento Moderno, também a produção que Segawa (1998) denomina por “modernidade pragmática”. Esse conceito está atrelado a uma vertente arquitetônica que, conforme explica Paiva (2008, p.8), “não se sustentava em nenhum pressuposto teórico ou conteúdo programático específicos, pelo contrário, se valia de influências múltiplas e contraditórias (...)”.

Dessa forma, este estudo utiliza-se da noção de modernismo e modernidade arquitetônicos, defendida por Segawa (1998), para categorizar e contextualizar as edificações hoteleiras no recorte temporal estabelecido, levando em consideração, entretanto, que ambas as vertentes arquitetônicas são resultantes de processos paralelos, justapondo-se no tempo (MARQUES e NASLAVSKY, 2003), apesar de, no caso

dos hotéis em Fortaleza, terem se evidenciado de forma mais divergente espacial e temporalmente. Podem, assim, ser identificadas duas vertentes de modernidade na produção arquitetônica hoteleira na cidade, que se apresentam nos dois tópicos subseqüentes: os hotéis considerados nesse trabalho como modernistas e os hotéis modernos.

Os hotéis modernistas correspondem à produção observada na década de 1950, em um período em que as primeiras manifestações da modernidade arquitetônica se insinuam, incorporando as tecnologias construtivas emergentes, ligadas sobretudo ao uso do concreto armado, abandonando sistematicamente o uso de ornamentação de matriz historicista, ainda que mantendo certas formas de composição mais tradicionais. Dessa forma, o tópico propõe-se a discorrer sobre as características dessa produção, dita protomoderna, ressaltando os valores modernizantes que se faziam presentes na sociedade e que se refletiam na produção arquitetônica. São exemplares desse período o Iracema Plaza Hotel (1951), o Lord Hotel (1956), o Hotel Savannah (1957) e o Hotel San Pedro (1959).

Por sua vez, os hotéis modernos, na sua versão mais erudita, são contemplados pela produção que se deu da década de 1960 à década de 1980. Nesse período, observa-se uma participação efetiva dos arquitetos, e um maior alinhamento aos preceitos do Movimento Moderno realizada na Europa e no resto do mundo. Cumpre destacar, no entanto, a importância da justa valoração desses exemplares, considerando o contexto de seu surgimento e as particularidades da capital cearense, conforme defendido por Waisman (2013), para que se consiga uma maior aproximação aos objetos de estudo. Apresentam-se como exemplares mais relevantes do período o Imperial Othon (1964), o Hotel Beira Mar (1972), o Colonial Praia Hotel (1976), o Hotel Esplanada (1978), o Metropolitan Residence Service (1980), o Praiano Palace Hotel (1984) e o Ponta Mar Hotel (1986).

Serão também abordadas as políticas públicas de incentivo ao turismo, PRODETURIS e PRODETUR/CE, como forma de contextualizar a produção hoteleira estudada dentro da totalidade do processo de desenvolvimento do turismo e urbanização da cidade durante todo o século XX, apontando para uma maior atenção por parte do Poder Público à afirmação do caráter turístico de todo o Estado. Ademais, serão brevemente elencados os principais exemplares que representam a pós modernidade arquitetônica dos hotéis, que se deu no fim da década de 1980, tendo como marco inicial a inauguração do Hotel Gran Marquise, projetado em 1986.



Mapa 2.1 - Espacialização e linha do tempo dos hotéis abrangidos na pesquisa.

Fonte: elaborado pela autora.

É também necessário discorrer sobre a consolidação do processo de esvaziamento do Centro da cidade, que fez com que muitos das edificações ali existentes permanecessem sem uso por anos, dentre elas, os hotéis supracitados. O fato de que alguns desses exemplares estão ainda sem nenhuma função ou subutilizados reitera a relevância de se discutir as possibilidades de reuso dessas edificações, tendo em vista que sua conservação e permanência é de grande importância histórica e patrimonial para a cidade de Fortaleza.

Portanto, o presente capítulo tem como objetivo abordar o processo de descentralização pelo qual a capital passou, associando-o com os planos urbanísticos vigentes, o desenvolvimento e incentivo ao turismo, a consolidação das zonas de praia como principal local de lazer e atrativo turístico, assim como com os agentes envolvidos nesse processo, a fim de proporcionar uma melhor compreensão do contexto de produção arquitetônica da hotelaria na modernidade.

2.1. OS HOTÉIS MODERNISTAS E O INÍCIO DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES URBANAS DE FORTALEZA

Com o declínio da economia agroexportadora na República Velha, devido a crises e conflitos constantes¹⁵, a partir de 1930, o Brasil se viu envolvido pelos anseios modernizadores da Era Vargas. Essa nova fase foi marcada pela busca de uma identidade nacional, afastando os regionalismos e unificando os interesses da Nação. Vargas promoveu, para tanto, a abertura de rodovias e de ferrovias, e também o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, o que acarretou, na sociedade, a alteração das relações já conhecidas de tempo e de espaço.

15 Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, Revolta Paulista, em 1924, e Coluna Prestes, em 1925, a Grande Depressão de 1929 (forte crise do sistema capitalista que atingiu o comércio mundial), e a Revolução de 1930.

Nesse período, a crescente troca de informações fez com que as cidades brasileiras buscassem, cada vez mais, atender a padrões europeus, considerados sinônimo de modernidade. Assim, muitas capitais passaram por remodelações viárias, pela implantação de novos planos urbanísticos, por expansões territoriais e, inclusive, atuaram no sentido de buscar uma alteração de valores da sociedade, por meio da divulgação de imagens e mensagens que representavam aquilo que se considerava moderno.

A arte teve um papel preponderante na busca dessa identidade nacional, tendo sido a arquitetura um importante meio para proporcionar a consolidação da expansão industrial do período. As diversas manifestações artísticas receberam destaque na medida em que foram utilizadas como ferramentas para o enfrentamento de questões sociológicas, técnicas, produtivas e organizacionais da modernidade, conforme defende Borges (2006). Assim, muitas foram as formas de expressão artística do período, desenvolvidas em busca de traduzir os novos questionamentos sociais sobre o sentido do espaço e do tempo.

No que tange à arquitetura, esta foi pautada pelo desenvolvimento da engenharia e das técnicas construtivas, assim como pelo surgimento de novas funções programáticas para atender às recentes necessidades sociais, como estações ferroviárias, galpões industriais e locais para comércio. Além disso, novos fatores começaram a ser preponderantes para as decisões arquitetônicas, como a economia de tempo e o custo.

Esses anseios de nacionalismo e de modernização se viram traduzidos na arquitetura protomoderna. Suas principais características, como a utilização de formas geométricas e linhas retas, bem como o recente emprego do concreto armado, foram as soluções encontradas para racionalizar as construções, tornando-as mais rápidas e econômicas. A nova linguagem foi, para Correia (2008), durante as décadas de 1930 e 1940, “a expressão de renovação da arquitetura de maior alcance junto a diferentes segmentos da população”. Tendo se iniciado em construções de grande relevância e maior porte, o novo estilo de construir teve ampla aceitação e difundiu-se rapidamente entre as mais diversas classes sociais.

Na arquitetura, recebeu impulsos do cubismo, do futurismo, do expressionismo e de outros movimentos das artes plásticas, ao mesmo tempo em que absorveu influências diversas de arquiteturas anteriores e

contemporâneas. Concilia aspectos do racionalismo moderno e vínculos com o ecletismo, representando uma “síntese formal da estilização equidistante da vanguarda e da tradição” e “conjugando as tradições acadêmicas beaux-arts de hierarquização volumétrica e decorativista, com a negação do historicismo” (CORREIA, 2008, p.49).

Por um lado, os edifícios protomodernos relacionavam-se ainda com a arquitetura *beaux-arts*, na medida em que eram ainda utilizados ornamentos, composições volumétricas, simetria de plantas e fachadas, além de elementos com linguagem clássica, como frontões, capitéis e colunatas – ainda que, agora, esses componentes tivessem sido expressivamente simplificados. Por outro, a redução dos detalhes e a simplificação formal indicavam sua busca por inovação diante dos estilos passados.

Ademais, desenvolvia-se à época o processo de verticalização das cidades brasileiras, avanço proporcionado pelo surgimento e aperfeiçoamento do uso do concreto armado e pela possibilidade do uso de elevadores. O incremento na altura das edificações também contribuiu, nesse cenário, para uma representação de modernidade.

No Brasil, a linguagem [...] se expressou inicialmente, sobretudo, em projetos que buscavam traduzir uma noção de modernidade vinculada a programas novos. Este foi o caso dos arranha-céus que testemunharam a passagem de nossas capitais à condição de metrópoles; de edifícios institucionais que abrigavam funções de um Estado que se modernizava e expandia; de lojas de departamento que introduziam um novo conceito de comércio; e de cinemas, clubes e emissoras de rádio que difundiam formas novas de diversão, cultura e lazer. Rapidamente, entretanto, o estilo se difundiu, aplicado em fábricas, igrejas e em lojas e moradias de pequeno porte. (CORREIA, 2010, p.16)

A produção arquitetônica durante essas décadas abrangeu diversas formas de expressão, “não existindo uma única arquitetura moderna, mas sim arquiteturas da modernidade, englobando fenômenos com atitudes, gradações e doutrinas específicas e que também dialogavam entre si.” (BORGES, 2006, p.21)

Para Correia (2008), a arquitetura do período tem visibilidade desproporcional à sua presença, que fora amplamente difundida no Brasil. Tendo sido por muito tempo desvalori-

zada pela historiografia oficial, não há consenso sequer com relação à sua designação. Termos como Art Déco, protomoderno¹⁶, proto-racionalismo¹⁷ ou racionalismo clássico¹⁸ são comuns para designar a vasta produção arquitetônica do período.

Deles, o mais amplamente utilizado é o termo Art Déco, cuja origem se deu a partir da abreviação do termo Artes Decorativas e Industriais Modernas que aconteceu no ano de 1925 em Paris. Sua consolidação, entretanto, se deu oficialmente com a repercussão da exposição “Les Années 25: Art Déco/Bauhaus/Stijl/Espirit Nouveau”, que aconteceu também em Paris anos mais tarde, em 1966, e revisitava as vanguardas do período. No entanto, tal denominação se torna inconsistente na medida em que trata como única uma produção que na verdade foi heterogênea e dispersa.

É comum encontrar-se na historiografia da arquitetura, a afirmação de que o Art Déco foi o estilo de transição entre o ecletismo historicista e a arquitetura moderna. Esse conceito mais confunde do que esclarece: o Art Déco convive tanto com o ecletismo, quanto com a arquitetura moderna, tanto que é possível observar arquitetos que projetaram obras ecléticas, Art Déco e modernas, sem entrar no mérito dos que também projetam obras ligadas a arquitetura neocolonial, tendo em vista a coexistência de diversos “estilos” no mesmo período. (FARIAS, 2011, p.35)

Portanto, trataremos a arquitetura que se desenvolveu no segundo quartel do século XX pelo termo protomoderna. O prefixo proto – que vem do grego *prōtos* – significa “primeiro”, trazendo para o vocábulo uma noção de uma primeira modernidade arquitetônica na cidade, como defendem Piva et. al. (2019).

16 O termo foi utilizado por Luís Paulo Conde para documentar edifícios “anônimos” na historiografia até o momento em alguns de seus artigos publicados nos anos 1980.

17 Termo utilizado por De Fusco (1976), para designar uma tendência estilística que ocorreu de 1910 até a Primeira Guerra Mundial.

18 Frampton (1997) designa por racionalismo clássico um estilo que, por meio de uma reavaliação da tradição clássica, buscava se adequar aos novos ideais de modernidade.

É importante destacar que não se pode considerar que tal produção modernizante antecedeu cronologicamente o movimento moderno, como acontecimentos sucessivos e lineares, tendo em vista que em Fortaleza coincidiram por algumas décadas produções ecléticas e protomodernas, como também os primeiros exemplares da arquitetura moderna, como uma fase de transição e circulação de ideias.

Observa-se, na produção protomoderna, as diversas tentativas de definição de uma linguagem que representasse a nova modernidade. Segawa (2002) denomina essas novas experiências como “modernidade pragmática”, que se diferencia do modernismo canônico por não fazer parte de uma corrente de pensamento com paradigmas e princípios bem definidos pelo Movimento Moderno.

Em Fortaleza, o ponto de partida dessa nova intenção de reorganização funcional se deu com a reforma da Praça do Ferreira em 1925, durante a gestão do governador Moreira da Rocha, sob a administração de Godofredo Maciel. Nessa intervenção, foram demolidos os quatro cafés¹⁹ existentes em cada um dos cantos da praça, além do Jardim Sete de Setembro, que eram símbolos do período da Belle Époque, e foi construído um coreto no centro da praça, onde, posteriormente, viria a ser localizada a Coluna da Hora²⁰. Ademais, as alterações também buscaram a melhoria do trânsito de automóveis e bondes e a desobstrução do tráfego pedonal, conforme destaca Ponte (1995).

Importantes acontecimentos concretizaram os anseios modernizantes da época. Como exemplos, pode-se destacar a inauguração do serviço de abastecimento de água e esgoto, em 1927, o Código de Posturas²¹, em 1932, o Plano Nestor Figueiredo²², em 1933 e o advento da energia elétrica pública, em 1934.

19 Cafés Java, Elegante, Iracema e do Comércio.

20 A Coluna da Hora foi construída na reforma empreendida em 1933, após a demolição do coreto que fora construído em 1925 (Ver MYIASAKI, 2020).

21 O Código de Posturas de 1932 tratava de questões como insolação, iluminação e ventilação dos edifícios, implantação do lote, alinhamento, arborização da cidade, tráfego de veículos e trazia, inclusive, um capítulo sobre técnicas de construção em concreto armado.

22 O plano de autoria do urbanista Nestor de Figueiredo, concebido durante a administração do prefeito Raimundo Girão, buscava ordenar e

No campo da arquitetura, o desenvolvimento dos meios produtivos industriais e dos meios de transportes e comunicações favoreceram a circulação de ideias, materiais e novas técnicas construtivas. Em meio a esse intenso fluxo de possibilidades, se observa em Fortaleza o surgimento de novas práticas arquitetônicas. Conforme destacam Paiva *et al.*:

A modernidade arquitetônica em Fortaleza se insinua na década de 1930, fruto de um processo mais intenso de modernização e urbanização e dos influxos da industrialização verificado na Região Sudeste. Embora com algumas permanências ecléticas e suas variantes, desde então se verifica a assimilação de influências racionalistas e Art Déco, que configuram a produção de uma arquitetura (Proto)Moderna e perduram até o fim da década de 1950, com a chegada dos primeiros arquitetos de formação moderna na capital cearense. (PAIVA *et al.*, 2019, p.3)

As recém-adquiridas formas conseguiram espaço na sociedade de modo muito espontâneo. A recém-adquirida maneira de construir logo se popularizou na cidade e alcançou obras de diversas tipologias construtivas, fossem elas de maior ou menor porte. É importante aqui ressaltar que, à época, existiam em Fortaleza poucos arquitetos, e a maioria dos projetos era feito por engenheiros ou práticos, conforme afirmam Paiva *et al.* (2019, p.5). Além disso, em grande parte das construções de menor porte, não havia acompanhamento profissional, e as intervenções se resumiam a reformas nas fachadas de edificações já existentes.

Alguns dos exemplares mais significativos dessa produção na capital foram a Coluna da Hora²³ (Figura 2.1), construída em 1933 na Praça do Ferreira, o antigo Mercado Municipal²⁴



Figura 2.1 - Antiga Coluna da Hora.

Fonte: BORGES, 2006



Figura 2.2 - Fachada Leste do Mercado Municipal.

Fonte: BORGES, 2006

orientar o crescimento da cidade. O plano, no entanto, não foi levado a diante, tendo sido interrompido na gestão do prefeito sucessor, Álvaro Weyne, diante da pressão dos grandes proprietários de terra.

23 A Coluna da Hora fora construída em 1933, "(...) erguida no centro da Praça do Ferreira, a partir de um concurso ganho por José Gonçalves da Justa, inserida no projeto de modernização da Capital, empreendido pelo então prefeito Raimundo Girão. Construída no 'estilo Art Déco' (...) foi demolida em 1967, por ocasião de uma das reformas da Praça do Ferreira." (PAIVA *et al.*, 2019, p. 8)

24 Inaugurado em 22 de setembro de 1932, na gestão do prefeito Tibúrcio Cavalcante. Abriga atualmente o Centro Cultural Banco do Nordeste,



Figura 2.3 - Edifício dos Correios e Telégrafos.

Fonte: BORGES, 2006



Figura 2.4 - Edifício e Cine Diogo.

Fonte: BORGES, 2006



Figura 2.5 - Banco do Brasil.

Fonte: BORGES, 2006



Figura 2.6 - Vista noroeste do Clube Iracema.

Fonte: BORGES, 2006

(Figura 2.2), o edifício dos Correios e Telégrafos²⁵ (Figura 2.3), o Edifício e Cine Diogo²⁶ (Figura 2.4), o Banco do Brasil²⁷ (Figura 2.5), a Secretaria de Finanças do Município e o antigo Clube Iracema²⁸ (Figura 2.6).

Nesse período, a forte movimentação comercial e especialização do Centro, atrelada ao adensamento causado pelas migrações advindas do interior do Estado por conta das secas, fizeram com que, na década de 1920, as famílias de alto poder aquisitivo saíssem do Centro para o lado oeste e, posteriormente, para o leste. O primeiro bairro no qual as famílias abastadas se instalaram foi o Jacarecanga, no entanto, tal ocupação logo entrou em declínio devido à instalação de indústrias no local e à consequente ocupação dos seus entornos por operários.

A presença da estrada de ferro e a consequente instalação de indústrias em seu entorno, concorrem para que os bairros do lado oeste passem a ser ocupados pela classe operária, e a elite, incomodada, se transfere, então, para a zona a leste da área central, de clima mais ameno, sem poluição e distante do burburinho provocado pelas atividades comercial e industrial. (SOUZA, 2014, p. 21)

Desde então, a população de classe social mais elevada migrou para a porção leste da cidade. O primeiro bairro da zona leste a ser ocupado foi o da Praia de Iracema, bairro de pescadores que, a partir da década de 1920, passou a abrigar casas de veraneio da elite fortalezense, conforme já explicitado. Os banhos de mar, que eram tidos até então como tratamento de saúde para os doentes, passaram a figurar

mediante acordo firmado em 2013 entre a Prefeitura de Fortaleza e o Banco do Nordeste. Ver BORGES, 2009.

²⁵ Inaugurado em 14 de fevereiro de 1934. “A autoria do projeto arquitetônico coube ao engenheiro Santos Maia, enquanto o cálculo da estrutura em concreto armado foi de responsabilidade do engenheiro cearense Humberto Menescal” (BORGES, 2009, p. 106)

²⁶ Inaugurado em 1940, abrigava uma função mista, com um bloco horizontal, onde ficavam as salas de cinema, e um bloco vertical, que servia ao comércio. Ver CASTRO, 1997.

²⁷ Projeto de autoria desconhecida, inaugurado em 1942, na Praça Waldemar Falcão.

²⁸ Antigo Clube Iracema, inaugurado em 1940. De autoria do arquiteto Emilio Hinko. Ver BORGES, 2009.

como forma de lazer, mudança possibilitada pelo conhecimento nas práticas europeias em vigor. No ano de 1947, o Porto do Mucuripe foi inaugurado, deixando desativado o Porto que funcionava antes da Ponte Metálica, que se constituía um entrave para o crescimento do turismo por não ter infraestrutura suficiente.

Nessa época, Pedro Philomeno Gomes, importante empresário, proprietário da Fábrica de Tecidos São José, impulsionado pelo declínio da exportação do algodão, observado no início da década de 1950 (JUCÁ, 2000), decidiu investir no ramo imobiliário e turístico, como vinha sendo feito em outras capitais brasileiras. Fundou, então, a Imobiliária Philomeno Gomes e a rede hoteleira “Hotéis Gomes Ltda”, passando a explorar o campo da construção de edifícios residenciais, o que ainda era pouco frequente em Fortaleza, e inaugurando os dois principais hotéis do período: o Iracema Plaza Hotel (1951) e o Lord Hotel (1956).

O edifício que abrigava o Iracema Plaza Hotel foi inaugurado em 1951 e, conforme explicitado em sua Instrução de Tombamento (2015), a ideia inicial do proprietário era que o edifício fosse somente residencial, para que conseguisse atender ao crescimento populacional pelo qual a cidade vinha passando nos últimos anos. Por isso, a construção foi inaugurada com o nome de Edifício São Pedro, que seria destinado a habitações multifamiliares. O desenvolvimento da indústria ocasionava a vinda de imigrantes para trabalhar em suas fábricas, e esse contingente populacional acabou se instalando na Zona Oeste. Em um outro cenário, a elite buscava uma segregação espacial, estabelecendo-se em bairros como a Praia de Iracema, onde foi erguido o edifício.

A construção foi a primeira da Praia de Iracema a ter mais de três pavimentos, sendo assim um marco para a verticalização na orla da capital. Apesar de ter sido projetado para possuir 8 pavimentos, seu último andar permanece inacabado até os dias atuais. A área total do empreendimento soma cerca de 12.000m², dividida em 200 apartamentos.

Na década de 1970, o filho de Pedro Philomeno Gomes, Francisco Philomeno Gomes, observando a nova demanda por acomodar viajantes por ocasião do incremento das viagens de negócios na capital – agravado pelo fechamento do Excelsior Hotel, em 1964 – , decidiu por acrescentar à edificação a função de hotel, em sua parte central. Surgia, assim, uma tipologia mista, que abrigava unidades de habitação, hotelaria e comércio em uma mesma construção – a exem-

plo do que já acontecia no Lord Hotel. Assim, deu-se início ao mercado hoteleiro na orla marítima fortalezense.

A concepção do edifício tem autoria desconhecida, mas é sabido que, no período, quem atuava na construção civil eram os engenheiros e mestres de obras, uma vez que a escola de Arquitetura da UFC foi criada apenas na década seguinte. Foi utilizado um sistema construtivo moderno para a época, com estrutura em concreto armado, cuja sustentação se dá por lajes, vigas e pilares. Dessa maneira, as alvenarias recebem, nesse edifício, apenas a função de vedação, o que possibilitou a abertura de grandes esquadrias, além de certa flexibilidade de alterações de usos ao longo dos anos, ainda que pontuais.

Figura 2.7 - Edifício São Pedro na década de 1950.

Fonte: *Jornal O Povo*



Figura 2.8 - Edifício São Pedro na década de 1950.

Fonte: *Fortaleza Nobre*



O edifício passou então a ser um atrativo para moradores, visitantes, empresários e profissionais do interior do Ceará ou de outros estados, assim como abrigou importantes personalidades, como artistas e políticos. A partir de então, o hotel se tornou local de reuniões sociais, políticas e de negócios, e, além disso, passou também a ser frequentado por abrigar em suas dependências o famoso restaurante Panela, onde era possível desfrutar de uma culinária nacional e internacional.

No final da década de 1970, o uso hoteleiro foi encerrado e a construção tornou-se exclusivamente residencial. Desde então, o edifício não passou por mais nenhuma reforma, sua estrutura encontrava-se em estado de grave degradação, sendo ocupada de maneira irregular por famílias que ali residiam e por estabelecimentos comerciais.

No contexto atual da cidade, o Iracema Plaza Hotel situa-se em uma região de intenso tráfego, tornando-se, por isso, e por sua volumetria marcante, maciça e escalonada, uma construção singular que é bastante conhecida pela maioria dos fortalezenses. Ademais, o Iracema Plaza está situado próximo a equipamentos de grande interesse turístico, como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e o Aterrinho da Praia de Iracema.

Figura 2.9 - Iracema Plaza Hotel atualmente.

Fonte: Diário do Nordeste



No ano de 2015 o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Fortaleza (Comphic) aprovou o tombamento definitivo do Edifício São Pedro a nível municipal, a pedido do proprietário do imóvel, mas o decreto passou anos aguardando a sanção do prefeito – à época, Roberto Cláudio, e atualmente, José Sarto.

Durante o trâmite de tombamento, foi apresentada pela família Philomeno Gomes e pelo arquiteto Francisco Hissa uma proposta de intervenção que demoliria o miolo do prédio para dar lugar a uma torre de 23 andares. O projeto nunca foi aprovado, pois esbarrava na legislação de proteção, além de propor um gabarito maior do que o previsto na Lei de Uso e Ocupação do Solo para a área, que era de apenas sete metros.

Recentemente, em agosto de 2021, a Prefeitura de Fortaleza indeferiu o tombamento. O decreto considerou que o edifício constituía grave risco à população, pois apresentava avarias em alto grau, em especial na sua estrutura. Para a constatação, o Executivo municipal utilizou-se de um relatório²⁹ feito pelo Grupo de Pesquisa em Materiais de Construção e Estruturas, da Universidade Federal do Ceará (GPMATE/UFC), em 2018, e de laudos técnicos da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinf). Ademais, a decisão do Município aponta também que o reparo seria incompatível com a preservação do bem em questão, pois só poderia ser feito mediante a total destruição da estrutura do imóvel, concluindo, assim, pela inviabilidade técnica e econômica da recuperação estrutural do edifício

Diante da situação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) recebeu uma solicitação de tombamento do edifício a nível federal. O superintendente do órgão, Cândido Henrique, assinou o ofício que determina a abertura do processo de tombamento, que poderá durar até cinco anos.

Em março de 2022, foi publicada no site do Governo do Estado do Ceará a notícia de que o Iracema Plaza Hotel deve continuar de pé, e será reformado para abrigar um Distrito Criativo, que será, segundo a publicação, um importante

29 Relatório nº 0142/2018 do GPMATE/UFC.

equipamento para a cultura e economia cearenses. Dentre as atividades que serão desenvolvidas no espaço, estão artesanato, artes visuais, design, gastronomia, literatura, música e cultura popular, atendendo a pessoas de todas as faixas etárias.

O Distrito Criativo será gerido pela Setur (Secretaria de Turismo do Estado do Ceará), o que demonstra que a preservação do edifício histórico deve estar diretamente ligada à atividade turística, favorecendo a valorização da cultura e identidade locais. Para a decisão de requalificar o edifício já deteriorado, o governo tomou como base o conceito de cidades criativas, buscando otimizar espaços urbanos existentes para a regeneração de uma área urbana.

O segundo hotel modernista, o Lord Hotel, foi inaugurado em 1956, tendo sido o primeiro edifício a ser construído para receber a tipologia mista de comércio, hotelaria e habitação em Fortaleza. Os aspectos históricos do edifício serão mencionados no próximo capítulo, onde será realizada uma análise mais aprofundada.

Na mesma década, foi construído o Hotel Savannah, que se localizava também no Centro, na Praça do Ferreira, na esquina da Rua Major Facundo com a Travessa Pará, nº 4400. O edifício foi construído em 1957 e recebeu a denominação de Edifício Jereissati, no entanto, 7 anos mais tarde, em 1964, por iniciativa de Pedro Lazar, recebeu as instalações do hotel.

O local fazia parte do cotidiano da população fortalezense, pela sua localização privilegiada e por possuir, em seu pavimento térreo, a Loja Brasileira (Lobrás)³⁰, que tinha bastante popularidade e ficou conhecida por inaugurar a primeira escada rolante em Fortaleza. O hotel figurou por muitos anos como um dos mais luxuosos e imponentes da cidade.

Devido à concorrência e a problemas financeiros, a Lobrás entrou em falência, e no local passou a funcionar um bingo, que poucos anos mais tarde também veio a fechar. A deca-

30 A Lobrás era uma loja de departamentos com várias filiais no país. Em Fortaleza, sua primeira unidade foi inaugurada em 1941 Major Facundo, ao lado do Cine Majestic e, em 1957, foi inaugurada a segunda unidade da rede na capital, no espaço térreo do Hotel Savannah.

dência do Cento frente ao processo de descentralização da cidade e à consolidação do turismo na faixa de praia fez com que o hotel também fechasse suas portas, tendo passado mais de 20 anos abandonado.

Em 2010, a Prefeitura tencionou utilizar o edifício para as instalações da Secretaria de Finanças e da Procuradoria Geral do Município, no entanto, nada foi posto em prática. Mais tarde, em 2016, a construção passou por uma reforma interna, que renovou sua parte hidráulica e elétrica, e finalmente recebeu um novo uso, abrigando a Faculdade Joaquim Nabuco. Nos dois primeiros pavimentos, onde antes ficava a Lobrás, hoje funciona uma unidade das lojas Casas Bahia.

A escolha para o novo uso do hotel foi bastante assertiva, na medida em que os antigos apartamentos destinados à hos-



Figura 2.10 - Hotel Savannah na década de 1950.

Fonte: IBGE

pedagem foram transformados em salas de aula, de forma que o espaço pôde ser aproveitado sem muitas alterações internas. Ademais, a movimentação de estudantes e funcionários, assim como dos transeuntes que adentram nas Ca-



Figura 2.11 - Loja Brasileira (Lobrás) no térreo do Hotel Savannah.

Fonte: Fortaleza em Fotos (página do Facebook)



Figura 2.12 - Hotel Savannah atualmente, abrigando a Faculdade Joaquim Nabuco.

Fonte: Faculdade Joaquim Nabuco (sítio eletrônico)

sas Bahia, devolve ao local a vitalidade e faz com que volte a ser parte da vida cotidiana da população.

No final da década de 1950 foi também construído outro importante hotel no Centro: o Hotel San Pedro. Situado na Rua Castro e Silva, número 81, o edifício possuía localização estratégica, próximo ao Forte Nossa Senhora da Assunção, ao Passeio Público, ao Mercado Central, à Catedral, ao Teatro José de Alencar e à Estação Ferroviária João Felipe. O edifício era mais um empreendimento da Imobiliária Pedro Lazar, de Pedro José Lazar.



Figura 2.13 - Hotel San Pedro.

Fonte: <https://www.somosvos.com.br/patrimonios-historicos-edificio-san-pedro-hotel/>

A construção de 11 pavimentos contava com sobreloja, restaurante, 78 quartos, elevadores, salão de beleza e sala de reuniões, totalizando mais de 6 mil metros quadrados de área construída. O San Pedro Hotel também foi local de grande prestígio na sociedade, ao receber grandes personalidades, além de eventos e reuniões da burguesia da capital.

Após algumas décadas de funcionamento, tendo atingido seu esplendor durante as décadas de 1970 e 1980, nos anos 1990 o hotel encerrou suas atividades. O edifício passou então a abrigar a Secretaria de Indústria e Comércio do Ceará, que ali permaneceu até o ano de 1999, deixando o prédio abandonado.

O antigo hotel foi então a leilão, tendo sido vendido no ano de 2003 para o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), que tem sua sede na edificação até os dias atuais. Para abrigar o novo uso, o edifício passou por uma reforma em suas instalações elétricas e hidráulicas, e também recebeu um museu e um espaço cultural. A obra perdurou por 4 anos até ser concluída.

O uso institucional mostra-se também bastante adequado à adaptação do espaço de antigos hotéis, uma vez que os an-



Figura 2.14 - Antigo Hotel San Pedro, atualmente sede do CREA-CE.

Fonte: CREA-CE (sítio eletrônico).

tigos quartos ou apartamentos podem ser convertidos em salas de trabalho sem a necessidade de grandes alterações na conformação dos espaços.

Assim, o Iracema Plaza, o Lord Hotel, o Savannah e o San Pedro foram os hotéis que representaram uma vertente modernista da arquitetura em Fortaleza, ou seja, concretizaram, de diversas maneiras, o avanço da engenharia, da indústria, e dos novos costumes da sociedade. Um exemplo disso é a utilização de elevadores, o que possibilitou uma maior verticalização, e também a existência de banheiros nos quartos, possibilitadas pelo desenvolvimento das noções higienistas e das técnicas de construção.

Quanto ao modo de construir, verifica-se uma efetiva consolidação do uso do concreto armado, permitindo maior flexibilidade e liberdade aos espaços internos, com a separação de estrutura e vedações. Observa-se a possibilidade de maiores esquadrias e da utilização de vãos cada vez maiores: se, no Lord Hotel, os vãos entre pilares eram de aproximadamente 3 metros, no San Pedro já foi possível a utilização de espaçamentos de até 5,60 metros.

Quanto à sua linguagem, as construções buscaram utilizar-se da inovação alcançada pela industrialização, ao mesmo tempo em que adotavam características presentes em estilos passados, como composições e volumetrias simétricas, marquises e balcões, platibandas, ornamentos em alto e baixo relevo, e divisão das edificações em base, corpo e coroamento. No entanto, os elementos de cunho ornamental presentes, principalmente, nas fachadas, foram simplificados e geometrizados, e, nesse período, uma marcante característica foram as linhas retas e as formas geométricas empregadas.

Pode-se perceber, comparando os quatro edifícios, que no hotel San Pedro, construído no final da década de 1950, essas características históricas já eram bem menos presentes, o que pode ser percebido pela redução na ornamentação da fachada e pela ausência de coroamento no edifício, como podia ser observado nos outros três. Esse fato evidencia que a transição entre os estilos arquitetônicos se deu de forma gradativa, com a introdução, pouco a pouco, de uma arquitetura efetivamente moderna no gosto e na aceitação da população e dos profissionais da indústria civil.

Os hotéis mencionados, por suas características em comum e por atenderem ao mesmo público, sofreram com as mudanças que levaram à consolidação do turismo na faixa de

praia. Aqueles localizados no Centro acabaram fechando, devido à decadência causada pelo afastamento das famílias abastada do local, processo que será detalhado a seguir, e o Iracema Plaza Hotel, mesmo localizado na orla, sofreu com a perda de interesse da burguesia pela Praia de Iracema, prejudicada pelo avanço das marés

2.2. OS HOTÉIS MODERNOS E A VALORIZAÇÃO DA ZONA LESTE FORTALEZENSE

Conforme destaca Segawa (1998), além das tendências modernizantes que se desenvolviam a partir da segunda metade da década de 1930, podiam também ser observadas “arquiteturas mais engajadas de modernidade, isto é, aquelas baseadas em princípios definidos ou praticadas por arquitetos antagônicos aos valores tradicionalistas” (SEGAWA, 1998, p.85).

Nesse sentido, ressalta-se que os estilos históricos não desapareceram repentinamente, assim como o movimento moderno não surgiu subitamente, mas sim desenvolveu-se como resultado da evolução do pensamento de alguns grupos de intelectuais brasileiros, em especial artistas paulistas (BRUAND, 2016).

O movimento moderno teve, em seu início, participação mais expressiva das demais formas de arte: a literatura, a pintura, a escultura, a música, dentre outras, tendo se difundido a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, que aconteceu na capital paulista, considerada o marco inicial dessa nova linha artística. Para Bruand (2016), no entanto, o evento não exerceu nenhum tipo de influência direta sobre a arquitetura³¹. De qualquer forma, a exposição implantou nos artistas um novo espírito, um desejo de contestação contra

31 Bruand (2016) destaca que a exposição contou apenas com um arquiteto, Antonio Garcia Moya, espanhol radicado em São Paulo que costumava desenhar no papel projetos futuristas e extravagantes, que, no entanto, não representavam cunho realista e as necessidades concretas do movimento moderno.

a ordem até então estabelecida, o que foi importante para o início de uma busca por uma arquitetura moderna, ainda que não se soubesse exatamente quais soluções adotar para tanto.

A Era Vargas, conforme já citado ao tratar-se sobre a proto-modernidade, foi um período de busca por uma renovação não apenas no sistema político, como em todos os outros setores. Como uma das primeiras medidas do governo, foi criado o Ministério da Educação que, tendo em seu gabinete Rodrigo de Mello Franco de Andrade – intelectual ligado ao movimento moderno – logo convocou Lúcio Costa para a reforma do ensino da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), um dos acontecimentos marcantes para o início da inserção da arquitetura moderna no Brasil. A partir daí, desenvolveu-se nas escolas de arquitetura, em especial no Rio de Janeiro, um modo de ensino e pesquisas acerca do Movimento Moderno, cujos preceitos foram ficando cada vez mais aceitos e difundidos, espalhando-se por todo o País.

Em Fortaleza, a produção moderna iniciou-se quando, em meados da década de 1950, arquitetos cearenses formados no Rio de Janeiro e em Recife retornam à sua terra natal, a fim de difundir os novos paradigmas da arquitetura e do urbanismo que já eram bastante debatidos e postos em prática em outras capitais e nos grandes centros mundiais. Piva et al. (2013) destacam, dentre esses arquitetos, Roberto Villar de Queiroz, Enéas Botelho, Liberal de Castro, Neudson Braga, Marrocos Aragão e Ivan Brito.

Um importante marco para a disseminação da arquitetura moderna no estado foi a criação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, em 1964. Fundada pelo Reitor Martins Filho, a nova escola contava com os professores José Liberal de Castro, Neudson Braga, Ivan Brito e Armando Farias que, conforme supracitado, estavam alinhados ao movimento moderno e colaboraram para o desenvolvimento de um programa de ensino que possibilitasse a introdução do profissional arquiteto no mercado da construção civil, que até à época era dominada por engenheiros e mestres de obra.

A partir de 1969, o Ceará começa a conhecer anualmente novo contingente de profissionais, com vinte arquitetos diplomados a cada ano. E a cidade de Fortaleza testemunhou desde então grande incremento na produção de obras realizadas de acordo com projetos elaborados por arquitetos,

iniciando-se uma nova fase na arquitetura cearense (PAIVA et al., 2013, p.5)

Além desses profissionais, atuaram no Ceará outros arquitetos importantes no contexto nacional, como Sérgio Bernardes, Acácio Gil Borsoi, Ícaro de Castro Melo e Roberto Burle Marx. Cabe destacar, também, a atuação de profissionais diplomados em outros estados que acabaram se estabelecendo em Fortaleza, como é o caso de Marcílio Luna, Reginaldo Rangel, Gherard Bormann, Roberto Martins Castelo, José Furtado Filho e José Hissa.

Anos mais tarde, com as primeiras turmas diplomadas pela Universidade Federal do Ceará, passou-se também a contar com a atuação de grandes nomes para a arquitetura moderna na cidade – Paulo Cardoso, Nearco Araújo, Fausto Nilo, Delberg Ponce de Leon, Antônio Carlos Campelo Costa – e, assim, foi se estabelecendo uma cultura de maior atuação dos arquitetos na produção do espaço de Fortaleza.

O modernismo canônico, ao ser aqui introduzido, precisou adaptar-se às condicionantes locais, como mão-de-obra escassa e não especializada, cenário econômico limitado e aspectos climáticos próprios. É importante ressaltar que as características adquiridas pelas construções devido a essas limitações devem ser consideradas como parte de nossa produção, que não deve ser desvalorizada ou comparada às obras de grandes centros, como a Europa ou outras capitais brasileiras.

Com relação ao processo de descentralização pelo qual passava a cidade, a construção do Porto do Mucuripe, anteriormente mencionada, ocasionou fortes mudanças nos cursos das águas do mar, conforme explica Freitas (2005). O avanço das marés e o intenso processo erosivo acabaram por praticamente destruir a faixa de praia da Praia de Iracema, concorrendo para seu declínio. No final da década de 1940, então, as pessoas de maior poder aquisitivo se deslocam ainda mais para o leste da área central, dando início à formação de novos bairros como Aldeota, Meireles e Mucuripe. Os anos 1940 a 1970 vão confirmar o processo de consolidação de uma cidade litorânea (SOUZA, 2014).

Em 1963, foi lançado o Plano Diretor da Cidade de Fortaleza³², projeto do urbanista Hélio Modesto. As propostas do novo plano urbanístico buscavam ordenar o rápido crescimento demográfico pelo qual passava a capital e, dentre suas proposições, incentivava que Fortaleza se voltasse definitivamente para o mar, induzindo a expansão urbana para a faixa de praia e fazendo com que a mesma se tornasse um importante equipamento público de lazer e turismo.

Essa mudança se tornaria possível por meio da implantação da avenida-parque Beira-Mar, que seria construída na extensão compreendida do Mucuripe até o Poço das Dragas, que seria aterrado. A intenção dessa nova via seria dar à área um ambiente recreativo e ornamental, valorizando seu potencial paisagístico e fazendo com que pudesse ser efetivamente utilizada pelos habitantes como uma área de lazer. Para tanto, a zona da orla, ainda pouco explorada urbanisticamente, seria agora ligada diretamente ao Centro por meio da abertura de uma via de ligação entre as ruas Franco Rabelo e Alberto Nepomuceno.

Ademais, o Plano Urbanístico incentivava a descentralização de Fortaleza, estimulando o desenvolvimento de outros bairros já consolidados, por intermédio da criação de centros de bairros, assegurando transporte público, equipamentos sociais e pontos comerciais a uma curta distância dos habitantes. O plano de Hélio Modesto propunha também incentivos às atividades turística e comercial, prevendo a expansão do aeroporto, a redefinição do sistema ferroviário, o melhoramento do sistema de transporte rodoviário e a modernização do porto, bem como a criação de um órgão para administrá-lo.

Na década de 1970, o lento processo de descentralização passa a se intensificar, com o surgimento de novas centralidades. Surgem na Aldeota os primeiros shoppings da cidade e edifícios comerciais mais modernos, e também a sede do Poder Executivo sai do Centro e se instala no Meireles.

32 O plano contou também com a colaboração da urbanista Adina Mera, do sociólogo José Arthur Rios, do engenheiro Mário Laranjeiras Mendonça e com a participação de grupos locais de diversos segmentos. O projeto foi entregue em 1962 e aprovado no ano seguinte, pela Lei Municipal Nº 2.128 de 20 de março de 1963 (MUNIZ, 2006).



Figura 2.15 - Imperial Othon Palace no início da década de 1980.

Fonte: SOUZA, 2014.

Concomitantemente, na orla marítima, surgem novos hotéis, indicando uma nova tendência de expansão da hotelaria fortalezense. Em 1972, foi inaugurado O Hotel Beira Mar, o primeiro da avenida. Nos anos seguintes, chegaram também o Hotel Imperial Othon (1977), cujo projeto iniciaram em 1964, e o Hotel Esplanada (1978), que foi demolido em 2014. Os hotéis deste período são importantes exemplares da arquitetura moderna em Fortaleza, apresentando soluções tipológicas funcionais e formais mais eruditas e com a participação mais efetiva dos arquitetos³³.

O primeiro hotel emblemático do período foi o Imperial Othon Palace, cujo projeto data de 1964, elaborado pelos arquitetos José Armando de Farias e Neudson Braga. Concluído treze anos mais tarde, com alterações propostas por Acácio Gil Borsoi, o hotel também passou por uma reforma

33 No ano de 1976, foi inaugurado o Colonial Praia Hotel, projeto do arquiteto Liberal de Castro e paisagismo do Burle Marx. O hotel localizava-se na rua Barão de Aracati e possuía uma tipologia diferente dos demais, contendo apenas dois pavimentos. A construção foi demolida e, devido à impossibilidade de acessar as fontes, ele não será abordado neste estudo.

recentemente, em 2005, seguindo as propostas dos arquitetos cearenses Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon. Por sua relevância no contexto da arquitetura hoteleira em Fortaleza, o edifício será analisado detalhadamente no próximo capítulo.

Apesar de ter seu projeto iniciado em 1964, a construção do Imperial Othon aconteceu apenas em 1977, tendo sido, assim, o Hotel Beira Mar o primeiro a ser construído na avenida, segundo projeto do engenheiro Cláudio Ary, no ano de 1972. O edifício, de 9 pavimentos, contava com 112 apartamentos, salão para convenções, e uma área de lazer com piscina e deck. Com implantação em L, alguns dos apartamentos voltam-se para a praia, e alguns se direcionam à via lateral, a rua Paula Barros.



Figura 2.16 - Fachada original do Hotel Beira Mar.

Fonte: SOUZA, 2014.



Figura 2.17 - Fachada atual do Hotel Beira Mar

Fonte: www.hotelbeiramar.com.br



Figura 2.18 - Hotel Beira Mar atualmente.

Fonte: *Trip Advisor* (sítio eletrônico).

Em comparação ao que se observa nos hotéis atuais, o espaço destinado a eventos e a área de lazer do Hotel Beira Mar podia ser considerada ainda tímido, mas indicava o início da tendência de ampliar cada vez mais os programas, proporcionando aos hóspedes formas de diversão sem que fosse preciso sair da edificação. Outro aspecto que ainda não se observa nesse exemplar é a divisão de circulações horizontais e verticais de hóspedes e serviços, que compartilham dos mesmos espaços de deslocamento nas dependências do edifício.

No ano de 2010, o hotel passou por uma reforma, no entanto, esses aspectos funcionais não sofreram alterações. A mudança, projeto de Nasser Hissa Arquiteto Associados, restringiu-se à alteração da antiga fachada, trocando os antigos revestimentos por cortinas de vidro, painéis de alumínio composto e revestimentos cerâmicos.

Para melhor compreensão das escolhas projetuais e da implantação desses dois primeiros hotéis modernos, é importante lembrar as condições das legislações vigentes à época. Os primeiros hotéis da cidade surgiram quando ainda não existia uma legislação que limitasse parâmetros urbanísticos para a ocupação dos lotes, nem seus aspectos progra-

máticos, situação que se estendeu também aos primeiros hotéis da avenida Beira-Mar, construídos na década de 1970.

No ano de 1975, entrou em vigor a Lei nº 4.486 – Lei de Uso e Ocupação do Solo –, que estabeleceu parâmetros para as construções, como aproveitamento do solo, recuos mínimos aceitáveis, e gabarito máximos permitidos. No caso do Imperial Othon Palace e do Hotel Beira Mar, ambos foram concebidos e aprovados antes da implementação dessa lei, o que permitiu que sua construção fosse efetivada utilizando-se da quase totalidade dos lotes, com ausência de recuos e grande impermeabilização dos terrenos, além de apresentarem um gabarito superior ao permitido para a área³⁴, mesmo que, no caso do Imperial Othon, essa construção tenha se efetivado apenas dois anos após o início da vigência da lei, em 1977.

Em 1978 foi inaugurado o Hotel Esplanada. Seu projeto vinha sendo desenvolvido desde 1972, mas sua inauguração se deu seis anos mais tarde. Devido à sua localização privilegiada, entre quatro avenidas – Barão de Studart, Beira-Mar, Monsenhor Tabosa e Historiador Raimundo Girão – o edifício, por ter 21 pavimentos, destacava-se com relação ao entorno, cujo gabarito era ainda baixo. Ademais, por sua proximidade com a faixa litorânea, as acomodações do hotel contavam com vista privilegiada para o mar, além de uma ampla vista da cidade.

O hotel constituiu um marco para a verticalização da orla de Fortaleza (CAVALCANTE, 2015), uma vez que foi edificado em uma época em que a legislação vigente, conforme supracitado, permitia um máximo de quatro pavimentos para as construções na orla do bairro Meireles. Com isso, a edificação foi a primeira a obter aprovação dos órgãos municipais como projeto especial, permitindo um maior aproveitamento do terreno e construindo, assim, mais pavimentos do que o normalmente permitido.

Conforme explicam Paiva e Diógenes (2017), a aprovação do Esplanada Hotel como projeto especial abriu precedentes para a aprovação, na mesma região, da construção de

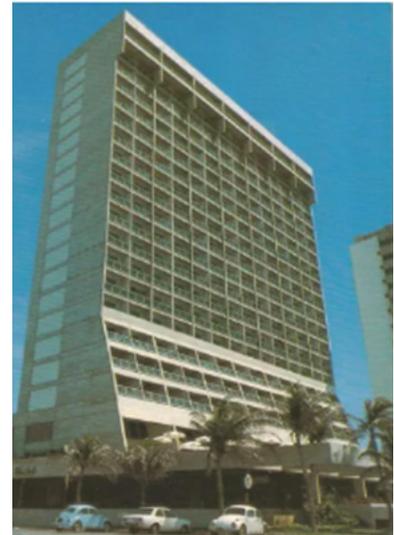


Figura 2.19 - Fachada Norte do Hotel Esplanada.

Fonte: Cartão postal de Fortaleza.

34 O gabarito máximo permitido pela Lei nº 4.486 para a avenida Beira-Mar era de quatro pavimentos.

Figura 2.20 - Fachada Norte do Hotel Esplanada.

Fonte: DIÓGENES, CAVALCANTE e VASCONCELOS, 2021



outros edifícios com altura acima da permitida pela LUOS, como os edifícios residenciais modernos Granville (1973), projeto de Acácio Gil Borsóí, o Edifício D. Pedro I (1975) de Reginaldo Rangel e Nearco Araújo e o Edifício Solar da Praia (1976), de Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo.

O hotel contou com projeto de Paulo Casé, arquiteto carioca que havia já realizado diversos projetos de hotéis por todo o Brasil³⁵. O empreendimento contava com espaços sociais e de eventos em número e área maior do que todos os hotéis construídos até então em Fortaleza, contendo em seu programa, dentre outros, espaços para lojas, coffee shop, salão de convenções, saunas, boate, espaço para massagem, bar, salão de beleza, sala de reuniões e sala de conferências.

Os usos comuns e área de lazer do hotel, assim como os serviços e administração, foram implantados na base do edi-

35 Como exemplo, podem ser citados o Othon Bahia (1975) e o Meridien (1975), em Salvador, e o Meridien (1973), em Copacabana, no Rio de Janeiro (ver PAIVA e DIÓGENES, 2017).

fício (térreo, mezanino e primeiro pavimento), construída praticamente no limite das vias, assim como os dois hotéis anteriormente mencionados. O destaque ficou nos pavimentos-tipo, que receberam um maior recuo com relação às ruas, obtendo maior evidência por sua implantação central no lote. A transição entre esses dois volumes foi atenuada por uma forma trapezoidal incorporada aos três primeiros pavimentos de hospedagem. No coroamento do edifício, por sua vez, era possível verificar estruturas em balanço, onde ficavam as suítes maiores e mais sofisticadas.

O hotel contava com 230 unidades de hospedagem, distribuídas nos 18 pavimentos superiores, contendo, cada um deles, 14 apartamentos. Todas elas possuíam varandas voltadas para a fachada norte, de frente para o mar, o que demonstrava a preocupação do arquiteto com a utilização de tecnologias passivas para o alcance de um bom conforto ambiental, a exemplo, também, da utilização de outros elementos de proteção contra a insolação, como marquises, cobogós, jardins, projeções horizontais e balanços.

Ademais, o projeto do hotel já previa a separação de áreas servidas e áreas de serviço, conforme vinha sendo empregado nos demais equipamentos de hospedagem pelo Brasil e pelo mundo. O Esplanada contava com um hall exclusivo para elevadores sociais e um outro para os elevadores de serviço, que se comunicavam com as áreas de governança que existiam em cada um de seus pavimentos.

O acesso principal era feito pela avenida Barão de Studart, enquanto os acessos de serviços eram realizados pela ave-

Figura 2.21 - Hotel Esplanada durante os trabalhos de demolição.

Fonte: Diário do Nordeste.



nida Historiador Raimundo Girão. Além disso, havia uma entrada para o café pela avenida Beira-Mar, que também servia aos hóspedes que desejassem sair para tomar um banho de mar.

Nessa construção, utilizou-se estrutura em concreto armado e vedações em alvenaria e concreto aparente, que foi empregado não apenas estruturalmente, mas também como forma de composição plástica. Para compor as vedações das fachadas, foram utilizados elementos como cobogós e esquadrias de alumínio e vidro. As características modernas, alinhadas ao Movimento Moderno, fizeram com que o hotel se tornasse um signo da modernidade arquitetônica em Fortaleza.

É importante salientar que o emprego do concreto aparente não significa um alinhamento à escola paulista brutalista, mas a persistência de uma coerência e racionalidade construtiva, em que elementos estruturais e vedação são independentes, até porque as demais características do edifício passam ao largo das características específicas do brutalismo paulista (PAIVA e DIÓGENES, 2017, p. 55).

Ademais, o Hotel Esplanada contou com projeto de interiores da arquiteta Janete Costa³⁶, cujas criações tinham como característica marcante a valorização da arte brasileira, particularmente a nordestina, contando, para tanto, com a participação de artistas populares e artesãos para compor seus projetos. No caso do hotel, a arquiteta criou ambientes sofisticados, ao mesmo tempo em que destacou a identidade e cultura locais, com a utilização de objetos decorativos feitos por artistas cearenses.

Apesar de ter sido por muitas décadas um dos mais luxuosos hotéis da capital, tendo sido o primeiro classificado como 5 estrelas, no ano de 2004 o Esplanada foi vendido ao grupo português Dorisol Hotels. A intenção dos novos proprietários era de reformar o imóvel para transformá-lo em um grande empreendimento denominado Dorisol Grand Hotel de Fortaleza. No entanto, o grupo acabou não conseguindo

36 Ver Diógenes, Cavalcante e Vasconcelos (2021).



Figura 2.22 - Ambiente interno da recepção do Hotel Esplanada, projeto de Janete Costa.

Fonte: DIÓGENES, CAVALCANTE e VASCONCELOS, 2021



Figura 2.23 - Ambiente interno da recepção do Hotel Esplanada, projeto de Janete Costa.

Fonte: DIÓGENES, CAVALCANTE e VASCONCELOS, 2021

pagar o financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que acabou hipotecando o edifício.

Após ter passado cerca de uma década abandonado, o empreendimento foi vendido ao grupo M. Dias Branco, que decidiu demoli-lo para construir um edifício de apartamentos residencial para a família. Dessa forma, no ano de 2014, iniciou-se a demolição do antigo Hotel Esplanada, amplamente veiculada na mídia local.

Além da implantação privilegiada na avenida Beira-Mar, algumas similaridades podem ser observadas entre os três primeiros hotéis modernos da orla. Primeiramente, é notório que todos eles privilegiam as vistas das acomodações para a fachada norte, ou seja, a proximidade com o mar é agora tratada como um aspecto desejável para a arquitetura

hoteleira, reiterando, assim, a nova vocação turística de Fortaleza, ligada à praia como sua principal imagem atrativa.

Ademais, a orientação para essa fachada está também vinculada à busca moderna pelo conforto dos usuários na edificação, proporcionando a ventilação das unidades de hospedagem pelas brisas provenientes do mar. No caso do Hotel Beira Mar, há também hospedagens orientadas para o leste, característica que também proporciona um ótimo conforto térmico aos hóspedes. No Imperial Othon, por sua vez, a fim de obter-se o máximo de apartamentos, existem unidades viradas para todas as fachadas do edifício, no entanto, apenas aquelas com vista para o mar foram categorizadas como 5 estrelas.

Pode-se também observar que, nos três, há a inclusão no programa de piscinas e equipamentos de lazer como saunas, o que demonstra a intenção de fazer com que o hotel sirva como um complemento à praia, oferecendo serviços privados de repouso e diversão aos seus hóspedes. Além disso, verifica-se que há também o incremento das funções de convenções, que, antes restritas a salões de festas, bares e restaurantes, agora passaram a oferecer auditórios, salas de reuniões e salões de convenções, tendo essas áreas recebido cada vez mais atenção ao longo dos anos, de forma que o Hotel Esplanada já apresentava um espaço dedicado a eventos maior e mais especializado que o Hotel Beira-Mar.

Com relação aos materiais construtivos, todos eles utilizavam-se do concreto armado, tendência já verificada e comentada com relação aos hotéis modernistas, mas, agora, empregada com técnicas mais avançadas e mão de obra mais especializada, o que proporcionou um aumento dos vãos entre pilares, além do o incremento de elementos como cobogós, marquises e grandes esquadrias.

No final da mesma década, em 1979, as alterações na legislação urbanística influenciaram sobremaneira na produção da arquitetura dos hotéis modernos. A Lei nº 4.486 de 1975 (LUOS), anteriormente comentada, já não estava mais atendendo à nova realidade de Fortaleza, que, com rápido crescimento populacional e desenvolvimento econômico, estava tornando-se uma metrópole. Dessa forma, a Lei nº 5.122-A de 1979 propôs uma revisão e atualização dos parâmetros urbanísticos de construção para a cidade.

A nova legislação propunha um modelo descentralizado de organização territorial, fortalecendo as novas centralidades que se configuravam. A cidade foi, então, dividida em



quatro zonas – comercial, residencial, industrial e especial – cuja denominação não delimitava um uso exclusivo para as regiões, mas sim aquele tipo de ocupação que deveria ser predominante.

Figura 2.24 - Fachada Norte do Praiano Palace Hotel.

Fonte:

A avenida Beira-Mar foi definida como Zona Especial 7, onde era incentivado o uso para hospedagens, levando em conta seu potencial turístico e também o nível de infraestrutura da região, e era também permitido um maior índice de aproveitamento dos lotes³⁷ do que no restante das zonas da cidade, além de viabilizar um gabarito de até 18 pavimentos, influenciando o adensamento e a verticalização e atraindo, com isso, a chegada na capital de equipamentos hoteleiros de grande porte.

Nessa época, foram construídos dois hotéis que merecem destaque no presente estudo: o Praiano Palace Hotel, em

37 Para os edifícios hoteleiros, classificados como Serviço Diversificado (SD), o índice de aproveitamento era de quatro vezes a área do lote.

1984, e o Ponta Mar Hotel, em 1986. Esses empreendimentos fazem parte dos edifícios hoteleiros modernos que marcaram o período de consolidação da capital cearense como um atrativo turístico de sol e mar, e da avenida Beira-Mar como local de maior potencial turístico na cidade, reafirmado pelas leis em vigor. Além desses empreendimentos, vale também ressaltar, no presente estudo, a inauguração do Metropolitan Residence Service, em 1983, que foi construído no bairro Aldeota, que se conformava, junto ao Meireles, como um novo centro de comércio e serviços em Fortaleza.

O primeiro deles, o Metropolitan Residence Service, foi construído em uma área que, ao mesmo tempo em que ficava próxima à praia, possuía em seu entorno bancos, escolas, hospitais, shoppings e diversos outros serviços. Portanto, como forma de abrigar, além dos turistas que buscavam o lazer de sol e mar, pessoas que viajassem a negócios ou que precisassem passar longas temporadas na capital, optou-se por construir apartamentos que funcionariam como flats, sendo compostos por quarto, sala, banheiro e cozinha. Por ter, décadas mais tarde, recebido um novo uso, não funcionando atualmente como edifício hoteleiro, e por sua relevância arquitetônica, os projetos original e de reforma do Metropolitan serão confrontados e analisados no capítulo seguinte.



Figura 2.25 - Praiano Palace Hotel.

Fonte: <https://www.abih-ce.com.br/hoteis/praiano-hotel/>

O Praiano Palace, por sua vez, situava-se na Avenida Beira-Mar, e contava com projeto do escritório Nasser Hissa Arquitetos Associados. O hotel é categorizado como 4 estrelas, e possui uma linguagem formal com predominância de linhas retas e formas geométricas simples, com estrutura demarcada e janelas ritmadas, formando fachadas simétricas e de fácil leitura. Nos últimos dois pavimentos da edificação, as unidades de hospedagem receberam varandas que se ressaltam na volumetria, formando uma espécie de coroaamento no edifício, com arcos simples que seguem a malha estrutural dos pavimentos inferiores.

Com relação ao seu programa, o Praiano Palace concentra no pavimento térreo as funções administrativas, de eventos e de lazer. O hotel conta com salas para convenções, área de piscinas, bar, academia, dois restaurantes e lojas que se comunicam com os transeuntes, abrindo-se para a avenida Beira-Mar e para a avenida lateral, a Avenida Desembargador Moreira. No subsolo, o edifício conta com um estacionamento para aproximadamente 30 veículos. Ademais, as funções de serviço e sociais foram separadas, a exemplo do que já se fizera no Hotel Esplanada.

Assim, os 10 pavimentos superiores são destinados à hospedagem. O empreendimento conta com 203 unidades de hospedagem, que se dividem em quatro tipologias: standard, luxo (com varanda), suíte e suíte presidencial, com áreas privativas de 25m² a 58m². A maioria dessas unidades de hospedagem possui janelas viradas para o norte, ou seja, possuem vista para o mar, ficando apenas 31 quartos voltados para a avenida Desembargador Moreira, direcionadas a leste.

Dois anos mais tarde, em 1986, foi inaugurado o Ponta Mar Hotel, mais um empreendimento categorizado como 4 estrelas. Assim como o Praiano Palace, o Ponta Mar fazia parte de uma cadeia de hotéis cearense pertencente à família Ary. Neste empreendimento, no entanto, o projeto foi feito por um dos proprietários, o engenheiro Sérgio Ary.

Localizado também na avenida Beira-Mar, o hotel de 13 pavimentos possui uma linguagem pautada em linhas retas verticais, com destaque para as esquadrias que, notoriamente maiores do que no empreendimento anterior, formam cortinas de vidro na fachada. As fachadas leste e oeste, por sua vez, são mais fechadas, possuindo poucas aberturas, em formato circular, que se organizam em linha reta vertical no centro de cada fachada. No pavimento térreo, o edifício



Figura 2.26 - Fachada Norte do Ponta Mar Hotel

Fonte: Trip Advisor (sítio eletrônico).



Figura 2.27 - Ponta Mar Hotel.

Fonte: *Trip Advisor (sítio eletrônico).*

também conta com lojas e restaurantes que se comunicam diretamente com as vias lindeiras.

O programa do hotel se organiza de forma a concentrar no térreo funções de lobby, recepção, área de lazer – piscina, hidromassagem, academia, bar, área infantil e cyber -, dois restaurantes e lojas; no segundo pavimento, espaço para eventos com salas de convenções; e no subsolo 25 vagas rotativas para hóspedes. Os onze pavimentos superiores são



Figura 2.28 - Ponta Mar Hotel.

Fonte: <https://pt.quierohotel.com/hoteis-meireles-hotel-ponta-mar-1C14638.htm>

compostos por um total de 262 unidades de hospedagem, com as mesmas quatro tipologias do hotel anterior - standard, luxo (com varanda), suíte e suíte presidencial – com áreas privativas entre 22m² e 48m². Diferentemente do Praiano Palace, no Ponta Mar as unidades de hospedagem receberam orientações norte e sul, sendo aquelas voltadas para o norte privilegiadas com a vista para o mar. As funções de serviço e social também tiveram seus acessos separados.

É possível perceber, nesses três hotéis, a consolidação de Fortaleza como um destino turístico, na medida em que passaram a surgir edifícios cada vez mais sofisticados nas áreas mais valorizadas da cidade. Além da especialização dos espaços destinados a eventos e ao lazer, surgem também uma maior variedade de unidades de hospedagem, afim de receber e atender as necessidades de diversos tipos de público, desde aqueles que buscam maior economia, até aqueles que procuram suítes luxuosas e um atendimento diferenciado.

Cumprir destacar que a Lei nº 5.122-A de 1979, assim como a LUOS, foram de especial importância para a efetivação da avenida Beira-Mar e da zona leste fortalezense como áreas de maior interesse turístico e imobiliário, colaborando também para a valorização dos lotes da região. Com isso, a partir da década de 1980, pode-se observar uma clara mudança no aspecto das construções da avenida, o que levou a região a ser conhecida por abrigar os prédios mais altos e luxuosos de Fortaleza.

2.3. A DÉCADA DE 1980: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO TURISMO E O PROCESSO DE DECADÊNCIA DOS HOTÉIS DO CENTRO

A década de 1980 foi decisiva para a construção da imagem de Fortaleza como destino turístico, tanto pela implementação de políticas públicas destinadas a alavancar o setor do turismo, como pela legislação urbanística favorável. Na esfera estadual, a ascensão de um novo grupo político ao governo do estado do Ceará, em 1986, ligado às lideranças empresariais, redireciona as políticas estaduais, centradas em três eixos: indústria, turismo e agronegócio (PAIVA,



Figura 2.29 - Hotel Gran Marquise.

Fonte: <https://www.revistahoteis.com.br/hotel-gran-marquise-im-plantada-padaria-propria/>



Figura 2.30 - Seara Praia Hotel.

Fonte: <http://wikimapia.org/6138164/pt/Seara-Praia-Hotel>

2014). O incentivo ao turismo se deu por meio da criação de linhas aéreas internacionais e incentivo a pacotes turísticos para estrangeiros, bem como do apoio a investimentos da iniciativa privada, visando a implantação de infraestrutura turística para atender a nova demanda.

No final dos anos 1980, observou-se uma preocupação em interligar todas as áreas litorâneas do estado à capital, pretendendo inserir o Ceará no mercado turístico nacional e internacional. O estado lançou, então, novas políticas³⁸ que buscavam valorizar a costa litorânea como mercadoria turística, reafirmando o papel de Fortaleza como pólo receptor e distribuidor de turistas para o litoral cearense.

Diante desse quadro de mudanças, que contribuíram para a afirmação da faixa de praia de Fortaleza como área turística, surgiram, nas décadas de 1980, 1990 e 2000 diversos hotéis no bairro do Meireles, tendo como principais localizações a avenida Historiador Raimundo Girão, a avenida da Abolição, a avenida Beira Mar e as vias a ela transversais. Destacam-se, nessas décadas, hotéis como Gran Marquise³⁹ (1986), Seara Praia Hotel⁴⁰ (1994), Hotel Luzeiros⁴¹ (1996), Meliá (Othon Palace)⁴² (1997) e, mais tarde, Oásis Atlântico Imperial, que foi o projeto de renovação do Imperial Othon da década de 1970, conforme já exposto. Observa-se também, nesse período, uma tendência de expansão da hotelaria para além do bairro, ocupando o bairro do Mucuripe, com o Hotel Gran Marquise.

Na mesma época, a partir de 1987, os hotéis do centro da cidade começaram a fechar. O Centro passou por um processo de esvaziamento das suas funções originais, com a

38 O PRODETURIS (Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará), lançado em 1989, e o PRODETUR/CE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Ceará) de 1992, reforçaram as ligações de Fortaleza com as demais cidades litorâneas, reafirmando, assim, a capital como ponto principal de recepção e distribuição de turistas para o litoral do estado.

39 Projeto de autoria do escritório Nasser Hissa Arquitetos Associados. Ver SOUZA, 2015.

40 Projeto de autoria dos proprietários, com fachadas desenhadas por Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon. Ver SOUZA, 2015.

41 Projeto de autoria do escritório Nasser Hissa Arquitetos Associados. Ver SOUZA, 2015.

42 Projeto de autoria do escritório Novaes Arquitetura. Ver SOUZA, 2015.

expansão dos bairros Aldeota e Água Fria e o fortalecimento de outras centralidades. (PAIVA, 2014). Além da mudança do parque hoteleiro, o surgimento dos shoppings centers fora do bairro trouxe consigo uma nova forma de comércio, mais especializada e voltada a um público de maior renda. Dessa forma, o comércio de rua acabou se enfraquecendo, colaborando também para que o Centro perdesse sua hegemonia. Atualmente, é relativamente pequena a quantidade de imóveis habitacionais existentes no bairro. Muitos casarões foram demolidos para dar lugar a numerosos estacionamentos de veículos, funcionando, diversas vezes, de forma irregular.

Os hotéis, que outrora tiveram seu período de esplendor, passaram muito tempo desativados. Alguns deles passaram por reformas de requalificação e receberam novos usos, como é o caso do Savannah, que abriga hoje a Faculdade Joaquim Nabuco, e do San Pedro, que atualmente é a sede do CREA-CE. Alguns outros não tiveram a mesma sorte. Como exemplo, pode-se citar o Excelsior, que se encontra subutilizado, recebendo a atenção dos fortalezenses apenas na época de Natal. Além dele, o Lord Hotel está atualmente ainda sem uso, mas existem esforços a fim de transformá-lo em sede da Câmara Municipal de Fortaleza.

Notadamente, o processo de urbanização atrelado ao turismo pelo qual passou a capital, gerou um crescimento da cidade de forma desigual. Como resultado, temos hoje grandes vazios urbanos e áreas urbanizadas extremamente desvalorizadas, em detrimento da supervalorização de outras, mais interessantes para a prática turística moderna, em um processo que volta o desenvolvimento da cidade para o visitante e para o capital. Interessante se faz notar a mudança de concepção de um discurso que apresentava o sol como um elemento causador das secas e da pobreza do nordeste, diga-se cearense, para outra que hoje apresenta o sol como elemento importantíssimo na divulgação da imagem turística da cidade (HOLANDA, 2008).

Assim, demonstra-se necessária a documentação desses exemplares, que são importantes testemunhos históricos e arquitetônicos de um período de crescente desenvolvimento econômico e modernização da cidade de Fortaleza, bem como afirma-se a necessidade de se discutir sobre a introdução de novos usos como meio de conservação desses edifícios, viabilizando sua permanência na cidade e no cotidiano da população local.



Figura 2.31 - Hotel Luzeiros.

Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g303293-d-460516-Reviews-Hotel_Luzeiros-Fortaleza_State_of_Ceara.html



Figura 2.32 - Hotel Meliá (Othon Palace Hotel).

Fonte: <http://oviajanteespecial.blogspot.com/2011/02/hotel-othon-palace-fortaleza-ce.html>

03

ARQUITETURA MODERNA E PATRIMÔNIO: O REUSO DE HOTÉIS COMO PREMISSA PARA CONSERVAÇÃO

- 3.1.** O USO E O REUSO NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA
- 3.2.** REUSO E INTERVENÇÃO NA ARQUITETURA MODERNA
- 3.3.** REUSO NO HOTEL MODERNO

A arquitetura moderna no Brasil, que teve produção relevante no século XX, encontra-se atualmente em um momento crucial de sua existência em razão dos desafios e especificidades impostos à sua conservação, bem como pela decorrência do tempo, do uso e do desuso, e os anseios de renovação ditados pelo mercado imobiliário e pelos agentes produtores do espaço urbano na contemporaneidade.

Essa situação vem ocasionando, nas últimas décadas, um gradativo desaparecimento de numerosos exemplares de edifícios modernos, em um processo que Amorim (2007) denomina de “órbita arquitetônico”. Essas perdas podem ser ocasionadas por diversas dinâmicas, como o abandono funcional, a descaracterização por reformas, por adição ou por aniquilação, ou por sua completa demolição.

As questões relativas ao uso e à inserção de novas funções nas edificações de relevância patrimonial vêm sendo abordadas pelas teorias da conservação desde o século XIX, sendo consensual a necessidade de atribuir uma utilização a um objeto arquitetônico para que o mesmo possa continuar exercendo uma função social no contexto em que se encontra. No entanto, ao estudar tais preceitos e diretrizes, em especial no que tange às Cartas Patrimoniais e aos estudos dos teóricos da conservação, percebe-se ainda a existência de lacunas no tocante à aplicação desses fundamentos na prática das intervenções nos edifícios modernos.

Ademais, os desafios pelos quais a conservação da arquitetura moderna passam atualmente estão longe de serem restritos às questões de aplicação das teorias da conservação existentes: a dificuldade do seu reconhecimento, ocasionada pela proximidade temporal, assim como pela diversidade e amplitude dessa produção fazem com que seja inviável a proteção integral de todos os seus exemplares, tornando urgentes e necessários os debates e a definição de preceitos para a intervenção em objetos arquitetônicos modernos, sejam eles emblemáticos e considerados obras de arte, sejam

eles de valor cultural em contextos locais e produções mais ordinárias.

Com isso, o presente capítulo se debruça sobre a importância da dimensão do uso e do reuso para a conservação e permanência da arquitetura nas cidades e busca articular esses estudos às especificidades observadas na arquitetura moderna, explicitando alguns dos desafios encontrados quando se busca a aplicação dessas teorias nas práticas intervencionistas de reabilitação e reuso nessas edificações. Ademais, o estudo se aproxima da tipologia hoteleira ao discorrer sobre o reuso no caso do hotel moderno, destacando particularidades que corroboram para a desatualização da arquitetura hoteleira, como as constantes modificações nas práticas turísticas e nas exigências e perfis dos viajantes, reiterando a necessidade de intervenções para reuso nessas edificações.

Dessa forma, o presente capítulo tem por objetivo elucidar de que maneira as teorias patrimoniais se aplicam ao caso do objeto de estudo, ou seja, o hotel moderno, como uma forma de embasamento teórico para fundamentar as análises das intervenções empreendidas adiante.

3.1. O USO E O REUSO NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA

Conforme explanado na Carta de Burra (1980), a conservação de um objeto histórico abrange tanto os cuidados para a sua preservação, como aqueles que visam sua restauração, com o objetivo em comum de manter as características que apresentem uma significação cultural.

Quando se trata de conservação dos bens patrimoniais arquitetônicos, a questão do uso constitui um aspecto de especial importância. “A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica” (CHOAY, 2001, p. 230). Dessa forma, a permanência dos objetos arquitetônicos ao longo dos anos esteve sempre atrelada à atribuição de um uso, fosse ele o uso inicial para o qual fora concebido, ou fosse ele uma nova função, consoante explanam Rodrigues e Camargo (2010):

A necessidade de adaptar e intervir é intrínseca à história da preservação dos objetos arquitetônicos. Durante séculos, as intervenções em edifícios existentes tinham como principal objetivo a sua adequação às necessidades e exigências contemporâneas, podendo variar desde o reuso dos materiais, destruição e abandono total decorrentes da perda de função como em templos pagãos, anfiteatros, dentre outros, até reconstruções, alterações no projeto original e adaptação para novos usos, como no caso das basílicas romanas(...) (RODRIGUES E CAMARGO, 2010, p. 142).

A importância da atribuição de um uso ao objeto arquitetônico é reconhecida e está presente em estudos desde a Antiguidade, antes mesmo de surgirem as teorias sobre o restauro e a conservação. O arquiteto, engenheiro e escritor romano Vitruvius, no século I a.C., apresentou em seu *Tratado De Architectura Libri Decem* os três elementos fundamentais da arquitetura: a *firmitas* (firmeza, caráter construtivo), a *utilitas* (função, utilidade) e a *venustas* (beleza, estética), os quais deveriam ser sempre observados e levados em consideração quando da construção de um edifício.

Mesmo teóricos contemporâneos, como o chileno Cristián Fernández Cox (2005), que ampliam as “dimensões da arquitetura”, incorporando o significado e o contexto, reconhecem o uso, a técnica e a forma como dimensões essenciais do fenômeno arquitetônico. Assim, é possível concluir que o uso é inerente ao objeto arquitetônico e que sem uso – ainda que ‘apenas’ simbólico, como em um memorial –, não há arquitetura. (ANDRADE JÚNIOR, 2015, p. 3)

Conforme defende Andrade Júnior (2015), o uso é uma das dimensões intrínsecas e essenciais da arquitetura. Para o autor, a tríade vitruviana “*firmitas, utilitas, venustas*” deixou de caracterizar a boa arquitetura, para se tornar o conceito do próprio objeto arquitetônico, o qual, sem uma dimensão utilitária/funcional, uma dimensão construtiva e uma dimensão formal, não poderia ser considerado como tal. Dessa forma, mesmo quando uma edificação possui significativa dimensão simbólica para uma sociedade, a exemplo de edifícios religiosos ou históricos, o uso ainda se faz presente, seja com uma função mais significativa, ou seja em forma de um simples memorial. Nesse sentido, “(...) a arquitetura das edificações é frequentemente condicionada pelas demandas de uso e as atende de forma mais ou menos eficaz conforme diversos condicionantes, como o tipo de uso em

questão, a influência dos estilos vigentes ou a competência técnica do projetista” (FERNANDES E BAETA, 2020).

No entanto, reconhecer a importância do uso na concepção e existência do objeto arquitetônico não significa que este deva ser primordial com relação aos outros dois elementos. Há casos, e frequentemente quando se trata de intervenções em edifícios de reconhecido valor patrimonial, em que outras questões tornam-se mais urgentes.

(...) ao se intervir em uma obra arquitetônica preexistente, dotada de especial valor artístico e histórico, bem como reconhecida como patrimônio cultural, o uso deve ser um importante elemento a ser considerado, mas certamente não o único, e frequentemente tampouco o principal. Com algumas pequenas variações, é este o entendimento que permeia o trabalho dos principais autores que se dedicaram aos estudos e teorias aplicadas à conservação e à restauração do patrimônio arquitetônico nos últimos dois séculos (...) (FERNANDES E BAETA, 2020).

Dessa forma, a questão acerca do uso e do reuso é um ponto que vem sendo discutido por séculos nas teorias patrimoniais. Entre os séculos XV e XIX, observou-se grande sedimentação no que concerne às teorias preservacionistas, cujo amadurecimento se deu a partir do século XIX. Desde então, tem sido recorrente a ideia de que o reuso é uma eficiente forma de conservação de edifícios antigos. Dentre os defensores dessa estratégia ressaltam-se, numa sequência cronológica, a contribuição de: Viollet-le-Duc (1814-1879), Aloïs Riegl (1858-1905), Gustavo Giovannoni (1873-1947), além de alguns teóricos contemporâneos, como Giovanni Carbonara (1942), Salvador Muñoz Viñas (1963) e Marco Dezzi Bardeschi (1934-2018).

Viollet-le-Duc, em seu verbete *Restauration do Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle*, publicado entre 1854 e 1868, apresenta sua teoria intervencionista, que tinha como base o profundo conhecimento dos estilos arquitetônicos e da própria edificação. O arquiteto ressalta em seu estudo a necessidade de se considerar o uso ao intervir em uma construção preexistente, sugerindo que sejam feitas adaptações funcionais, porém de forma que o edifício não se torne menos cômodo do que era antes das alterações. “Uma vez que todos os edifícios nos quais se empreende uma restauração têm uma destinação, são designados para uma função, não se pode negligenciar esse lado

prático para se encerrar totalmente no papel de restaurador de antigas disposições fora de uso” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 64). Além disso, o teórico também defendia que a construção deveria ser adaptada a tecnologias mais recentes, a fim de proporcionar mais conforto e melhores condições sanitárias para os usuários do espaço.

Mais tarde, no início do século XX, o historiador de arte Alois Riegl publicou, em 1903, o livro “O culto moderno dos monumentos”, cujo objetivo principal era subsidiar os trabalhos práticos de restauro e conservação de bens históricos na Áustria. O autor propõe a classificação de valores que deveriam ser levados em consideração quando da realização de intervenções em obras antigas: os valores de memória (valor de antiguidade, valor histórico e valor volível de memória) e os de atualidade (valor de uso, valor de novidade e valor de arte relativo). Dessa forma, Riegl defende a necessidade da manutenção do valor de uso dos objetos arquitetônicos, afirmando, inclusive, que, em determinados casos, a este deve ser atribuída maior importância do que ao valor de antiguidade, assimilando de algum modo a ideia de reuso. Para o teórico, o grau de relevância de cada tipo de valor se relaciona à época em que a edificação foi construída: o de antiguidade prevalecerá nas obras da Antiguidade e da Alta Idade Média, enquanto o valor de uso prevalecerá nas obras do início da Idade Moderna.

Por sua vez, Gustavo Giovannoni, arquiteto e engenheiro italiano, levou as questões de uso e reuso à esfera do patrimônio urbano: em seu artigo “Velhas cidades e nova construção urbana”, publicado na revista *Nuova Antologia* em 1913, o autor ressalta os conflitos entre as novas demandas da sociedade contemporânea e as antigas cidades. Considerando a importância de a cidade atender aos usos do presente, ao mesmo tempo em que entende a necessidade de preservar o patrimônio do passado, o teórico adota uma posição intermediária: defende que os antigos centros urbanos podem, sim, receber novas funções, desde que compatíveis com seu espaço físico e com seu valor histórico e artístico. Ademais, o autor também escreveu sobre a distinção entre monumentos mortos e monumentos vivos. Para ele, os primeiros seriam os monumentos da antiguidade, para os quais em geral se descarta uma função prática, enquanto os segundos seriam aqueles nos quais pode-se desenvolver um uso prático e não muito distinto daqueles para os quais foram concebidos.

No final do século XX, ganham destaque os estudos do arquiteto italiano Giovanni Carbonara, que também traz refle-

xões acerca do uso e reuso dos edifícios patrimoniais. Em seu livro *Avvicinamento al restauro: teoria, storia, monumenti*, publicado em 1997, o autor defende o reuso como fator fundamental para a preservação de um monumento arquitetônico, ressaltando, todavia, que a nova função seja adequada à morfologia do edifício, pois considera que a implantação de um uso incongruente é uma das causas de arruinamentos de construções antigas. Para o arquiteto, a compatibilidade do novo uso deve se dar não apenas com sua materialidade e tipologia, mas também com a sua “espiritualidade”, com o caráter inicial a que foi destinado.

O ponto principal na ideia de Carbonara com relação ao uso consiste, no entanto, na ideia de que o mesmo se faz primordial para a preservação de um bem, mas se encontra em posição secundária em casos de restauro. Cumpre salientar que o restauro, tal como compreendido a partir do século XIX, diz respeito ao maior nível de intervenção pela qual pode passar um edifício, mas existem, no campo da preservação, outras medidas mais brandas, como a conservação e a manutenção. Alinhado às ideias de Cesare Brandi no que tange ao restauro, o autor considera o reuso como um fator secundário na restauração, onde o resgate estético do bem é preponderante. Sobre a teoria de Carbonara, Fernandes e Baeta (2020) destacam:

(...) ainda que não deixe de reconhecer o valor econômico do patrimônio arquitetônico artístico ou histórico, Carbonara ressalta como não deve ser este o aspecto preponderante na intervenção sobre este tipo de bem – e o reuso emerge apenas como meio eficaz para a preservação, mas não como o fim do restauro. (FERNANDES E BAETA, 2020)

Sobre o assunto, o engenheiro e arquiteto italiano Dezzi-Bardeschi, em seu livro *Restauro: punto e da capo: Frammenti per una (impossibile) teoria*, publicado em 2009, se mostra de acordo com a visão de que o reuso de uma obra patrimonial não se relaciona com as operações de restauro, e sim com sua conservação. No entanto, Bardeschi demonstra uma visão bem distinta da vertente crítico-conservativa e criativa presente nos estudos de Carbonara, enquadrando-se na vertente de “proteção integral”. Para o autor, o projeto do novo é um problema ainda mais urgente que a simples conservação física dos monumentos, pois entende que, para ser conservado no tempo, determinado objeto necessita manter sua função de abrigar um uso.

Dessa forma, para Bardeschi, o reuso do patrimônio arquitetônico pode ser dividido em duas fases: a primeira delas constituída pela “pesquisa e intervenção restaurativa”, buscando simplesmente a conservação, e a segunda constituída por uma nova contribuição arquitetônica, por meio do projeto do novo, buscando sempre valorizar as preexistências do objeto e, ao mesmo tempo, adequá-lo às demandas funcionais contemporâneas. “O resultado final reside no conflito aberto entre novo e antigo – uma relação que não privilegia a continuidade figurativa da obra preexistente, mas que sublinha a sua importância como documento histórico, ao valorizar o contraste entre as duas camadas de intervenção” (FERNANDES E BAETA, 2020).

As Cartas Patrimoniais, importantes documentos que estabelecem conceitos e diretrizes com relação à preservação do patrimônio, também contemplam o assunto desde suas primeiras publicações. Com base na matriz italiana que se desenvolveu no início do século XX, a primeira delas, a Carta de Atenas, trouxe, em 1931, como um de seus princípios gerais a utilização dos monumentos, desde que respeitosa e compatível com as individualidades do bem, de modo que esse uso seja uma forma de possibilitar sua preservação, e não de sobrepor-se à ela. “A – I: [...] A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-o sempre a finalidades que o seu caráter histórico ou artístico” (CARTA DE ATENAS, 1931, p.1)

Décadas mais tarde, diante do quadro de destruição causado pela Segunda Guerra Mundial e a necessidade de reconstruir os monumentos assolados pelos ataques, foi preciso reavaliar alguns parâmetros da Carta de Atenas. Dessa forma, foi publicada, em 1964, a Carta de Veneza, que estabeleceu uma metodologia para as intervenções nos bens culturais. Sobre as questões de uso e reuso, o documento traz o seguinte:

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (ICOMOS, 1964)

Cumpra aqui destacar também a necessária contribuição das Normas de Quito, de 1967, na qual autoridades e técnicos envolvidos com a preservação de monumentos trataram de problemas inerentes à América Latina, tomando como base os princípios da Carta de Veneza. O documento demonstra preocupação com as relações entre os monumentos patrimoniais e a atividade turística, trazendo aspectos relativos à valorização econômica dos monumentos.

Valorizar um bem histórico equivale a habilitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza ressaltam suas características e permitam seu ótimo aproveitamento. Deve-se entender que a valorização se realiza em função de um fim transcendente, que, no caso da América Ibérica, seria o de contribuir para o desenvolvimento econômico da região. (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 5)

Dessa forma, as Normas de Quito indicam que o Patrimônio Histórico e Artístico constitui um capital que pode, através do turismo, trazer desenvolvimento econômico. Assim, o uso dos edifícios deveriam não apenas guardar relações com os planos de desenvolvimento, como deveriam também ser incluídos e fazer parte dos mesmos.

É relevante destacar a recorrência da recomendação de se prezar por um uso adequado para cada bem, considerando suas indiossincrasias e o valor a ele atribuído. Devem ser examinadas não apenas suas características técnico-constructivas e estéticas, inerentes ao próprio objeto arquitetônico, a fim de avaliar a viabilidade espacial do novo projeto, como também as características de inserção na cidade, as carências do entorno e da população local e a adequabilidade do novo uso aos planos de gestão.

(...) a adequação funcional de edificações pré-existentes para novos usos não deve ser considerada um fim em si, mas um meio de garantir sua manutenção no tempo. Estudos para proposição de adequações de novos usos para preexistências arquitetônicas correspondem necessariamente a um percurso analítico que implica no estudo físico da construção/conjuntos sob o ponto de vista de suas limitações/potencialidades estruturais e espaciais, associadas às avaliações de prioridades sociais e culturais de contextos geográficos e econômicos com os quais se relacionam. (TIRELLO; BARROS; SFEIR, 2013, p. 6).

Diante do exposto, observando a produção dos teóricos do patrimônio e das Cartas Patrimoniais, pode-se perceber que o uso e o reuso dos edifícios de valor histórico e cultural se faz correntemente presente nas proposições, não sendo via de regra motivo de questionamento o fato da necessidade de atribuir-se uma utilização a esses edifícios, embora a escolha dessa função e a forma de intervenção sejam relativizadas de acordo com a visão e o tempo de cada um desses estudos.

O arquiteto e historiador de arte Carlos Alberto Cerqueira Lemos faz, em seu livro “O que é patrimônio histórico”, uma importante reflexão acerca do uso e do reuso na conservação de bens culturais arquitetônicos. Considerando que a construção mantém certa relação com seu programa de necessidades, o autor entende que o uso do edifício nas condições iniciais previstas pelo projeto seria o primeiro fator de sua conservação garantida, sendo a satisfação integral do programa a condição básica de preservação e integridade de uma construção.

Lemos (2000) utiliza como exemplo de permanência os templos católicos que, ao longo dos séculos, não sofreram significativas alterações programáticas. Essa permanência foi possibilitada pelo fato de os rituais de celebração religiosos terem preservado suas principais características ao longo do tempo, estando ainda presentes em nossa sociedade. Por isso, esses templos não tiveram necessidade de se adaptar a novas funções e, assim, essas construções conseguiram sobreviver até os dias atuais, mesmo nas cidades que passam por processos constantes de metropolização, exigindo uma rápida mutação funcional das edificações.

No entanto, o autor ressalta que, embora considere ideal, não é fácil fazer com que um objeto arquitetônico permaneça servindo à mesma função durante toda sua existência. Quando o programa original para o qual fora pensada a edificação não mais existe ou sofreu transformações ao longo do tempo, essa conservação integral vai de encontro à necessidade de se atribuir um novo uso à edificação, devendo-se encontrar o equilíbrio entre a preservação de suas características originais e a escolha da função mais adequada para o espaço existente, considerando-se tanto seus aspectos construtivos e simbólicos, como sua relação com a vivência da cidade.

Nesse contexto, pode-se fazer uma relação entre a realidade dos edifícios hoteleiros em Fortaleza e a teoria de Lemos (2000). Uma vez que a atividade turística sofreu grande mu-

dança ao longo do século XX, tendo inclusive provocado o deslocamento do parque hoteleiro para a orla da cidade, região atualmente procurada pelos turistas, tem-se que os edifícios que abrigavam hotéis na primeira metade do século, localizados no centro da cidade, supostamente não se adequariam mais ao uso a que foram concebidos. Isso acontece porque, embora estruturalmente possam ainda receber a função hoteleira, outros fatores devem ser considerados, como a sua inserção no contexto e dinâmicas atuais da cidade e as necessidades urbanas e carências do entorno.

Por outro lado, os edifícios modernos que, a partir da segunda metade do século XX, começaram a surgir na orla da capital, mais especificamente na avenida Beira Mar, possuem potencial de se adequar à ideia de Lemos de preservação de sua função original como opção mais viável e mais benéfica ao edifício, embora necessitem de modificações pontuais para conseguir atender às novas exigências das práticas turísticas, sociais, tecnológicas e culturais da contemporaneidade. Isso acontece porque esses edifícios encontram-se inseridos em uma zona da cidade produzida e consumida como lugar turístico, embora tenham sido construídos para atender a um perfil de visitantes que se transformou ao longo das últimas décadas.

A decisão por qual solução adotar em cada caso não é uma tarefa fácil e, por isso, é necessário recorrer às teorias da conservação para que se possa fazer um juízo de valor adequado. Tanto os teóricos do patrimônio como as Cartas Patrimoniais supracitados defendem o reuso, desde que este esteja submetido à análise de viabilidade e adequação dessa nova função à materialidade da construção existente. Nesse sentido, para o caso dos hotéis modernos, conforme defende Riegl, é mais adequado que o valor de uso se sobreponha ao valor de antiguidade, devendo-se buscar sua permanência na vivência cotidiana dos habitantes do local, conferindo a ele não apenas um uso memorial, mas também uma função útil que colabore para incluí-los às dinâmicas socioespaciais da cidade. Um edifício sem uso acaba prejudicando a vitalidade da área em que está localizado, favorecendo inclusive a degradação e o esvaziamento do seu entorno imediato.

Ademais, é de suma importância que as edificações hoteleiras mantenham seu valor econômico, seja permanecendo inseridos nas dinâmicas turísticas, como exposto nas Normas de Quito, seja de outras maneiras, com usos institucionais, habitacionais ou comerciais. Segundo defende Giovannoni, esses edifícios da modernidade arquitetônica devem permanecer como monumentos vivos, prontos a atender às ne-

cessidades de cada tempo e às demandas de uma cidade e de uma sociedade contemporâneas.

Por isso, as discussões sobre o uso e o reuso de edificações hoteleiras que foram construídas durante a modernidade arquitetônica em Fortaleza se impõem, tendo em vista que, tanto para aquelas inseridas ainda no contexto do Centro, quanto para aquelas instaladas na orla, sua permanência é desejável e encontra no reuso um importante meio para alcançar sua conservação. Assim, tais construções devem ser analisadas por meio de um juízo de valor crítico que permita revelar a destinação que mais se adequa a cada caso, sendo ora o uso original, ora um uso distinto para o qual fora concebido.

Nesse contexto, a arquitetura moderna, que é o ponto central do presente estudo, vem demonstrando suas singularidades com relação aos edifícios mais antigos, fator que aponta para a necessidade de debates mais específicos no que tange à aplicabilidade das teorias do patrimônio estudadas, além de estudos mais aprofundados que amparem as intervenções de conservação e reuso nas edificações desse período.

3.2. REUSO E INTERVENÇÃO NA ARQUITETURA MODERNA

Para Walter Benjamin (1993), a modernidade é dotada de circunstâncias que implicam direta e indiretamente na forma como as obras artísticas e arquitetônicas são recebidas pela sociedade. O autor defende que, na modernidade, acontece um enfraquecimento da percepção individual e contemplativa dessas obras, que passa a ser substituída por uma percepção mais coletiva, superficial e descontínua, fenômeno ocasionado pela crescente industrialização, massificação e urbanização das sociedades modernas.

No que tange mais especificamente à arquitetura, Benjamin coloca que há uma diferenciação com relação às demais obras de arte: seu uso constante acaba por proporcionar ao usuário uma experiência mais individualizada, desconcentrada. Dessa maneira, percebe-se a importância do uso das obras arquitetônicas na modernidade, segundo a visão do autor, uma vez que a utilização de um edifício leva a uma

vivência mais contemplativa e única das experiências sensoriais, diferentemente do que acontece quando se tem a simples observação de um objeto.

O acervo legado pela arquitetura moderna atravessa um momento crucial, quando se encontra entre a degradação do objeto construído causada pela ação do tempo, do uso e do desuso, e as novas exigências da sociedade, como os comportamentos, tecnologias, recentes exigências ambientais e as atuais necessidades dos usuários. Com isso, essa produção tem sido cada vez mais ameaçada pelas dinâmicas socioespaciais e imobiliárias da contemporaneidade, tornando-se constantes as demolições e as reformas de atualização – sejam para a alteração funcional, ou simples renovação estética – sem a devida observância dos aspectos e elementos que deveriam ser conservados, excluindo partes consideradas essenciais para a manutenção da autenticidade da obra.

O grande número de intervenções e a crescente importância da reutilização de edifícios juntamente com a natureza mutável do tipo de intervenções no parque imobiliário exigem um repertório mais amplo e talvez abordagens mais eficazes, particularmente quando se trabalha com edifícios modernistas da era pós-2ª Guerra Mundial. Os arquitetos precisam de um repertório multiforme de ferramentas e métodos para lidar com temas como substância, originalidade, honestidade e identidade (MONIZ e FIGUEIRA, 2018, p.5, tradução nossa).

Por isso, a conservação do patrimônio arquitetônico moderno vem sendo um tema recorrente nos debates atuais, com especial destaque para os seminários DOCOMOMO (Comitê Internacional de Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno)⁴³. Tais discussões têm abordado a consciência do valor arquitetônico e urbanístico da arquitetura moderna, apontando para especificidades inerentes às obras do período, que suscitam

43 O DOCOMOMO é uma organização sem fins lucrativos que se dedica à documentação e conservação de edifícios, sítios e bairros do Movimento Moderno. Surgiu em 1988, criado por Hubert-Jan Henket (arquiteto e professor) e Wessel de Jonge (arquiteto e pesquisador) na Escola de Arquitetura da Universidade Técnica de Eindhoven, na Holanda.

questionamentos sobre critérios de aplicação das teorias da conservação já existentes, ressaltando os desafios e as diretrizes a serem seguidas para uma intervenção coerente e respeitosa, bem como estratégias que propiciem a conscientização da população sobre a importância dessas construções.

As primeiras discussões acerca do assunto defendiam que as teorias de conservação existentes deveriam ser acrescidas de uma nova postura no modo de intervir nas edificações modernas, diferenciando-se do que se propunha a edifícios mais antigos. Atualmente, entretanto, caminha-se para um consenso de que, mesmo com suas especificidades, aplica-se ao julgamento de decisões sobre intervenções na arquitetura moderna os mesmos conceitos teóricos e princípios básicos utilizados para outras épocas, como intervenção mínima, reversibilidade, integridade e autenticidade.

No entanto, embora os valores da arquitetura moderna venham sendo cada vez mais reconhecidos, existe ainda uma lacuna entre as teorias da conservação e sua aplicação no que se refere a essas obras mais recentes. A Declaração de Eindhoven (1990), carta publicada por iniciativa do DOCOMOMO, embora tivesse como foco tão somente a preservação da produção moderna, não trouxe nenhum preceito ou diretriz que já não tivesse sido contemplado nas Cartas Patrimoniais anteriores. Ademais, não são ainda frequentes os debates sobre como os princípios e diretrizes propostos para a conservação de objetos de períodos anteriores podem ser aplicados aos bens do século XX, considerando a particularidade dessa produção. Para Lira (2015):

Em termos filosóficos e metodológicos, a teoria que fundamenta a conservação do patrimônio de períodos anteriores pode ser aplicada às obras da AM (Arquitetura Moderna), todavia essa aplicação não é direta. Isso considerando que os edifícios modernos romperam a lógica projetual e construtiva tradicional, ao introduzir novas concepções arquitetônicas, novos materiais, novas tecnologias e novas estruturas. (LIRA, 2015, p. 28)

Muitos arquitetos demonstram discordar de intervenções que buscam total reverência aos edifícios modernos, em especial quando fazem parte de produções cotidianas. É esse o caso de Rem Koolhaas (2006) que, em seu livro *“Preservation is Overtaking Us”*, chama atenção para o que ele considera um excesso de preservação e proteção, e defende técnicas de colagem, levando o projeto do novo como um comple-

mento ao existente. Melenhorst, Providência e Moniz (2018, p.9) defendem que “a questão obrigatória de belo-não belo pode ser evitada nas decisões sobre reutilização, restauração ou demolição de nosso estoque de construção mais jovem, bem como um diálogo excessivamente reverente com esta herança mais recente, que pode facilmente frustrar ou bloquear reutilização bem-sucedida” (tradução nossa).

As obras de Bernard Tschumi, mais especificamente aquelas da década de 1970, consistem também em um importante aparato teórico para o debate acerca do reuso da arquitetura. Em seu texto “*Architecture and transgression*” (TSCHUMI, 1976), o autor insere o termo “transgressão”, de Georges Bataille, no contexto da arquitetura. Ele defende que transgredir significa olhar para além dos limites geralmente observados no objeto arquitetônico, ultrapassando-os, sem, no entanto, eliminá-los. Assim, na transgressão de Tschumi (1976), os limites impostos pelos códigos ou regras próprios à arquitetura permanecem, mas as prevalências que se tornaram inaceitáveis para a sociedade contemporânea devem ser transgredidas, introduzindo no objeto novas articulações e novas experiências entre ele e seu contexto: é sobre respeitar o edifício, manter seus limites, mas ir além deles para buscar maior interação com o meio, que se altera com o passar dos anos.

Em seu livro “*Architecture and Disjunction*” (TSCHUMI, 1996), o autor fala em seu prefácio sobre a relação conflituosa entre uso, formas e valores sociais, tratando-a como uma relação eminentemente arquitetônica, considerando que a arquitetura é um confronto evidente entre espaços e atividades. Para transgredir as regras que impõem esses embates, nós, arquitetos, precisamos encontrar as ferramentas adequadas para tal. Para Melenhorst, Providência e Moniz (2018, p.14), a “exploração e experimentação em edifícios existentes podem abrir novas possibilidades, novas qualidades no espaço arquitetônico, em tecnologia e uma sustentabilidade impossível de alcançar em novas construções e com ferramentas e métodos tradicionais” (tradução nossa).

Para Moniz, Canziani e Quiroga (2019), as especificidades das construções modernas em geral reclamam por pesquisas acerca de quais soluções e quais sistemas tecnológicos adotar para as intervenções de reuso. A participação direta dos arquitetos nesse processo é estritamente necessária, pois, para além dos aspectos construtivos, as propostas demandam criatividade e metodologias de projeto alinhadas às teorias da conservação do patrimônio histórico, com a devida observância das reais necessidades da sociedade,

afastando-se de estereótipos e aproximando-se da história do objeto e do local onde está inserido.

O uso é essencial para compreender a reutilização e seu potencial para a regeneração urbana. Se a Arquitetura moderna foi concebida no âmbito da cidade moderna, a sua reutilização é uma oportunidade para repensar sua relação com o contexto urbano e social. Essa reutilização vai oferecer uma nova oportunidade para o edificado e para a cidade, que deve olhar, como Janus, para o passado, a fim de integrar as memórias coletivas, e para o futuro, promovendo novas oportunidades para a vida da comunidade. (Moniz, Canziani e Quiroga, 2019, p. 74)

No Brasil e em todo o mundo, a necessidade de intervir em edifícios modernos tem se fortalecido nas últimas décadas, impulsionada tanto pela perda de funcionalidade dessas construções no contexto da contemporaneidade, quanto pela decadência material inerente aos objetos arquitetônicos. Algumas dessas intervenções, deve-se dizer, foram bem-sucedidas, mas outras tantas chegaram a comprometer por completo o valor de bens patrimoniais modernos, prejudicando sua autenticidade. Sobre a conservação da arquitetura moderna, Moreira (2011) afirma:

Não acreditamos que a conservação da arquitetura moderna deva ser diferente da conservação de obras de um passado mais distante, nem que devemos criar toda uma nova teoria da conservação para lidar com ela. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que sua conservação apresenta novos desafios que merecem uma reflexão mais cuidadosa. (MOREIRA, 2011, p. 159)

As intervenções na arquitetura moderna têm se mostrado um desafio à disciplina da conservação patrimonial, não apenas no que tange à materialidade construtiva, como também à adaptação das teorias existentes para que possam atender às suas particularidades. Diversos autores tratam do assunto, como Saint (1996), De Jonge (1996), MacDonald (1996), (2003), Prudon (1998), Allan (2007), Moreira (2011) e Maciel (2012), que elencam alguns desafios à conservação impostos pela arquitetura moderna. Dentre eles, para nosso estudo, é relevante destacar a ausência de uma cultura de manutenção preventiva, a dificuldade em encontrar aceitação da pátina desses edifícios, os problemas decorrentes do reconhecimento como bem a ser protegido, a própria materialidade de sua construção, a decadência do desempenho

em função da desatualização dos sistemas infraestruturais e a prevalência da funcionalidade nos projetos dos arquitetos modernos.

A crença modernista de que os materiais construtivos utilizados pelos arquitetos fariam com que os edifícios do período não necessitassem de nenhum tipo de manutenção colaborou para os problemas de conservação atuais, tendo em vista que essas construções também passaram a apresentar problemas com o passar do tempo. No caso do Brasil e, igualmente, em Fortaleza, há uma cultura da manutenção corretiva em detrimento da preventiva periódica, que seria o mais apropriado para a preservação arquitetônica. Assim, em geral, espera-se primeiro que o bem chegue a determinado estado de deterioração, para só então intervir, o que acarreta necessidade de maiores transformações e, às vezes, a impossibilidade da correção do problema, diante a irreversibilidade do dano causado. Em adição, Lira (2015) explana:

Outro aspecto importante a ser ressaltado em relação à AM (Arquitetura Moderna) é o seu processo criativo: primordialmente focado na inovação, deixava em segundo plano aspectos relativos à manutenção. Esse fato se justifica pela ideia da arquitetura enquanto objeto de arte, isto é, os edifícios eram concebidos como obras concluídas, diferente de grande parte dos exemplares da arquitetura tradicional, concebidos prevendo adições posteriores. A manutenção não era, portanto, um aspecto primordial, uma vez que os edifícios deveriam satisfazer às necessidades daquela sociedade, pois as gerações futuras levantariam suas próprias necessidades. (LIRA, 2015, p.29)

Quanto à dificuldade de aceitação da pátina dos edifícios modernos, a Carta do Restauro (1972) traz o importante entendimento que ela deve ser conservada não apenas por questões históricas, como também técnicas e até mesmo estéticas. A pátina de um edifício significa sua passagem pelo tempo, e quando se opta por eliminá-la ou escondê-la, acaba-se escondendo também uma parte da sua história e do seu significado. Macdonald (2003) defende que há um entendimento geral de que a arquitetura moderna não foi concebida para receber as marcas do tempo, e que isso acaba por ocasionar intervenções equivocadas, primando pela substituição dos materiais para conservar sua imagem, aspecto considerado essencial para esses edifícios, observando-se uma tendência de sobrepor a integridade da obra à sua autenticidade.

No que tange à aceitação da pátina desses edifícios pela população em geral e pelo mercado, observa-se na capital a recorrente prática de “*retrofits*” de fachada, onde busca-se esconder a materialidade original das edificações modernas por revestimentos atualmente mais aceitos. A preferência pela substituição em detrimento da recuperação e manutenção demonstra uma cultura onde a procura pelo novo prevalece sobre o antigo e o histórico, prática assimilada pela população nas últimas décadas. Sobre as marcas do tempo na produção moderna, Lira (2015) defende que a opção por manter ou retirar a pátina de uma construção do século XX deve ser resultado de um juízo crítico que considere tanto sua importância estética e seu valor de antiguidade, como o limite em que a pátina começa a se tornar um fator destrutivo para a edificação, constituindo-se em uma análise que busque a intervenção mais eficaz para a permanência do mesmo e de seu valor histórico e arquitetônico. Zanchetti (2006) denomina essa dicotomia entre valor positivo, quando a pátina contribui para o significado da obra, evidenciando a passagem do tempo, e valor negativo, quando esta se associa à degradação ou descuido do bem.

Além do exposto, a questão da própria materialidade das construções também se impõe como uma dificuldade encontrada nas intervenções de conservação. A arquitetura moderna foi marcada por um período de grande avanço tecnológico, quando surgiram novas técnicas e materiais, que foram experimentados e inseridos nos projetos antes mesmo de um devido conhecimento sobre suas especificidades. Atualmente, observam-se problemas relacionados tanto a formas inovadoras de aplicação de materiais já conhecidos e utilizados anteriormente, feitas de forma indevida na busca de mudança, quanto à inclusão de novos materiais ainda não explorados em projetos arquitetônicos, cujo comportamento, a longo prazo, ainda não se experimentara.

Somado a isso, Moreira (2011) e Maciel (2012) destacam a falta de mão-de-obra qualificada, assim como falhas na concepção e o escasso conhecimento de detalhamento de projetos utilizando os novos materiais por parte dos arquitetos, aspectos que colaboram para o atual desafio da conservação da arquitetura moderna. Para Maciel (2012), a consequência dessa experimentação foi que muitas das edificações modernas revelaram uma vida útil reduzida, em comparação a produções de outros períodos anteriores.

Embora os erros de concepção e construção se apresentem como empecilhos à conservação desses bens, existe também um consenso entre os autores de que as evidências

dessas falhas podem ser consideradas tão relevantes para compreender o edifício como as evidências da passagem do tempo, desde que não acarretem um dano progressivo à obra, como destaca Allan (2007). Para Maciel (2012, p. 51), “Conservar os ‘erros’ é uma solução que vai de encontro a princípios gerais do arcabouço teórico da conservação que considera que o valor histórico pode ser preservado através de registros e não necessariamente em uma edificação em uso”.

Outro aspecto que contribui para dificultar a manutenção dessas construções é a descontinuidade e interrupção das linhas de produção de determinados elementos, como revestimentos ou esquadrias. A inviabilidade de reparação, nesses casos, corrobora para uma substituição gradativa dessas unidades por outras novas, apagando-se assim os registros das soluções inicialmente adotadas. Nesses casos, assim como nos demais supracitados, é necessária uma ponderação entre a importância da integridade do bem e de sua autenticidade como componentes de sua significância para a sociedade.

Muitos dos materiais utilizados nos edifícios modernos ainda são utilizados hoje, no entanto, de uma forma tecnologicamente mais desenvolvida. Esse fato acaba por gerar tendência a intervir por “substituição” e não por “conservação”. O refazimento de partes do edifício com o mesmo material, fazendo uso de técnicas mais avançadas, apaga o que Viñas (2001) convencionou chamar de valor historiográfico da técnica. (LIRA, 2015, p.32)

Ademais, é necessário ressaltar a necessidade de que os edifícios passem a atender a novas exigências, especialmente no que tange ao desempenho térmico, acústico, de acessibilidade e de conforto. Os sistemas infraestruturais, como água, ar condicionado, instalações elétricas, redes de telecomunicação, acessibilidade, dentre outros, foram elementos que passaram por grandes mudanças nas últimas décadas, entrando em defasagem de uma forma muito rápida. A substituição desses sistemas é necessária, algumas vezes para simples conforto do usuário, outras para sua própria segurança. Essa intervenção deve ter especial cuidado para que não descaracterize o imóvel, devendo-se adequar as novas estruturas às necessidades específicas de cada objeto. Conforme defende Moreira (2011), os sistemas antigos representam um testemunho importante de nossa forma de morar no passado e não devem ser descartados, mas, sempre que possível, preservados ao lado dos novos, como um

registro. Diante disso, muitas vezes opta-se pela substituição de elementos sem que os mesmos estivessem deteriorados, apontando para a adoção de critérios menos rigorosos do que se observa em intervenções em obras-primas, conforme defende Allan (2007).

Outro aspecto que se deve destacar é a funcionalidade atribuída pelos arquitetos do período a esses edifícios, o que, em alguns casos, dificulta em certa medida a recepção de novos usos. A partir do século XX, as transformações sociais passaram a ser muito mais aceleradas, devido às alterações sofridas na noção de tempo e espaço e à circulação de ideias por todo o mundo, proporcionada pelo avanço dos sistemas de transporte e comunicação. Com isso, observa-se também que as necessidades de uma sociedade passaram a alterar-se com mais frequência, e assim os aspectos funcionais dos edifícios ficaram obsoletos de maneira mais rápida.

O modo moderno de projetar segundo o qual a forma segue a função, acaba fazendo com que grandes mudanças de uso alterem todo o processo de concepção projetual, conforme afirma Macdonald (2003), o que faz com que as construções modernas atualmente passem por dificuldades de adaptações funcionais. Essas dificuldades não dizem respeito à materialidade das edificações em si, onde as técnicas construtivas viabilizam de fato muitas alterações, mas sim aos seus aspectos patrimoniais, já que as intenções projetuais dos arquitetos, intrinsecamente ligadas à funcionalidade, são consideradas importantes para a preservação da autenticidade desses bens.

Certos requisitos exigidos pela legislação atual em relação à performance dos edifícios têm efeitos desastrosos sobre estes. Como manter um edifício moderno comercial diante dos novos requisitos de acessibilidade e de vagas de estacionamento (que não existiam quando o edifício foi construído)? Como edifícios podem ser adaptados aos novos padrões de requisitos de isolamento térmico e de segurança, visto que foram projetados em uma era que a energia parecia inesgotável? (MOREIRA, 2011, p.162)

Para Feiber e Feiber (2012), esses desafios vão além das dimensões técnicas e materiais das obras arquitetônicas, pois são também fruto de materializações filosóficas, impedindo sua compreensão em uma simples análise visual. O reconhecimento de todas essas adversidades traz à tona um questionamento necessário: quais são os limites das inter-

venções de uso e reuso no patrimônio moderno? Apesar de não haver resposta exata para a indagação, é mister revisitar os atributos e anseios que faziam parte da concepção dos arquitetos modernos, a fim de identificar os preceitos que direcionaram aquela produção.

Um aspecto favorável na busca desses anseios é exatamente a proximidade temporal que esses edifícios guardam com a atualidade: para grande parte desses projetos, existem ainda documentações, plantas, desenhos, fotografias e diversas outras fontes que podem auxiliar nesse estudo mais aprofundado em busca de estratégias de intervenção. Alguns arquitetos do período, ainda em vida, podem também assistir o processo, além de agentes envolvidos, construtores e até mesmo usuários, que podem contribuir com experiências, detalhes, problemas conhecidos e alterações empreendidas ao longo dos anos.

Somado a isso, é preciso compreender que um objeto arquitetônico não se resume ao projeto e às intenções do arquiteto quando de sua concepção e construção, ele agrega valores – materiais ou imateriais – à medida em que se insere na dinâmica urbana e na história e vivência de um lugar e de um povo, bem como quando sofre acréscimos ou modificações ao longo dos anos. Portanto, é necessário que, para cada edifício isolado, se faça uma análise particular e aprofundada, compreendendo não apenas seus aspectos funcionais, construtivos, formais, estilísticos e estéticos, como também de que maneira sua presença e seu papel social são relevantes para a população e a memória da construção social de um local.

Estes bens constituem parte da memória na formação da sociedade brasileira e contribuem assim na identificação dos lugares, pois a paisagem construída é a representatividade de códigos sociais aliados às características físicas e ambientais do local que definem – dão forma – às expressões arquitetônicas. Dentro deste contexto insere-se a questão sobre qual o limite das intervenções para que estas não desarticulem os valores autênticos das obras os quais lhe conferem o caráter de bens patrimoniais. (FEIBER E FEIBER, 2012, p. 58)

Dessa maneira, depreende-se que os limites das intervenções em bens patrimoniais da arquitetura moderna subordinam-se à noção de autenticidade. O termo foi trazido nas cartas patrimoniais de Nara (1994) e Brasília (1995), direcio-

nando as ações de preservação segundo preceitos e condutas éticas a serem seguidas.

A primeira delas, a Carta de Nara, resultado de uma conferência ocorrida no Japão, foi baseada na Carta de Veneza (1964), ampliando suas diretrizes para abranger os novos conceitos de patrimônio cultural presentes da contemporaneidade. O documento tem como objetivo promover um maior respeito à diversidade do patrimônio cultural no âmbito das práticas de conservação, tratando de questões de autenticidade que devem ser consideradas para atribuir valores a todo o patrimônio cultural mundial, buscando identificar os atributos específicos dos bens e valorizar os aspectos memoriais das minorias, enaltecendo as características particulares de cada um desses objetos no contexto em que se inserem e de que fazem parte.

Num mundo que se encontra cada dia mais submetido às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade. (CARTA DE NARA, 1994, p. 1)

Como um importante complemento aos preceitos da Carta de Nara, foi escrita, no ano seguinte, a Carta de Brasília, também conhecida por “Documento Regional do Cone Sul sobre autenticidade”. O documento surgiu da necessidade de aproximar a questão da autenticidade da realidade dos países do Cone Sul, cuja cultura é fruto da diversidade e da miscigenação dos valores locais e daqueles importados dos grandes centros de influência, como a Europa. “As identidades nacionais continuam em processo de formação, o que dificulta ainda mais o estabelecimento de critérios únicos e invariáveis para o ‘autêntico’” (Carta de Brasília, 1995, p.2).

Sobre a adoção de novos usos, o documento defende que é uma alternativa possível, desde que exista um reconhecimento apriorístico do edifício e um diagnóstico preciso de quais intervenções o mesmo suporta, e adiciona que os novos elementos introduzidos devem harmonizar com o conjunto e ser de caráter reversível. No geral, a intervenção contemporânea deve resgatar o seu caráter e exaltar seus valores, sem transformar a essência do objeto arquitetônico. Ademais, a carta destaca que a autenticidade não se relaciona apenas com o valor do bem isolado, mas sim com os

valores agregados que sua inserção na sociedade provoca ao longo dos anos:

A mensagem original do bem deve ser conservada – quando não foi transformado e, portanto, permaneceu no tempo –, assim como a interação entre o bem e suas novas e diferentes circunstâncias culturais que deram lugar a outras mensagens diferentes, porém tão ricas como a primeira. Isso significa assumir um processo dinâmico e evolutivo. Assim é que a autenticidade também faz alusão a todas as vicissitudes às quais o bem foi sujeito ao longo de sua história e que, contudo, não alteraram seu caráter. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 3)

Aquiescente aos preceitos da Carta de Brasília, cumpre destacar a percepção de Marina Waisman (2013) sobre a historiografia na América Latina. A autora chama atenção para a não linearidade da história e, conseqüentemente, da produção da arquitetura nos países latino-americanos, decorrente da transculturação entre esses países e as potências centrais, que impõem seus valores e métodos de construir, sem que se construa uma real identidade. Essa noção se aplica à arquitetura moderna no Brasil, na medida em que os conceitos de valoração crítica elaborados na Europa acabam por desmerecer ou desconsiderar a produção local, fazendo-se necessária a escolha de instrumentos adequados ao contexto crítico em que esses objetos foram concebidos, construídos e encontram-se inseridos até hoje. Para Waisman (2013, p.43), “(...) embora se possa admitir a existência de certos valores universais para a arquitetura (...), no aprofundamento de qualquer tema, saltarão aos olhos valores específicos de cada cultura ou modos de interpretar esses valores universais, grandemente diferenciados entre si”, tornando-se mais eficaz analisar as condições de produção dos objetos arquitetônicos do que sua pura materialidade.

Sobre o tema da autenticidade aplicada à arquitetura moderna, Moreira (2011) afirma que, embora as intervenções de conservação no geral tentem preservar essencialmente a autenticidade material do objeto, para a produção arquitetônica moderna é essencial compreender que seus valores vão além da simples materialidade:

Os valores da arquitetura moderna, entretanto, residem não apenas em sua materialidade, mas sobretudo na forma como esses materiais são articulados na criação do espaço. Articulações mais dinâmicas entre cômodos e espaços, por meio de estratégias como transparência, promenade

architecturale e multiplicidade de pontos de vistas, a interpenetração entre interior e exterior e relações mais sutis com a paisagem, entre outros, são intenções projetuais consideradas como valores centrais para a arquitetura moderna (MOREIRA, 2011, p.183).

Por isso, o julgamento de decisões a serem tomadas quando da intervenção em edifícios modernos deve contemplar as diversas possibilidades, a partir do conhecimento das necessidades dos usuários e certificando-se de que as alterações empreendidas não poderão comprometer seu funcionamento. Para Maciel (2012, p.40), a preservação da função e do valor são aspectos da conservação contemporânea que substituem a visão clássica da noção de verdade, considerando que o seu valor se relaciona também com sua capacidade de abrigar uma função. Dessa forma, nesses casos, muitas vezes o valor histórico é reduzido em detrimento do aumento das possibilidades de valor ou função do edifício moderno, desde que não ocasione a perda de sua autenticidade.

Outra importante carta patrimonial para o presente estudo é a Carta de Burra (1980), que amplia a percepção do que é considerado patrimônio cultural, fugindo da noção de substância e trazendo a definição de significação cultural, que abrange o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras. O documento demonstra sua importância para a arquitetura moderna, ao relacionar a conservação do objeto patrimonial ao significado cultural que ele possui. Com isso, defende que “o uso compatível designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo” (CARTA DE BURRA, 1980, p.2).

Nessa medida, as cartas de Nara, Brasília e Burra são importantes documentos, em virtude de trazerem aspectos abstratos, culturais e sociais ao mesmo nível de importância para o patrimônio que os aspectos físicos materiais. Para Moreira (2011), esta aceitação do intangível em detrimento da materialidade abriu novas possibilidades para a conservação da arquitetura moderna. A produção do século XX no Brasil foi marcada pelo desenvolvimento de ideologias próprias e de uma participação mais efetiva dos arquitetos, e não apenas a tácita aceitação dos parâmetros europeus. Assim, as intenções projetuais se afirmam como um importante aspecto a ser preservado quando se fala em conservação da arquitetura moderna.

No entanto, a noção de autenticidade trazida pelas cartas patrimoniais diz respeito a bens reconhecidos, enquanto o principal impasse trazido pelos debates atuais se relaciona com um outro desafio: as dificuldades encontradas no reconhecimento da arquitetura moderna. A falta de uma real compreensão desses objetos como alicerce de uma relação entre pessoas e lugares faz com que muitas dessas edificações fiquem vulneráveis, estando sujeitas a sofrer descaracterizações antes mesmo que a sociedade compreenda seu real valor como herança cultural e arquitetônica. Para Lira (2015), essa é a primeira questão que deve ser solucionada.

Embora edifícios modernos tenham recebido especial atenção quando da criação do SPHAN⁴⁴ no Brasil, o debate internacional sobre a proteção dessa arquitetura surge apenas no final da década de 1980, com a fundação da organização não governamental DOCOMOMO, na Holanda. Observa-se, portanto, que o tombamento de edificações modernas ainda não é tão recorrente quanto o de construções mais antigas, e muitas são as questões concernentes à inclusão ou não de alguns edifícios modernos como obra de arte.

A arquitetura moderna é parte importantíssima para a história social, econômica, política e cultural do século XX e, portanto, é necessário buscar meios para proteger sua permanência nas cidades. As dificuldades encontradas residem em diversos fatores, dentre eles pode-se destacar os dois mais relevantes: a falta de um distanciamento temporal e sua permanência na vida cotidiana da população, que acaba não fomentando a noção da importância histórica de tais lugares, além da amplitude e da heterogeneidade da produção moderna, que dificulta estabelecer juízos de valor do que deve ou não ser considerado patrimônio cultural.

Primeiramente, tem-se que a proximidade temporal que esses edifícios guardam com a atualidade se configura como

44 O SPHAN, durante suas primeiras décadas de existência, protegeu monumentos modernos recém-construídos, cujos autores ainda eram vivos e atuantes. Isso aconteceu não apenas pela legislação brasileira não definir uma distância temporal mínima desde a construção até o reconhecimento de um bem como patrimônio, mas também pela instituição ter se formado por escritores e artistas protagonistas do movimento moderno, como é o caso do arquiteto Lúcio Costa. Dentre os bens tomados, destacam-se a Igreja da Pampulha, em 1947, o Ministério da Educação e Saúde, em 1948 e a Catedral de Brasília, em 1967.

um entrave à percepção do seu valor artístico e cultural, uma vez que o observador – seja ele um historiador de arte ou os cidadãos comuns que fazem parte de uma sociedade – necessita certo distanciamento do objeto para melhor analisá-lo e compreendê-lo. “Como grande parte de nosso ambiente do dia a dia é o resultado direto ou indireto da modernidade, nós temos dificuldade para avaliar sua significância” (MOREIRA, 2011, p.181).

Em segundo lugar, tem-se que o movimento moderno engloba uma produção ampla e diversificada, em especial quando se deseja considerar edificações cujo valor não é julgado excepcional, tendo sido concebidas e construídas segundo as limitações de cada local. Assim, como produtos, encontram-se objetos cujas características em comum não se mostram tão evidentes e singulares, o que torna difícil seu reconhecimento, seu valor, e, portanto, sua consequente proteção e conservação.

Diante do exposto, desde as teorias patrimoniais que defendem a reutilização de edifícios protegidos até os aspectos particulares, no que tange à arquitetura moderna e às dificuldades de sua preservação, percebe-se que há, no âmbito do patrimônio mais antigo, certo consenso nas diretrizes e formas de atuação no que concerne à implementação de novas funções em edifícios mais longevos. No entanto, no tocante à arquitetura moderna e ao patrimônio mais recente, ainda carece de fomentar debates entre arquitetos, agentes políticos e a sociedade, para que se encontre e se formule esse consenso em relação às diretrizes a serem adotadas.

Afim de obter-se uma melhor compreensão sobre a aplicação das teorias patrimoniais sobre reuso e preservação na prática, é interessante destacar alguns exemplos de intervenções em hotéis modernos que foram realizadas no Brasil, como forma de aproximar os debates ao objeto de estudo.

3.3. REUSO DO HOTEL MODERNO

Conforme já citado, os edifícios pertencentes à ampla produção moderna chegaram a um nível de decadência material que carece de intervenção, não apenas por aspectos construtivos e tecnológicos, como também de conforto e segurança. No caso específico dos hotéis, existem outras questões que contribuem para essa necessidade e devem

também ser consideradas quando das operações de restauro e reutilização, como, por exemplo, as alterações demandadas pelas práticas do turismo, as mudanças nas exigências e procuras dos usuários, além de transformações na relação do edifício com a cidade.

Primeiramente, o caráter turístico das cidades passa por modificações ao longo dos anos, fazendo com que as principais demandas se voltem para diversos segmentos, a depender de cada local, muitas vezes completamente distintos daquele para o qual o edifício fora destinado quando de sua concepção. Tais alterações modificam também o perfil dos clientes desses empreendimentos, transformando suas exigências de acomodação, facilidades, valores, localização, e fazendo com que os hotéis mais antigos precisem atualizar-se em busca de atrair a atenção dos novos turistas, adequando-se, assim, às dinâmicas de oferta e demanda do setor.

Ademais, como é o caso de Fortaleza, muitas vezes uma localização que se considerava favorável à atividade de hospedagem acaba perdendo esse caráter ao longo dos anos, em detrimento de outras centralidades que se configuram, de acordo com o desenvolvimento das cidades, suas políticas públicas e os agentes do espaço urbano. Dessa forma, diversas construções hoteleiras se veem inviabilizadas em continuar abrigando a função de hospedagem, caindo assim em completo desuso, ou demandando operações de reutilização para uma outra finalidade.

O exemplo da demolição do Hotel Esplanada, em Fortaleza, ressalta a necessidade de se debater o reuso dos hotéis modernos. A alteração funcional não é uma tarefa de fácil resolução, no entanto, a tipologia hoteleira aponta para possíveis soluções viabilizadas por suas características construtivas e espaciais que, em significativa parte, consistem em células autônomas de unidades habitacionais, com oferta de infraestrutura adequada para disponibilizar fornecimento de água e instalações de esgoto em cada uma delas, o que pode constituir-se em uma modulação adaptável a outros tipos de função.

A esfera comercial é uma delas, existindo diversos exemplos bem-sucedidos dessa experiência, como é o caso do conhecido Hotel Van Eetvelde, rico exemplar da arquitetura Art Nouveau em Bruxelas, projetado por Victor Horta, que foi restaurado e é atualmente utilizado como sede de uma empresa belga. O mesmo destino recebeu o Hotel Esplanada, em São Paulo, que foi reformado para abrigar a sede das in-

dústrias Votorantim Metais e, mais tarde, em 2013, foi transferido para o Estado, para receber a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, uso institucional.

Outra esfera possível é a do uso habitacional. Um considerável exemplo disso é que muitos hotéis abandonados acabam sendo ocupados por moradores de baixa renda em razão do déficit habitacional, que ali encontram a estrutura necessária para suas principais atividades rotineiras – ainda que se deva discutir os perigos existentes nesse tipo de ocupação. Na cidade de São Paulo, a existência de antigos edifícios de hotéis no Centro viabilizou a recorrência desse tipo de ocupação, conforme ocorreu com os prédios do Hotel Cambridge, do Hotel Danúbio, do Hotel Terminus, entre outros (SPOLON e PEREIRA, 2007). Cabe destacar, porém, um exemplo de regularização dessa conversão de edifício hoteleiro para edifício residencial: o Hotel São Paulo, também na capital paulista, foi reformado e entregue pela Prefeitura Municipal para que os moradores de baixa renda pudessem ocupá-lo de maneira regular.

Muitos também são os casos em que o edifício continua abrigando a função de hotel, passando apenas por operações de atualização para que se adaptem ao mercado contemporâneo. Isso acontece quando a sua inserção na cidade ainda propicia a recepção da atividade turística nos moldes atuais, tornando viável a permanência do uso inicial para o qual fora concebido. Exemplos de intervenções nesse sentido ocorreram com o Hotel da Bahia, em Salvador, e com o Hotel Jaraguá, em São Paulo.

O Hotel da Bahia foi, para Paiva e Diógenes (2019), “ (...) o primeiro ‘Grande Hotel’ moderno de padrão internacional e de luxo, de características genuinamente alinhadas ao Movimento Moderno”. O projeto, elaborado em 1947, é de autoria dos arquitetos Paulo Antunes Ribeiro (1905-1973) e Diógenes Rebouças (1914-1944), por meio do EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, e conta com paisagismo de Roberto Burle Marx. A construção foi feita sob responsabilidade do engenheiro Oswaldo Augusto da Silva, tendo sido o edifício inaugurado em 1952.

O hotel constituiu-se como um símbolo de modernização para a cidade de Salvador, que até então contava apenas com um Grande Hotel, o Palace Hotel (1934). O seu programa híbrido foi uma inovação para a capital, contando com restaurante, cinema, bares e serviços voltados para a elite da cidade. A relevância do projeto pode ser demonstrada pelas diversas publicações em revistas, inclusive internacio-



Figura 3.1 - Hotel da Bahia.

Fonte: ANDRADE JÚNIOR, 2012

nais: suas plantas, maquetes e fotos foram publicadas pela revista *Architecture d’Aujourd’hui* nº 27 e nº 52, pela revista *Arquitetura e Engenharia* nº 36, e os desenhos e detalhes de suas esquadrias foram publicados na revista *ABA/CAB* de 1971.

A linguagem utilizada pelos arquitetos tem clara inspiração nos preceitos de Le Corbusier, podendo-se distinguir de forma precisa os cinco pontos da arquitetura moderna formulados pelo arquiteto francês em 1929: fachada livre, janelas em fita, pilotis, terraço jardim e planta livre. Tais características contribuem para a notória relevância do edifício do Hotel como um importante exemplar da produção moderna no Brasil, fora da matriz Rio-São-Paulo, que monopolizava a produção arquitetônica do período.

O projeto preconizou a integração das artes, premissa fundamental do modernismo brasileiro, incorporando nos seus espaços sociais diversas obras de arte de renomados artistas como Carybé, Pierre Verger, Tatti Moreno e Genaro de Carvalho, tendo sido palco de importantes eventos de promoção da arte moderna baiana, como o I Salão Baiano de Belas Artes (PAIVA e DIÓGENES, 2019, p. 11)

Figura 3.2 - Esquadrias originais do Hotel da Bahia.

Fonte: ANDRADE JÚNIOR, 2012



O projeto inicial do hotel se estrutura em um estreito e retilíneo bloco de cinco pavimentos sobre pilotis, que continha 180 suítes, além de uma base constituída por um subsolo e dois pavimentos com pés direitos generosos e mezaninos, que abrigavam o setor social e o de serviços. Cada pavimento-tipo possuía um corredor de 2,40m, interligando 36 suítes de 28m² cada, dezesseis delas voltadas para a avenida Sete de Setembro e vinte para a praça do Campo Grande. Os acessos verticais se davam por meio de dois conjuntos de circulação vertical, compostos por três elevadores e uma

escada, sendo um deles o social, e o outro a circulação de serviço.

Conforme afirmam Andrade Júnior e Leal (2007), no ano de 1963, o Hotel da Bahia, até então administrado pelo Governo do Estado, passou a ser operado pela Companhia Tropical de Hotéis, que posteriormente adquiriu também seu controle acionário. O primeiro projeto de reforma que o edifício recebeu, cuja autoria é até então desconhecida, foi executado na década de 1970, com o objetivo de atender às novas demandas impostas pelo turismo, incluindo a construção de duas piscinas e a atualização da decoração interna e externa. No entanto, as alterações não foram suficientes para evitar que o hotel entrasse em decadência, fechando suas portas em 1978.

Dois anos depois, o arquiteto Diógenes Rebouças, um dos responsáveis pelo projeto original, foi novamente contratado para elaborar um projeto de ampliação e reforma, como meio de viabilizar a obtenção da categoria cinco estrelas. Para tal, ele contou com a colaboração do escritório Prado Valladares Arquitetos, trazendo soluções que se tornaram polêmicas para o edifício, concluídas em 1984.

O novo projeto quase duplicou sua área construída, transformando os 13.000m² em 24.000m², por meio da ampliação vertical do bloco de edifícios, incluindo três novos pavimentos, e da extensão horizontal da base da edificação, onde estavam localizados os setores de serviço e social. Além disso, a reforma incluiu uma garagem, salas para convenções, central de ar condicionado, sistema de aquecimento de água por energia solar e atualização do sistema de proteção contra incêndios.

O bloco da base duplicou de área, perdendo o formato orgânico característico inicial. A nova porção construída incluiu dois pavimentos de garagem, uma nova discoteca e duplicou a área destinada aos serviços. A área de lojas foi alterada, racionalizando seu desenho, que antes era orgânico, enquanto a recepção, o saguão e o restaurante não receberam alterações. No mezanino, foram mantidos os locais de lazer para hóspedes, como o salão de estar e o salão de banquetes e reuniões, além de terem sido também incluídos novos espaços como um bar, salas de leitura, salas de TV, salões de jogos, duas piscinas e um novo restaurante. No Pavimento Nobre, foi criado um foyer, em cujo mezanino foi construído um auditório com quase 200m² de área, além de três salas de reuniões e serviços de apoio e bar.



Figura 3.3 - Hotel da Bahia durante o I Salão Baiano de Belas-Artes, em novembro de 1949.

Fonte: ANDRADE JÚNIOR, 2012

Figura 3.4 - Planta baixa do pavimento térreo do projeto original.

Fonte: ANDRADE JÚNIOR, 2012

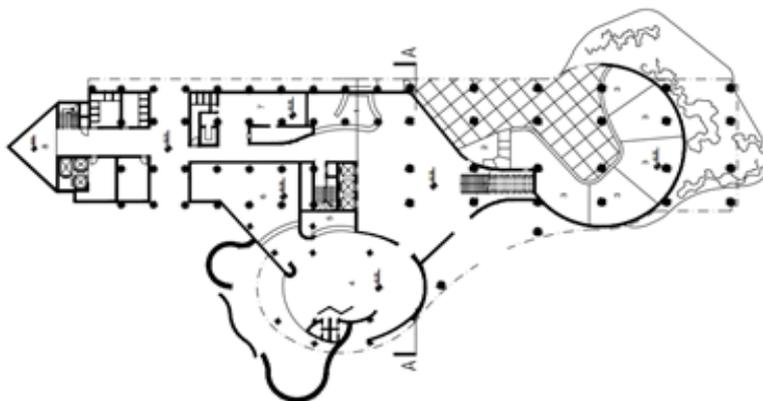
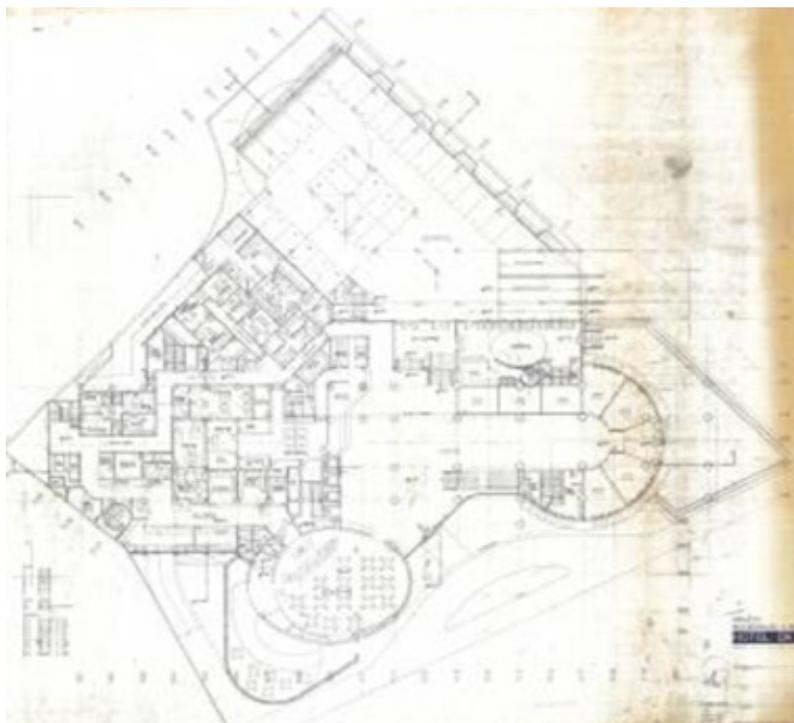


Figura 3.5 - Planta baixa do pavimento térreo após reforma.

Fonte: MINDLIN, 1999.



A incorporação dos três novos pavimentos foi possível na medida em que já estavam previstos no projeto inicial, porém nunca haviam sido executados. Deles, dois são iguais aos demais pavimentos, enquanto o mais alto abriga 26 suítes especiais, de mais alto padrão, totalizando, assim, 278 apartamentos no atual edifício do Hotel da Bahia. Ademais, acima deste último, foi incluído um pavimento cobertura, mais recuado, com função de abrigar serviços e espaços de lazer para os funcionários do hotel.

A reforma empreendida no Hotel da Bahia foi alvo de muitas críticas e Diógenes Rebouças recebeu polêmicas acusações, como a de descaracterizar a própria obra. Andrade Júnior e Leal (2007) consideram que as ampliações e alterações empreendidas foram absolutamente necessárias para permitir

que o empreendimento se inserisse adequadamente em um mercado competitivo no cenário contemporâneo.

Entretanto, se as ampliações realizadas podem ser facilmente justificadas – ainda que seja questionável o partido adotado para a ampliação horizontal do bloco da base –, é mais difícil justificar a radical mudança efetuada na imagem do edifício, através da substituição dos materiais de revestimentos e das esquadrias originais por outras mais “atuais” (ANDRADE JÚNIOR e LEAL, 2007, p.17)

O bloco vertical original possuía características marcantes, proporcionadas por uma clara malha ortogonal, que frisava sua estrutura e divisórias, e pelas esquadrias com venezianas de madeira, que foram substituídas por esquadrias comuns de vidro fumê e alumínio anodizado preto, sem nenhuma razão pertinente que justificasse tal permuta.

Apesar das descaracterizações sofridas na última reforma, o edifício foi tombado em 2010 como bem cultural pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), órgão do Estado da Bahia. Segundo Paiva e Diógenes (2019, p.11), desde que passou a fazer parte da rede de hotéis Sheraton em 2012, o hotel vem sofrendo reformas com o intuito conservar suas características fundamentais.

Um outro exemplo foi a intervenção empreendida no Hotel Jaraguá, em São Paulo, atualmente denominado Novotel Jaraguá. Considerado por Xavier, Lemos e Corona (1983) um importante exemplar da arquitetura moderna paulistana, o edifício se localiza em um dos pontos de extrema importância e visibilidade no Centro da capital: na confluência da Avenida São Luiz com a Avenida Consolação, as ruas Martins Fontes e Major Quedinho.

O edifício, projetado e construído entre 1947 e 1954, foi concebido para abrigar o jornal O Estado de São Paulo, a rádio associada e o antigo Hotel Jaraguá. Contou com projeto inicial de Jacques Pilon, porém, mais tarde, foi refeito pelo alemão Franz Heep, de declarada influência de Le Corbusier, com quem havia trabalhado na França. O edifício se tornou um ícone da arquitetura moderna em São Paulo, pois incorporava elementos característicos dessa produção, como o uso de estrutura independente, modulação, pilotis, brises, e buscava a integração com outras artes plásticas. Segundo Alvarez e Campos (2007, p.4), a construção “(...) ostentava elementos decididamente modernos: brises móveis, volu-



Figura 3.6 - Entrada principal do hotel, permitindo ver a organicidade do pavimento térreo.

Fonte: ANDRADE JÚNIOR, 2012

metria variada e arrojada, painéis de Di Cavalcanti e Clóvis Graciano, e grande relógio no topo”.

Originalmente, do subsolo ao sexto pavimento, as dependências do edifício eram destinadas ao jornal, acima dele, no sétimo e oitavo pavimentos, funcionava a rádio, e só então, a partir do nono pavimento, se localizava o hotel, ocupando treze andares e contendo 164 apartamentos e 22 suítes – sendo 16 unidades por cada pavimento-tipo – além de bar, restaurante, jardim de inverno, boates e salas de estar e leitura. Apesar do uso híbrido, o acesso ao hotel era independente das demais funções. Sobre o período de esplendor do Hotel Jaraguá, Alvarez e Campos (2007) explanam:

Com sua localização estratégica, tornou-se um dos símbolos da modernidade em São Paulo. Inaugurado para o IV Centenário em 1954, o Jaraguá se beneficiou dessa visibilidade e, ao longo das décadas de 1950 e 1960, com decoração apurada e moderno mobiliário, reinou na preferência dos hóspedes de prestígio (ALVAREZ e CAMPOS, 2007, p.2).

O hotel começou a entrar em decadência a partir da década de 1970, sob administração da rede Horsa. No início da década de 1980, o empreendimento foi vendido a outra rede hoteleira, mas acabou sendo desativado em 1998, após ter sido comprado por uma empresa imobiliária, a Sol Invest. O edifício foi então tombado parcialmente pelo DPH e CONDEPHAAT, protegendo apenas sua envoltória, composta por volumetria e fachada, e os murais e pinturas existentes. Segundo Alvarez e Campos, 2007, a construção do Hotel Hilton e o surgimento de outros hotéis de alto padrão na avenida Paulista colaboraram para a sua decadência.

Os novos proprietários tinham a intenção de reformar a parte interna do edifício para abrigar um hotel quatro estrelas, mas posteriormente julgaram mais apropriado investir no setor do turismo de negócio e eventos, que vinha crescendo na capital. A proposta visava aproveitar o processo de requalificação da área central de São Paulo, inserindo-se na Operação Urbana Centro e chegou a ser aprovada pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio: CONDEPHAAT, DPH / COMPRESA e Emurb.

A reforma ficou então a cargo do escritório do arquiteto Miguel Juliano, tendo sido o projeto iniciado no mesmo ano de 1998, e a conclusão da obra acontecido seis anos mais tarde, em 2004. A inauguração do novo hotel se deu por ocasião da

Figura 3.7 - Hotel Jaraguá à época de sua inauguração.

Fonte: ALVAREZ e CAMPOS, 2007



comemoração dos 450 anos da cidade de São Paulo. O projeto de restauro e retrofit do Hotel Jaraguá conferiu ao arquiteto o prêmio de menção honrosa pelo IAB-SP, em 2002. As fachadas do edifício não sofreram alteração, assim como sua volumetria, tendo ficado as transformações restritas à sua parte interna.

Segundo afirmam Alvarez e Campos (2007), mesmo tendo sido concebido para o uso hoteleiro em seus pavimentos superiores, a adaptação do hotel para abrigar hospedagens nos demais pavimentos exigiu significativa transformação interna. O pavimento térreo foi unificado com a criação de uma rua interna, com um painel colorido cuja arte fora concebida pelo próprio Miguel Juliano, além de um grande lobby em substituição aos antigos acessos independentes. Para abrir essa passagem, foram cortados doze pilares, fazendo-se necessário um reforço estrutural para resolver o desvio de cargas. Além disso, os painéis artísticos de Di Cavalcanti e Clóvis Graciano foram restaurados, assim como os brises das fachadas, o relógio e o letreiro do topo do hotel, tudo isso acompanhado de uma reforma na decoração, deixando-a mais atual.

Os pátios que serviam à iluminação interna foram transformados em torres de acesso vertical, compostas por elevadores e escadas, e os pavimentos baixos e o subsolo, que antes serviam às instalações do jornal O Estado de São Paulo, passaram a receber um centro de convenções com 21 salas, auditório com lotação de 280 pessoas e demais setores associados ao seu funcionamento. Escadas rolantes interligam o térreo ao segundo e terceiro pavimento, bem como ao subsolo, e o atual restaurante localiza-se no primeiro andar do



Figura 3.8 - Pavimento térreo do Hotel Jaraguá no projeto original.

Fonte: ALVAREZ e CAMPOS, 2007.

Figura 3.9 - Pavimento térreo do Hotel Jaraguá no projeto de reforma.

Fonte: ALVAREZ e CAMPOS, 2007.



prédio. Devido à necessidade de se instalar equipamentos para possibilitar a circulação vertical, os pavimentos-tipo sofreram alterações. Atualmente, o hotel possui 415 apartamentos.

Figura 3.10 - Hotel Jaraguá após intervenções.

Fonte: ALVAREZ e CAMPOS, 2007.



Nos primeiros anos de sua reabertura, o hotel esteve sob direção da rede hoteleira norte-americana Holliday Inn, e apenas em 2005 foi transferido à rede francesa Accor, que manteve as mesmas instalações, renomeando-o para Novotel Jaraguá.

A reforma empreendida no hotel Jaraguá constituiu-se em uma significativa modificação do edifício, tendo, por um lado, restaurado todos os elementos protegidos, mas por outro, alterado por completo as partes que não haviam sido tombadas.

Deve-se compreender que, no processo de reforma de edifícios desabilitados, o mercado acaba por ditar as ações, no entanto, entende-se que a total alteração interna, substituindo as características modernas por uma decoração contemporânea, pode comprometer por completo a ambiência e as características marcantes da construção.

Ademais, Alvarez e Campos (2007) consideram que foi deixada para trás parte importante da história e da memória do edifício ao não buscar, nas intervenções, aspectos que remetessem à sua antiga funcionalidade como sede de um jornal – o mais próximo que se chegou a isso foi a reativação do letreiro da fachada, que antigamente anunciava notícias, e agora divulga espetáculos e outras atrações.

Além disso, mudanças executadas no pavimento térreo alteraram, inclusive, a forma com que o edifício se relaciona com o seu entorno. Levando-se em consideração que a arquitetura moderna procurou relacionar seu ambiente térreo com o exterior, trazendo certa permeabilidade e continuidade espacial, espera-se que essa importante característica seja mantida quando se intervém na arquitetura do período. O fechamento do pátio de iluminação zenital para dar lugar a acessos verticais acabou também por alterar de forma muito significativa a ambiência do edifício original, apontando para a necessidade de se estudarem sempre alternativas mais “silenciosas” com relação a características marcantes da produção moderna.

O conhecimento desses estudos de caso constitui uma rica contribuição para o presente trabalho, na medida em que ilustram os processos de mutação das dinâmicas das viagens suscitadas pela ócio e negócio e das exigências de mercado que aconteceram nas últimas décadas, ainda que tenham ocorrido de maneiras diversas em cada localidade, corroborando para uma compreensão mais ampla dessas mudanças. No campo da arquitetura, a referência a esses projetos contribui de forma a avaliar como essas intervenções de reuso têm se dado na prática, levando a debates e reflexões acerca da sua pertinência e de quais outras alternativas poderiam ser adotadas, com base nas teorias estudadas.

Com isso, adiante, volta-se para o campo da arquitetura hoteleira em Fortaleza, trazendo exemplos de reutilização empreendidos em algumas das edificações estudadas, com a finalidade de avaliar as permanências e mutações que viabilizaram o novo uso pretendido, assim como questionar criticamente a conveniência dessas intervenções.

04

REUSO EM HOTÉIS EM FORTALEZA: TRANSFIGURAÇÃO OU CONSERVAÇÃO DA MODERNIDADE ARQUITETÔNICA?

- 4.1.** POSSIBILIDADES MATERIAIS
 - 4.1.1.** LORD HOTEL
 - 4.1.2.** IMPERIAL OTHON PALACE
 - 4.1.3.** METROPOLITAN RESIDENCE SERVICE
- 4.2.** LIMITAÇÕES PATRIMONIAIS

O presente capítulo tem como objetivo analisar três casos de hotéis que passaram por intervenções de reuso em Fortaleza, contrapondo dois aspectos: o da flexibilidade da arquitetura produzida na modernidade, que viabiliza sob um aspecto material e construtivo a adaptação a novos usos, e o do patrimônio histórico, que delineaia limitações a essas intervenções com vistas a alcançar sua devida conservação.

A escolha dos três exemplares a serem analisados foi orientada pela busca de edificações que representassem a diversidade da produção da modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza, tanto no que se refere ao período de concepção e construção, como no que tange à inserção urbana e aos novos usos propostos. Assim, optou-se por analisar mais detalhadamente o Lord Hotel (1956), o Imperial Othon (1964) e o Metropolitan Residence Service (1980), tendo em vista que cada um desses exemplares se localiza em um lugar distinto na cidade, evidenciando o atendimento a diferentes demandas turísticas de cada período. Ademais, cada um deles recebeu propostas de reuso para uma função específica: institucional, hotelaria e empresarial, respectivamente.

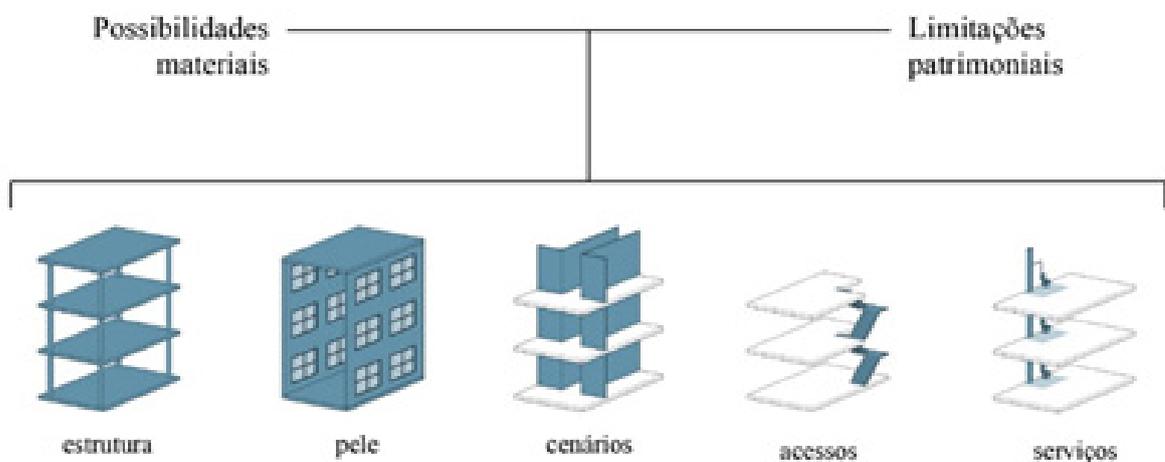
A análise sobre as permanências e alterações nessas edificações, ao passarem por intervenções de reuso, será compreendida em torno de dois pontos de vista, que aqui serão denominados “possibilidades” e “limitações”. Por um lado, pretende-se avaliar de que forma a arquitetura da modernidade permite a flexibilidade de seu espaço por meio de alterações em sua matéria, viabilizando a inserção de novos usos. Por outro, contrapõe-se quais seriam os limites dessas mudanças, colocados não somente pela materialidade construtiva das edificações, mas sim pelas teorias do patrimônio aplicáveis à arquitetura do período. Dessa forma, a presente análise busca contrapor as possibilidades de alterações, sob um ponto de vista material, às suas limitações, sob um ponto de vista patrimonial.

A metodologia adotada baseia-se na análise de estudos de caso. De acordo com Schramm (1971), a essência de um estudo de caso consiste em buscar esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões, abrangendo o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e quais foram seus resultados. Dessa maneira, procura-se compreender os processos envolvidos nos projetos de intervenção de cada uma das edificações escolhidas para a análise, e discutir a pertinência das proposições.

A fim de melhor organizar e compreender os atributos inerentes a cada uma das edificações, serão utilizados os parâmetros propostos por Leupen (2006), através dos quais ele subdivide a composição de um edifício em cinco camadas: estrutura, pele, cenários, serviços e acessos. A identificação de cada uma delas servirá a uma maior clareza na comparação entre os projetos originais e os projetos de reabilitação, verificando o que permaneceu imutável ao longo do tempo e o que sofreu alterações como meio de viabilizar adaptações para o reuso. Conforme defende o autor, essas camadas são definidas não pelos elementos arquitetônicos em si, mas sim pela função que eles exercem no todo da edificação, podendo ser identificadas da seguinte forma:

Figura 4.1 - Esquema sobre a metodologia de análise.

Fonte: elaborado pela autora.



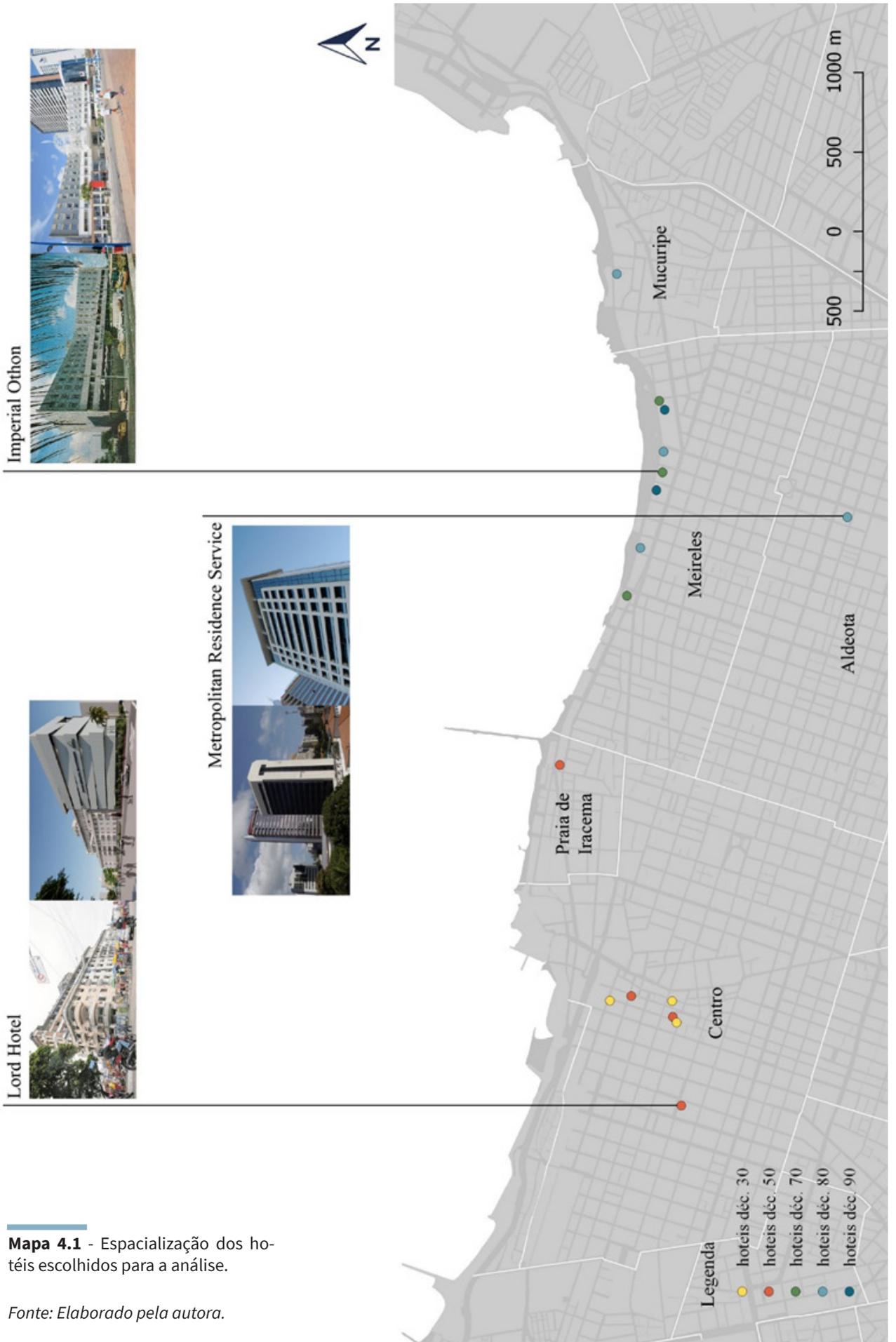
- **Estrutura:** Elementos que promovem a sustentação do edifício, tais como lajes, pilares, vigas e paredes estruturais.
- **Pele:** Separa interior e exterior, definindo como o edifício será visto pela cidade. Telhados, fechamentos de fachada, revestimentos de piso etc.
- **Cenários:** Ordena e define os espaços internos. É composto por elementos como paredes e divisórias internas, portas, revestimentos de paredes, pisos e forros.
- **Acessos:** Diz respeito à acessibilidade dos espaços, sejam eles comuns ou privados. Formado por escadas, elevadores, corredores e galerias.
- **Serviços:** É composto por instalações hidrossanitárias, elétricas, de telecomunicações, ar condicionados entre outras. Inclui os aparelhos utilizados e os espaços construídos para abrigá-los.

Em um primeiro momento, a análise abordará as “possibilidades materiais”, o que consistirá em avaliar de que forma a arquitetura hoteleira da modernidade permitiu intervenções para acolher novos usos, no que diz respeito à sua materialidade construtiva e decisões projetuais dos arquitetos. Para tanto, serão explicitados aspectos relativos à flexibilidade na arquitetura do período, para, adiante, por meio da identificação das camadas de Leupen, analisar os projetos de reforma propostos para cada uma das edificações em estudo. Assim, nessa primeira abordagem, pretende-se examinar o que efetivamente foi proposto nessas intervenções, possibilitado pelas características dos hotéis escolhidos.

Para Braga (2017), o modernismo foi o movimento arquitetônico que mais permitiu a discussão e o desenvolvimento sobre o tema da flexibilidade, por se tratar de uma premissa presente desde sua gênese. Na modernidade, a flexibilidade na arquitetura é verificada nos novos arranjos espaciais que foram proporcionados pelo avanço da engenharia, das tecnologias e das técnicas de construir. Estrutura e vedação passaram a ser aplicados como sistemas independentes, o que permitiu novas maneiras de se resolver aspectos programáticos e funcionais, abrindo possibilidades para alterações ao longo da vida útil do edifício.

Como explica Graeff (1979), as profundas modificações pelas quais passa a vida material do homem ao longo dos anos corrobora para que os valores utilitários sejam, em sua maior parte, superados em um curto período de tempo. Para o autor, a percepção dos arquitetos modernos sobre esse caráter transitório das funções das edificações fez com que surgisse a noção de planos flexíveis, trazendo estruturas que permitiam, sem alterações no aspecto formal do edifício, modificar as plantas e reorganizar os espaços internos sempre que fosse necessário.

Para Jorge (2012), a flexibilidade é a ferramenta ideal para acompanhar as incertezas imprevisíveis do futuro, coibindo a falência arquitetônica. A importância dessa mutabilidade reside não apenas na capacidade de transformação e adequação do edifício, mas, principalmente, nas possibilidades de permanência por ela proporcionadas, ampliando assim a longevidade das construções. Conforme defende Pedrotti (2018), a arquitetura é sempre uma obra em aberto, a qual evolui e acumula características ao longo do tempo e, portanto, a flexibilidade deve ser pensada a longo prazo, para que possa atender a exigências futuras desconhecidas no momento.



Mapa 4.1 - Espacialização dos hotéis escolhidos para a análise.

Fonte: Elaborado pela autora.

Um dos grandes expoentes do movimento moderno, Le Corbusier, ao elencar, em 1926, “Os cinco pontos de uma nova Arquitetura”, trouxe não apenas importantes preceitos para uma composição arquitetônica moderna, como incentivou, por meio da “planta livre”, uma maneira de tornar mais flexíveis as construções do período. Livres de função estrutural, as paredes agora eram elementos conformadores de espaços, mutáveis e dinâmicas.

Portanto, tem-se que, durante esse período, a flexibilidade está mais ligada ao avanço das técnicas construtivas e à ideologia dos arquitetos. Entretanto, essas estratégias ainda não dizem respeito a uma maior participação do usuário, tendência que se inicia a partir da década de 1960, possuindo a mutabilidade como um princípio. Embora seja relevante destacar a diferença entre os conceitos de flexibilidade presentes nesses dois momentos, para este estudo não se pretende discutir a eficiência e adequação de cada uma delas, mas sim concentrar-se nas possibilidades de mudanças existentes em cada um dos edifícios em questão, verificando de que forma a concepção desses hotéis e as características próprias da tipologia hoteleira contribuíram como facilitadores das alterações empreendidas.

Leupen (2006) destaca três maneiras de considerar a flexibilidade de um edifício: por meio de alterações internas, por meio de ampliações ou por polivalência¹. Para a presente análise, utilizaremos o conceito de flexibilidade ligado às alterações internas e a eventuais ampliações, considerando também as alterações de fachada, quase sempre atreladas a aspectos de modernização estilística ou de melhoramentos de conforto ambiental.

A versatilidade de um edifício, ao sofrer mutações, pode ser verificada por meio dos mais diversos pontos de vista, dentre os quais destacam-se duas maneiras mais recorrentes. Por um lado, pode-se elencar os espaços cambiáveis e transitórios, demonstrando em si mesmos as possibilidades de alterações, mas por outro, pode-se, por meio da comparação, extrair os espaços fixos e imutáveis, que demonstrarão a base a partir da qual as mudanças foram empreendidas

1 O conceito de polivalência está relacionado à capacidade que um espaço possui de receber diversas funções sem que precise ser modificado.

(Leupen, 2006). A análise apoia-se nessa segunda forma de abordagem, estando em consonância com as perspectivas de Bernard Leupen (2006) e Roberto Tibau (1972). Dessa forma, as camadas de Leupen servirão, neste primeiro momento, a um melhor reconhecimento das alterações realizadas, por meio da identificação dos elementos que permaneceram ao longo das intervenções.

No segundo momento de análise, as alterações verificadas serão avaliadas sob o ponto de vista do patrimônio, questionando se as mudanças empreendidas estão em conformidade ao que se propõe nas Cartas Patrimoniais e ao que defendem os teóricos estudados, tomando como subsídio o que foi discorrido no capítulo anterior. Ressalta-se, entretanto, que não há julgamento do que é certo ou errado, existindo ainda muitas divergências e indefinições entre os próprios estudiosos no que tange à aplicação das teorias ao patrimônio mais recente. Dessa forma, pretende-se apenas problematizar sobre escolhas que seriam mais ou menos adequadas do ponto de vista da conservação e salvaguarda desses edifícios, como forma de suscitar reflexões, tanto para a compreensão das intervenções que vêm sendo realizadas em Fortaleza, como para subsidiar futuros estudos acadêmicos ou concepções de reformas em edificações da modernidade.

A primeira análise será empreendida em cada um dos hotéis separadamente, em ordem cronológica de sua construção, abrangendo brevemente seus aspectos históricos, para, em seguida, proceder-se ao estudo comparativo entre plantas originais e aquelas propostas para a intervenção. Em seguida, a análise sobre as questões patrimoniais será feita em conjunto para os três exemplares.

4.1. POSSIBILIDADES MATERIAIS

4.1.1. Lord Hotel

O Lord Hotel, edifício com características modernistas, representa o conjunto de hotéis protomodernos construídos no Centro na década de 1950, período que marcou o surgimento de hotéis mais especializados e sofisticados na cidade.

Nesse contexto, diante da nova demanda por locais que pudessem acomodar o crescente número de viajantes à época, surgiu, na capital, uma nova tipologia de edifícios, na qual uma mesma construção possuía unidades de habitação, de hotelaria e de comércio, conforme já citado ao tratar-se do Iracema Plaza Hotel, que constituiu o primeiro exemplar dessa tipologia mista, inaugurado em 1951 na Praia de Iracema. Cinco anos mais tarde, em 1956, foi inaugurado o Lord Hotel, conjugado com o edifício residencial Pedro Philomeno Gomes, seguindo a mesma tipologia de uso misto.

O projeto do edifício tem sua autoria desconhecida, e apresentava linguagem e técnicas de construção inovadoras para a época. O prédio ocupava o lote por completo, totalizando cerca de 8,8 mil m² de área construída, e suas funções eram divididas em seus dois volumes de gabaritos distintos: o primeiro, que abrigava o hotel, possui oito pavimentos, enquanto o que continha as unidades de habitação possui apenas cinco. Os pontos comerciais, por sua vez, se localizavam no térreo, abrindo-se para as vias lindeiras.

Com relação à técnica construtiva utilizada, verifica-se que há uma variação entre os dois volumes: aquele mais alto, de 8 pavimentos, foi construído com estrutura de vigas, pilares e lajes em concreto armado, tendo as alvenarias apenas funções de vedação e divisão de espaços, enquanto o mais baixo, de 5 pavimentos, foi edificado com alvenarias autoportantes de blocos cerâmicos, apresentando, assim, menores vãos e paredes mais largas, principalmente nos pavimentos mais baixos.

Totalizando aproximadamente 120 apartamentos, era notável a inovação alcançada pelo novo empreendimento: além de incorporar novas técnicas construtivas, como o concreto armado, a existência de elevadores e de banheiros privativos nos quartos já demonstrava avanços sociais e uma busca por costumes em voga na Europa naquele momento².

2 Na passagem do século XIX para o XX, em Paris, o Hotel Ritz foi o primeiro a disponibilizar banheiros privativos para cada acomodação, prática que, primeiramente, ficou restrita a hotéis de luxo e, em seguida, popularizou-se para outros tipos de hospedagem pelo mundo (PAIVA, 2022).



Figura 4.2 - Mapa de implantação do Lord Hotel e entorno.

Fonte: elaborado pela autora.

O hotel localizava-se no Centro, parte da cidade que reunia as mais importantes hospedagens até então, como já explicitado. Construído em frente à Praça José de Alencar, na rua Liberato Barroso nº 642, no cruzamento com a rua 24 de Maio, o edifício se localizava próximo a importantes equipamentos, como o Teatro José de Alencar e a Escola Normal, hoje sede do IPHAN.

As décadas de 1960 e 1970 foram o período de maior esplendor do Lord Hotel. Nessa época, o empreendimento havia sido arrendado a um casal de suíços, e costumava receber diversas personalidades e artistas, bem como uma burguesia que primava pelo luxo em suas viagens.

As características protomodernas do Lord Hotel se traduzem por meio de suas fachadas compostas por linhas retas, interrompidas pelo abaulamento na esquina, com sacadas arredondadas, além da ornamentação já bem mais discreta que os exemplares anteriores, que indicava ainda a presença de referências históricas, mas de maneira mais simplificada. Ademais, apesar de ter suas fachadas assimétricas, sua composição com a repetição de balcões e esquadrias define claramente um eixo central, por onde se dá o acesso prin-



Figura 4.3 - Folheto de 1967 com anúncio do Lord Hotel.

Fonte: Fortaleza Nobre (sítio eletrônico);

Figura 4.4 - Foto de 1956, que mostra os edifícios do entorno e, ao fundo, o Lord Hotel.

Fonte: Fortaleza Nobre (sítio eletrônico);



Figura 4.5 - Foto do final dos anos 1950, vista a partir da rua Liberato Barroso, onde se encontra, do lado esquerdo da foto, o então Centro de Saúde (hoje o local abriga o jardim do Teatro), o Teatro José de Alencar, a Escola Normal (atual sede do Iphan) e do outro lado, o Lord Hotel.

Fonte: Fortaleza Nobre (sítio eletrônico);



principal da edificação, o que, junto às cores neutras utilizadas nas fachadas, constituem também características desse estilo.

De maneira geral, pode-se dizer que o edifício manteve suas principais características no tocante à sua parte externa, com exceção de alterações nas esquadrias e nas proteções solares, que puderam ser verificadas a partir de fotografias tomadas ao longo das décadas.

Estudo realizado pelo escritório Architectus demonstra que o coroamento do edifício passou por diversas mudanças até os dias atuais. Na foto na figura 4.6, da década de 1950, percebe-se um terraço no último pavimento da edificação, coberto por um pergolado, além de um elemento vazado que se assemelha a um muxarabi, no pavimento imediatamente inferior. Constata-se também a existência de um avarandado no quinto pavimento, logo acima do volume do edifício Residencial Philomeno, que hoje já não mais se encontra no local.

Por outro lado, na foto seguinte (Figura 4.7), cuja data não se conhece ao certo, pode-se perceber, apesar da manutenção da volumetria, algumas alterações, como a adição do elemento muxarabi também no quinto pavimento, e a disposição do letreiro no terraço do hotel. Dessa forma, conclui-se que as mudanças mais efetivas em termos de fachadas concernem aos fechamentos e esquadrias do edifício, sem maiores modificações nos adornos que dela fazem parte.

No entanto, conquanto as fachadas tenham se mantido, em sua maior parte, ainda semelhantes ao projeto original, a parte interna da edificação, composta por algumas paredes divisórias e outras autoportantes, sofreu significativas modificações ao longo das décadas, devido às ocupações irregulares e às reformas indiscriminadas sofridas pela edificação.

Com o declínio hegemônico do Centro, o hotel foi desativado no ano de 1992, passando a funcionar como residência-hotel. Posteriormente, segundo informações da Secretaria



Figura 4.6 - Foto da década de 1950 mostrando a fachada voltada para a rua 24 de Maio.

Fonte: Fortaleza em Fotos (sítio eletrônico);



Figura 4.7 - Lord Hotel e Edifício Philomeno Gomes.

Fonte: Fortaleza Nobre (sítio eletrônico);

da Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE), tornou-se pousada e, em seguida, passou a abrigar lojas comerciais e um condomínio de apartamentos. Mesmo com todos os problemas que surgiram em decorrência do desgaste causado pelo tempo e da ausência de reformas que prezassem por sua conservação, os moradores permaneceram no edifício até 2001, quando foi desapropriado pelo Governo do Estado do Ceará.

No mesmo ano, a gerência do Metrofor, contando com o apoio do Governo do Estado, tentou demolir a edificação. Para tal, alegou-se que a mesma, já deteriorada, não resistiria às obras necessárias à construção da Estação de Metrô da Lagoinha (atualmente estação José de Alencar) e que, portanto, sua demolição e posterior construção de uma nova edificação seria uma opção mais econômica do que proceder ao restauro do imóvel.

Parte da população, reconhecendo o simbólico valor patrimonial do imóvel, reivindicou por sua permanência, inclusive algumas das famílias que lá habitavam, que resistiram permanecendo no local durante toda a primeira década dos anos 2000, conforme atesta o Jornal Diário do Nordeste, em 3 de setembro de 2011. Dessa forma, fez-se necessária uma política de preservação do edifício, que mais tarde, em 2006, foi provisoriamente tombado pela Prefeitura de Fortaleza, sendo reconhecido como parte integrante da história da capital cearense, e aguarda, até hoje, por seu tombamento definitivo.

Na década de 2000, a construção passou por uma obra de recuperação estrutural, licitada pela Secretaria de Infraestrutura, com o intuito de compreender e restabelecer a sustentação do edifício para viabilizar a continuidade das obras do Metrofor. Os trabalhos contemplaram quase a totalidade da superestrutura do volume que abrigava o Lord Hotel, mas, para lograr êxito às operações, foi necessária a demolição de todas as paredes que funcionavam como divisórias internas. Dessa forma, apenas a fachada e a estrutura em concreto permaneceram preservadas nessa parte do edifício, não tendo também restado exemplares das esquadrias.

Por outro lado, no volume que corresponde ao edifício Philomeno Gomes, boa parte das alvenarias autoportantes acabaram sendo demolidas, em uma tentativa de apreender a posição dos elementos estruturais de concreto que pudessem ali existir. Constatando-se que, diferentemente da outra porção do edifício, a construção não se deu por meio de estrutura independente, e sim por alvenarias que se sus-

tentavam, procedeu-se a um incremento estrutural para reparar o dano, por meio de reforços nas fundações, pilares e vigas, e suspendeu-se as obras de recuperação.

A figura abaixo, cedida em memorial descritivo elaborado pelo escritório de arquitetura Architectus, em novembro de 2019, demonstra as intervenções que estavam previstas no laudo técnico e o que foi efetivamente executado.

Atualmente, o estado de conservação dos elementos de concreto que sustentam o edifício Philomenos Gomes é crítico.



Figura 4.8 - Intervenções previstas no laudo técnico.

Fonte: Acervo Architectus.



Figura 4.9 - Pilar e vigas com ferragens aparentes.

Fonte: Acervo Architectus.



Figura 4.10 - Escoramento para assegurar a sustentação do edifício.

Fonte: Acervo Architectus.

A corrosão das armaduras internas à estrutura, que é uma patologia de extrema gravidade, é observada em vigas, pilares e lajes. Em decorrência dos fossos existentes no interior da edificação, alguns dos espaços internos acabam sendo atingidos pelas ações diretas das intempéries, ocasionando infiltrações até mesmo nos espaços mais enclausurados, como as caixas de escadas.

Diante das dificuldades encontradas e do alto valor que seria necessário investir para a finalização das obras de recuperação do imóvel, as atividades do Metrofor seguiram, sem, no entanto, intervir no Lord Hotel, e a estação José de Alencar foi inaugurada em 18 de julho de 2013.

Apesar das frustradas tentativas de recuperação estrutural e requalificação do edifício, o apelo popular fez com que a construção resistisse no tempo e permanecesse em nossa cidade até os dias atuais, ainda que em estado de abandono e forte degradação. Graças a isso, recentemente, em 2019, o Governo do Estado autorizou a cessão do Lord Hotel para abrigar a nova sede da Câmara Municipal de Fortaleza³ pelos próximos 25 anos. Foi realizado, então, pelo escritório de arquitetura Architectus, um projeto de intervenção e reuso, propondo sua reabilitação e recuperação.

Espera-se que, com esta decisão e o empreendimento da intervenção, apesar das marcas deixadas pelas equivocadas reformas, inicie-se um novo capítulo a ser escrito na história de resistência do Lord Hotel.

3 Atualmente, o órgão se localiza no endereço Rua Dr. Thompson Bulcão, 830, no bairro Luciano Cavalcante.



Figura 4.11 - Lord Hotel atualmente, em fotografia tomada em 2019.

Fonte: Diário do Nordeste



Figura 4.12 - Lord Hotel em fotografia tomada em 2010.

Fonte: Fortaleza Nobre (sítio eletrônico).



Figura 4.13 - Lord Hotel em fotografia tomada em setembro de 2021.

Fonte: Acervo pessoal Ricardo Paiva.

Por meio de uma análise comparativa entre o projeto de reforma e o levantamento realizado na década de 2000, é possível perceber de que forma a infraestrutura existente no edifício foi utilizada como ponto de partida para a definição do programa e a distribuição dos espaços. Com relação à **estrutura**, as decisões projetuais foram baseadas no estado de significativa degradação em que se encontravam os elementos estruturais do edifício.

Primeiramente, na porção sul, todas as divisórias internas já haviam sido demolidas – em sua maior parte, pela obra de recuperação que foi iniciada na década de 2000 – e, para que se pudesse aproveitar as vigas e pilares existentes, foi proposto o seu recapeamento, já que muitos deles estavam degradados e com ferragens à mostra, e, também, um incremento estrutural, por meio de reforços em todas as fundações, pilares e vigas existentes. Ainda que o vão fosse pequeno, cerca de 2,50m, foi possível alocar ali funções como setores de serviço, administração, e os gabinetes dos vereadores.

Na porção norte, construída em alvenaria autoportante, a situação do imóvel era diferente: diante dos danos provocados pelas diversas demolições, era imperativo restabelecer a estabilidade da construção para o sucesso da reforma. Observando que a compartimentação interna já estava bastante descaracterizada, os arquitetos responsáveis pelo projeto decidiram a completa substituição da estrutura existente por uma nova, também em concreto armado. Sobre a decisão, que implica na remoção de todas as divisórias e lajes do antigo edifício Philomeno Gomes, o escritório Architectus explica, no memorial descritivo do projeto:

Essa solução se justifica pela necessidade de assegurar a estabilidade dessa porção da edificação para recebimento de um novo uso mais intenso e com outras necessidades funcionais e técnicas. O avançado estado de descaracterização de todos os ambientes já não permite mais qualquer entendimento do que foi a edificação em sua inteireza, ficando muito difícil atingir algum nível de coerência arquitetônica sem ter que apelar para reconstruções, o que poria em cheque a autenticidade do bem histórico (ARCHITECTUS, 2019, p.8)

Essas decisões estruturais nortearam a disposição do programa de necessidades, tanto no edifício existente como no novo anexo. No térreo, onde antes haviam lojas com acesso pelas calçadas, foram locados o setor de recepção e o setor

intitucional, contendo, dentre outras funções, espaços de atendimento ao público, como biblioteca e salão de eventos. Na parte onde ficava o volume do hotel, por sua vez, foram locados o setor de serviços, com espaços para carga e descarga e manutenção das instalações do edifício.

No primeiro pavimento, que era dividido entre os apartamentos residenciais e as acomodações do hotel, o novo projeto de reforma prevê, na porção norte, o setor presidencial e a parte jurídica do setor administrativo, e na porção sul, um espaço destinado a arquivos e serviços da instituição. Logo acima, no segundo pavimento, que possuía inicialmente conformação semelhante ao do primeiro, optou-se pela distribuição de funções como o setor administrativo e financeiro, um ambulatório, o setor de infraestrutura e uma parcela do setor legislativo, que acabou sendo, em sua maior parte, localizado no anexo que será construído.

A partir do terceiro pavimento em diante, o projeto prevê que as instalações, tanto do antigo hotel quanto do edifício residencial Philomeno Gomes, sejam ocupadas por gabinetes dos vereadores. As unidades de gabinetes seguirão quatro diferentes tipos, com layouts e dimensões variadas, conforme detalhado na figura 4.14.

Figura 4.14 - Tipos de gabinetes de vereadores propostos no projeto de intervenção do Lord Hotel.

Fonte: Acervo Architectus.



No que tange aos **acessos** da edificação, percebe-se que a sua relação com os transeuntes foi preservada, sendo mantidos os mesmos acessos pedonais da antiga edificação: uma entrada principal, centralizada na fachada da rua Liberato Barroso, e entradas secundárias, tanto na rua Liberato Barroso como na rua lateral, a rua 24 de Maio.

Pela entrada principal, a população poderá ter livre acesso a alguns serviços ofertados pelo órgão: o setor de recepção, contendo banheiros, Ouvidoria, Central de Cidadania, Central de Direitos Humanos, Procon e Central de Serviços de Utilidade Pública, e o setor institucional, que terá um salão de ventos, uma biblioteca, o IPAB (Instituto de Pesquisas Américo Barreira) e uma sala de atendimento ao Fórum Metropolitano. Os demais acessos feitos pela entrada principal serão controlados por meio de catracas, sendo permitidos apenas aos funcionários da Casa Legislativa, assim como aos vereadores e demais autoridades.

O acesso secundário que encontra-se também na avenida Liberato Barroso, será destinado a dias de eventos, sendo também limitado por catracas, e proporcionará o acesso da população à Galeria do Povo e aos auditórios, que ficarão no terceiro pavimento. Os demais acessos existentes, por meio da rua 24 de maio, serão apenas de serviço, restritos a alguns funcionários, sendo um deles destinado à carga e descarga de veículos.

Além desses acessos, que já existiam no edifício original, com o novo anexo, a Câmara também contará com uma entrada de veículos. O Lord Hotel não possuía espaço para estacionamento, portanto, o novo volume a ser construído contará com três pavimentos destinados a essa função, contando com o subsolo.

Com relação aos acessos verticais internos, percebe-se que foram mantidas algumas das escadarias que levavam aos diversos pavimentos da edificação, utilizando-se dessas circulações como ponto de partida para a disposição do programa, mas a caixa de escadas principal de acesso aos hóspedes do hotel foi substituída por elevadores. Os fossos existentes ao lado dessas escadas foram todos suprimidos, por não serem mais adequados as novas normas de combate a incêndio.

No que tange aos **serviços**, não foi possível uma análise mais detalhada sobre as instalações terem sido tomadas como ponto de partida, tendo em vista que o levantamento traz um edifício já bastante descaracterizado. No entanto,

é sabido que todas as instalações precisaram ser refeitas, devido às condições de degradação e obsolescência das mesmas. Assim, houve uma maior liberdade de levar essa infraestrutura aos demais pontos da edificação quando da reformulação interna de seus espaços.

Diante da descaracterização que o edifício sofreu ao longo do tempo, o projeto de requalificação propõe que o valor patrimonial do edifício seja ressaltado pela preservação da sua **pele**, ou seja, as fachadas da edificação devem permanecer inalteradas, exceto pela inserção de novas esquadrias. Conforme visto anteriormente, além das mudanças na compartimentação interna, as portas, janelas e proteções solares do Lord Hotel sofreram diversas modificações e substituições ao longo das décadas que passaram, o que inviabilizou a completa autenticidade das fachadas.

Ademais, a antiga fachada da rua Liberato Barroso também receberá um complemento, com a adição do edifício anexo. A nova construção terá a mesma altura do volume do Lord Hotel, e terá em suas dependências os usos que não eram compatíveis com a configuração espacial da edificação antiga: estacionamento para vereadores, presidente e vice-presidente, plenário para as deliberações da Câmara, auditório, salão multiúso, estúdio de TV, além da casa de máquinas dos equipamentos de climatização.

Figura 4.15 - Projeto de intervenção do Lord Hotel, que abrigará a Câmara Municipal.

Fonte: Acervo Architectus.



PAVIMENTO TÉRREO ORIGINAL (1956)
esc 1/360



Figura 4.16 - Planta do pavimento térreo do projeto original do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

PAVIMENTO TÉRREO REFORMA
esc 1/360



Figura 4.17 - Planta do pavimento térreo do projeto de reforma do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

1º, 2º E 3º PAVIMENTOS ORIGINAL (1956)
esc 1/360

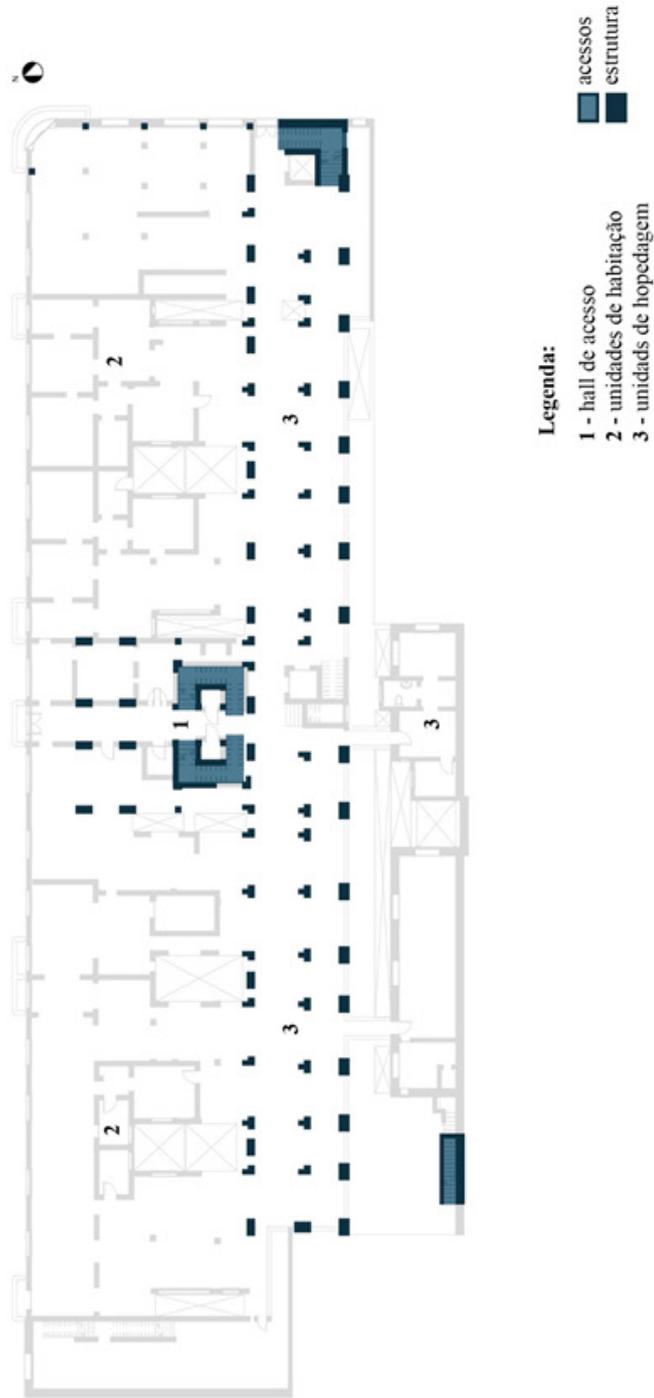


Figura 4.18 - Planta do 1º, 2º e 3º pavimentos do projeto original do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

1º PAVIMENTO REFORMA
esc 1/360



Figura 4.19 - Planta do 1º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

2º PAVIMENTO REFORMA
esc 1/360



Figura 4.20 - Planta do 2º pavimentos do projeto de reforma do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

3º PAVIMENTO REFORMA
esc 1/360



Figura 4.21 - Planta do 3º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

4º PAVIMENTO ORIGINAL (1956)
esc 1/360

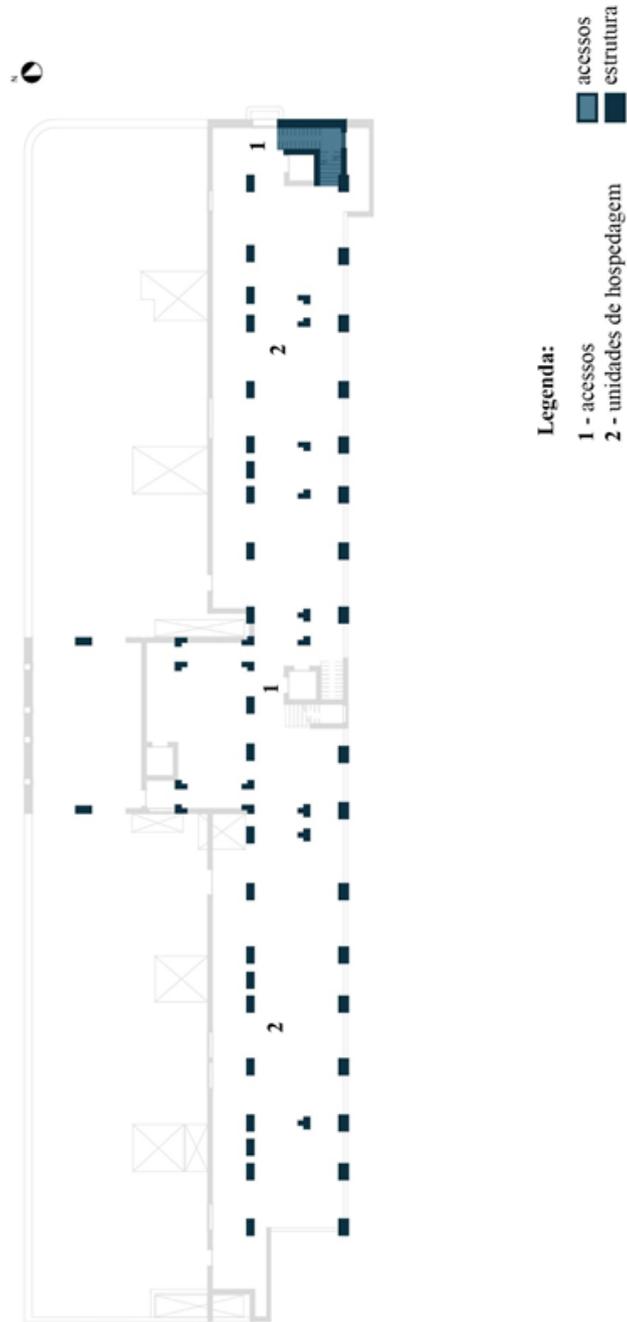


Figura 4.22 - Planta do 4º pavimentos do projeto original do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

4º PAVIMENTO REFORMA
esc 1/360



Figura 4.23 - Planta do 4º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

5º PAVIMENTO ORIGINAL (1956)
esc 1/360

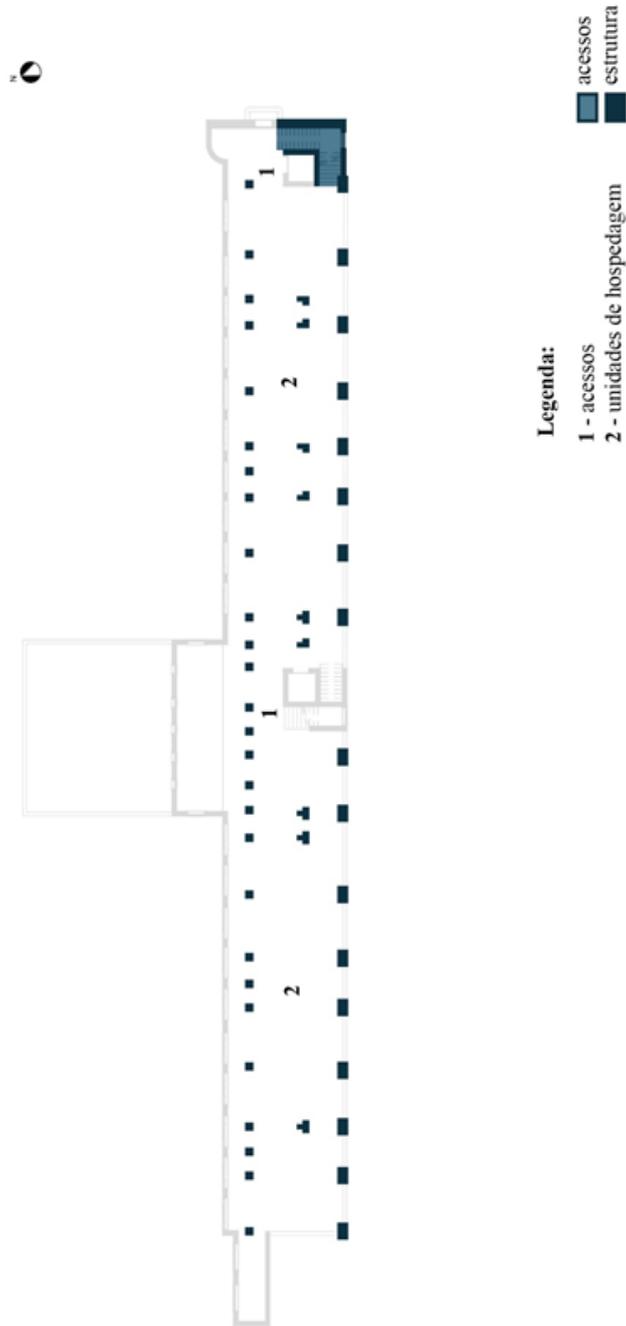


Figura 4.24 - Planta do 5º pavimento do projeto original do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

5º PAVIMENTO REFORMA
esc 1/360

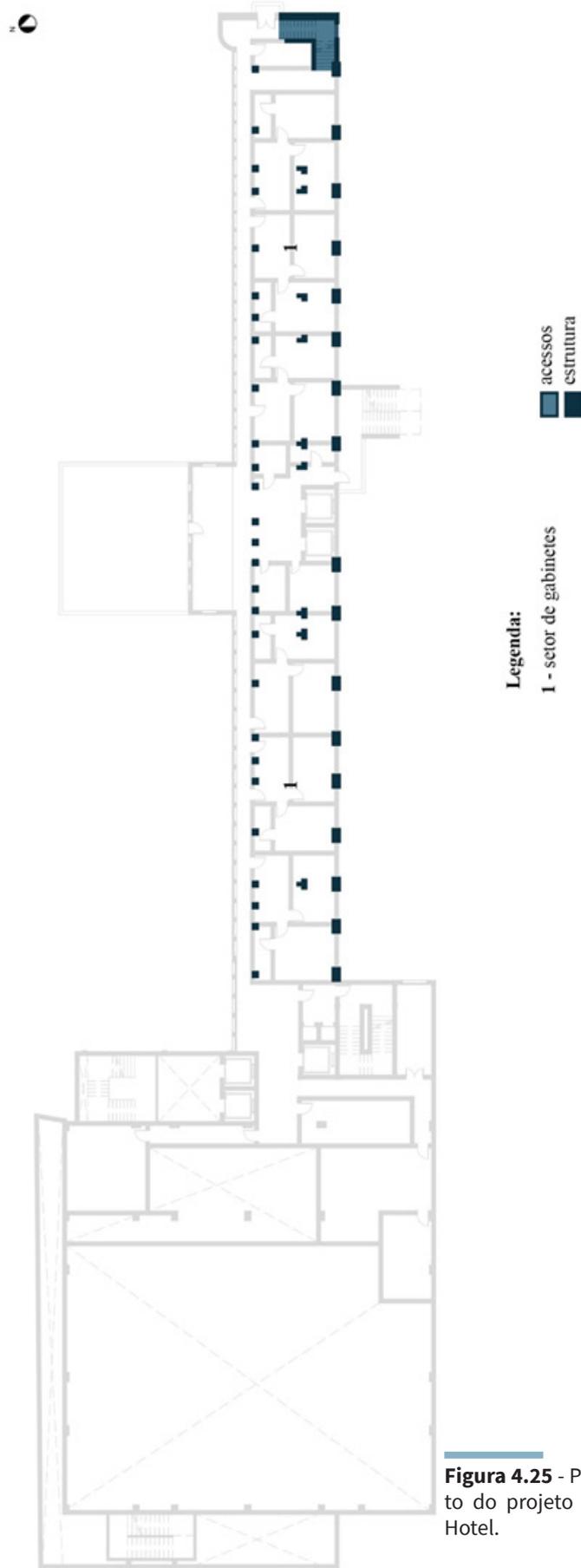


Figura 4.25 - Planta do 5º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

6º PAVIMENTO ORIGINAL (1956)
esc 1/360

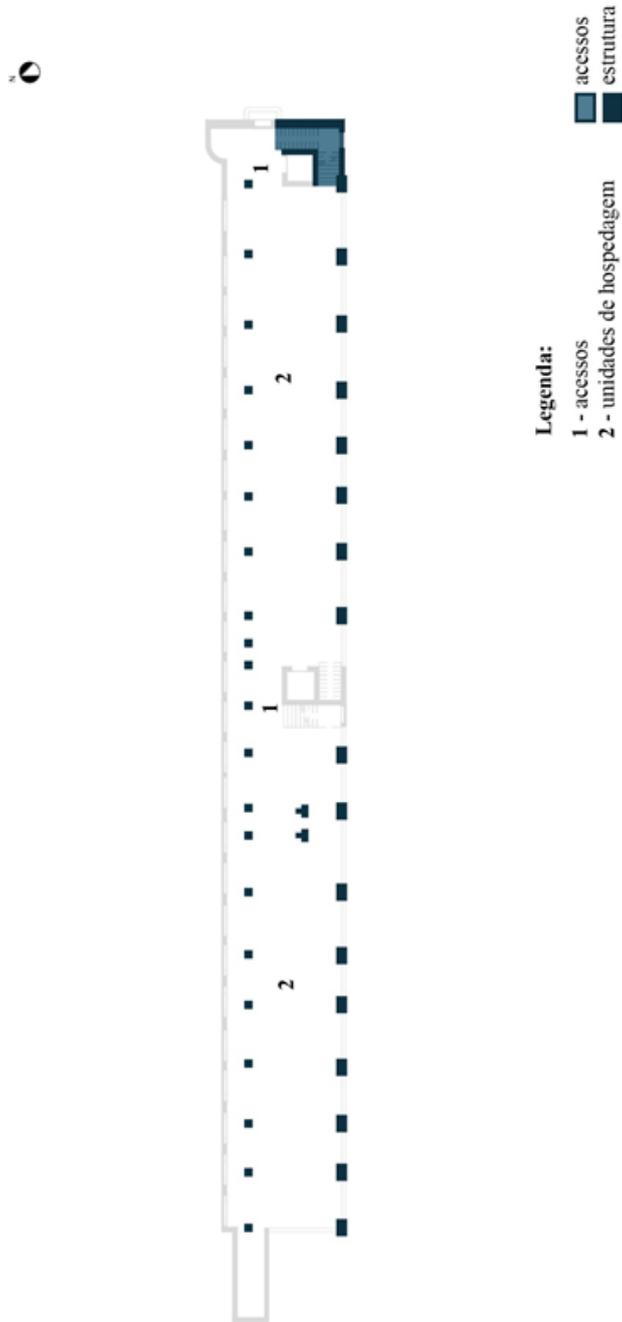


Figura 4.26 - Planta do 6º pavimentos do projeto original do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

6º PAVIMENTO REFORMA
esc 1/360

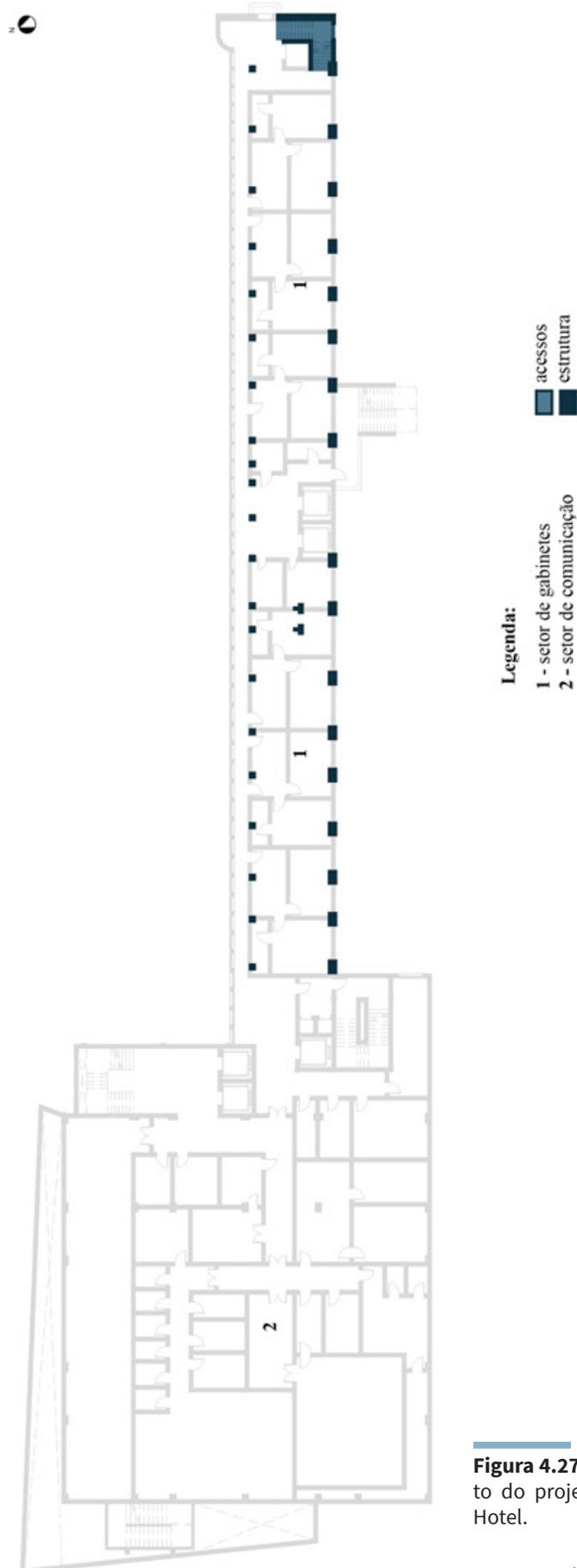


Figura 4.27 - Planta do 6º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

7º PAVIMENTO ORIGINAL (1956)
esc 1/360

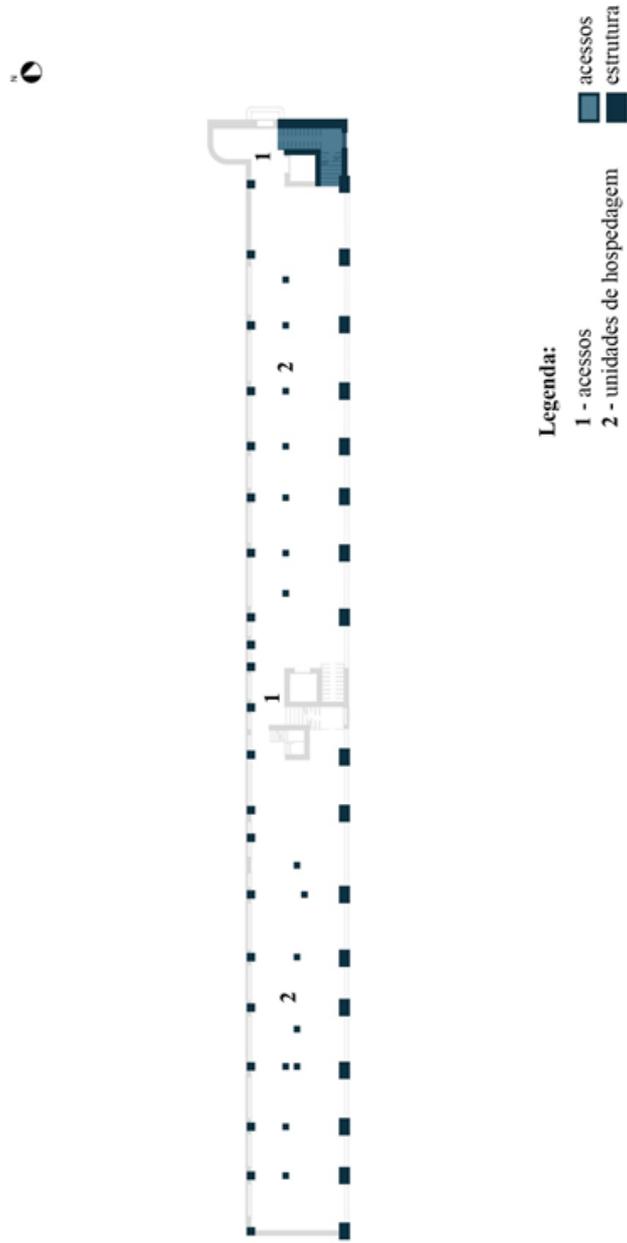


Figura 4.28 - Planta do 7º pavimento do projeto original do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

7º PAVIMENTO REFORMA
esc 1/360

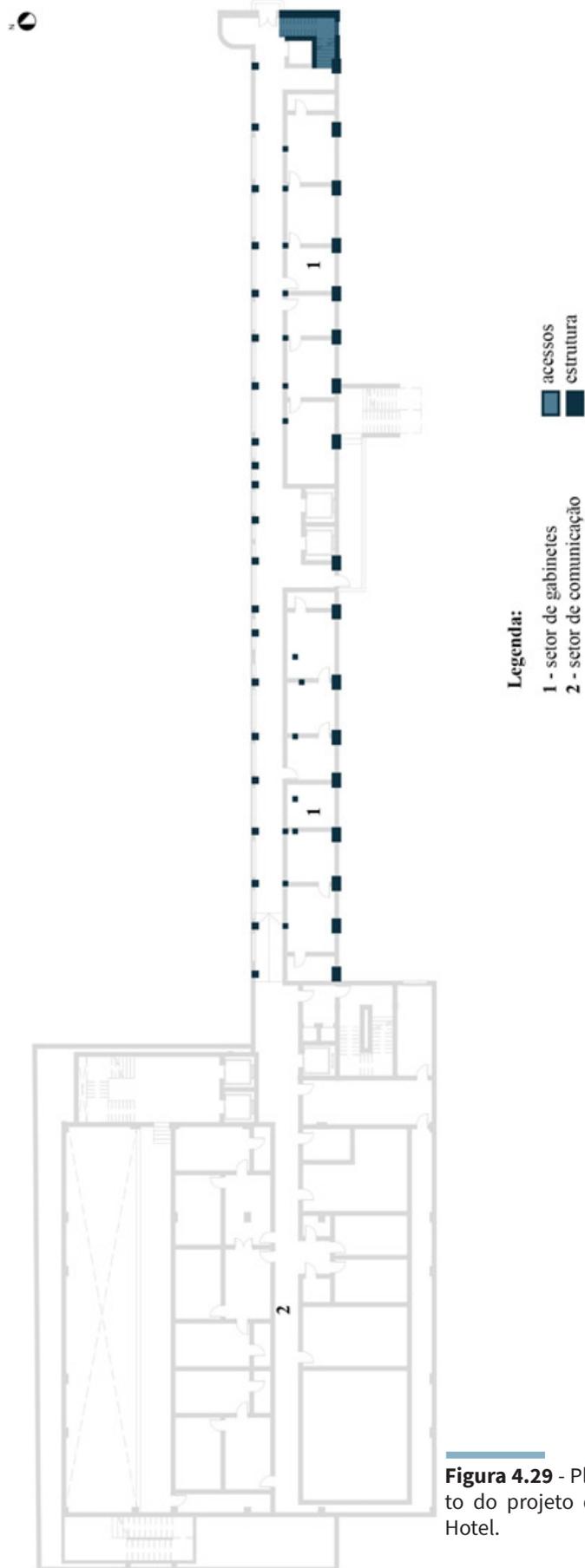


Figura 4.29 - Planta do 7º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

8º PAVIMENTO ORIGINAL (1956)
esc 1/360

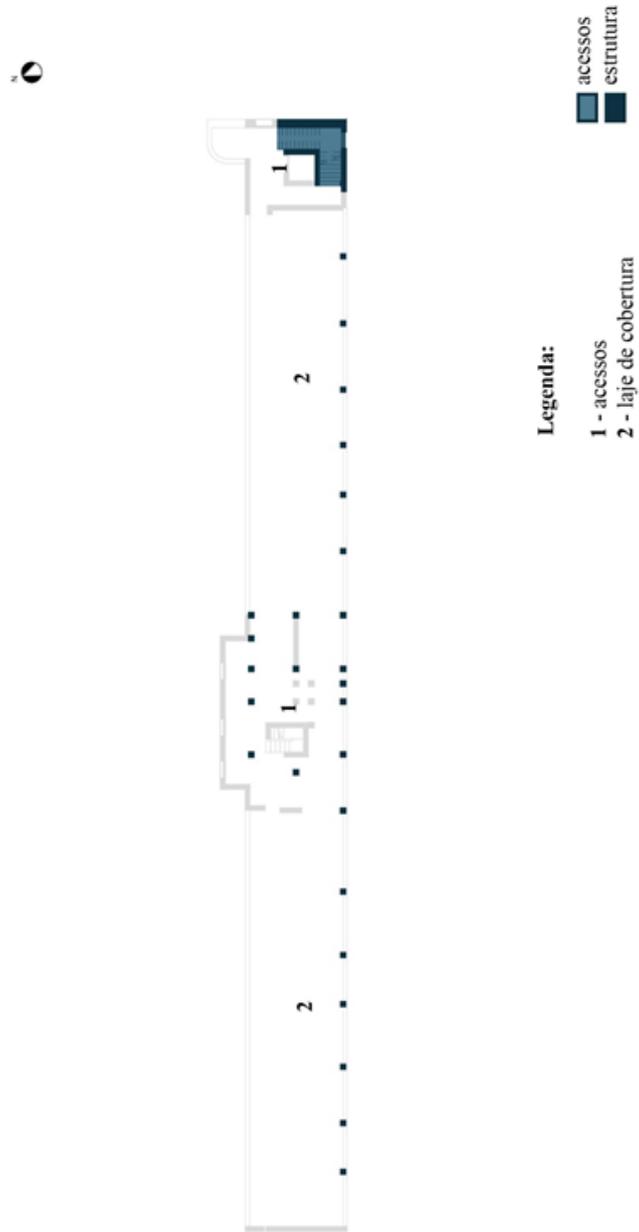


Figura 4.30 - Planta do 8º pavimento do projeto original do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

8º PAVIMENTO REFORMA
esc 1/360

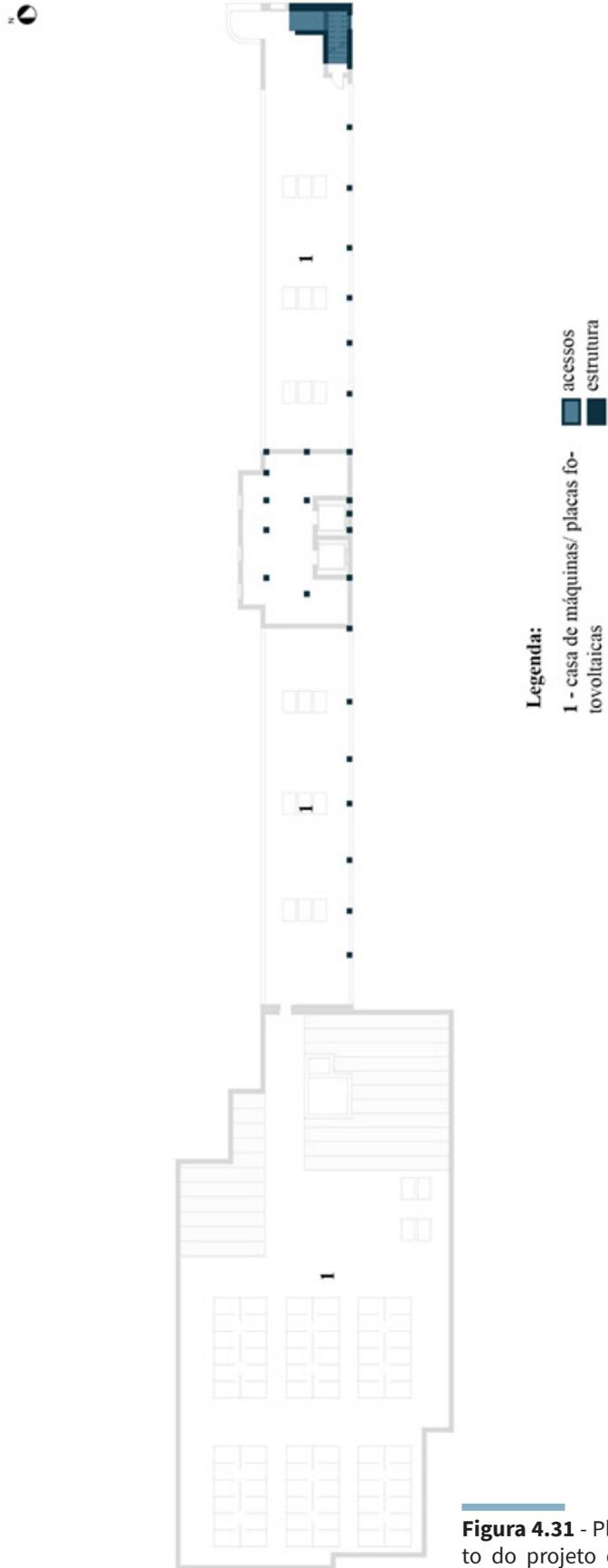


Figura 4.31 - Planta do 8º pavimento do projeto de reforma do Lord Hotel.

Fonte: Produzido pela autora

4.1.2. Imperial Othon Palace

O Imperial Othon foi um dos primeiros hotéis instalados na avenida Beira Mar. O exemplar constitui-se em relevante patrimônio para a cidade, pois apresenta expressivas características do movimento moderno, tendo sido projetado por José Neudson Braga e José Armando Farias. Os autores foram, conforme afirmam Paiva e Diógenes (2007), pertencentes à primeira geração de arquitetos de formação moderna erudita a atuarem em Fortaleza.

A ideia inicial do proprietário, o sírio-libanês Pedro Lazar, era de propor um empreendimento de hotel por temporada, construindo apartamentos de veraneio no Nordeste, que seriam vendidos por sistemas de cotas. O programa pretendia incluir funções como teatro, cinema e local para eventos, assim como lojas que se abririam diretamente para as vias lindeiras. A construção do projeto de Neudson Braga e José Armando de Farias teve seu início, mas, no entanto, não foi efetivada por completo. À época, foram construídos apenas três pavimentos, antes que a obra fosse paralisada.

Anos mais tarde, Acácio Gil Borsoi foi escolhido pelo proprietário para fazer algumas alterações no projeto, como forma de atualizar o programa de necessidades e viabilizar a conclusão da obra. O hotel foi inaugurado, então, em 1977, sob administração da rede hoteleira Othon, com dois pavimentos a menos que o previsto para o projeto inicial.

Após vinte e oito anos, em 2005, o edifício sofreu uma reforma de readequação aos novos padrões turísticos vigentes. O hotel fora arrendado pelo período de 30 anos a um grupo de portugueses, que confiaram aos arquitetos Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo as novas alterações na edificação. A ideia dos novos proprietários era a de transformar o Imperial Othon em dois hotéis de padrões distintos: o Oásis Atlântico Fortaleza, de padrão quatro estrelas, e o Oásis Atlântico Imperial, de padrão cinco estrelas, que ocuparia as unidades com a vista mais privilegiada. Essa nova conformação foi realmente efetivada em suas obras e funciona até os dias atuais.

Dessa forma, o hotel contou com três propostas de projeto desde sua concepção. A primeira delas foi a versão original, projetada por Neudson Braga e José Armando de Farias em 1964, a segunda, que foi a versão construída em 1977, de Acácio Gil Borsoi, e a terceira, que diz respeito à reforma em-



Figura 4.32 - Oásis Atlântico Imperial em vista aérea, no ano de 2006.

Fonte: arquiteto Fabian Sales.

preendida em 2005, projeto de Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon.

A análise se propõe a considerar, portanto, essas três versões, chamando atenção para as alterações realizadas, por meio da identificação das cinco camadas de Leupen (2006). Para melhor organização e compreensão do edifício, serão abordadas primeiramente as alterações e permanências entre o projeto original e o construído e, em seguida, entre o projeto construído e o proposto para reforma.

Ao empreender-se uma análise comparativa entre as camadas do edifício no projeto inicial e naquele efetivamente construído, percebe-se com clareza a permanência da maior parte da **estrutura**, que já havia sido construída para os três primeiros pavimentos, bem como da torre de acessos verticais. A alteração nos elementos estruturais se deu, no caso do pavimento térreo, apenas no volume que receberia um cinema, e passou a abrigar salões para banquetes, que viabilizam a existência de menores vãos livres do que o uso anterior proposto.

Para além desse ponto, as demais alterações estruturais se deram apenas por acréscimo, o que pode ser percebido na planta do subsolo, que teve sua área significativamente aumentada, tanto pela inserção de um estacionamento, que inexistia no projeto inicial, como para abrigar as mais diversas funções de serviços, além de vestiários e saunas, que serviriam de apoio à piscina do térreo. Para melhor compreensão do edifício, é necessário salientar que o pavimento subsolo, assim denominado segundo os autores do projeto, corresponde à mesma cota da avenida Beira-Mar, estando assim, o pavimento térreo, a uma cota acima.

Pode-se perceber que a modulação estrutural existente e já construída permitiu a completa alteração nos cenários do hotel, viabilizando sua adequação às novas funções propostas. Observa-se, especialmente no pavimento térreo, no subsolo e no pavimento intermediário, uma maior alteração de funções, pois esses pavimentos-base guardavam uma maior liberdade funcional para a definição da relação com o entorno e do público que se desejaria acolher.

Observa-se, na lâmina noroeste, que o grande restaurante que se voltava à avenida Beira-Mar no pavimento térreo teve suas dimensões diminuídas, para dar espaço a um auditório. Tal ajuste aponta para a intenção de adequar-se ao emergente mercado associado ao turismo de negócios e de eventos, que se consolidava na segunda metade do século XX, com a intensificação da promoção de encontros relacionados ao negócio (PAIVA, 2015). A possibilidade de sediar encontros e pequenos eventos permitia à rede hoteleira o incremento da procura por hospedagens nos períodos de baixa estação, contribuindo para amenizar os efeitos econômicos da sazonalidade.

Na mesma lógica se insere a alteração que transformou o espaço térreo que se destinaria a um cinema aberto aos habitantes da cidade em um salão para banquetes, com divisórias removíveis, que viabilizaria a promoção de festas e eventos dos mais variados portes.

No entanto, a alteração mais significativa pode ser observada no pavimento intermediário. No projeto original, onde o edifício possuía oito pavimentos, o intermediário funcionava como um mezanino destinado a serviços, lazer e à administração do hotel, contendo barbearia, salão de jogos, cassino, biblioteca, salão de festas e um teatro de bolso. Anos mais tarde, visando viabilizar o término da obra, optou-se por construir apenas seis pavimentos, e transformar esse mezanino em um pavimento já destinado à hospedagem, com quartos e apartamentos.

Quanto aos **acessos**, percebe-se que as duas torres principais de acessos verticais foram mantidas, embora ambas tenham recebido alterações. Na torre que guarda os três elevadores, verifica-se que dois deles se abriam para o hall no projeto original, destinando-se ao uso de hóspedes e visitantes e o terceiro abria-se para a lateral, configurando-se como um elevador de serviço. No projeto proposto por Borsoi, no entanto, esses três elevadores passaram a abrir-se ao hall de entrada, e foi adicionada uma nova torre de circulação vertical, com duas unidades destinadas aos serviços ne-

cessários. Essa alteração demonstra a necessidade de uma maior especialização por parte dos hotéis, separando cada vez mais os acessos dos funcionários e dos hóspedes, evitando sua interseção.

O outro bloco de circulações, composto por uma escadaria aberta, permaneceu igual em sua essência, com a única diferença de ter sido retirada do pavimento térreo, tendo início apenas no pavimento intermediário. Os demais acessos, que compreendiam escadas de apenas um pavimento, foram alterados por completo, visando a atender às novas conformidades do espaço.

Cumprir observar a relação espacial que se pode fazer entre as áreas destinadas a **serviços** – em geral banheiros, lavabos, cozinhas e apoios – do projeto inicial e do projeto posterior. Percebe-se que, apesar da reorganização da disposição dos ambientes e da alteração de seus usos, especialmente no térreo, subsolo e pavimento intermediário, a existência de instalações de serviço norteou a inserção de outras funções que dela necessitam em áreas próximas.

Um exemplo elucidativo é a existência, no pavimento térreo, na lâmina central, de uma concentração de banheiros e vestiários destinados a dar suporte à área das piscinas, que, anos mais tarde, viabilizou no mesmo local a existência de uma cozinha para a inserção de um restaurante ligado a essa área de lazer, bem como para o apoio ao salão de banquetes. O mesmo ocorre na porção nordeste do pavimento térreo, onde a existência de lojas, cada uma suprida por um sanitário, viabiliza a transformação do espaço em uma lanchonete aberta ao público.

Por fim, no que tange à **pele** do edifício, pode-se também, nesse momento, observar-se significativas alterações, em especial no pavimento térreo, modificando a comunicação do edifício com seu entorno. As lojas previstas, que se abriam para a Rua Visconde de Mauá e a Avenida da Abolição, passaram, no novo projeto, para o subsolo, concentrando-se em uma espécie de centro comercial, acessado pela Rua Visconde de Mauá. Dessa maneira, a comunicação direta com os transeuntes acabou sendo limitada, ficando agora restrita à Avenida Beira-Mar, por meio dos restaurantes abertos ao público.

AV. VISCONDE DE MAUÁ

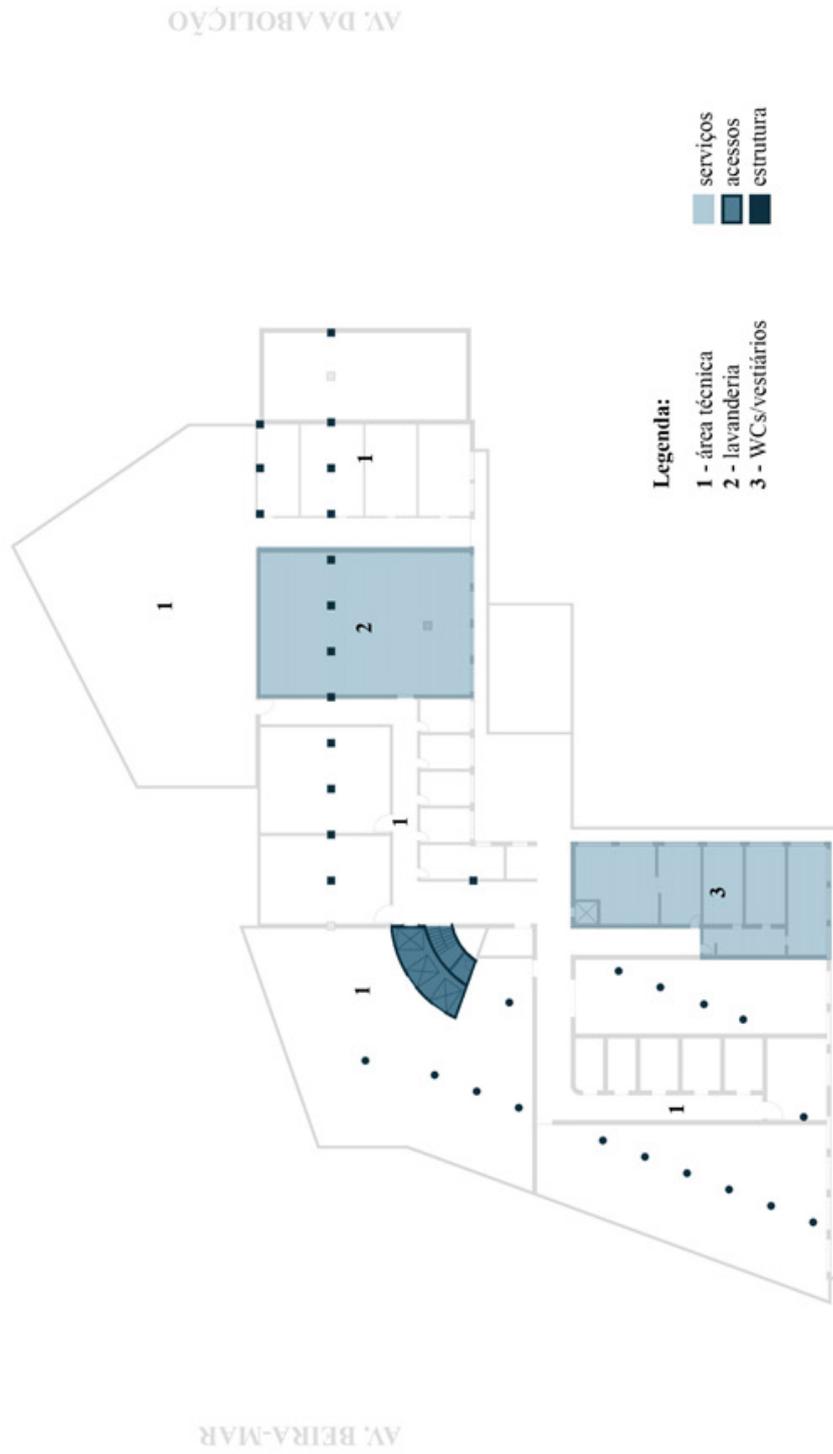
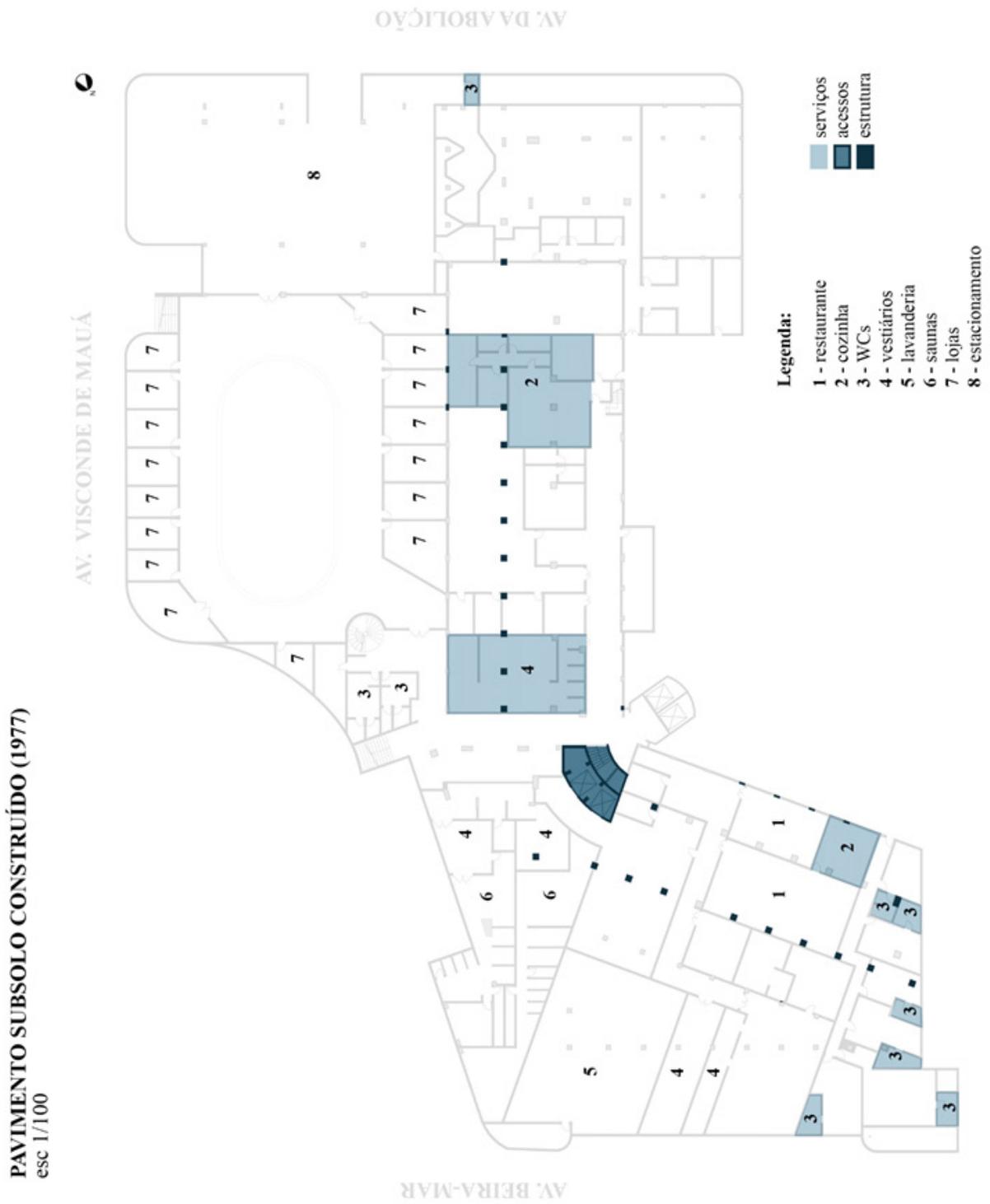


Figura 4.33 - Planta do subsolo do projeto original do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

Figura 4.34 - Planta do subsolo do projeto construído do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora



PAVIMENTO TÉRREO ORIGINAL (1964)
esc 1/100

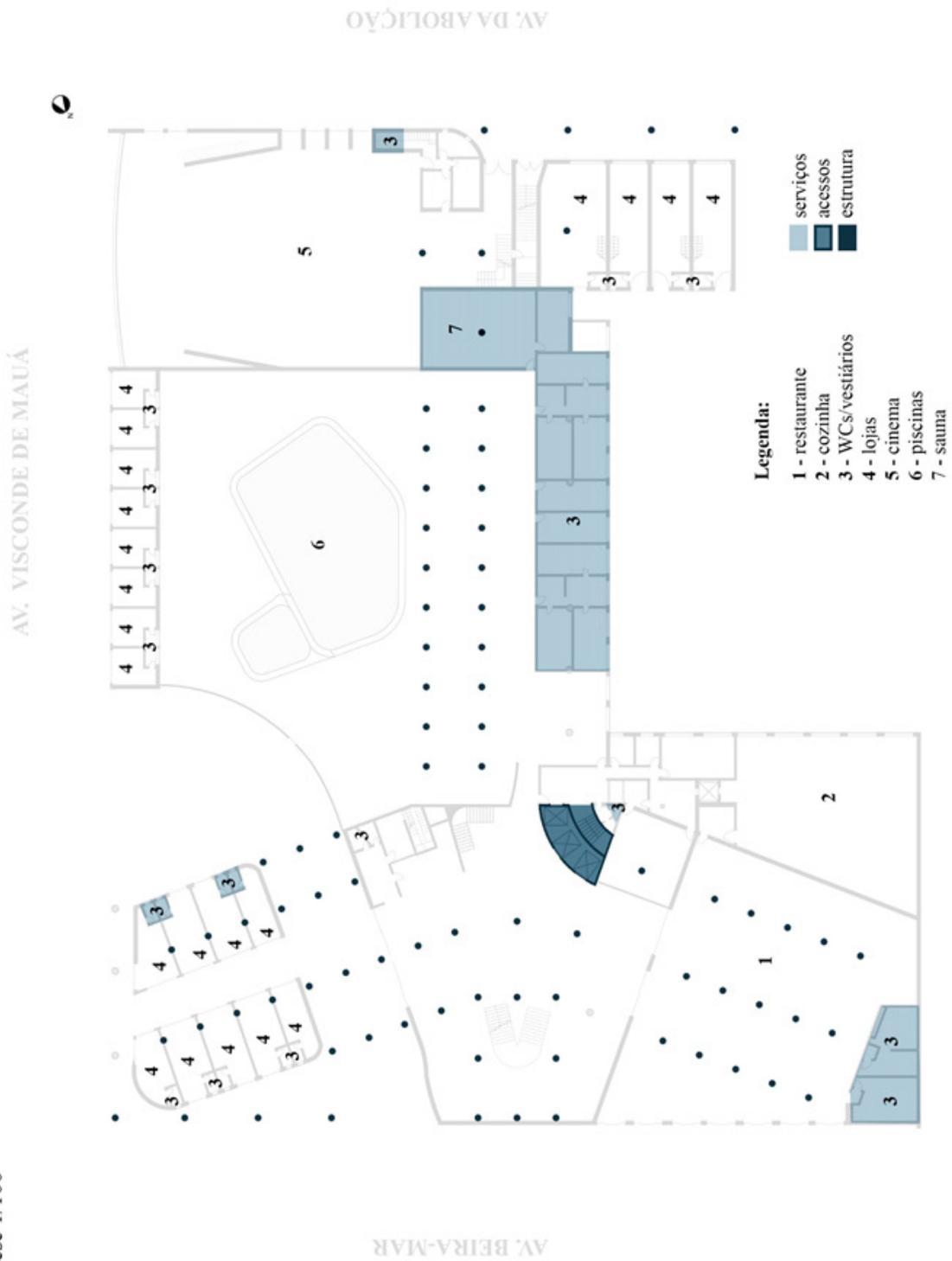
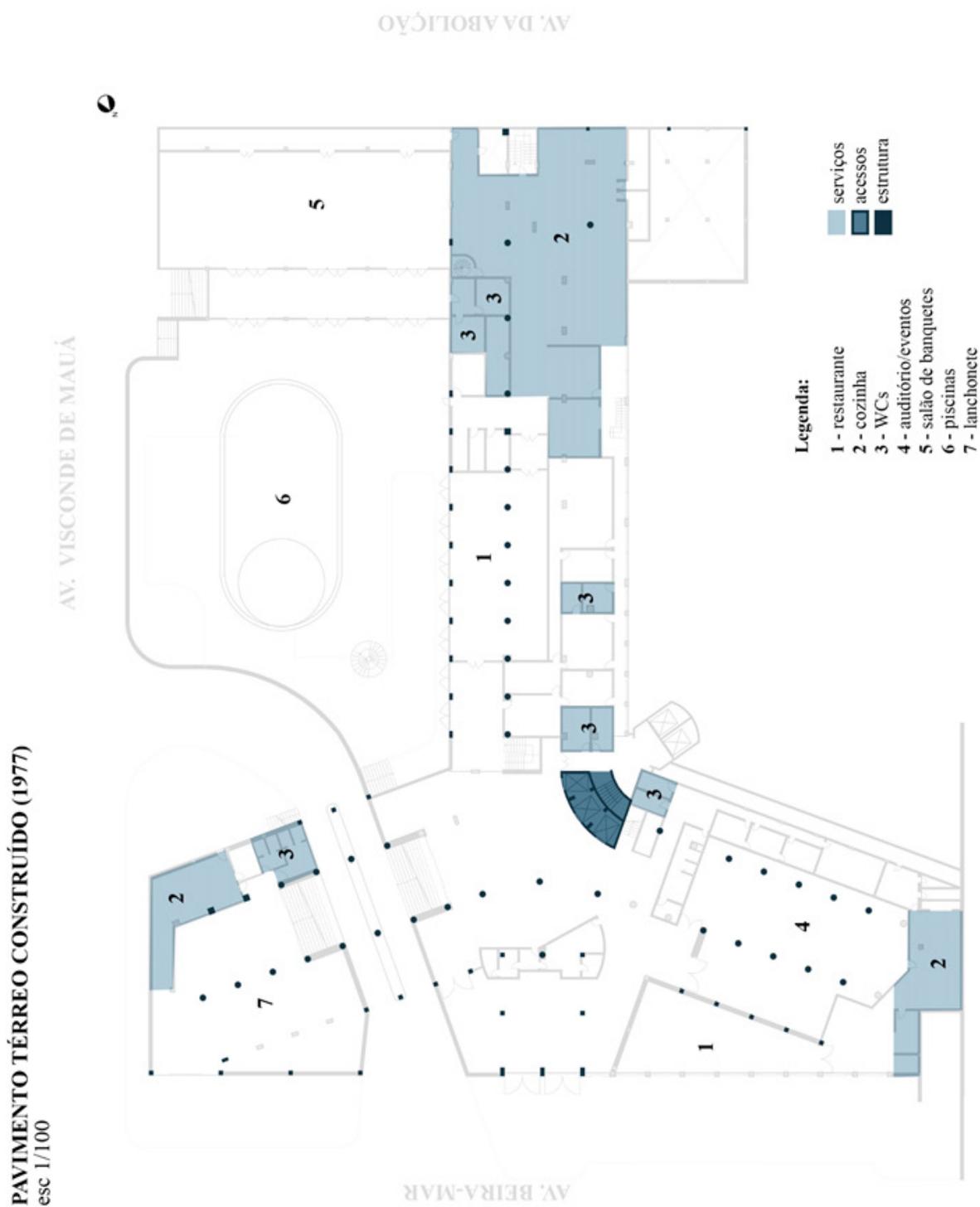


Figura 4.35 - Planta do pavimento térreo do projeto original do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

Figura 4.36 - Planta do pavimento térreo do projeto construído do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora



PAVIMENTO INTERMEDIÁRIO ORIGINAL (1964)
esc 1/100

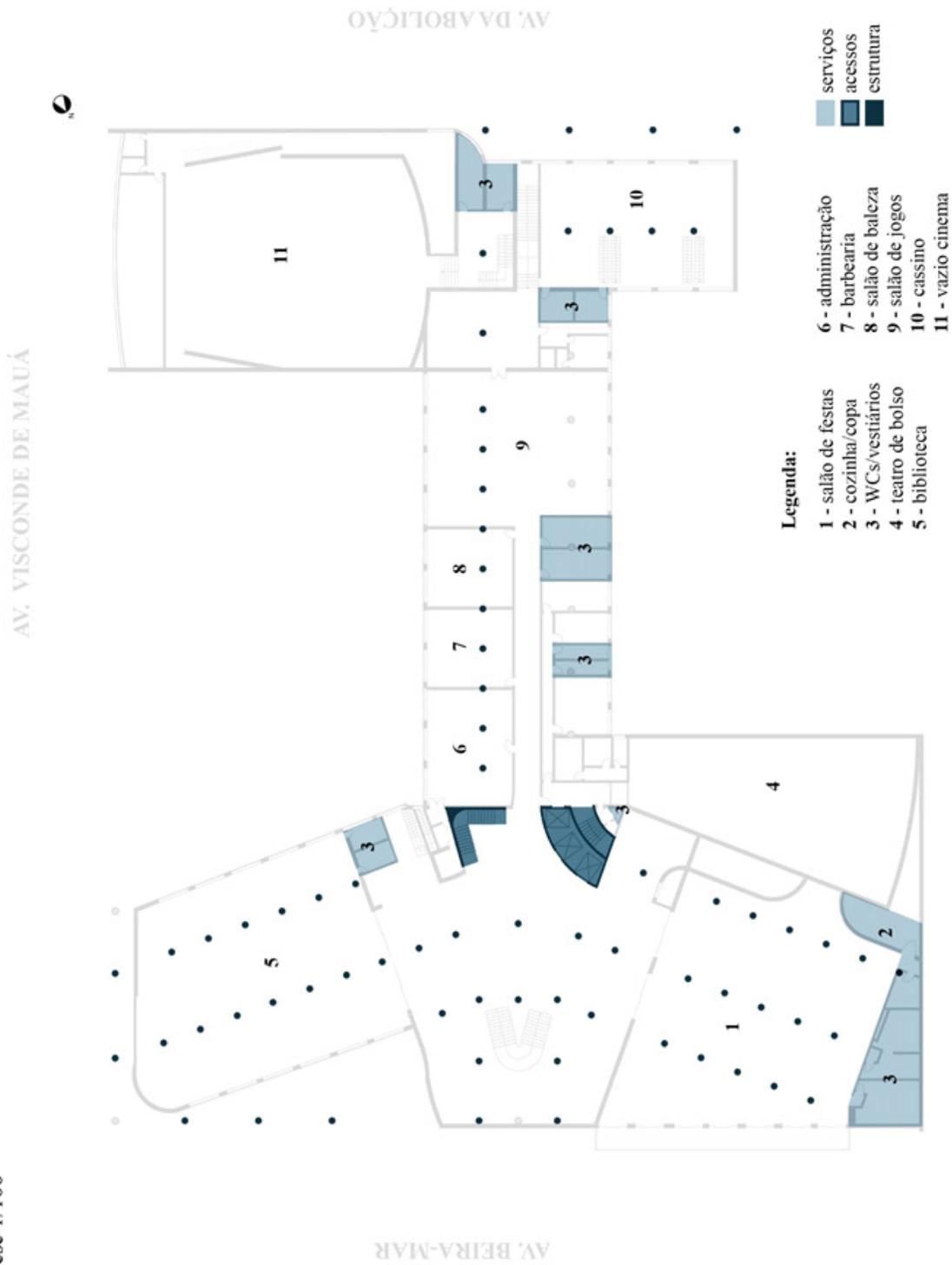


Figura 4.37 - Planta do pavimento intermediário do projeto original do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

Figura 4.38 - Planta do pavimento intermediário do projeto construído do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

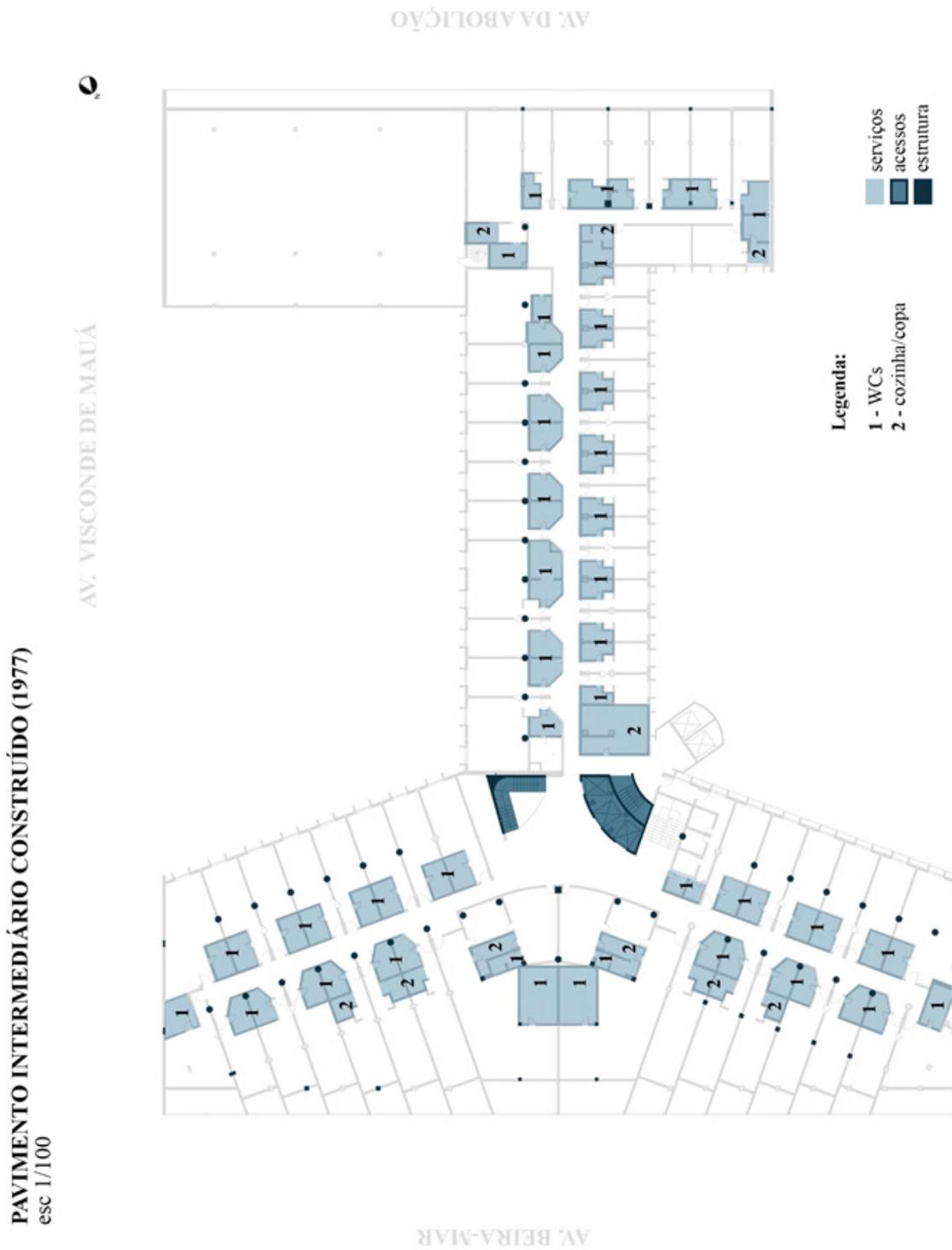


Figura 4.39 - Planta do pavimento tipo do projeto original do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

PAVIMENTO TIPO ORIGINAL (1964)
esc 1/100

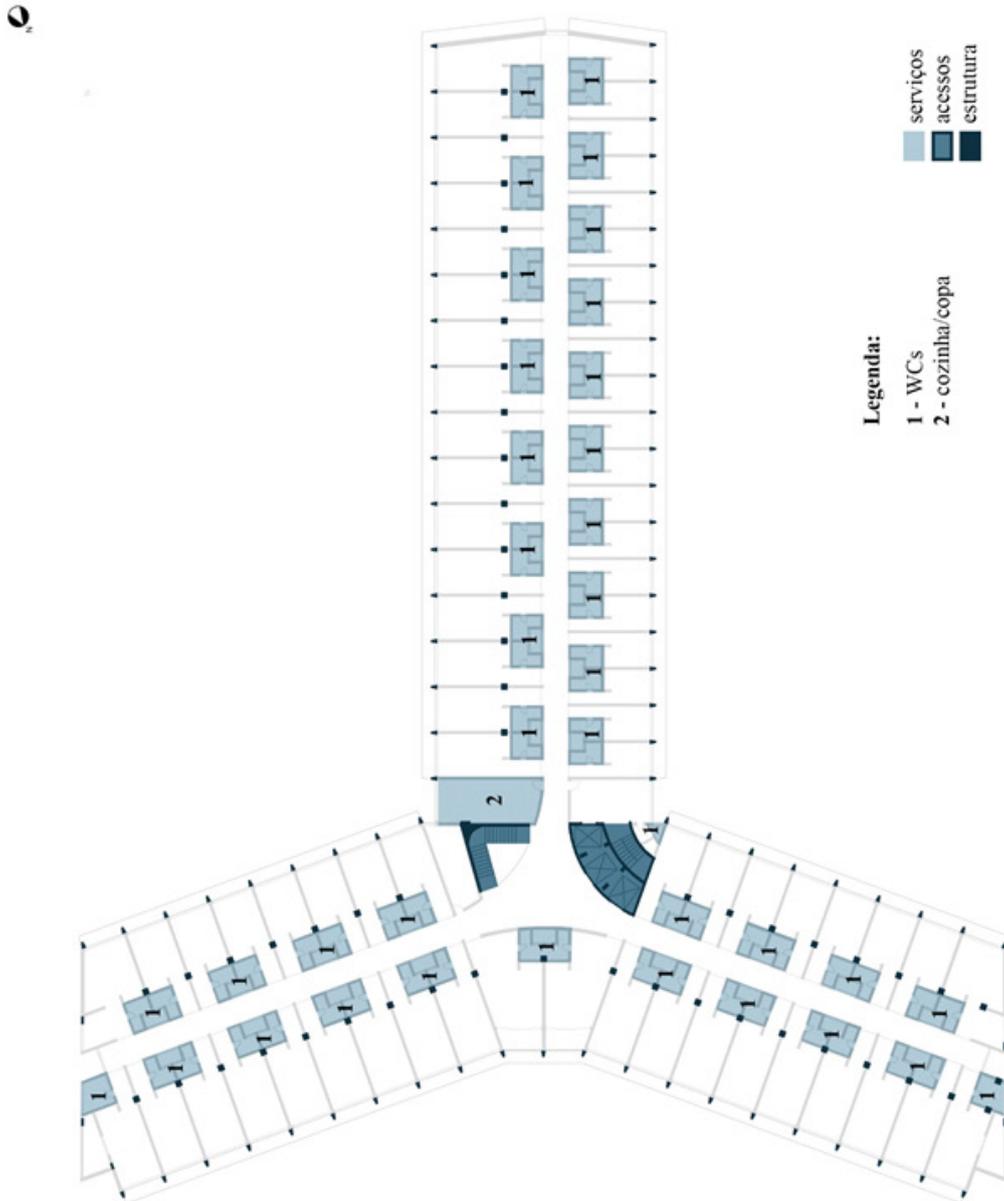
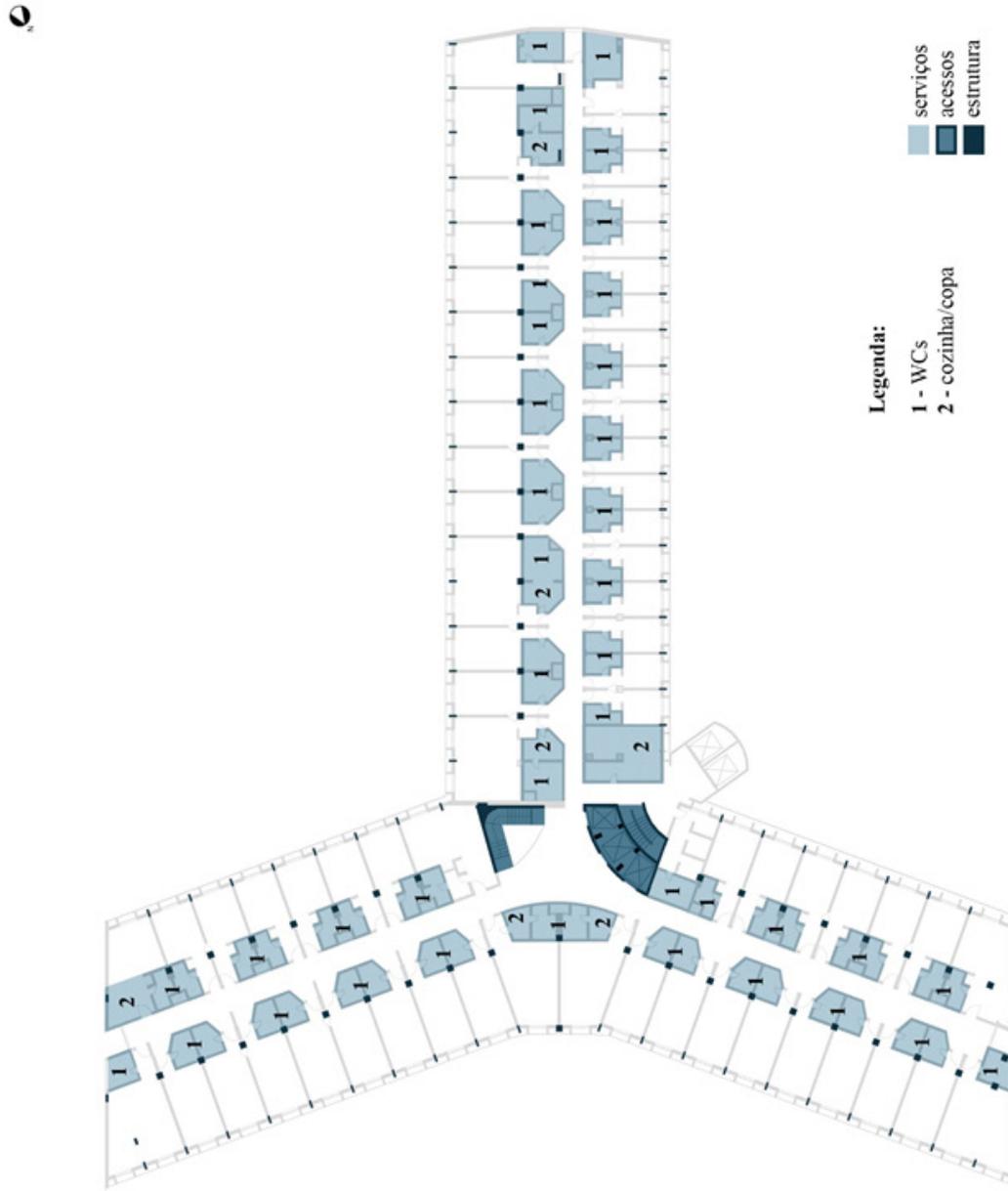


Figura 4.40 - Planta do pavimento tipo do projeto construído do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

PAVIMENTO TIPO CONSTRUÍDO (1977)
esc 1/100



Vale ressaltar que, entre os dois projetos, decorreu-se pouco mais de uma década, tempo ainda reduzido para que se pudessem verificar maiores alterações no que tange às mudanças no perfil do turismo. Portanto, verifica-se que as mudanças empreendidas buscaram seguir a lógica não apenas de adequação funcional a novas demandas que se colocavam, mas principalmente à viabilização do término da construção, diante dos percalços econômicos encontrados.

Analisando-se o projeto de reforma empreendido em 2005, entretanto, observa-se alterações mais significativas com relação ao que fora efetivamente construído. Embora a **estrutura** do edifício existente tenha permanecido praticamente a mesma, no projeto de reforma, foi proposta uma nova estrutura à parte, também em concreto armado, para a sustentação da área de lazer que abriga a piscina, que foi elevada do térreo para o pavimento intermediário.

Houve também um incremento na parte estrutural do subsolo, devido à sua ampliação. O estacionamento existente passou a ocupar uma área quase três vezes maior, excluindo-se assim o espaço que fora destinado aos pontos comerciais, e o subsolo passou a abrigar muitas das funções que antes eram configuradas no térreo, como restaurantes, recepção e lobby do hotel.

Essa foi, na verdade, uma das alterações mais significativas pela qual passou o a edificação. A sua **pele** nos pavimentos térreo e subsolo, ou seja, a relação que o hotel guardava com o entorno foi substancialmente modificada, buscando um maior contato com os transeuntes. Essas alterações foram empreendidas por meio da transferência do acesso principal ao edifício para o pavimento subsolo, que fica no nível da avenida Beira Mar, e pela inserção de seis lojas e uma choparia, que se abriam para a via. No entanto, essas alterações ficaram restritas à fachada principal, tendo as demais permanecido sem mudanças de acesso.

A separação do edifício em dois hotéis de padrões distintos foi efetivada por meio da distinção dos acessos de cada um por meio da Avenida Beira Mar, no entanto, essa compartimentação só é verificada no subsolo, sendo as áreas comuns compartilhadas por todos os hóspedes. Dessa forma, configurou-se na lâmina central o hotel Oásis Atlântico, com padrão 4 estrelas, e nas duas lâminas com vistas à praia, o Oásis Atlântico Imperial, padrão 5 estrelas.

Os **acessos** verticais foram também separados. Para aquele mais privilegiado, verifica-se a permanência dos blocos de

circulação principais, compostas por três elevadores para hóspedes e dois elevadores de serviço, assim como das duas caixas de escada a eles adjacentes. Já para a circulação principal do hotel de padrão inferior, foi mantida uma das caixas de escadas existentes no térreo, replicando-a nos demais pavimentos, e foi adicionado um poço de elevador. Como os dois hotéis distinguem-se apenas pelas unidades de hospedagem, compartilhando os demais ambientes, os elevadores e escadas de serviço já existentes são capazes de atender a ambos, não havendo necessidade da adição de mais módulos destinados a esse fim.

Ainda no que diz respeito aos acessos, dois aspectos são de grande relevância para verificar a adaptação às novas normas vigentes. Primeiramente, destaca-se a inserção de rampas no pavimento intermediário, na parte destinada às áreas de lazer ao ar livre, necessidade que surgira com a criação da primeira norma técnica referente a condições de acessibilidade⁴, em 1985, que agora precisava ser atendida em projetos de reforma. Observa-se também que a transferência do acesso principal do hotel do térreo para o subsolo foi também um meio encontrado para evitar a necessidade da instalação de rampas ou de passarelas na fachada principal do edifício.

Em segundo lugar, destaca-se também, na lâmina central, a retirada de dois módulos de hospedagem nos pavimentos-tipo para a inserção de novas torres de circulação vertical, compostas por escadas e dois elevadores. Essa mudança foi entendida como forma de atender à norma relativa a saídas de emergência em edificações⁵, que entrara em vigência no ano de 1993, e estabelecia distâncias máximas a serem percorridas pelos usuários de um edifício até a rota de fuga. Dessa maneira, a modulação estrutural existente entre as unidades autônomas de hospedagem se mostrou um fator que proporcionou que essa alteração fosse realizada de maneira mais pontual.

Com relação aos **serviços**, por fim, observa-se a mesma lógica de aproveitamento das instalações, assim como foi ex-

4 ABNT NBR 9050/1985 - Adequação das edificações, equipamentos e mobiliário urbano à pessoa portadora de deficiência.

5 ABNT NBR 9077/1993 - Saídas de emergência em edifícios.

plicado ao confrontar o projeto construído com o original. Na porção nordeste da edificação, por exemplo, em que o térreo era separado do restante do hotel pela via de entrada de veículos, percebe-se com clareza que a conformação da cozinha e dos banheiros da lanchonete existente permaneceu, servindo assim para a transformação do espaço em um Piano Bar. Ainda no pavimento térreo, na lâmina central, pode-se também destacar a permanência da cozinha de apoio ao restaurante que, se antes servia como suporte à área de piscina, agora se presta a atender os hóspedes no café da manhã.

A maior alteração no que tange aos serviços pode ser observada no subsolo, onde a área que antes era destinada aos vestiários e saunas agora transformou-se no lobby principal de recepção. Portanto, no projeto de reforma, as instalações existentes nessa parte da edificação não foram utilizadas para a inserção de novos usos que delas necessitassem.

Figura 4.41 - Fotografia que mostra o Imperial Othon Palace na década de 1980.

Fonte: Acervo LoCAU.





Figura 4.42 - Projeto de reforma do Imperial Othon Palace, proposto por Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo.

Fonte: Acervo LoCAU.



Figura 4.43 - Imagem renderizada de projeto de reforma do Imperial Othon Palace.

Fonte: Acervo LoCAU.



Figura 4.44 - Fachada principal de projeto de reforma do Imperial Othon Palace.

Fonte: Acervo LoCAU.

Figura 4.45 - Planta do subsolo do projeto construído do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora



Figura 4.46 - Planta do subsolo do projeto de reforma do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

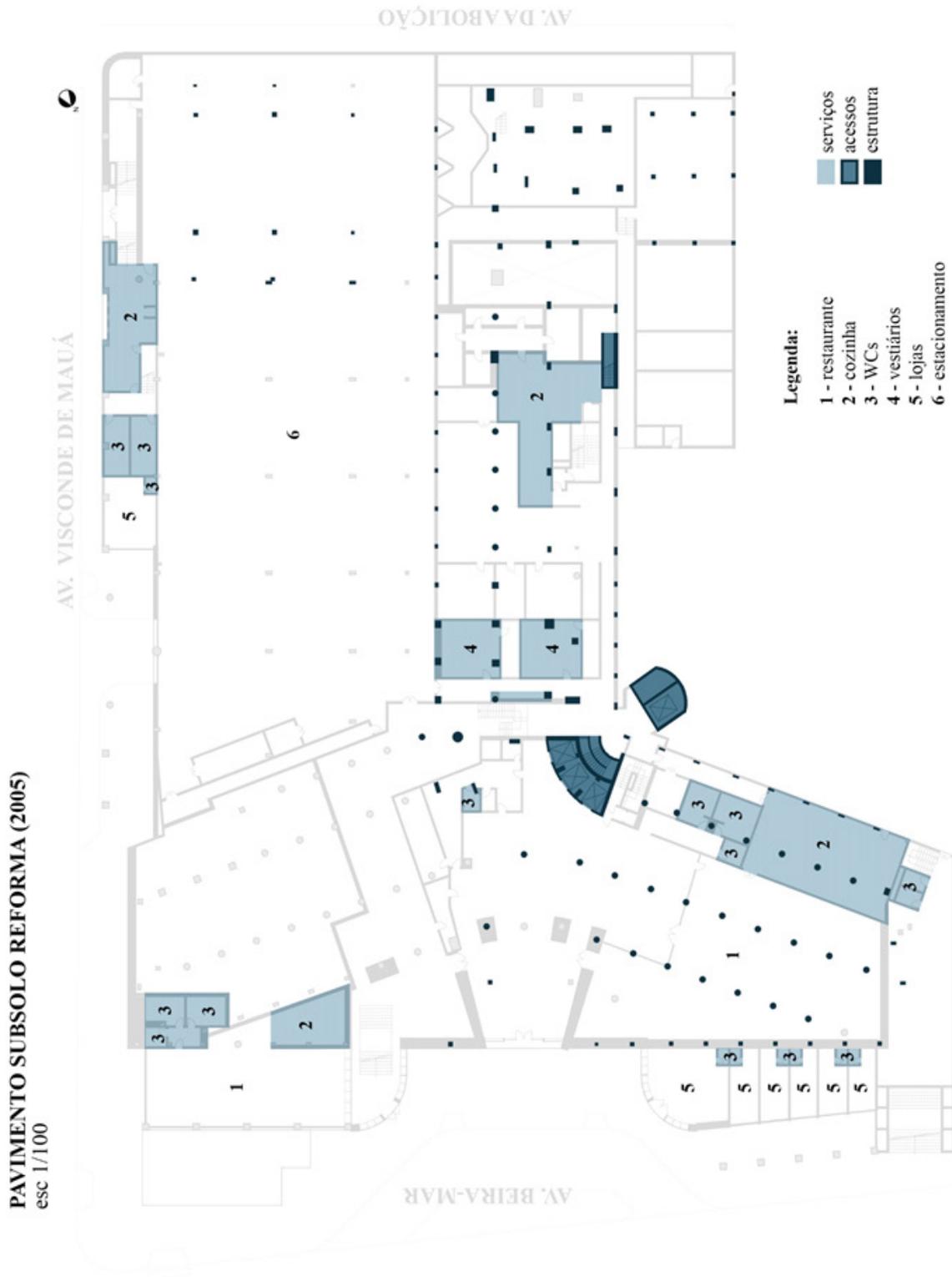


Figura 4.47 - Planta do pavimento térreo do projeto construído do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

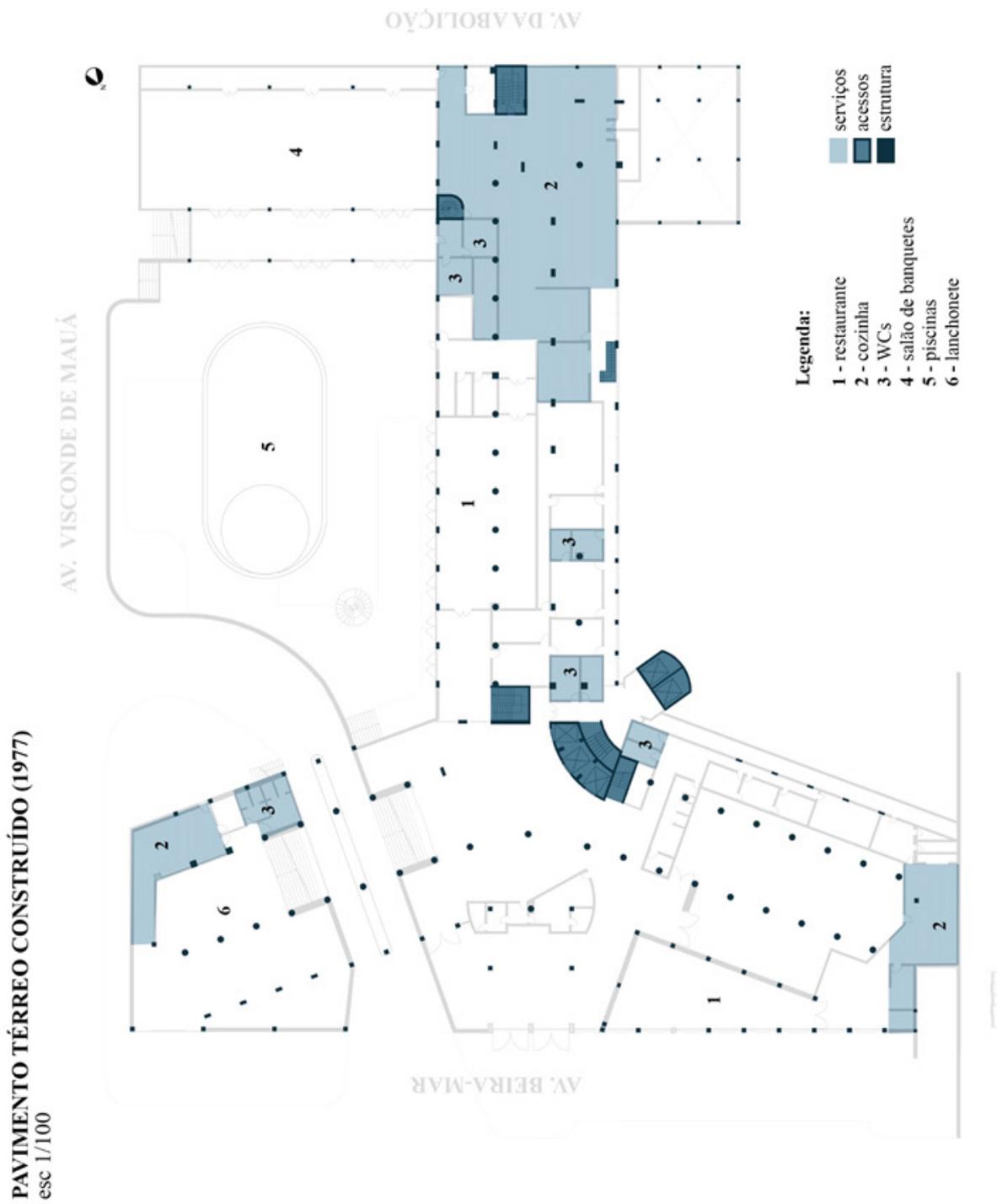


Figura 4.48 - Planta do pavimento térreo do projeto de reforma do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora



Figura 4.49 - Planta do pavimento intermediário do projeto construído do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

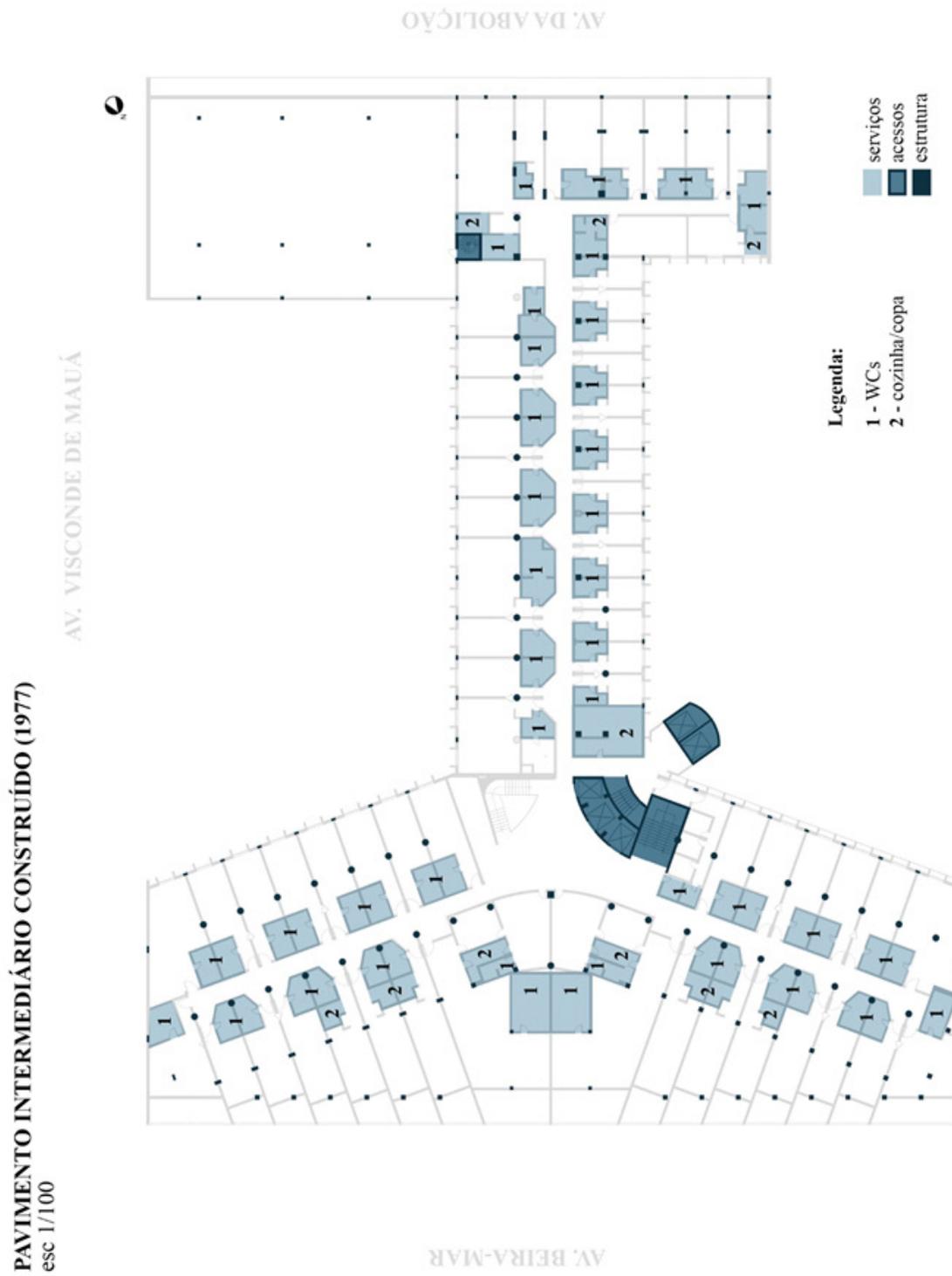


Figura 4.51 - Planta do pavimento tipo do projeto construído do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

PAVIMENTO TIPO CONSTRUÍDO (1977)
esc 1/100

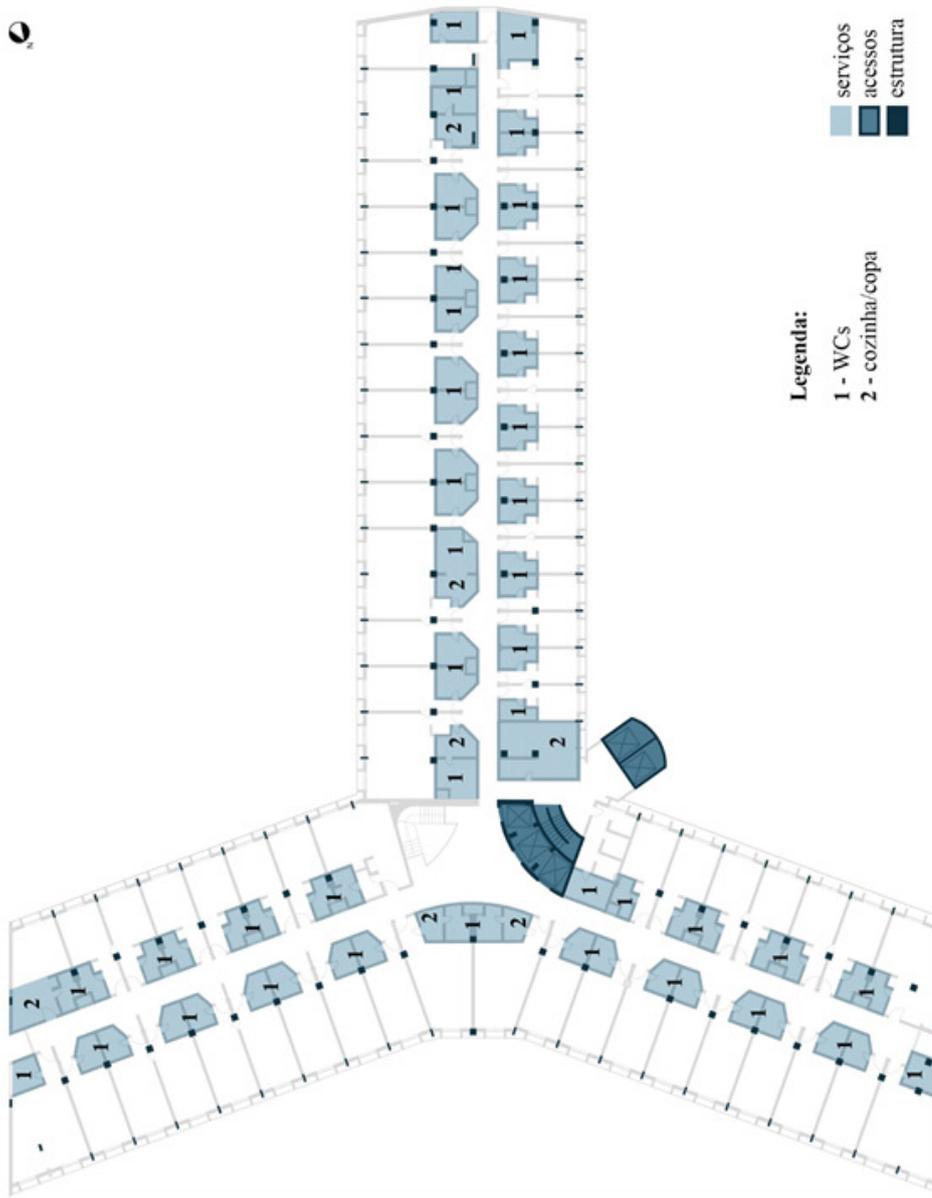


Figura 4.52 - Planta do pavimento tipo do projeto de reforma do Imperial Othon Palace.

Fonte: Produzido pela autora

PAVIMENTO TIPO REFORMA (2005)
esc 1/100

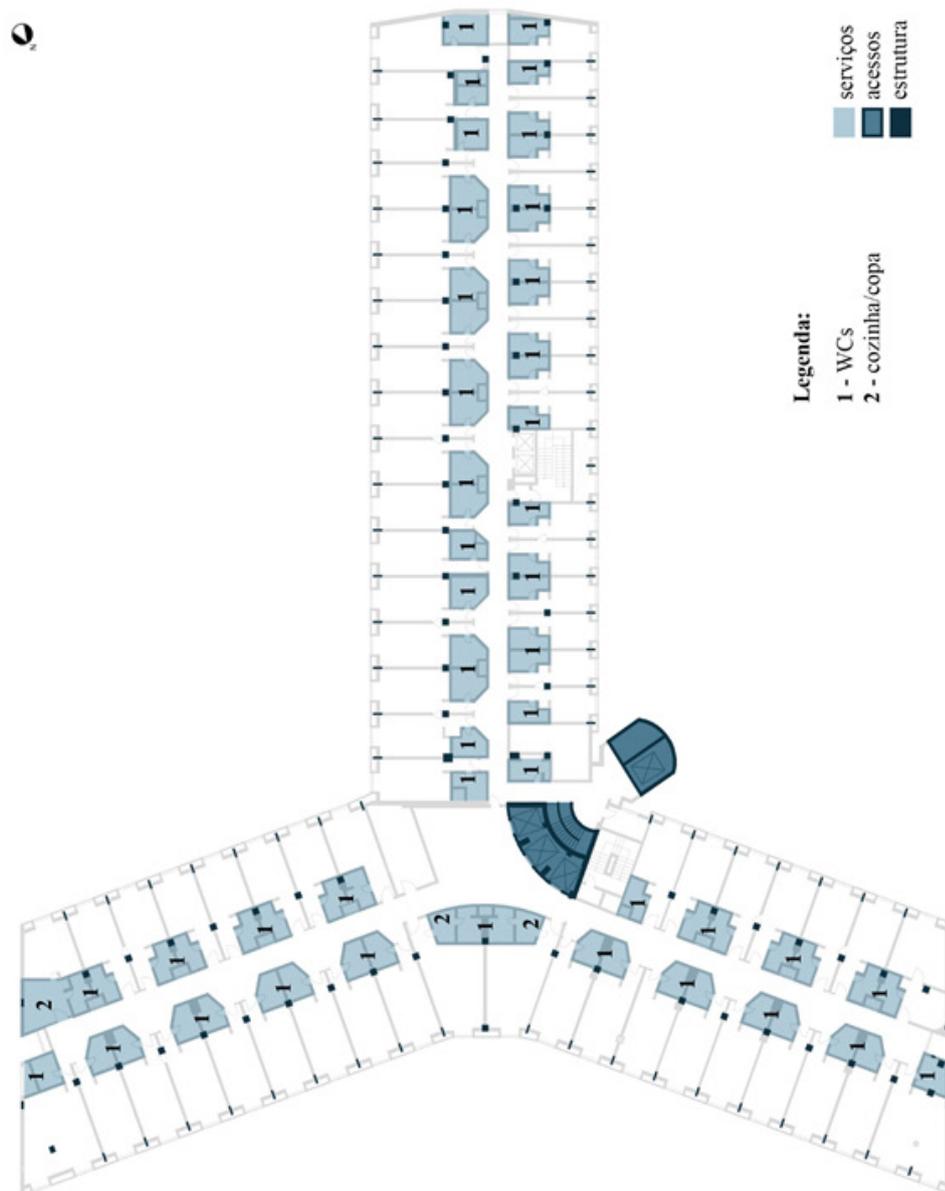




Figura 4.53 - Metropolitan Residence Service na década de 1980.

Fonte: Acervo LoCAU.

4.3. Metropolitan Residence Service

O Metropolitan Residence Service foi construído em 1980, e seu projeto foi concebido pelos arquitetos Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo. O edifício, também construído segundo os preceitos do movimento moderno, possui 16 pavimentos e localiza-se no bairro Aldeota, localidade com ampla oferta de serviços, onde se concentravam as moradias das classes mais abastadas da cidade à época.

O hotel, de propriedade de Humberto Fontenele, possuía o conceito “*residence service*”, funcionando como um flat, com unidades de apartamento com quarto, cozinha e banheiro. Segundo o arquiteto Delberg Ponce, a ideia surgiu a partir da tipologia que se utilizou no edifício Panorama, que se constituía em uma forma moderna de se morar, em consonância com a tendência que já se observava em outras capitais brasileiras.

Anos mais tarde, em 2006, o edifício passou por uma reforma, que alterou por completo sua função, transformando-o em um edifício empresarial. A intervenção foi empreendida pela Reata Engenharia, contando com projeto dos arquitetos Jaime Leitão, Fabian Salles e Jean Togleate.

Ao analisar comparativamente os projetos original e de reforma, percebe-se que a **estrutura** do edifício, construída em concreto armado, manteve-se inalterada, tendo sido completamente aproveitada no projeto de reforma proposto nos anos 2000. É clara a percepção do avanço das técnicas do uso do concreto armado entre o primeiro exemplar estudado e este edifício, no qual os vãos entre pilares já se mostram bem mais expressivos, entre 4m e 9,80m.

Observa-se que, para a adequação ao novo uso do edifício, um centro empresarial, foram necessárias modificações significativas nos **cenários** da construção, para viabilizar os novos programas e as novas necessidades da sociedade após mais de duas décadas da construção do hotel. Essa mudança expressiva traduz, mais uma vez, a flexibilidade viabilizada pela arquitetura moderna: por meio de uma estrutura independente, foi possível o reuso da edificação para uma finalidade cujas necessidades eram significativamente distantes das características originais do edifício, já que o uso hoteleiro deixou de ser interessante para a região, e passaram a ali prevalecer inúmeros edifícios comerciais e de negócios.

A popularização do uso do carro fez com que fosse necessário o aumento do número de vagas de estacionamento. No subsolo, o espaço da lavanderia deu lugar a mais vagas, sendo possível alocar espaço para a guarda de 53 automóveis nesse pavimento. No térreo, amplos espaços que eram antes destinados a salas de reuniões, restaurante, piano bar e uma loja, foram reduzidos para abrigar uma galeria de lojas, e o espaço destinado à administração do edifício também foi expressivamente reduzido, possibilitando a inserção de estacionamentos também nesse pavimento, que antes não existia.

No pavimento jirau, segundo o projeto originalmente construído, existiam espaços para restaurantes, lojas, eventos, além de uma ampla área destinada às instalações administrativas do hotel: refeitórios, vestiários, depósitos, diretoria e salas para administradores. Na intervenção de reforma, todas essas funções foram suprimidas e o pavimento passou a abrigar tão somente estacionamento, totalizando mais 38 vagas para automóveis. O mesmo aconteceu com o pavimento acima: se antes, o espaço de pilotis era destinado ao lazer dos hóspedes, contando com salão de jogos, sauna, refeitório, deck e piscina, agora, todo o espaço foi convertido em 51 vagas para estacionamento de veículos.

A despeito das alterações mais significativas observadas nos primeiros andares, no pavimento tipo pode-se constatar o porquê de o uso hoteleiro viabilizar a implantação de edifícios comerciais: no primeiro modelo-tipo, cada um dos nove apartamentos existentes transformou-se em uma sala comercial, com sua própria instalação sanitária. Assim, percebe-se que nesses espaços não houve uma mudança tão expressiva no espaço interno do hotel, preservando suas principais características, ao mesmo tempo que possibilita o reuso para um fim completamente distinto. Há, também, um segundo modelo-tipo, no qual, em vez de nove salas comerciais, o espaço configurou-se em quatro salas de tamanhos maiores, o que foi permitido pela remoção e realocação de paredes divisórias.

Por fim, no primeiro pavimento cobertura, percebe-se que a conformação dos espaços permaneceu muito próxima à original, já que os dois grandes restaurantes foram transformados em duas espaçosas salas comerciais, aproveitando-se, também, dos locais destinados a sanitários. Já no segundo pavimento cobertura, onde encontra-se a casa de máquinas, as funções antes existentes – salão para eventos e algumas funções de apoio – foram retiradas, existindo atualmente apenas a laje técnica e maquinário dos elevadores.

Figura 4.54 - Atual edifício Metropolitan Empresarial.

Fonte: Acervo LoCAU.



Com relação aos **acessos**, percebe-se que o edifício se comunicava com o passeio por meio de rampas para a entrada de veículos, e de uma escadaria para a entrada de pedestres. Com a reforma, que ocorreu em 2006, observa-se a preocupação com a necessidade de atendimento a requisitos de acessibilidade, que se tornaram imperativos devido à entrada em vigor da NBR 9050, que aconteceu posteriormente à construção do edifício⁶. Por esse motivo, foi incluída, junto à escadaria de acesso principal, uma rampa para o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

Em ambas as laterais, as rampas para veículos, que levavam ao subsolo, foram substituídas por duas rampas: uma de acesso ao subsolo e outra de acesso ao térreo, que passou a abrigar também estacionamento. Ademais, foram adicionadas, na parte interna do edifício, rampas para que os carros pudessem chegar aos pavimentos jirau e pilotis.

Com relação aos principais acessos verticais, ou seja, aqueles que interligam todos os pavimentos da edificação, percebe-se que foram preservados apenas os dois poços de elevadores existentes. Ao lado dessas unidades, existia, em cada um dos andares da edificação, um módulo de iguais dimensões que servia como depósito para material de limpeza. Esse espaço foi transformado, conforme se observa no projeto de reforma, em uma nova torre de elevadores, colaborando, assim, para a adequação do edifício à nova demanda do fluxo de usuários.

A caixa de escadas que fazia a conexão entre todos os pavimentos, localizada defronte aos elevadores, passou, em 1993, com a publicação da NBR 9077, a não mais atender os requisitos de segurança necessários para edificações desse porte. Assim, no projeto de reforma, diante da impossibilidade da alocação de uma nova escadaria dentro dos parâmetros determinados pela lei no local já reservado para isso, foi necessário criar uma nova volumetria sacada no edifício, afim de abrigar o novo conjunto de circulação vertical.

Outro aspecto notável no que se refere aos acessos, foi a retirada da escada do térreo que dava acesso ao pavimento

6 A NBR 9050 foi publicada pela primeira vez em 1985 e, depois disso, passou por revisões em 1994, 2004, 2015 e 2021.

jirau. Essa escada destacava-se ao adentrar o edifício, ficando localizada em posição central na circulação dos usuários. Com a reforma, esse elemento foi retirado, pois já não havia a necessidade desse acesso em evidência, já que o jirau, que antes abrigava lojas e restaurantes, passou a funcionar apenas como um estacionamento.

Ainda com relação à acessibilidade às instalações do edifício, pode-se também perceber que o projeto do hotel previa a existência de um salão de eventos no último andar, mas que ali não havia acesso por elevadores, e sim unicamente por escadas. Na edificação, atualmente, foram retiradas todas as funções existentes nesse pavimento, permanecendo apenas a casa de máquinas dos elevadores.

No que tange aos espaços destinados a **serviços**, pode-se dizer que, nos pavimentos-base da edificação, pouco foi levada em consideração a existência desses espaços para a alocação de outras funções de mesma natureza. Nos pavimentos subsolo, jirau e pilotis, a infraestrutura de serviços presente não foi aproveitada, pois neles não foi introduzida nenhuma função programática além do estacionamento. No térreo, por sua vez, os espaços destinados a banheiros que existiam em cada uma das lojas e restaurantes foram retirados e substituídos por banheiros únicos que deveriam atender a todos os usuários desse espaço. Esse conjunto de toaletes e também um refeitório para funcionários foram alocados onde antes funcionava a cozinha do restaurante do térreo.

Nos pavimentos-tipo por sua vez, cada apartamento, que era composto por sala de estar/jantar, copa, quarto e banheiro, foi transformado em salas comerciais, cada uma com sua própria instalação sanitária. Nesse ponto, as instalações existentes favoreceram a adaptação à melhor localização desses espaços para suprir as necessidades de cada sala comercial.

Depreende-se dessas análises que existem certas características da modernidade arquitetônica que acabam viabilizando significativas modificações na matéria dos edifícios. A disseminação do uso do concreto armado possibilitou a separação entre estrutura e vedações, que se tornaram elementos dissociáveis e independentes, assegurando não apenas construções mais leves, como abrindo espaço para possíveis supressões futuras em elementos que não guardam função estrutural. Ademais, a racionalidade construtiva e modulação prezadas pelos arquitetos, projetistas e construtores do período acabam por facilitar a compreensão da

obra como um todo, propiciando um maior conhecimento e julgamento de adequação de novos usos que determinado edifício pode receber.

No entanto, alterações indiscriminadas em busca da adaptação a novas funções mais adequadas ao contexto contemporâneo acabam, no mais das vezes, indo de encontro à dimensão patrimonial, não sendo assim condicionadas apenas por todas as alterações permitidas pela substância da edificação, mas sim por aspectos relativos ao seu valor de memória.

Figura 4.55 - Edifício original do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Acervo LoCAU.





Figura 4.56 - Edifício do Metropolitan após reforma.

Fonte: Acervo LoCAU.



Figura 4.57 - Metropolitan Empresarial atualmente.

Fonte: Acervo LoCAU.



Figura 4.58 - Entrada do atual edifício Metropolitan Empresarial.

Fonte: Acervo LoCAU.

PAVIMENTO SUBSOLO ORIGINAL (1980)
esc 1/1250

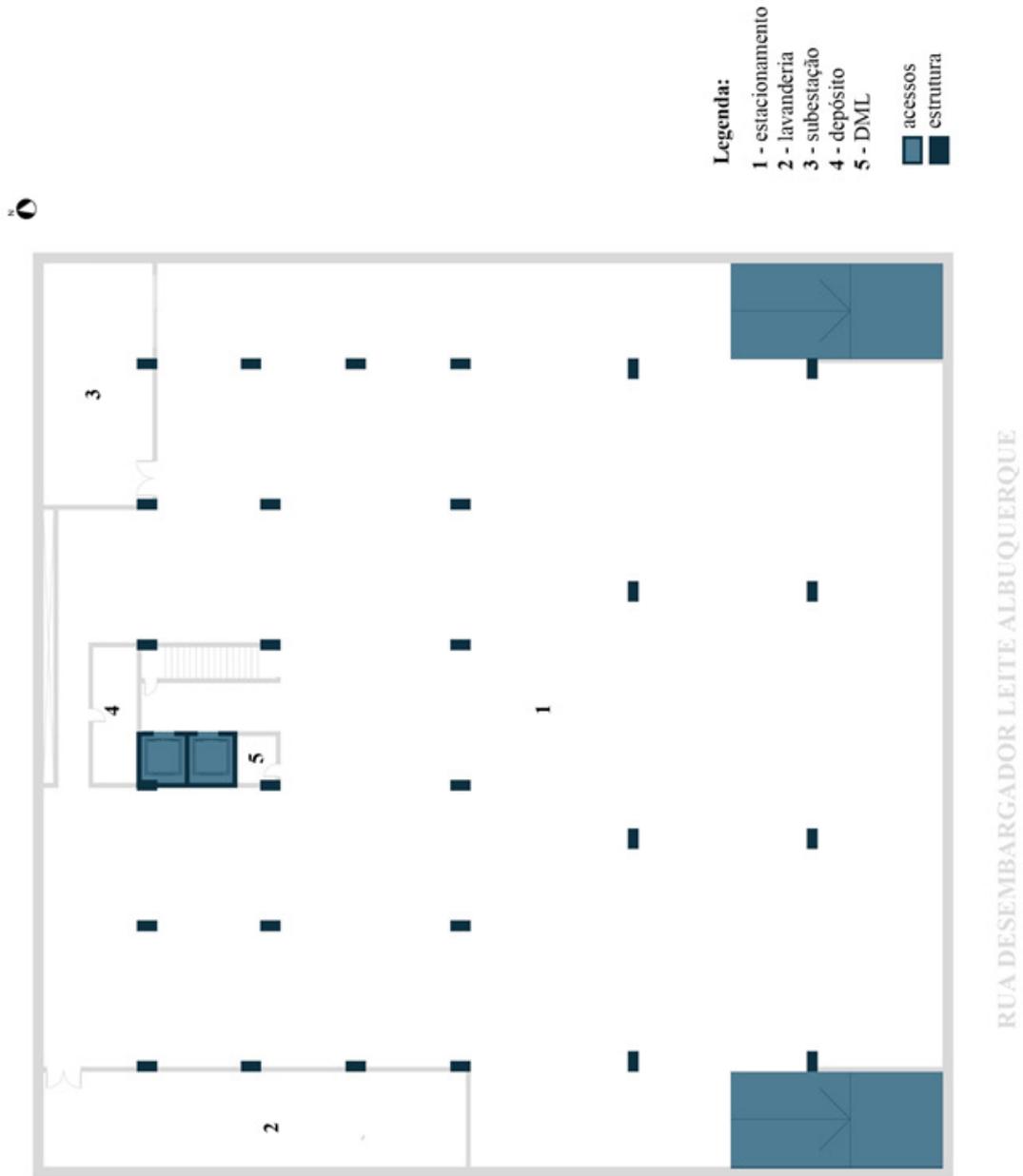


Figura 4.59 - Planta do subsolo do projeto original do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

PAVIMENTO SUBSOLO REFORMA (2006)
esc 1/1250

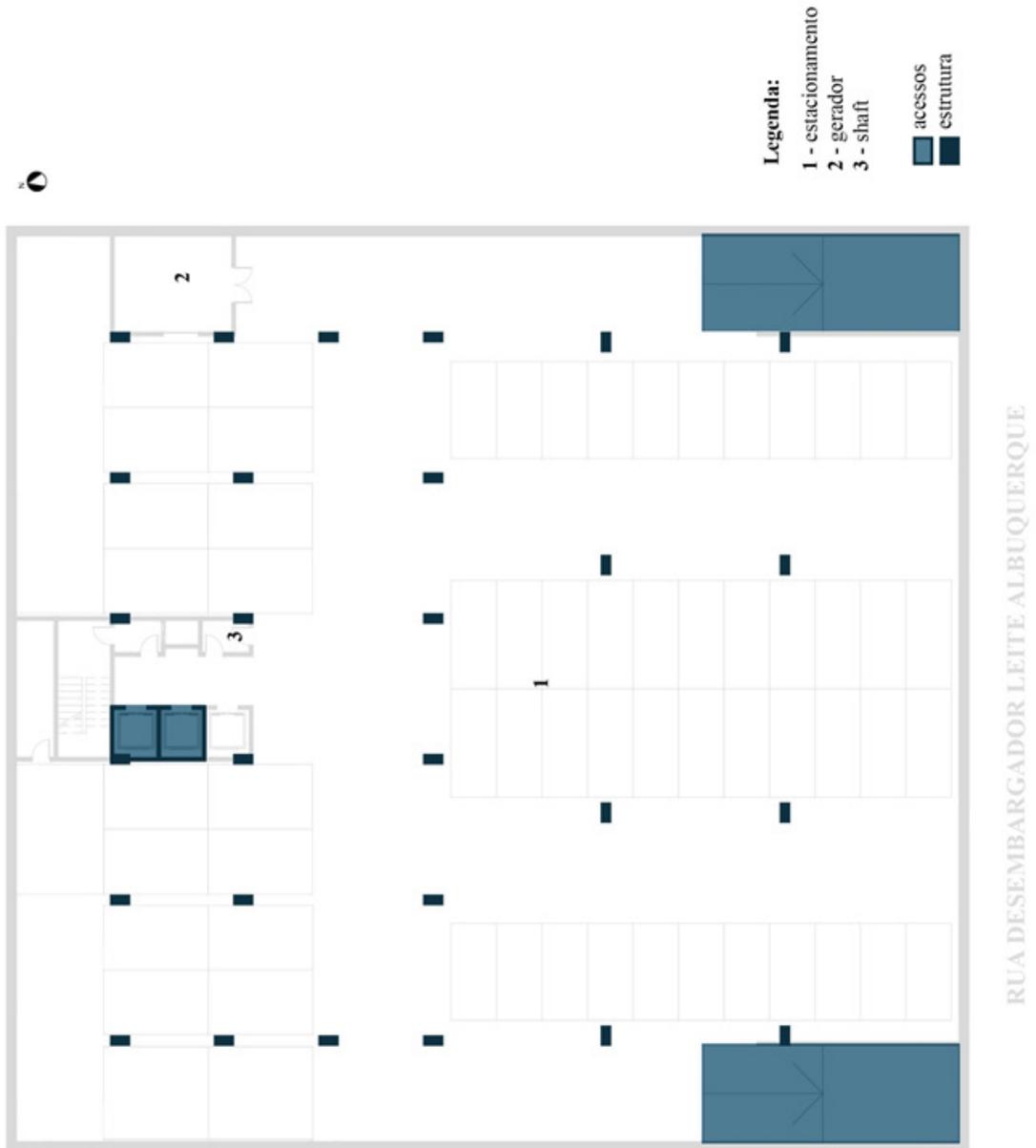


Figura 4.60 - Planta do subsolo do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

PAVIMENTO TÉRREO ORIGINAL (1980)
esc 1/1250

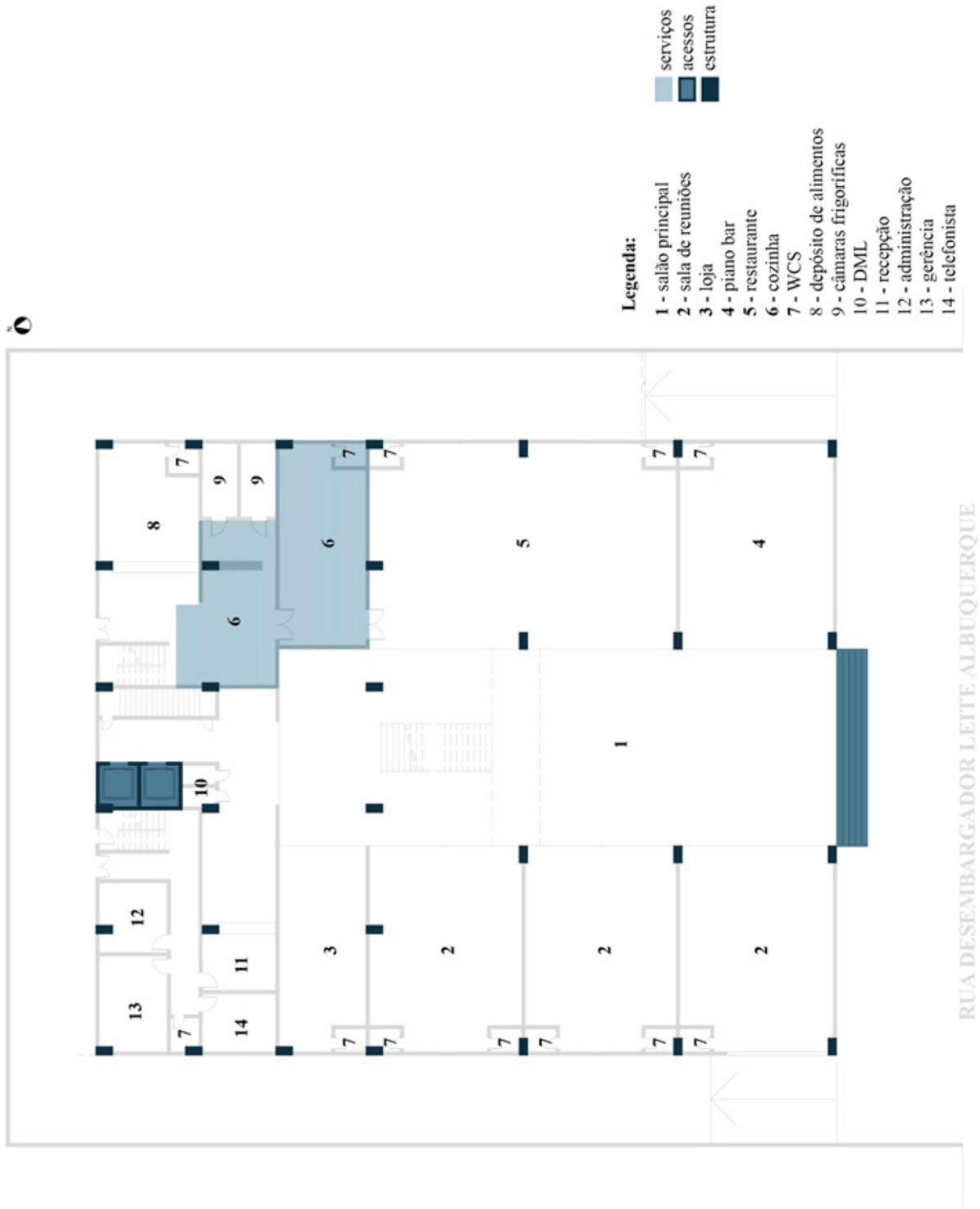


Figura 4.61 - Planta do pavimento térreo do projeto original do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

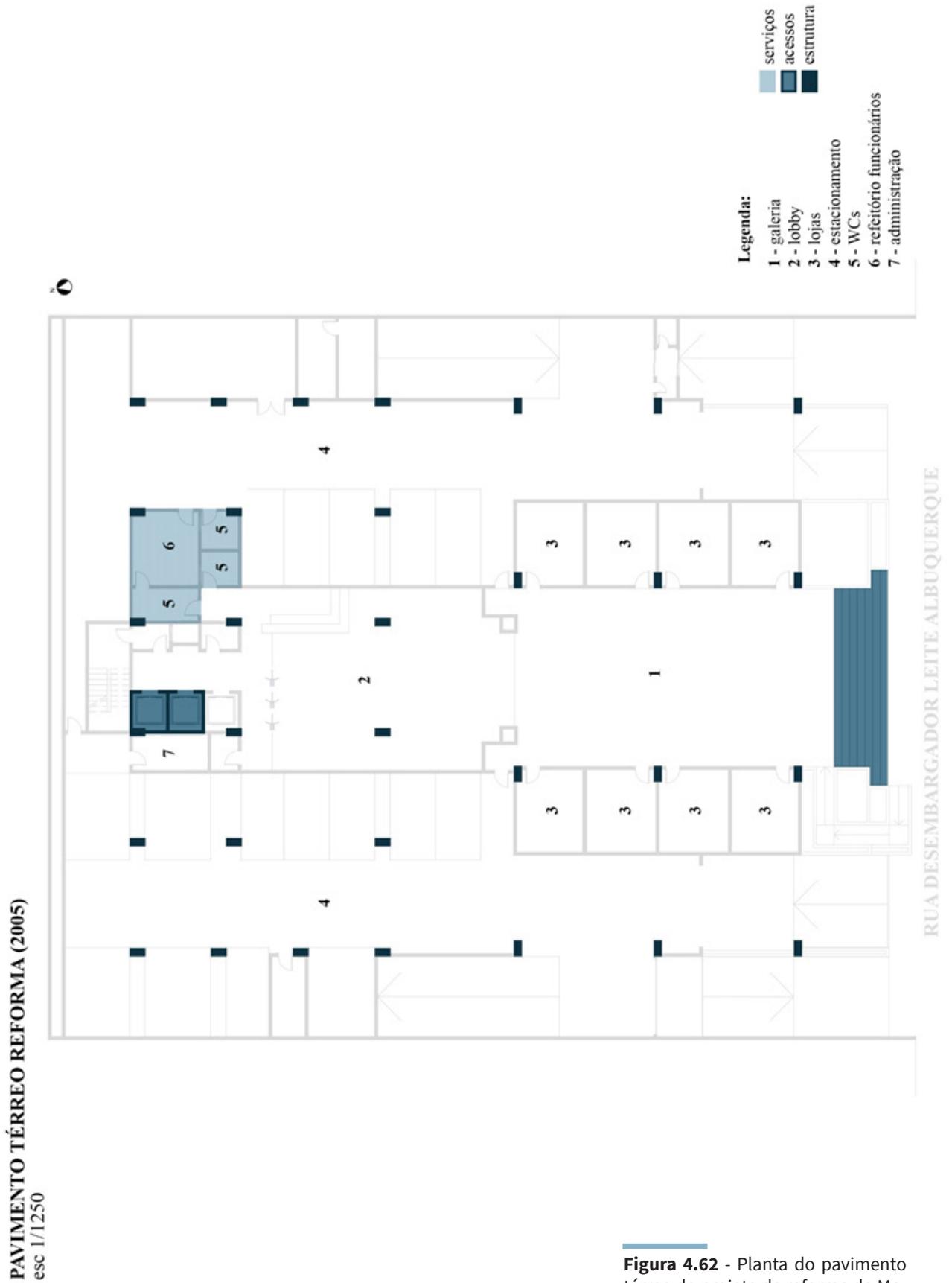


Figura 4.62 - Planta do pavimento térreo do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

JIRAU ORIGINAL (1980)
esc 1/1250

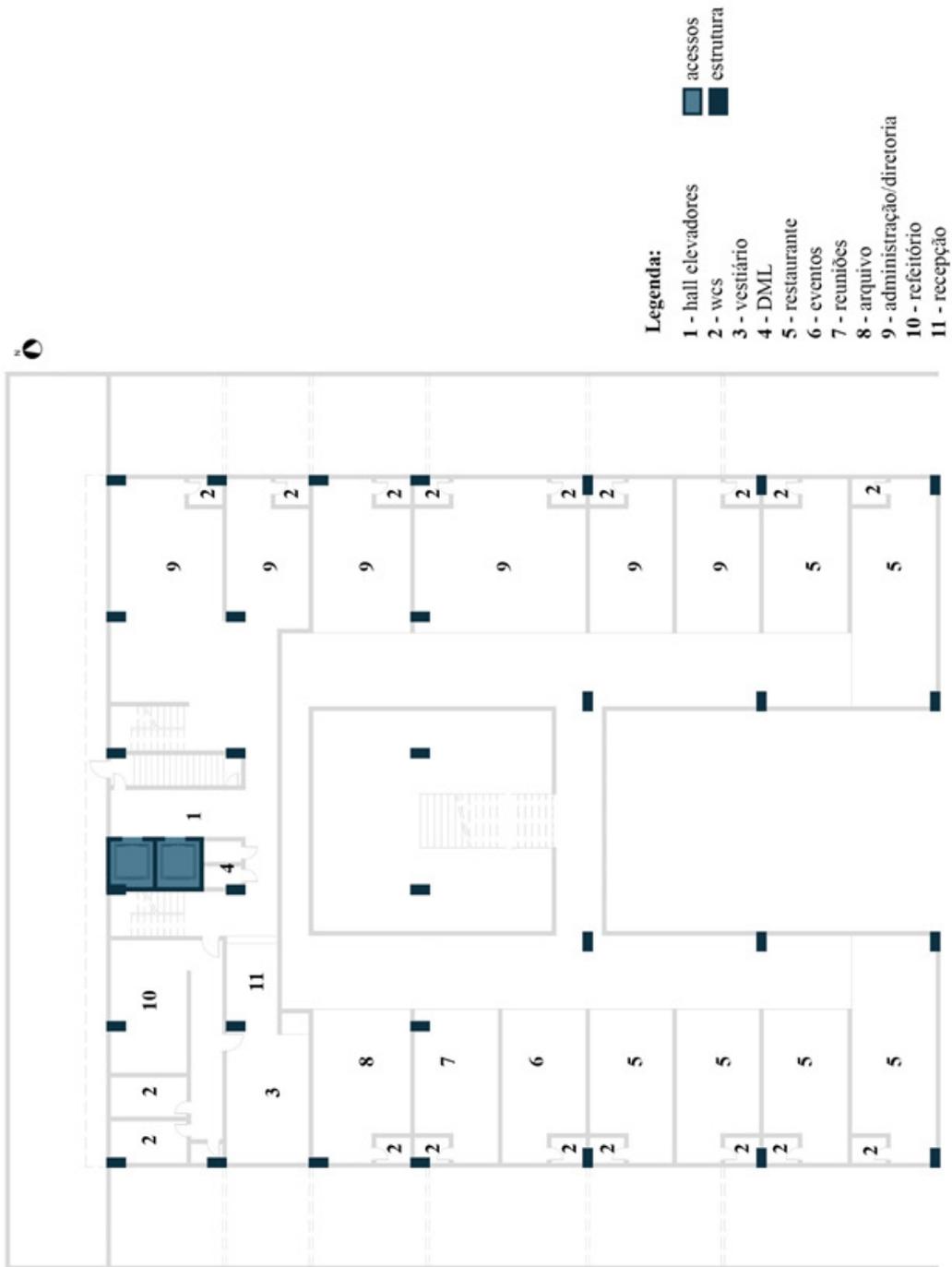


Figura 4.63 - Planta do pavimento jirau do projeto original do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

JIRAU REFORMA (2006)
esc 1/1250

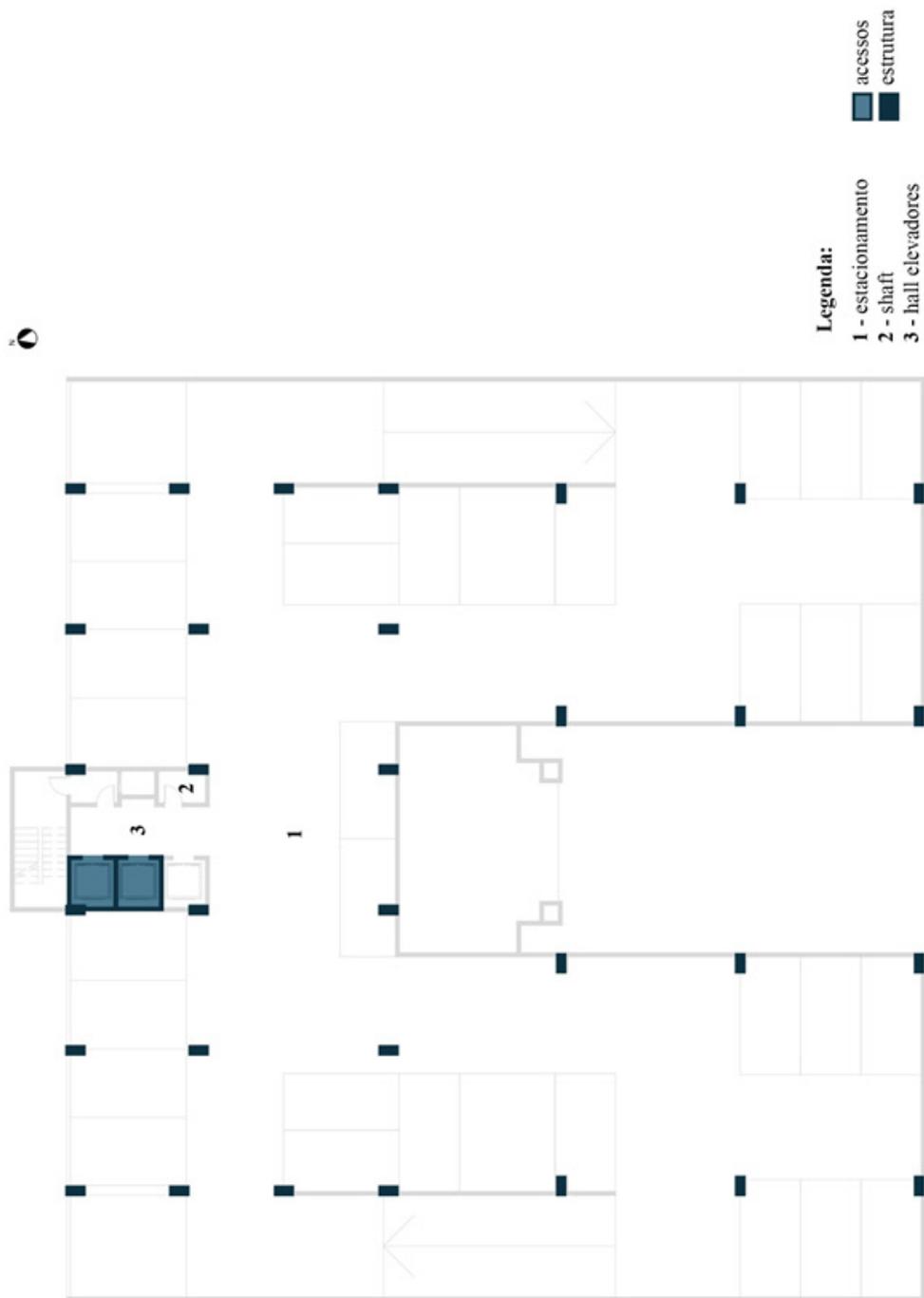
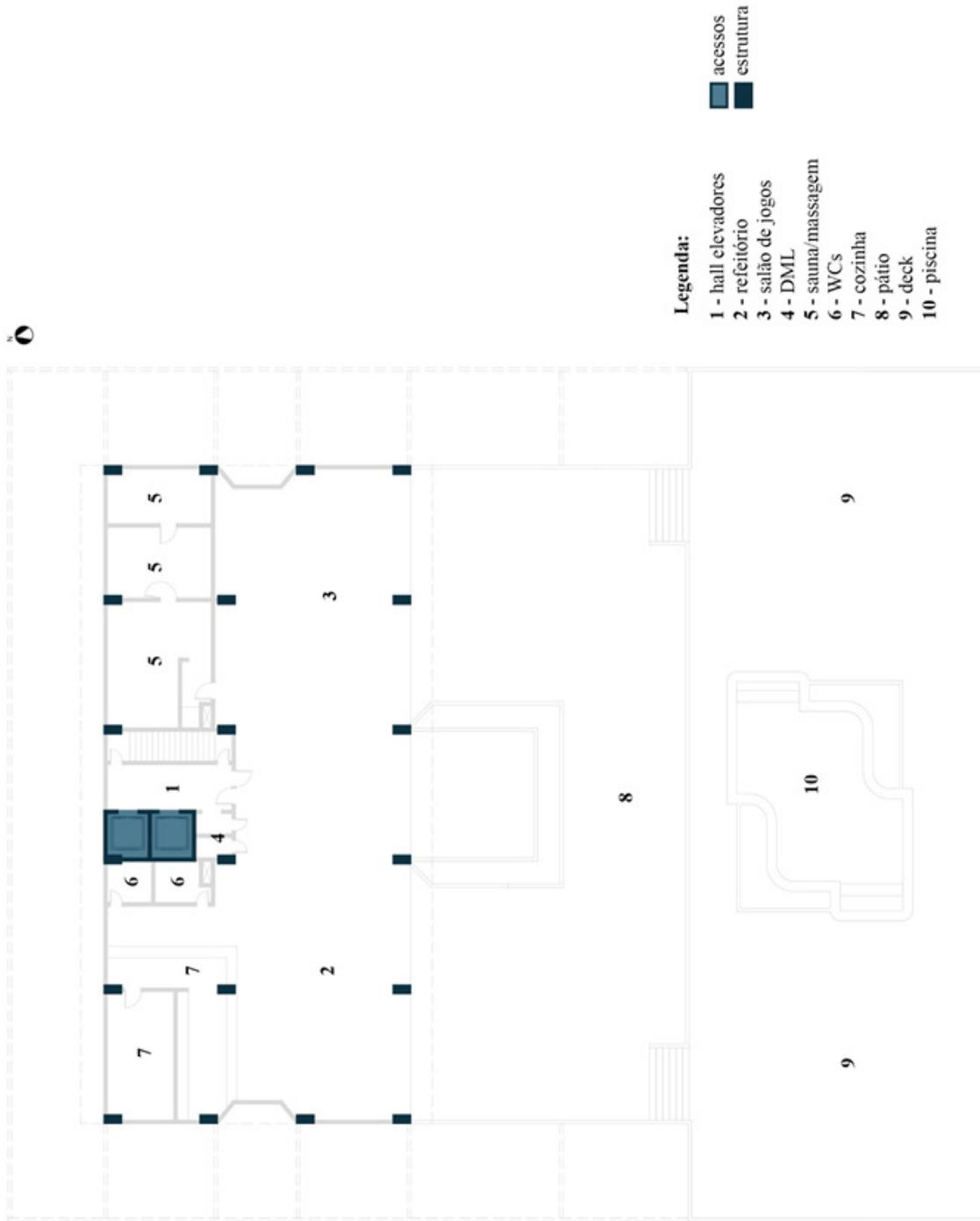


Figura 4.64 - Planta do pavimento jirau do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

PILOTIS ORIGINAL (1980)
esc 1/1250



- Legenda:**
- 1 - hall elevadores
 - 2 - refeitório
 - 3 - salão de jogos
 - 4 - DML
 - 5 - sauna/massagem
 - 6 - WCs
 - 7 - cozinha
 - 8 - pátio
 - 9 - deck
 - 10 - piscina
- acessos
■ estrutura

Figura 4.65 - Planta do pavimento pilotis do projeto original do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

PILOTIS REFORMA (1980)
esc 1/1250

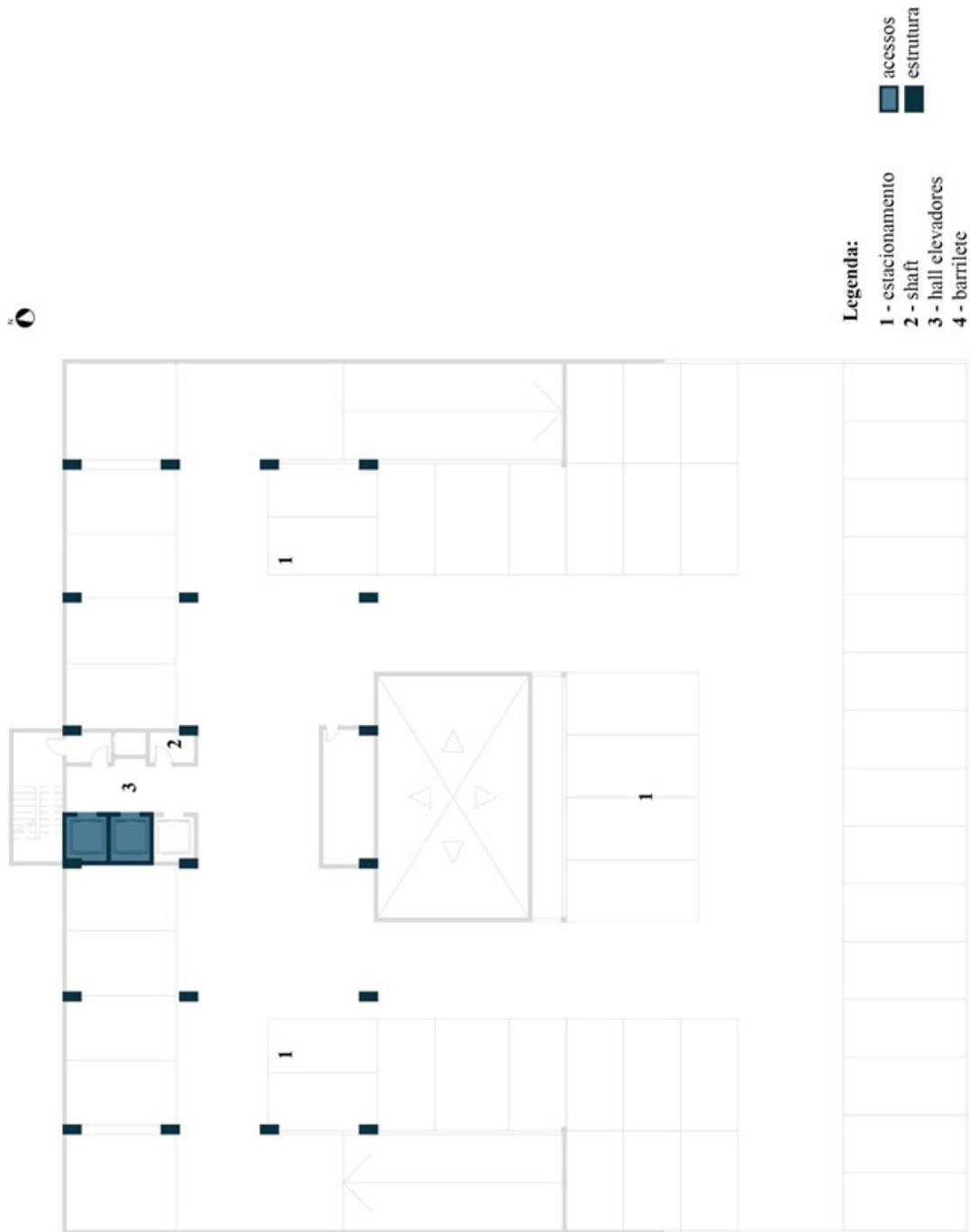


Figura 4.66 - Planta do pavimento pilotis do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

PAVIMENTO TIPO ORIGINAL (1980)
esc 1/1250

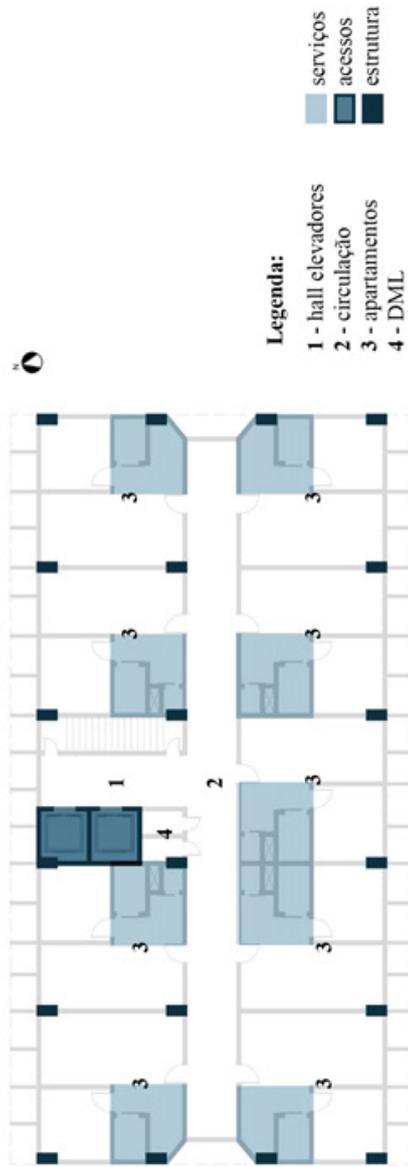


Figura 4.67 - Planta do pavimento tipo do projeto original do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

PAVIMENTO TIPO ORIGINAL (1980)
esc 1/1250

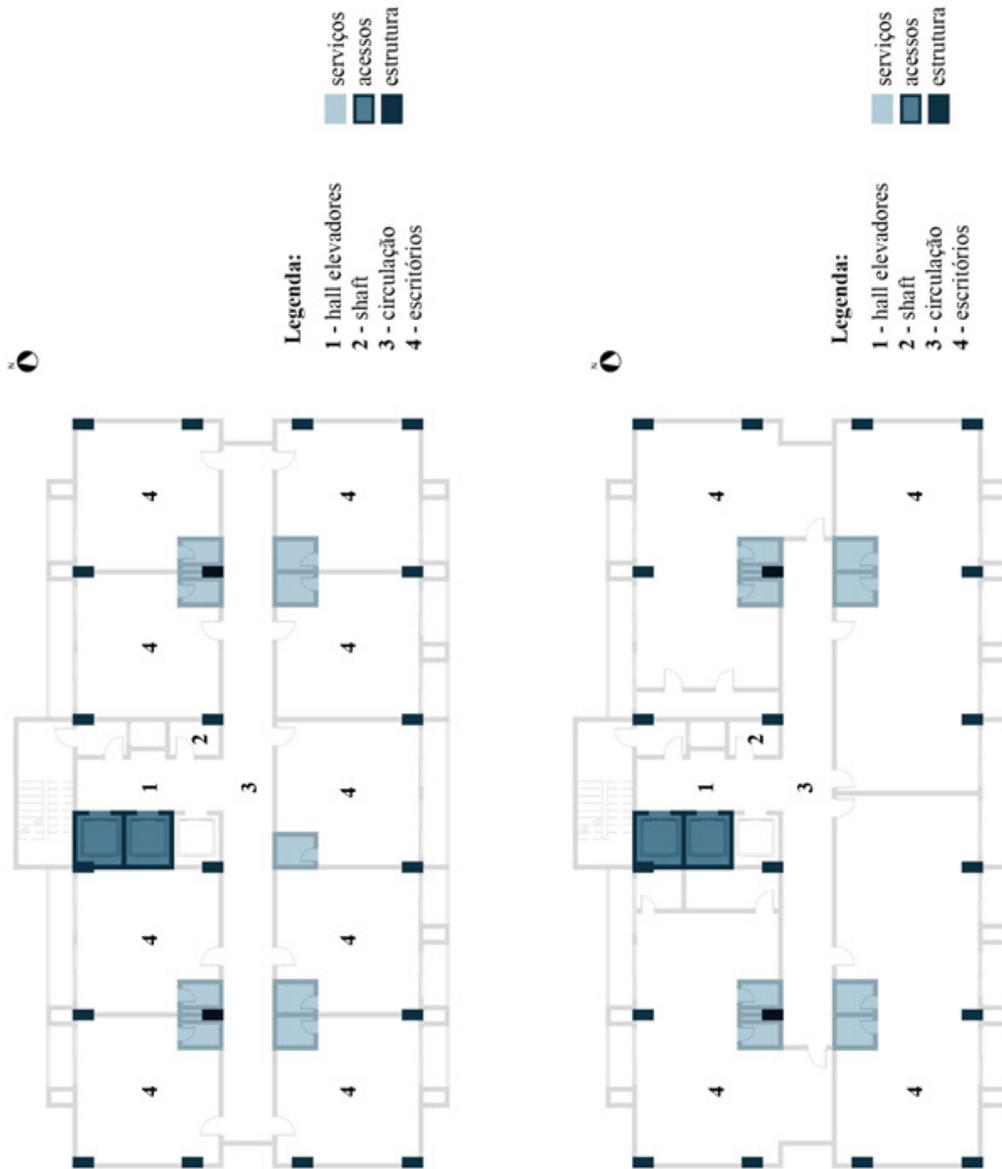


Figura 4.68 - Planta do pavimento tipo do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

COBERTURA 1 ORIGINAL (1980)
esc 1/1250



Figura 4.69 - Planta do pavimento cobertura 1 do projeto original do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

COBERTURA 2 ORIGINAL (1980)
esc 1/1250

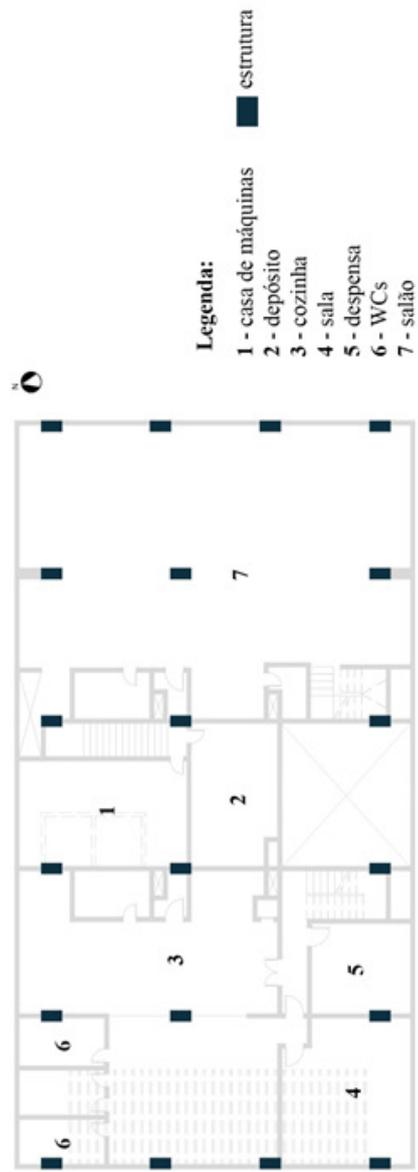


Figura 4.70 - Planta do pavimento cobertura 2 do projeto original do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

COBERTURA 1 REFORMA (2006)
esc 1/1250

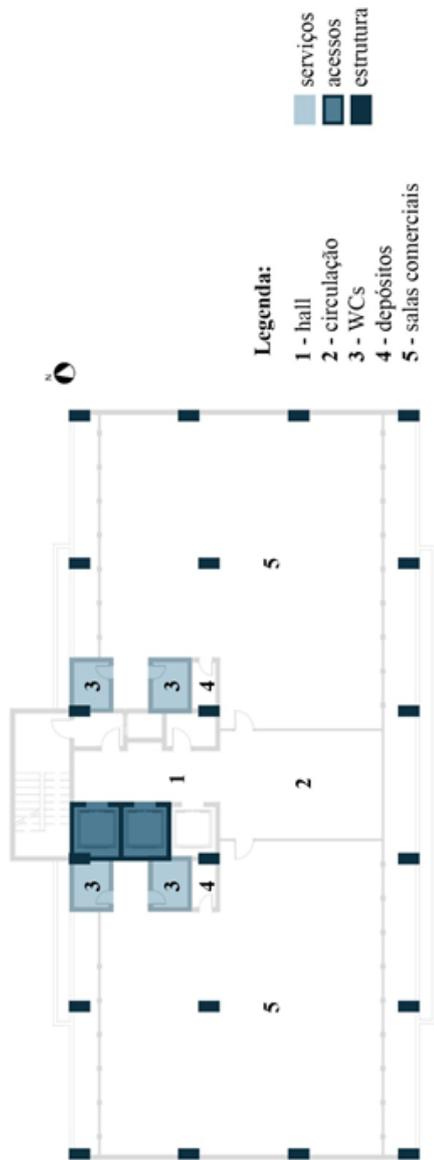


Figura 4.71 - Planta do pavimento cobertura 1 do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

COBERTURA 2 REFORMA (2006)
esc 1/1250



Figura 4.72 - Planta do pavimento cobertura 2 do projeto de reforma do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Produzido pela autora

4.2. LIMITAÇÕES PATRIMONIAIS

Um dos desafios na conservação da arquitetura mais recente consiste no seu reconhecimento como patrimônio histórico. Conforme já explicitado, os edifícios da modernidade arquitetônica se colocam na sociedade contemporânea como parte do cotidiano, aspecto que, na maioria das vezes, dificulta a assimilação de sua importância histórica e patrimonial para a cidade por meio de seus habitantes, somado também à diversidade e amplitude da produção moderna.

Como explanado, atualmente diversos edifícios da modernidade arquitetônica encontram-se na mesma situação dos três hotéis aqui analisados, que carecem de intervenções, ao mesmo tempo que, na maioria das vezes, não possuem nenhum tipo de proteção legal que as restrinja ou as direcione, à exceção do Lord Hotel. Com isso, é importante ressaltar que, mesmo em casos de bens não tombados, faz-se necessária a observação dos princípios de preservação preconizados tanto pelos teóricos da área como pelas Carta Patrimoniais, considerando-se que a inexistência de proteção não pode servir de pressuposto para intervenções indiscriminadas que possam ameaçar ou desrespeitar edificações construídas. Alinhado a esse pensamento, Costa Neto (2008, p.192) defende que “[...] o tombamento não constitui o valor cultural do bem, mas apenas o declara. A ausência de tombamento não implica, portanto, a inexistência de relevância histórica ou cultural.”

A relevância do Lord Hotel se dá por ser um valioso exemplar de uma época de transição na capital cearense, conforme explanado nos capítulos anteriores, constituindo-se, assim, um edifício que expressava uma modernidade que vinha tomando força na sociedade à época. Suas características protomodernas são importantes testemunho da passagem de uma arquitetura historicista para uma arquitetura moderna, trazendo, em sua construção, elementos inovadores e técnicas avançadas para aquele momento.

A relevância do Imperial Othon Palace Hotel e do Metropolitan Residence Service, por sua vez, diz respeito à posterior aquiescência aos cânones do movimento moderno propriamente dito. As suas particularidades o tornam um importante documento da arquitetura realizada em Fortaleza durante o período moderno, com todas as limitações encontradas pelas técnicas existentes, pelos materiais utilizados, pela necessidade de adaptação ao clima e pela própria cultura

local. Assim, ambos os edifícios constituem importantes relatos sobre como os preceitos da arquitetura moderna foram assimilados e adaptados pela sociedade e pelos arquitetos do período, o que justifica sua relevância patrimonial.

Conforme verificado na primeira parte da análise, nas três intervenções, a **estrutura** existente foi um ponto chave para as tomadas de decisões. No Lord Hotel, a parte do edifício que fora construída em estrutura de lajes, vigas e pilares será restaurada e mantida, porém, o volume em alvenarias autoportantes sofrerá a completa remoção de sua parte interna (alvenarias e lajes), para a construção de nova estrutura independente, também em concreto armado.

No caso do Imperial Othon Palace, a estrutura inicial foi em sua maior parte mantida, constituindo um aspecto positivo para as intervenções. Porém, destaca-se, no projeto de reforma de 2005, a criação de uma nova conformação estrutural para a sustentação da área de piscina, que foi elevada do pavimento térreo ao intermediário (Figura 4.74)

Para a execução, tanto da nova estrutura na parte interna do Lord Hotel, quanto dessa adição na área de piscinas do Imperial Othon Palace, optou-se pelo uso do concreto armado, mesma técnica construtiva utilizada no projeto inicial destes edifícios, não havendo a preocupação com a diferenciação entre o existente e aquilo que foi posteriormente construído, e tampouco com a reversibilidade da intervenção.

Desde a Carta de Veneza (1964), os estudos acerca da preservação patrimonial vêm caminhando para um consenso no que se refere à distinção entre a composição inicial e seus complementos, destacando-se a marca de cada tempo, como meio de evitar qualquer confusão ou indistinguibilidade com relação às interferências adicionadas ao longo dos anos. Para Silva (2012, p.60), “o princípio da distinguibilidade contribui para a autenticidade, uma vez que é possível identificar as intervenções realizadas no objeto”.

Ademais, para além dos aspectos de semelhança, no que concerne à reversibilidade das alterações, pode-se afirmar que o concreto armado seria também um material de difícil reversão. A Carta de Brasília (1995), ao tratar da conservação da autenticidade de bens patrimoniais, defende que os elementos introduzidos devem, além de harmonizar-se com o conjunto, ser de caráter reversível. Dessa forma, aponta-se para uma maior adequação do uso de materiais que trouxessem, além de uma linguagem diferenciada, uma maior possibilidade de supressão, como é o caso de estruturas



Figura 4.73 - Área de piscinas do projeto inicial, no pavimento térreo.

Fonte: Acervo Delberg Ponce de Leon.



Figura 4.74 - Nova área de piscinas elevada construída em 2005, que não buscou diferenciar-se plasticamente das preexistências.

Fonte: Acervo LoCAU.

metálicas, que possuem grande aplicabilidade em intervenções em edificações preexistentes, colaborando para um maior contraste entre o antigo e o contemporâneo, bem como para a preservação da autenticidade do bem em que se deseja intervir.

Cumprе ressaltar que, no caso do Lord Hotel, não se está questionando a escolha dos arquitetos de remover as divisórias e lajes internas ao edifício, mas sim os materiais estipulados para as adições. Como já mencionado no capítulo anterior, um dos desafios que a preservação de bens enfrenta no Brasil é a falta de uma cultura de manutenção preventiva nas edificações, sendo frequentes os casos em que a construção chega a um estado crítico de degradação para, só então, buscar-se fazer os reparos necessários. Assim ocorreu com o Lord Hotel, quando, por anos, foi abandonado e habitado irregularmente, além de ter passado por uma reforma, fatores que corroboraram para que o edifício che-

gasse a um estado de descaracterização que não podia mais ser revertido. Nesse caso, considera-se que a permanência das divisórias internas não seria suficiente para a preservação da ambiência interna do bem, portanto, não faria sentido preservá-las em detrimento de criar-se um espaço mais adequado para as funcionalidades da nova Câmara Legislativa.

Com relação ao Metropolitan, percebe-se que toda a estrutura da construção inicial foi aproveitada para o projeto de reforma, não sendo, portanto, um ponto passível de questionamento à proposta dos arquitetos.

No que diz respeito às alterações empreendidas nos **acessos** dos hotéis, a análise pode ser considerada sob dois aspectos: as alterações e adições realizadas para adequar-se às normas vigentes, e as mudanças verificadas nos acessos do público à edificação e aos meios de acesso internos.

O primeiro caso abrange, no Lord Hotel, uma série de medidas tomadas para adequar a nova sede da Câmara às normas de segurança de detecção e combate a incêndio – como a retirada dos fossos existentes, além da adição de novos elevadores e escadas para rotas de fuga – assim como às normas de desenho universal, por meio de elevadores que atendam a todas as dependências da Casa, assim como pela inserção de banheiros acessíveis e espaços destinados a P.C.R. nos locais de eventos.

No Imperial Othon Palace, por sua vez, as adequações às normas em vigência foram feitas por meio das rampas adicionadas para atender aos novos requisitos de acessibilidade e da circulação vertical que foi acrescentada para servir como rota de fuga em casos de sinistro. Já no caso do Metropolitan Residence Service, foram adicionadas rampas junto à entrada principal da edificação, para complementar e tornar acessível a entrada de pedestres, que antes era feito apenas por escadas, e, também, foi adicionado um volume para a caixa de escadas, já que a anterior não atendia mais aos requisitos de rotas de fuga.

Nesse contexto, considera-se que a atualização dos edifícios visando adequar-se a novos padrões de aceitabilidade pela sociedade constitui-se uma intervenção viável e desejável, alinhando-se à noção de uma compreensão contemporânea da preservação, tal qual defende Carsalade (2011), na qual o que se busca preservar é a capacidade do bem de permanecer, ao mesmo tempo em que se transforma junto com as mudanças socioculturais. Para o autor:

Não há (...) como buscar a essência do objeto de restauro em uma ideia imutável de “objeto” que sobreviveu à história, pois ele está inserido na história da vida, a qual se caracteriza pela transformação. Não há esse objeto a-histórico “essencial” - além do que isso seria uma contradição com seu valor como “patrimônio histórico” conferido exatamente por estar inserido na história (CARSALADE, 2011, p.5).

Dessa maneira, a adequação às normas brasileiras vigentes torna-se imprescindível para o atendimento universal aos hóspedes e à sua própria segurança, podendo ser considerada condição essencial para a permanência do bem, já que, sem essas modificações, a edificação acabaria por cair em desuso.

Por outro lado, o segundo caso abrange, no Imperial Othon, as alterações empreendidas nos acessos públicos à edificação, o que modifica diretamente a relação do hotel com seu entorno, influenciando também na noção de **pele**. O que se verifica é que, no projeto inicial, proposto por José Neudson Braga e José Armando Farias, havia uma clara intenção de manter-se o contato do hotel com os transeuntes, por meio de lojas abertas às vias lindeiras e de um cinema, com acesso pela avenida da Abolição. No projeto de Borsoi, que corresponde à versão construída, toda essa relação de abertura foi eliminada, com a supressão das lojas que se abriam diretamente para a rua Visconde de Mauá e reunindo-as em uma espécie de centro comercial, acessado por uma escada, limitando assim esse contato.

Anos mais tarde, no projeto de reforma proposto por Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo, percebe-se claramente a intenção de retomar a relação do edifício com os pedestres, facilitando também o atendimento às novas noções de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Esse diálogo mais direto é considerado benéfico para a cidade, no entanto, é necessário considerar que não era essa a relação que o edifício guardava com seu entorno desde sua construção. A mudança do acesso principal do pavimento térreo para o subsolo, trazendo também lojas e restaurantes ao nível da calçada na Avenida Beira-Mar, apesar de ter viabilizado indubitavelmente uma melhor dinâmica entre o hotel e aqueles que transitam pela orla marítima, foi uma decisão que acabou comprometendo a conservação do edifício, na medida em que altera relevantes intenções projetuais de Borsoi.

Muito se tem debatido sobre a importância da compreensão e preservação das decisões projetuais dos arquitetos modernos. O relatório do Docomomo Internacional (1997, p.10), assume a posição de que as alterações no patrimônio moderno são aceitáveis “desde que as intenções originais do conceito do arquiteto (ideia) na forma atual, o espaço e a aparência de um edifício ou local ainda sejam reconhecíveis” (tradução nossa). Com isso, tem-se entendido que a autenticidade conceitual é tão relevante quanto a autenticidade material, adquirindo até mesmo, em determinados casos, precedência sobre esta segunda.

Já no caso do projeto de reforma do Lord Hotel, os arquitetos optaram por não alterar a relação dessa edificação com o seu entorno, mantendo inalterados os acessos existentes, tanto o principal como os secundários. Essa decisão demonstra, por um lado, uma maior maturidade do projeto com relação ao do Imperial Othon, uma vez que reconhece a importância de serem mantidas determinadas características do edifício existente. Por outro lado, essa escolha projetual pode refletir a importância do tombamento de uma construção com valor patrimonial, uma vez que, mesmo que se desejasse alterar as soluções de acesso nas fachadas do hotel, isso não seria permitido devido à proteção legal que deve ser observada em qualquer intervenção a ser realizada no bem.

Ainda no que tange aos acessos, no caso do Metropolitan, apesar de a relação do edifício com as vias lindeiras não ter sofrido alterações significativas, uma importante mudança pode ser observada no térreo, logo ao adentrar a edificação. A escada, que antes ficava no centro do salão principal e dava acesso ao jirau, foi removida, já que o pavimento superior passou a funcionar como estacionamento, tornando desnecessário o acesso de pedestres por uma escadaria mais imponente.

A retirada da escada, assim como a transformação dos três primeiros pavimentos em espaços destinados exclusiva ou principalmente para a guarda de veículos, foram soluções que, sem dúvidas, descaracterizaram o espaço interno do edifício. A escolha de aumentar o espaço destinado a estacionamentos como uma forma de fornecer maior comodidade aos novos usuários das salas comerciais, acabou sendo uma solução menos interessante que aquela escolhida pelo arquiteto no projeto original, na medida em que a dinâmica espacial proporcionada pelo mezanino acaba perdendo o sentido quando transformado em estacionamento, pois não

tem mais como intuito uma interação visual com o público que utiliza as áreas comuns da edificação.

A *promenade architecturale* se coloca, na arquitetura moderna, consoante já explanado, como um valor necessário a ser reconhecido e preservado, pois, além da materialidade em si, o edifício moderno era projetado também para a experiência que o arquiteto desejava causar no usuário do espaço construído. No caso em questão, a relação entre o pavimento jirau e o térreo, ambos possuindo lojas e espaços destinados a serviços para a população, causava uma ambiência e uma vivência ao transeunte que se perdeu no novo projeto.

No tocante à **pele**, é necessário discorrer sobre as intervenções feitas nos três hotéis em questão: no Lord, a permanência das fachadas antigas, com a adição do novo anexo e de novas esquadrias, no Imperial, a inserção de um objeto escultórico metálico na fachada principal na reforma de 2005, e no Metropolitan a completa alteração da fachada existente.

Na proposta de reforma do Imperial Othon Palace (Figura 4.76), verifica-se que o objeto adotado funciona como um ícone, que se mostra, à primeira vista, simples e de fácil assimilação pelos transeuntes, mas que acaba se despidendo de qualquer neutralidade, chamando mais atenção para si e retirando a notoriedade da construção original. Da mesma forma se coloca a construção anexa ao Lord Hotel (Figura 4.78), que, apesar de manter o mesmo gabarito da edificação antiga, por suas características plásticas contemporâneas e escultóricas, acaba recebendo maior destaque do que o prédio existente.

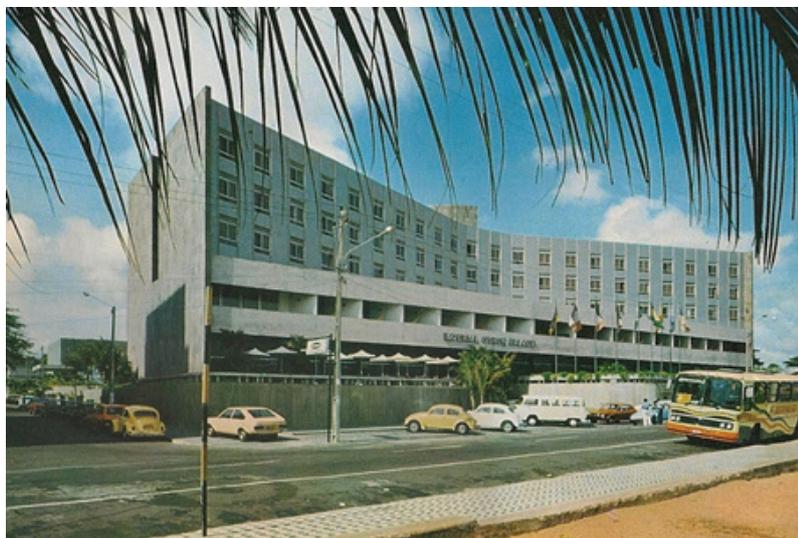


Figura 4.75 - Fachada original do Imperial Othon, no final da década de 1970.

Fonte: Acervo LoCAU.



Figura 4.76 - Imagem renderizada demonstrando a nova fachada, com inserção de elemento escultórico.

Fonte: Acervo Delberg Ponce de Leon.



Figura 4.77 - Lord Hotel em fotografia tomada em 2010.

Fonte: Fortaleza Nobre (sítio eletrônico).

Figura 4.78 - Proposta de reabilitação do Lord Hotel para receber a Câmara Municipal.

Fonte: Fortaleza Nobre (sítio eletrônico).



Cesare Brandi (2004) traz, em sua teoria do restauro crítico, o conceito de unidade potencial como finalidade maior a ser alcançada, optando-se por intervenções que tenham por objetivo alcançar o equilíbrio entre o objeto histórico e a introdução estética. Como estratégia de se atingir a unidade potencial, o teórico propõe a integração, conceito baseado nos estudos da Gestalt de figura e fundo, para que as intervenções contemporâneas, ainda que devam ser facilmente identificáveis, não se destaquem com relação ao todo. Considerando que grande parte dos estudos recentes tem caminhado em concordância com essa noção, pode-se dizer que, para os projetos de reforma em questão, uma alternativa seria buscar propostas que se relacionassem em termos formais com o edifício existente, no sentido de não gerar uma competição entre o antigo e o novo, buscando sua continuidade, e não a justaposição de elementos.

A intervenção observada no Imperial Othon Palace demonstra a busca pela simples atualização estética da envoltória do edifício, optando-se pela inserção de uma escultura que não guarda nenhuma relação com as funções do hotel. A prática



Figura 4.79 - Projeto original do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Acervo LoCAU.

da atualização de fachadas modernas tem sido recorrente em Fortaleza, na medida em que a estetização do ambiente construído passa a ser mais relevante do que sua história, fazendo com que este precise se alinhar às rápidas mudanças da cidade pós-moderna, considerada por Jameson (1994) e Featherstone (1995) a própria sociedade de consumo.

No caso do Metropolitan, as alterações de fachada foram ainda mais radicais, pois o edifício tornou-se praticamente irreconhecível, dando a entender que foi ali erguida uma nova construção, mais atual e alinhada à cultura contemporânea do mercado, que se subordina a materiais industrializados afim de ratificar os modismos e a superficialidade que se traduzem nas construções. Desde o ritmo das esquadrias nas fachadas, até o coroamento do edifício foram alterados, mudando completamente o aspecto original. Alguns dos fechamentos opacos foram substituídos por grandes panos de vidro, e os revestimentos foram completamente modifi-



Figura 4.80 - Fachada atual do Metropolitan Residence Service.

Fonte: Acervo LoCAU.

cados por materiais atuais, como o ACM e os revestimentos em porcelanatos.

Conforme exposto no capítulo anterior, a dificuldade de aceitação da pátina dos edifícios constitui-se um dos desafios de conservação que a arquitetura moderna tem encontrado. A tentativa de esconder a passagem do tempo na edificação implica mascarar sua própria história, seu significado para o lugar e para as pessoas. Portanto, a decisão por manter essa pátina ou escondê-la deve ser fruto de um juízo de valor, por parte dos arquitetos e profissionais envolvidos no projeto, que analise até que ponto essas marcas do tempo são importantes fatores para a autenticidade da obra, e quando as mesmas começam a ser prejudiciais ao seu bom funcionamento. Assim, essa decisão não deve, como é visto com frequência em nossa sociedade, ser pautada em decisões puramente estéticas, visando uma maior aceitação do público em geral.

Essas práticas são testemunhas da efemeridade que a sociedade contemporânea tem buscado no espaço urbano. Atualmente, a evolução dos modismos é rápida e constante, e novas obras são erguidas todos os dias. Com isso, arquiteturas de 40 ou 50 anos atrás, bens que antes eram considerados duráveis, passam a perder seu valor rapidamente, criando-se uma necessidade de seduzir os habitantes, alterando-se para acompanhar as transformações da cidade. O fluxo de imagens, a velocidade de informações e os excessos constantes colaboram para que, cada vez mais, se tenha buscado uma experiência superficial ao intervir em edificações consideradas “ultrapassadas”.

A lógica do consumo se reflete hoje na projeção das cidades e as transforma, já que seus habitantes exigem novos padrões de ambiente urbano que acompanhem seu estilo de vida, ou estilos de vida considerando que as identidades hoje são flutuantes e as culturas híbridas. Assim como a moda exige uma atualização constante e uma multiplicidade de referências interrelacionadas, da mesma forma será exigido da cidade, que se torne o palco onde a personalidade, a identidade e o estilo de vida de seu habitante possa ser apresentado (RIBEIRO, 2010, p.7)

Para Torrent (2015, p.68), “a aparente contradição entre as formas originais e a criatividade contemporânea – geralmente em jogo em projetos relativos ao patrimônio antigo e à intervenção atual – não surge com a mesma intensidade

no que se refere à arquitetura moderna” (tradução nossa). O autor defende que o conflito entre o existente e o novo, que se mostra já bastante claro e definido em casos de intervenções em construções mais antigas, adquire dimensão mais complexa quando se trata da arquitetura moderna. Considerando-se que a criatividade era um imperativo para os arquitetos modernos, as propostas para intervir na arquitetura do período esbarrarão na qualidade de sua proposta inicial. Dessa forma, o estudioso reconhece que os arquitetos contemporâneos necessitam ser tão criativos quanto aqueles do modernismo, para que consigam manter seu significado original e respeitar sua dimensão material.

Portanto, ao intervir em edificações modernas, o cuidado dos arquitetos com a adição de novos elementos deve ser meticuloso e inventivo, buscando o respeito às preexistências e a continuidade das formas, sem, no entanto, gerar qualquer dúvida concernente à sua autenticidade, por meio da clara diferenciação plástica.

Não se pretende, com essa análise, o julgamento sobre a viabilidade das modificações empreendidas, mas sim objetiva utilizá-la como estudo de caso a fim de demonstrar, em um caso concreto, diretrizes e alternativas que podem ser utilizadas quando se pretende intervir em edifícios da modernidade arquitetônica, como forma de promover sua permanência por meio do reuso e da adaptação funcional.

Diante do estudo dos projetos de intervenção das três edificações, observa-se, de forma clara, que o projeto de reutilização do Lord Hotel demonstra um respeito maior com o edifício original do que nas reformas realizadas nos outros dois exemplares em análise. Isso se deve, sobretudo, a dois fatores: primeiramente, o maior distanciamento temporal de sua época de construção, o que amplia a ideia de patrimônio por parte da comunidade, e, por conseguinte, pela sua proteção legal, que torna imperativa a preservação de sua matéria.

O tombamento é um instrumento que visa a preservação de bens históricos, impedindo sua descaracterização, sendo, normalmente, a primeira ação tomada para viabilizar a conservação de um edifício. Assim, é um ato administrativo que impõe a devida observância e aplicação da legislação específica nas propostas de intervenção em bens patrimoniais. O Lord Hotel, conforme já mencionado, é tombado provisoriamente pela Prefeitura de Fortaleza, o que limitou as alterações que poderiam ser propostas no espaço, reclamando por um maior respeito às preexistências da construção.

Já os outros dois edifícios, por não terem passado por nenhum processo de tombamento, encontram-se completamente desprotegidos, carecendo de qualquer limitação legal ou diretriz que indique os meios mais adequados para neles intervir sem descaracterizá-los. No Brasil, o tombamento é um instrumento instituído no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, e regulamentado pelo Decreto-Lei nº25 de 1937, que detalha a proteção desses bens, limitando as alterações que neles podem ser empreendidas.

No entanto, o tombamento tem se demonstrado um instrumento insuficiente, uma vez que não é possível – e nem necessário – tomar toda a vasta e diversificada produção do período moderno. Para Lima (2012, p. 40), “a ampliação geográfica, tipológica e dimensional dos bens objetos de novos tombamentos, assim como o uso moderno desses bens, coloca dificuldades na sua gestão patrimonial”.

O que se observa, ao analisar a legislação infraconstitucional referente ao patrimônio, é que esta ainda se mostra insuficiente para a efetiva gestão da proteção dos bens culturais, devido a incongruências, superposições e vazios normativos com relação à Constituição Federal. Ademais, a ausência de um documento único que reúna e organize a legislação relativa ao patrimônio prejudica a aplicação jurídica das leis e regulamentações existentes.

Com isso, o tombamento, apesar de ser o principal instrumento legal de proteção de bens históricos no nosso país, acaba por não produzir os resultados práticos esperados. Isso acontece, principalmente, por ser considerado por grande parte da população um instrumento demasiadamente restritivo, que impõe muitas obrigações aos proprietários, e acaba sendo recebido de uma forma negativa por eles. Devido ao desconhecimento por parte da sociedade, a medida, que representa a concretização do interesse público sobre o particular, acaba sendo visto como um instrumento impositivo por meio do Estado.

Compreende-se que as discussões acerca das intervenções em edificações modernas, assim como sua assimilação como patrimônio a ser preservado, são agendas recentes e ainda não suficientemente difundidas entre a população e nem mesmo entre os profissionais de arquitetura. Diante da recorrência de reformas por demais invasivas e desrespeitosas que vêm sendo observadas nas construções do período moderno, aponta-se para a necessidade de ampliar o acesso às informações, a fim de formar uma sociedade consciente e participativa, com a devida compreensão de que, como de-

fende Carsalade (2011), a patrimonialidade é, para além do próprio objeto, um ato social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A pesquisa teve como problemática central a gradativa des-caracterização e desaparecimento dos exemplares de hotéis modernos em Fortaleza nas últimas décadas, e buscou, a partir dessa constatação, suscitar discussões sobre alternativas para que essas construções possam continuar fazendo parte do cotidiano da população e manter-se preservadas. A partir daí, tomou-se a questão do reuso como um fio condutor para o trabalho, demonstrando que atribuir novos usos a edifícios obsoletos pode ser uma estratégia para sua permanência na cidade atual.

Durante a apreensão do estado da arte sobre a arquitetura hoteleira, constatou-se uma lacuna que passou a ser a principal inquietação que suscitou o presente estudo: como podemos agir, enquanto arquitetos e urbanistas, para que os exemplares de hotéis modernos sejam preservados nos dias atuais? Os estudos encontrados acerca da produção de hotéis têm se concentrado em analisar suas características, comparando-os, categorizando-os e documentando-os, mas não têm avançado no sentido de promover uma discussão sobre a sua conservação patrimonial enquanto objetos de importante valor histórico e cultural.

Dessa forma, tomou-se como objetivo principal da pesquisa discutir o reuso como estratégia de conservação da arquitetura hoteleira, enfocando e analisando as intervenções nos hotéis característicos da modernidade arquitetônica em Fortaleza, entre as décadas de 1950 e 1980.

Ademais, foi desenvolvido um panorama histórico e uma periodização desde o surgimento dos primeiros hotéis, no século XIX, até o final do século XX, relacionando-os aos aspectos econômicos, políticos, culturais e urbanísticos observados no período em questão. Nesse cenário, foram brevemente descritos o processo de descentralização da cidade de Fortaleza e o conseqüente deslocamento dos hotéis, relacionando-o às mudanças dos interesses turísticos e das práticas de viagens vigentes, além de identificados os agentes

envolvidos na consolidação das práticas de turismo de sol e mar em Fortaleza.

Foram também reunidas fotografias, desenhos, projetos e informações relevantes dos principais exemplares da hotelaria no contexto da modernidade, possibilitando realizar um inventário dessas construções. Para os três exemplares de hotéis escolhidos para a análise mais detalhada, foram produzidos modelos 3d, tanto de suas versões originais, como dos projetos de reforma.

Por meio da metodologia adotada, baseada em revisões bibliográficas, pesquisas de campo, entrevistas e levantamentos, foi possível identificar três relevantes períodos da produção hoteleira em Fortaleza como distintas expressões da modernidade, sistematizados como os hotéis ecléticos, os hotéis modernistas e os hotéis modernos.

A relevância dos hotéis ecléticos para o presente estudo reside em suas características que já demonstravam um anúncio da modernidade nas três primeiras décadas do século XX. Esses exemplares fizeram parte das dinâmicas de modernização da capital, e também do desenvolvimento das atividades de comércio e serviços, na medida em que amparavam as novas práticas de viagem, oferecendo hospedagens com mais conforto que as anteriores. Dois desses edifícios, o Palace Hotel e o Hotel Brasil, foram exemplos de reuso de edifícios concebidos inicialmente para outro fim, e apenas o Hotel Excelsior foi construído para a atividade hoteleira. A modernidade desses edifícios se traduz no início de uma certa verticalização, bem como na maior preocupação com a higiene e a salubridade dos ambientes, possibilitada pelo avanço das técnicas de construção e da chegada na cidade de água canalizada e rede de esgotos.

Os dois períodos seguintes fazem parte da modernidade arquitetônica e foram explanados no segundo capítulo. Os exemplares modernistas da década de 1950 são relatos de uma fase de transição entre o Ecletismo e o Movimento Moderno, uma vez que faziam ainda referência às composições alinhadas ao sistema Beaux-Arts – por meio de simetrias e composições volumétricas – ao mesmo tempo em que se utilizavam do concreto armado para solucionar novos programas que se fizeram imperativos com as novas necessidades sociais. Nessa fase, a modernidade é demonstrada por meio do avanço da engenharia, da indústria, da economia e dos costumes da sociedade, que proporcionaram tanto uma maior verticalização das construções, como uma maior flexibilidade em seus espaços, por meio da separação entre

estrutura em concreto armado e alvenarias - ainda que as dimensões dos vãos estruturais fossem bastante limitadas. A produção do período, nesse estudo considerada como protomoderna, foi bem aceita em Fortaleza e, devido a isso, foi amplamente utilizada, principalmente em edifícios públicos.

Os hotéis modernos, por sua vez, expressam a assimilação e práticas da modernidade arquitetônica em Fortaleza por meio da adesão aos cânones do Movimento Moderno que se difundia em todo o Brasil e no mundo. Construídos entre as décadas de 1960 e 1980, esses hotéis são um importante relato da efetivação da faixa de praia como zona de especial interesse turístico, tendo em vista a recorrente implantação dessas edificações na avenida Beira-Mar. Observa-se, nessa fase, a ampliação programática das edificações hoteleiras, que passaram a oferecer não apenas instalações de hospedagens, mas bares, restaurantes, amplas áreas de lazer e locais para eventos. Ademais, a forma moderna de projetar se traduz na maior preocupação com questões de conforto ambiental, esquadrias mais expressivas, formas mais simplificadas, e o avanço da engenharia e da tecnologia são demonstrados por meio do alcance de maiores vãos nas estruturas em concreto armado e maior gabarito das construções, que expressam um maior domínio sobre essa técnica construtiva. Ademais, trata-se de uma linguagem erudita, abstrata e tributária das vanguardas arquitetônicas.

Uma vez compreendidos os processos de desenvolvimento da hotelaria em Fortaleza no contexto das mudanças na sociedade com a chegada da modernidade, o estudo adentra nas questões das teorias do patrimônio como forma de embasamento teórico e crítico às questões de reuso das edificações estudadas. Aplicando-se o estudo às análises empreendidas nos três exemplares hoteleiros no último capítulo, por meio da comparação entre seus projetos originais e seus projetos de intervenção, algumas conclusões puderam ser consideradas.

Para sintetizar os resultados obtidos, que foram discorridos no capítulo anterior, podemos avaliar os processos de transfiguração e/ou conservação dessas obras a partir de três valores aqui estabelecidos: o valor de função, o valor de uso, e o valor de preservação.

O **valor de função** reside em avaliar a adequabilidade do edifício original à sua função atual ou proposta, em seus aspectos formais e estruturais inerentes a cada um. Com relação a esse aspecto, pode-se afirmar que as três funções

escolhidas para os exemplares em estudo estão, sim, alinhadas ao que a edificação poderia suportar. Conforme já afirmado, os usos institucional, empresarial e de hospedagem são facilmente adaptáveis à estrutura de células individuais, que são a base da tipologia hoteleira.

O **valor de uso** por sua vez, diferentemente do primeiro, avalia a adequação do novo uso não ao edifício em si, mas à sua utilidade para a sociedade, com base em sua localização e inserção na capital cearense à época em que foram empreendidas as alterações. Nesse sentido, pode-se afirmar também que as funções escolhidas foram adequadas a cada um dos edifícios: a função institucional para aquele localizado no Centro, a função empresarial para o exemplar construído na Aldeota, e a permanência da função hoteleira para aquele localizado na avenida Beira Mar, ainda amplamente procurada por turistas.

Por último, deve-se chamar atenção para o **valor de preservação**, tendo como base as teorias patrimoniais e sua aplicação à arquitetura moderna. Diante do que foi percorrido no último capítulo, pode-se afirmar que nenhuma das análises foi completamente satisfatória à preservação dos edifícios, no entanto, percebeu-se um maior respeito na intervenção do Lord Hotel, conforme explanado.

Esse fato foi atribuído a dois motivos: o primeiro, por ser o Lord Hotel o mais antigo dos três exemplares, tendo esse maior distanciamento temporal contribuído para seu reconhecimento como bem histórico, e o segundo, por ser um bem tombado, proteção que limita as intervenções, afim de salvaguardar suas características originais.

Os outros dois hotéis, mais recentes e não tombados, por sua vez, encontram-se completamente desprotegidos, sem nenhuma restrição que delimite alterações em sua matéria e, por isso, os projetos de reforma foram mais invasivos à sua autenticidade. Assim como eles, grande parte da vasta e diversificada produção moderna, pela dificuldade que encontra em seu reconhecimento patrimonial pela população e pelas autoridades, encontra-se hoje completamente livre de qualquer proteção que garanta sua permanência.

Nesse sentido, o tombamento se mostra um instrumento insuficiente para garantir a permanência da numerosa quantidade de construções, tendo em vista que não seria possível uma proteção tão efetiva sobre todas as obras do período. A produção arquitetônica moderna exige debates e a implementação de medidas sobre intervenções de requalificação

e reuso que possibilitem sua conservação, como alternativa a modos de proteção mais limitadores, apenas dessa maneira poderiam ser mantidas as características desse acervo, mesmo em edifícios que não possuam valor de obra de arte.

Ainda que se tivesse no país uma ação de tombamento que não necessitasse do apoio popular, seria ainda de extrema importância a conscientização dos cidadãos sobre os valores de diversas expressões da modernidade arquitetônica e de sua existência na contemporaneidade, pois essa é a maneira mais efetiva de sensibilizar um apoio político à conservação dessas construções.

No caso especial da arquitetura moderna, aponta-se para a necessidade da expansão do conceito de patrimônio, conferindo a devida atenção aos edifícios que estão à volta, que fazem parte do cotidiano, e não apenas monumentos emblemáticos. Nesse sentido, a conservação e as práticas de intervenção para reuso nessas construções se mostram de certa forma complexas, tanto pelas dificuldades encontradas no seu reconhecimento, como pelos desafios de projeto e de técnicas necessárias para responder às suas idiossincrasias materiais e imateriais. Todavia, a complexidade do processo não pode servir de motivo para o abandono dessas obras. Deve-se também ressaltar que sua condição de patrimônio recente nos permite uma maior capacidade de entendimento do objeto, constituindo-se em um potencial para chegar às adequadas decisões.

A relevância dos debates é indiscutível, na medida em que advertem para uma urgência diante da vulnerabilidade em que se encontram esses edifícios. As discussões aqui suscitadas apontam para outros questionamentos, como, por exemplo: qual a contribuição social e cultural do patrimônio construído moderno e por que sua permanência é necessária na contemporaneidade? Que ideais e preceitos do movimento moderno devem ainda ser realçados na atualidade? Podemos negligenciar esses ideais unicamente por lidarmos com edifícios do cotidiano, sem um valor artístico excepcional? Ao buscar as respostas para essas perguntas, certamente haverá uma maior aproximação a práticas adequadas e necessárias para intervir e garantir a permanência da rica produção arquitetônica moderna que faz parte do nosso cotidiano.

Gradativamente, nos últimos anos, vem sendo ampliado o conceito do que é considerado patrimônio cultural, no entanto, os mecanismos utilizados para viabilizar a sua permanência e conservação não têm, no Brasil, acompanhado

esse crescimento. É imperativa a necessidade de se desenvolver meios, além do tombamento, que possam auxiliar e viabilizar a proteção da vasta diversidade de bens de valor histórico e cultural existentes, ampliando também as medidas protetivas que possam identificar, reconhecer e direcionar a conservação de tal patrimônio.

Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de estabelecer instrumentos auxiliares e alternativas políticas que possam direcionar as intervenções em bens de valor histórico, mas que não são considerados excepcionais. Alguns países que possuem sistemas de proteção mais avançados têm caminhado no sentido de desenvolver ferramentas legais para promover a preservação sem a necessidade do tombamento. A conservação sem o tombamento vem sendo uma prática cada vez mais buscada na Europa, em países como França, Inglaterra e Itália.

Se a sociedade, que está em constante mudança, passou a ter novas exigências e necessidades em sua vivência, por que a disciplina do patrimônio material, no Brasil, continua adotando práticas anacrônicas? É necessária a identificação dos atuais problemas que se colocam à frente da conservação dos bens de valor histórico e cultural, para que se possa pensar em soluções mais efetivas e adequadas ao momento em que vivemos e às atuais necessidades. Nesse sentido, a elaboração de documentos que identifiquem e que expliquem os valores e os elementos fundamentais dos bens patrimoniais pode ser uma medida que auxilie não apenas no monitoramento e direcionamento das intervenções, como na educação patrimonial das atuais e futuras gerações.

Sobre a educação patrimonial, pode-se dizer que o problema da descaracterização dos edifícios modernos reside também na falta de informação por parte da população, que é a principal guardiã do patrimônio, seja ele material ou imaterial. O desconhecimento da importância dessas construções tem feito com que, em grande parte das situações, os seus proprietários fossem os principais responsáveis pelas descaracterizações, empreendendo reparos e reformas indiscriminadas, que acabam por prejudicar a conservação do edifício. Nesse sentido, pode-se destacar o exemplo do Inventário Geral Francês, que prioriza dar aos proprietários conhecimento e participação nos processos, em detrimento do caráter mais restritivo do tombamento.

Nesse sentido, deve-se chamar atenção para a necessidade de promover a educação patrimonial dos cidadãos. Como a relevância histórica e cultural de grande parte dos edifícios

modernos ainda não é bem compreendida pela sociedade em geral, as incertezas acabam refletidas nas operações de intervenção, que são empreendidas de forma errônea na maior parte das vezes. Para Lira (2015, p.34), “o único caminho para despertar nas pessoas a consciência da importância de preservar os edifícios modernos é por meio de programas de educação e divulgação de suas características e de seus significados”.

Assim, práticas como a inserção do tema do patrimônio histórico e cultural nos currículos escolares, bem como a capacitação do corpo docente, e a promoção de debates e eventos para a população seriam medidas importantes para alcançar uma educação patrimonial mais massiva e eficaz. A educação cidadã é o primeiro passo para despertar o senso de coletividade e de pertencimento, essenciais para o respeito com o patrimônio histórico, que passa a adquirir legitimidade social.

Outras questões apontam também para a formação dos profissionais que devem atuar nos projetos de intervenção. Conforme defendem Moniz, Canziani e Quiroga (2019, p. 63), o ambiente construído do século passado será cada vez mais o campo da prática dos arquitetos contemporâneos, entretanto, o ensino é ainda deficiente no que tange a projetos de reutilização. Deve-se buscar, cada vez mais, nas escolas de arquitetura, a afirmação da ideia de que o projeto arquitetônico e o campo patrimonial não são opostos e muito menos excludentes, mas sim que devem caminhar juntos em prol de um bem maior: a memória coletiva de uma sociedade.

Ademais, faz-se urgente a implantação de políticas efetivas de proteção e intervenção na arquitetura moderna em sua amplitude e diversidade, agindo preventivamente, considerando o reuso como uma busca pela adaptação e permanência desses edifícios na sociedade atual, não deixando de lado a importância de se prezar pela autenticidade dos bens modificados. Sobre o reuso, Feiber e Feiber (2012, p.63) defendem: “Consideramos esta postura sadia pelo próprio fato de entendermos que estas obras podem ainda servir às demandas contemporâneas se trabalhadas por meio de condutas éticas de respeito à sua história e seus significados advindos de um passado recente”.

Por fim, cumpre necessária a menção à participação dos agentes produtores do espaço urbano nesse processo de salvaguarda dos edifícios modernos como ponto crucial para que o debate teórico seja posto em prática nas ações de desenvolvimento urbano. Entende-se que a cidade está

em constante movimento e em busca de atualização, mas será que não é possível conciliar esses objetivos com os de proteção ao patrimônio moderno, tornando essas construções aliadas ao desenvolvimento cultural e econômico? É necessário extrapolar o campo da própria Arquitetura e Urbanismo e pensar o patrimônio construído como parte das estratégias urbanas de gestão, como espaços a serem apropriados pela sociedade, caso contrário, far-se-á um urbanismo que, ao invés de atenuar, acentuará as discontinuidades espaciais e socioculturais nas cidades contemporâneas.

No decorrer do trabalho, algumas circunstâncias acabaram tornando-se desafios ao desenvolvimento da pesquisa. Para além de questões pessoais, o acontecimento de maior impacto na dissertação foi a pandemia do coronavírus, que se iniciou em março de 2020, apenas sete meses após o início das aulas do programa de mestrado. Esse imprevisto repercutiu em quatro meses de atividades suspensas no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, e, mesmo após o retorno de forma remota, tornaram-se inviáveis os acessos a bibliotecas, pesquisas de campos e entrevistas.

Esse contratempo implicou em uma reconfiguração da pesquisa, fazendo com que fossem utilizadas formas alternativas de dar andamento ao estudo, por meio do máximo aproveitamento do material encontrado na internet, em arquivos pessoais disponibilizados e também via contatos por e-mail e ligações telefônicas.

Uma outra dificuldade encontrada no pleno desenvolvimento da pesquisa consiste em terem sido escolhidos edifícios privados para esse estudo, assim, não foi possível o fornecimento de informações mais detalhadas sobre alguns dos edifícios. No caso do Lord Hotel, devido ao projeto ainda não estar completamente aprovado na Prefeitura, os dados do mesmo ainda não tornaram-se públicos, tendo sido autorizado o uso das plantas, mas sem as completas informações de todos os espaços.

Apesar de ter encontrado alguns percalços à sua execução, considera-se que a pesquisa alcançou seus objetivos iniciais. Assim, o presente trabalho constitui uma contribuição para a historiografia da arquitetura da modernidade em Fortaleza, por meio da revisão bibliográfica empreendida e da documentação e inventário de cada uma das edificações escolhidas, assim como pela abordagem de questões interdisciplinares que permeiam os campos de estudo da arquitetura, da história, da geografia, dentre outros.

Para o estudo do turismo, a dissertação contribui ao traçar um panorama do surgimento da hotelaria e, posteriormente, da atividade turística na cidade de Fortaleza, além de demonstrar as alterações pela qual o turismo passou ao longo do tempo, correlacionando essas mudanças com questões socioculturais, econômicas e políticas, e destacando os agentes que colaboraram e direcionaram esse processo.

É também significativa a contribuição da pesquisa para o campo do patrimônio por meio das discussões suscitadas acerca do reuso em construções de valor histórico, assim como em torno da aplicação das teorias da conservação existentes a edifícios da modernidade, fortalecendo, assim, os debates acerca do tema, que têm sido cada vez mais frequentes, devido à imperatividade de resguardar essas construções de seu desaparecimento ou de sua desfiguração.

Ademais, a pesquisa também contribui para a documentação de edifícios de valor patrimonial em Fortaleza, por meio de sua remodelação em softwares que permitem sua visualização em plantas e 3d, constituindo-se, assim como as fotografias, em importantes relatos dos seus projetos originais.

Para além do objeto de estudo, a partir da pesquisa, outros projetos de reuso podem também ser investigados sob outros pontos de vista, outros recortes temporais e/ou espaciais e outros objetos de estudo. A metodologia de análise desenvolvida pode servir como base e ser aplicada por arquitetos e pesquisadores que desejem se debruçar sobre as questões do reuso em edificações históricas.

Diante do exposto, é mister reafirmar que o presente estudo não pretende julgar os projetos analisados, nem tampouco propor recomendações e métodos específicos para intervir em hotéis modernos, mas sim utilizar-se dessas análises para ampliar as discussões no campo da preservação e na aplicação das teorias em exemplos concretos e existentes. Dessa maneira, apesar de ter-se empreendido uma análise de caráter teórico, o foco do estudo deve ser a repercussão formal das discussões nos projetos de reuso, contribuindo, na prática, para a permanência dessas edificações. Assim, a presente pesquisa se propõe a servir como base tanto para futuros estudos que desejem se aprofundar no tema, como para subsidiar escolhas mais alinhadas à preservação de exemplares modernos em projetos de intervenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALLAN, John. Points of balance: patterns of practice in the conservation of modern architecture. In: MACDONALD, Susan; NORMANDIN, Kyle; KINDRED, Bob (Ed.). Conservation of modern architecture. Shaftesbury: Donhead, 2007, p. 13-46.

ALVAREZ, Carmem. Um ícone reaproveitado: o Hotel Jaraguá em São Paulo. São Paulo, dissertação de mestrado, Universidade Mackenzie, 1999.

ALVAREZ Carmen; CAMPOS, Candido Malta. Um ícone reaproveitado: o Hotel Jaraguá em São Paulo. In: Anais do 7º seminário docomomo brasil. 2007, Porto Alegre.

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. Obituário arquitetônico. Pernambuco modernista. Recife, Editora UFPE, 2007.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo. Reúso apropriado e preservação da espacialidade: notas para uma teoria do projeto sobre o patrimônio edificado. 2015.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de (2012b). Arquitetura Moderna na Bahia, 1947-1951: Uma história a contrapelo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Diógenes Rebouças: multiplicidade e diversidade na produção de um arquiteto baiano. In: Anais do Seminário Latino-Americano Arquitetura & Documentação. Belo Horizonte: EA-UMFG, 2008 (CD-Rom).

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Arquitetura Moderna e Reciclagem do Patrimônio Edificado: a contribuição baiana de Diógenes Rebouças. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 7. Anais... Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2007 (CD-Rom).

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira (2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho (B1). Revista Mal-Estar e Subjetividade. v.7, n. 2, p. 232-240.

ARAÚJO, Cristina Pereira de. Arquitetura hoteleira: meio, fim ou imagem?. In: Heliana Comin Vargas; Ricardo Alexandre Paiva. (Org.). Turismo, arquitetura e cidade. 1ed. Barueri: Manole, 2016, v. , p. 389-420.

ARCHITECTUS. Memorial Descritivo: reforma do Lord Hotel (Câmara dos Vereadores de Fortaleza). Fortaleza, 2019.

ARGAN, Giulio Carlo. Sobre a tipologia em Arquitetura. In: NESBITT, K. (Org.). Uma nova agenda para a arquitetura. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 267-273.

BARBOSA, Renata Horn. Fortaleza: arquitetura e cidade no final do século XX. 2006. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. CENTRO DE FORTALEZA: reabilitação urbana para quem? (Fortaleza downtown: urban rehabilitation for whom?). Mercator, Fortaleza, v. 4, n. 7, nov. 2008. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/109>>. Acessado em: 03 dec. 2019.

BONAMETTI, João Henrique. A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira. Revista científica/FAP, 2006.

BORGES, Marília Santana. Quarteirão sucesso da Cidade: o art d'eco e as transformações arquitetônicas na Fortaleza de 1930 e 1940. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Choses dites. Paris: Minuit, 1987.

BRAGA, Bruno Melo. Flexibilidade e permanência: os edifícios públicos modernos de Fortaleza. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. Trad. Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BURKE, Peter. A Escrita da História - Novas Perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CAPELO FILHO, José e SARMIENTO, Lidia. Guia Arquitetônico: Fortaleza – Centro. Fortaleza: Oficina de Projetos, 2006.

CARBONARA, Giovanni. Avvicinamento al restauro. Napoli: Liguori, 1997.

CARMO, Isabel Paz Sales Ximenes; MAIA, Natália Mendes. A distância entre nós dois: história do Mercado de Ferro em Fortaleza. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

CARSALADE, Flávio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. Arqtextos, São Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura Eclética no Ceará. In: FABRIS, Annateresa (org). Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel, 1987.

CASTRO, Jose Liberal de. Sylvio Jaguaribe Ekman e a arquitetura da sede do Ideal Clube. Revista do Instituto do Ceara. Fortaleza , v.2, p.27-72, 1998. CASTRO, Jose Liberal de. O Cinema Diogo e a cidade. Fortaleza: sem editora, 1997.

- CAVALCANTE, Márcia Gadelha. Os edifícios de apartamentos em Fortaleza (1935-1986): dos conceitos universais aos exemplos singulares. 2015. 842 f. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- CAVALCANTI, Lauro (Org.). Quando o Brasil era moderno: Guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- CURTIS, William J. R. Arquitetura moderna desde 1900. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza. E-book. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. (Estudos da Pós-Graduação).
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da Imagem Turística de Fortaleza/Ceará. In: Mercator – Revista da Geografia da UFC. Fortaleza, ano 01, número 01, 2002. P. 53-59.
- DE CASTRO FARIAS, Fernanda; TINEM, Nelci. As expressões da modernidade no Brasil: o lugar do art déco. In: 13º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2019, Salvador.
- DE JONGE, Wessel. Early modern architecture: how to prolong a limited life-span? In: SLATON, Deborah; SHIFFER, Rebecca (Ed.). Preserving the recent past. Washington, D.C.: Historic Oreservation Education Foundation, 1995, p. iv-3, iv-9.
- DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. A centralidade da Aldeota como expressão da dinâmica intraurbana de Fortaleza. Dissertação (Mestrado). FAUUSP, São Paulo, 2005.
- DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; PAIVA, Ricardo Alexandre. Arquitetura e cidade: A Fortaleza dos anos 1950-1970. In: Anuário de Arquitetura Cearense/IAB/Ce. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.
- DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira; PAIVA, Ricardo Alexandre. Turismo e Urbanização: Dinâmica Socioespacial no Litoral Leste da Região Metropolitana de Fortaleza. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 6, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPTUR, 2009. p. 1-12.
- DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Arquitetura e estrutura: o uso do concreto armado em Fortaleza. Fortaleza: SECULT/CE, 2010.
- DIÓGENES, Beatriz H. N.; CAVALCANTE, Márcia G.; VASCONCELOS, Tania de F. A arquitetura de interiores em hotéis modernos de Fortaleza: a contribuição da arquiteta Janete Costa. In: Anais do 14º Seminário Docomomo Brasil. 2021, Belém.
- DUARTE, S. R.; VASCONCELOS, E. A. R. Ascensão e declínio da hotelaria do centro de Fortaleza. Revista Hospitalidade, v. 13, n. 1, p. 29-47, 2006.
- FABRIS, A. A crítica modernista à cultura do ecletismo. Revista Italianística, ano III, n.3, p. 73-84, 1995.

FARIAS, Fernanda de Castro. Cidade em expansão, arquitetura em transformação: o Art Déco na João Pessoa de 1932-1955. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FEATHERSTONE, Mike. Cultura de consumo e pós-modernismo. São Paulo:

Studio Nobel, 1995

FEIBER, Silmara Dias; FEIBER, Fulvio Natércio. Atributos da arquitetura moderna: Reflexões sobre autenticidade e preservação. Revista *Thêma et Scientia*, v. 2, n. 2E, p. 58-64, 2012.

FERNANDES, Ana Veronica Cook; BAETA, Rodrigo Espinha. A questão do uso e do reuso em alguns juízos teórico-críticos sobre o restauro. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 246.07, Vitruvius, nov. 2020 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.246/7958>>.

FREITAS, M. A Cidade dos Clubes: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2005.

GIRÃO, Raimundo. Geografia estética de Fortaleza. Fortaleza: BNB, 1985.

GRAEFF, Edgar de Albuquerque. Edifício. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*. São Paulo: Projeto, 1979, v.7.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLANDA, A. K. C. Setor Hoteleiro na Zona de Praia do Meireles. Fortaleza, Ceará, Brasil. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

International Specialist Committees/Registers, *docomomo International*. The Modern Movement and the World Heritage List. Advisory Report to ICOMOS. Zeist, 1997.

IPHAN, *Cartas Patrimoniais*(org) Isabella Curry; Rio de Janeiro: IPHAN, 3ª edição, 2004.

JAMESON, Fredric. *Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JORGE, Liziane de Oliveira. *Estratégias de flexibilidade na arquitetura residencial multifamiliar*. 2012. 511 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2000.

KOOLHAAS, Rem; OTERO-PAILOS, J. (2014) *Preservation is overtaking us*, 1st ed. New York: GSAPP Books.

LEÃO, Silvia Lopes Carneiro. Hotel: origens e formas atuais. O caso de Florianópolis /SC. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

LEITÃO, C. S. Memória do comércio cearense Rio de Janeiro: Senac, 2001.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LEUPEN, Bernard. Frame and generic space: a study into the changeable dwelling proceeding from the permanent. Rotterdam: 010 Publishers, 2006.

LIMA, Jayme Wesley de. O patrimônio histórico modernista: identificação e valoração de edifício não tombado de Brasília: o caso do edifício sede do Banco do Brasil. 195 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LIRA, F. B. Por uma Agenda de Discussões sobre a Conservação da Arquitetura Moderna. I Seminário da Rede Conservação BR. Recife, 2012.

MACDONALD, Susan. 20th century heritage: recognition, protection and practical challenges. In: ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger. Paris: ICOMOS, 2003

MACIEL, Carlos Alberto. Arquitetura como infraestrutura. 2015. 378 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MATOS, Fábio de Oliveira. A cidade de papel: cartografia e fotografia na formação do espaço litorâneo de Fortaleza-Ceará. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

MATOS, Fábio de Oliveira. A cidade e o mar: considerações sobre a memória das relações entre Fortaleza e o ambiente litorâneo. Revista Geografia Ensino & Pesquisa – UFSM, Santa Maria, v. 15, n. 1, p. 71-84, jan./abr. 2011.

MELENHORST, Michel; PROVIDÊNCIA, Paulo; MONIZ, Gonçalo Canto. Pedagogy and Profession. In: MELENHORST, Michel; PROVIDÊNCIA, Paulo; MONIZ, Gonçalo Canto. Revista Joelho nº 9: Reuse of Modernista Buildings. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitetura, 2018. p.5

MINDLIN, Henrique; CAVALCANTI, Lauro (org.). Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN: Aeroplano, 1999.

MIYASAKI, J. S. A Praça do Ferreira em quatro tempos: paisagismo e modernidade em Fortaleza. 2020. 350 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020

MONIZ, Gonçalo Canto; CANZIANI, Andrea; QUIROGA, Carolina. Aprender a Reutilizar a Modernidade: o desafio para o ensino da Arquitetura. In: Risco-Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, v. 17, n. 3, p. 62-83, 2019.

MONIZ, Gonçalo Canto; FIGUEIRA, Jorge. Editor's Note. In: MELENHORST, Michel; PROVIDÊNCIA, Paulo; MONIZ, Gonçalo Canto. Revista Joelho nº 9: Reuse of Modernista Buildings. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitetura, 2018. p.5

MONTEIRO, Ana Carla de Castro Alves. Os hotéis da metrópole: o contexto histórico e urbano da cidade de São Paulo através da produção arquitetônica hoteleira (1940-1960). 2006. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOREIRA, F. D. Os Desafios postos pela Conservação da Arquitetura moderna. Texto para Discussão V. 46; Série 02: Gestão de Restauro. Olinda: CECI, 2011.

MULLINS, P. (1991). Tourism urbanization. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 15, n. 3, pp. 326-342.

MUNIZ, Maria Águeda Pontes Caminha. O Plano Diretor como instrumento de gestão da cidade: o caso da cidade de Fortaleza/CE. 2006. 263 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

PAIVA, Ricardo Alexandre. A Escrita da História da Arquitetura Moderna Brasileira: um palimpsesto. Anais Seminário Latino-Americano Arquitetura & Documentação. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2008.

PAIVA, Ricardo Alexandre. A metrópole híbrida: o papel do turismo no processo de urbanização da região metropolitana de Fortaleza. São Paulo. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.

PAIVA, Ricardo Alexandre. O turismo e as práticas socioespaciais. *Revista Turismo & Desenvolvimento (Online)*, v. 2, p. 1013-1024, 2012.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Urbanização e Políticas de Turismo no Ceará, Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento (Online)*, v. 3, p. 305-318, 2014.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Os Impactos Da 'Urbanização Turística' No Litoral De Fortaleza: Fragmentação E Diferenciação Socioespacial. In: XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo ANPTUR 2014: Transversalidade na qualificação e competitividade em Turismo, 2014, Fortaleza.

PAIVA, Ricardo Alexandre; DIOGENES, B. H. A contribuição de José Liberal de Castro à arquitetura no Ceará. *Arquitextos (São Paulo)*, v. 1, p. 13-154, 2013.

PAIVA, Ricardo Alexandre; DIOGENES, B. H. Caminhos de Arquitetura Moderna em Fortaleza: A contribuição do arquiteto José Armando Farias. In: 5 Seminário DOCOMOMO N/NE - projeto, obra, uso e memória: a intervenção no patrimônio modernista, 2014, Fortaleza.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Eventos e megaeventos: ócio e negócio no turismo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 9, p. 479, 2015.

- PAIVA, Ricardo Alexandre; SOARES, T. S. Notas sobre Turismo e Arquitetura na Região Metropolitana de Fortaleza. In: XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo ANPTUR 2015: Política e Planejamento do Turismo, 2015, Natal: UFRN, 2015.
- PAIVA, Ricardo Alexandre. A Metrópole Híbrida: uma perspectiva histórica da urbanização de Fortaleza. ARQUITEXTOS (SÃO PAULO), v. 17, p. 17.199/6341, 2016
- PAIVA, Ricardo Alexandre; DIOGENES, B. H. Vida e morte do Hotel Esplanada, de Paulo Casé, em Fortaleza. ARQ.URB, v. 1, p. 47-60, 2017.
- PAIVA, Ricardo Alexandre; DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira. O “Grande Hotel” moderno no Brasil e em Portugal. In: Anais 13º Seminário Docomomo_Brasil Arquitetura Moderna Brasileira. 25 anos do Docomomo Brasil. Salvador: Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia, 2019. v. 1. p. 1-19.
- PAIVA, R. A. O hotel na modernidade: metamorfoses de uma tipologia arquitetônica híbrida. Oculum Ensaios, v. 19, e224889, 2022.
- PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (org). Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel, 1987.
- PEREIRA, Francisca Félix. Hotelaria da era antiga aos dias atuais. Revista Eletrônica, 2007.
- PONTE, Rogério Sebastião. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social 1860-1930. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2014.
- PRUDON, Theodore. Great expectations: Woolworth Building (Cass Gilbert) and Lever House (SOM). In: CUNNINGHAM, Allen (Ed.). Modern movement heritage. London: E&FN Spon, 1998. p. 88-95
- RIBEIRO, Fabíola Macêdo. Embalagens perecíveis: a efemeridade do consumo que seduz a arquitetura. In: III Colóquio Internacional de comércio e cidade, 2010, São Paulo. III colóquio Internacional de Comércio e Cidade. São Paulo: FAUUSP, 2010.
- RIEGL, Alois. Il culto moderno dei monumento – Il suo carattere e i suoi inizi. Bologna: Nuova Alfa Editoriale, 1990.
- RODRIGUES, Angela Rosch; CAMARGO, Mônica Junqueira. O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo. Revista CPC (eletrônica), São Paulo, v. n. 10, p. 140-165, maio/out. 2010.
- SAINT, Andrew. Philosophical principles of modern conservation. In: Macdonald, Susan (ED.). Modern Matters. London: Donhead, 1996, p. 15-28.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. Edusp, 2013.
- SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHRAMM, W. Notes on Case Studies of Instructional Media Projets. Working Paper, the Academy of Educational Development, Washington, DC, 1971.

SILVA, Paula. M. Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna. Tese (Doutorado em Arquitetura). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2012.

SILVEIRA NETO, Leovigildo Pedrosa da. Pioneiros da hospitalidade evolução e caracterização dos hotéis de Fortaleza: um estudo compreensivo de 1870 a 1930. 2006. 59f. Monografia (Graduação em Administração – Habilitação em Hotelaria) – Faculdade Integrada do Ceará, Fortaleza, 2006.

SOUSA, Gustavo Maciel. Negociantes, mercadores e caixeiros portugueses no Ceará no século XIX: a formação da comunidade mercantil lusitana de Fortaleza e a provincialização do comércio cearense 1799-1870. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói , 2017.

SOUZA, Marilena Carvalho de. Os hotéis e a cidade: o caso de Fortaleza. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Fortaleza, 2015.

SOLON, Ana Paula Garcia; PEREIRA, Paulo César Xavier. A transformação do espaço nas áreas centrais das grandes cidades e a nova arquitetura hoteleira: o caso dos hotéis Plaza Marabá, Novotel Jaraguá e Normandie Design Hotel, em São Paulo. In: Anais do 7º seminário docomomo brasil. 2007, Porto Alegre.

SOLON, A. P. G.. Breve história dos meios de hospedagem no Brasil e no mundo. In: William Cléber Domingues Silva; Ana Paula Garcia Spolon; Diana Costa de Castro; Frederico G. Serrano Neves Júnior. (Org.). Hotelaria. 2ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011, v. 1, p. 7-33

TIBAU, Roberto. Arquitetura e flexibilidade: sobre os valores formais de uma organização espacial passível de imprevisíveis modificações de programa. 1972. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

TIRELLO, Regina Andrade; BARROS, Mirian. Cruzen. SFEIR, Maira Brançam. Projetos de reabilitação de conjuntos industriais históricos em centros urbanos paulistas: usos possíveis na contracorrente dos “centros culturais”. In: ARQUIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., Salvador, 2013. Anais. Salvador: IAB-Ba e UFBA, 2013. v. 1. p. 1-25.

TORRENT, Horacio. Reuse and transformation of a modern movement masterpiece: UN-CEPAL-ECLAC Building, Santiago de Chile. In: Reuse, Renovation, Restoration. Docomomo Journal 52, Lisbon, 2015.

TSCHUMI, Bernard. Architecture and Disjunction. Cambridge: MIT Press, 1994.

TSCHUMI, Bernard. Architecture and transgression. Oppositions, v. 7, n. 57, 1976.

VARGAS, Heliana Comin; LISBOA, Virgínia Santos (2011). Dinâmica espacial dos grandes eventos no cotidiano da cidade: significados e impactos urbanos. Cadernos metrópole. v. 13, p.145-162.

VARGAS, Heliana Comin, 1996. Turismo Urbano: Uma Nova Indústria Motriz. Boletim de Turismo e Administração Hoteleira, Faculdade Ibero Americana, São Paulo, pp.38-46

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. Studio nobel, 1998.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

WAISMAN, M. O Interior da História: Historiografia Arquitetônica para uso de Latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013

XAVIER, Alberto & LEMOS, Carlos & CORONA, Eduardo. Arquitetura Moderna Paulistana. São Paulo: Pini, 1983.

Links acessados:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/aos-83-anos-hotel-excel-sior-guarda-a-memoria-da-capital-de-outro-tempo-1.1163079>, acessado em 28/09/19 às 15:30.

<https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/#/>, acessado em 28/09/2019 às 18:40.

<http://www.fortalezanobre.com.br/2016/12/excelsior-hotel-85-anos.html>, acessado em 29/09/2019 às 9:30.

<https://www.somosvos.com.br/patrimonio-historico-conheca-mais-sobre-o-predio-da-associacao-comercial-do-ceara/> >> acessado em 6/fev/21

<https://www.somosvos.com.br/patrimonios-historicos-palacete-brasil-a-joia-preservada-da-praca-dos-leoes/> >> acessado em 6/fev/21

ANEXOS



A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza

Fichas catalográficas

OBRA Iracema Plaza Hotel

TIPOLOGIA Mista (hotelaria + habitação + comércio)

ARQUITETO Desconhecido

CONSTRUTORA Imobiliária Pedro Philomeno

DATA 1951

ÁREA DO TERRENO aprox. 2.150m²

LOCALIZAÇÃO Av. Historiador Raimundo Girão, 293 - Praia de Iracema, Fortaleza - CE, 60060-320

SITUAÇÃO



Fonte: Google Earth.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Iracema Plaza Hotel

GABARITO 9 pavimentos

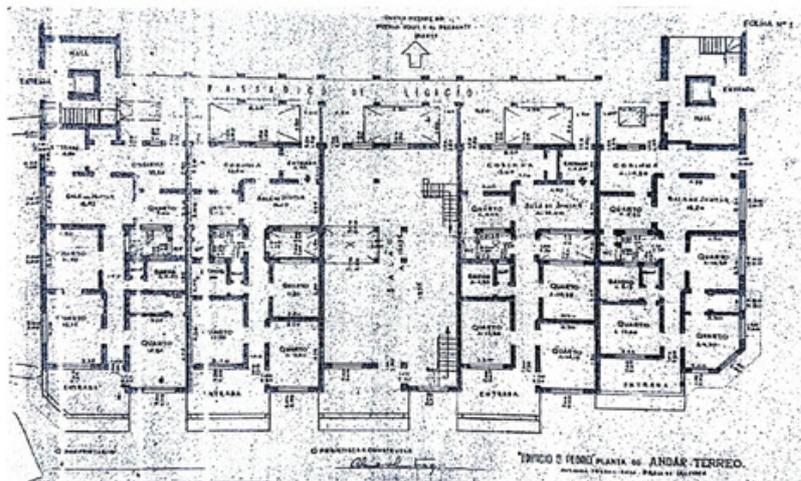
REFORMAS Não possui

DESIGN. ATUAL Edifício São Pedro

FUNÇÃO ATUAL Desativado

TOMBAMENTO Municipal (Provisório)

DESENHOS



Planta pavimento térreo. Fonte: Processo de tombamento nº 12/2006 (TPFOR-004)

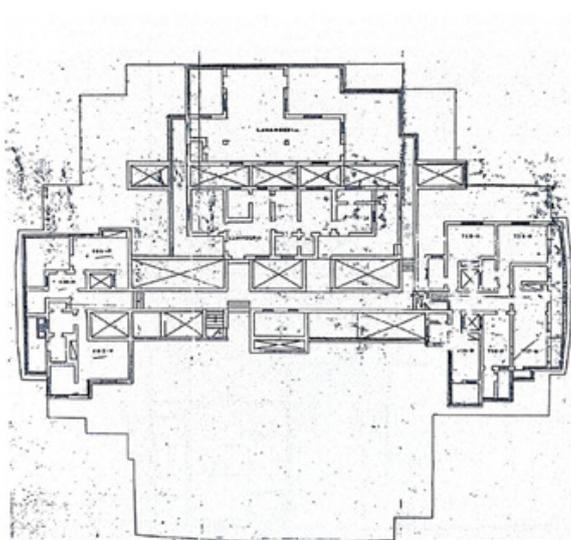
A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza
Fichas catalográficas

OBRA Iracema Plaza Hotel

DESENHOS



Planta 3º pavimento. Fonte: Processo de tombamento nº 12/2006 (TPFOR-004)

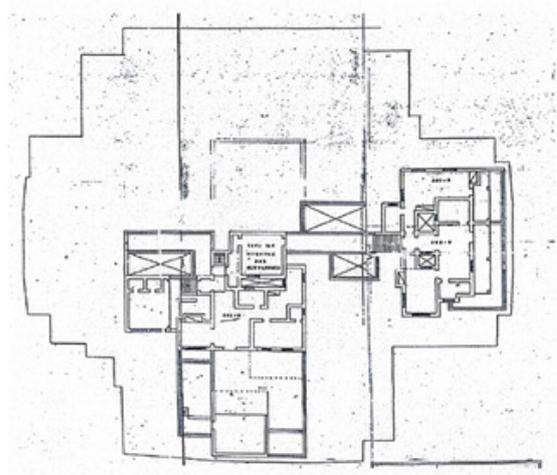


Planta 8º pavimento. Fonte: Processo de tombamento nº 12/2006 (TPFOR-004)

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Iracema Plaza Hotel

DESENHOS



Planta 8º pavimento. Fonte: Processo de tombamento nº 12/2006 (TPFOR-004)

IMAGENS



Iracema Plaza Hotel na década de 1950.
Fonte: Fortaleza Nobre.

4/5

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Iracema Plaza Hotel

IMAGENS



Estado atual de conservação do edifício.
Fonte: Ministério Público do Ceará.



Estado atual de conservação do edifício.
Fonte: Acervo Diário do Nordeste.

5/5

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Lord Hotel

TIPOLOGIA Mista (Hotel + habitação)

ARQUITETO Desconhecido

DATA 1956

ÁREA DO TERRENO aprox. 1600m²

LOCALIZAÇÃO Rua Liberato Barroso, 555 - Centro, Fortaleza - CE, 60030-160

SITUAÇÃO

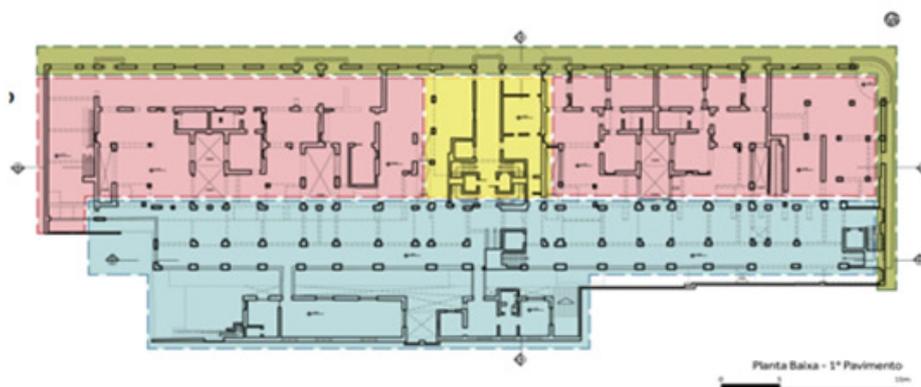


Fonte: Google Earth.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza

Fichas catalográficas

OBRA	Lord Hotel
GABARITO	Lord Hotel - 8 pavimentos; Edifício Philomeno Gomes: 5 pavimentos
REFORMAS	Década de 2000 (recuperação estrutural) Prevista: Câmara Municipal de Fortaleza
DESIGN. ATUAL	Lord Hotel
FUNÇÃO ATUAL	Sem função
TOMBAMENTO	Municipal (provisório)
DESENHOS	



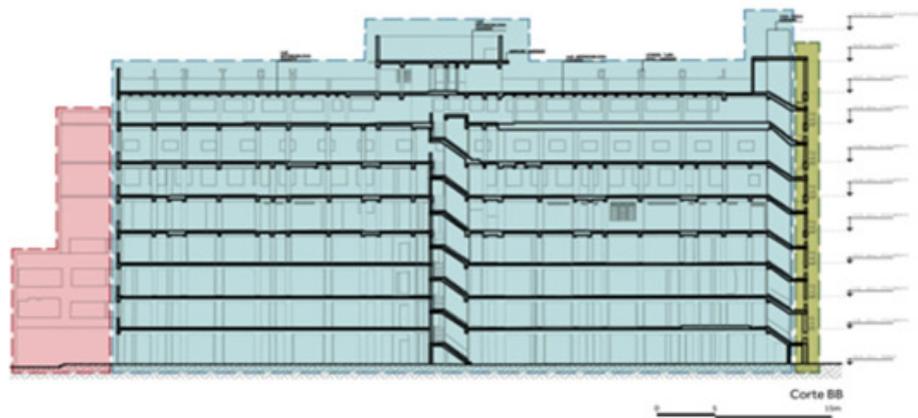
- Legenda:
- Prevista preservação integral da fachada
 - Processo de recuperação estrutural em estado avançado
 - Processo de recuperação estrutural interrompido
 - Área com problemas estruturais graves. Sistema de alvenarias autoportantes comprometido estruturalmente. Nova estrutura de pilares e lajes prevista.

Planta pavimento térreo, destacadas as intervenções previstas em laudo técnico da década de 20000. Fonte: acervo Architectus

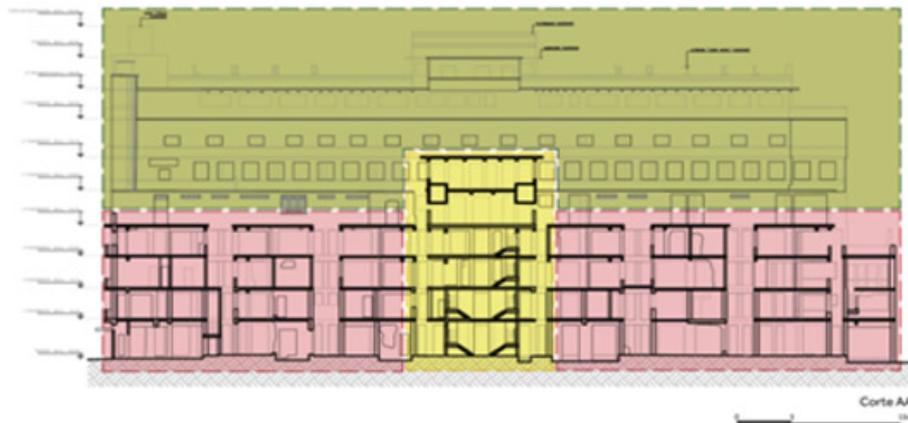
A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Lord Hotel

DESENHOS



Corte longitudinal no edifício do Lord Hotel, destacadas as intervenções previstas em laudo técnico da década de 20000. Fonte: acervo Architectus

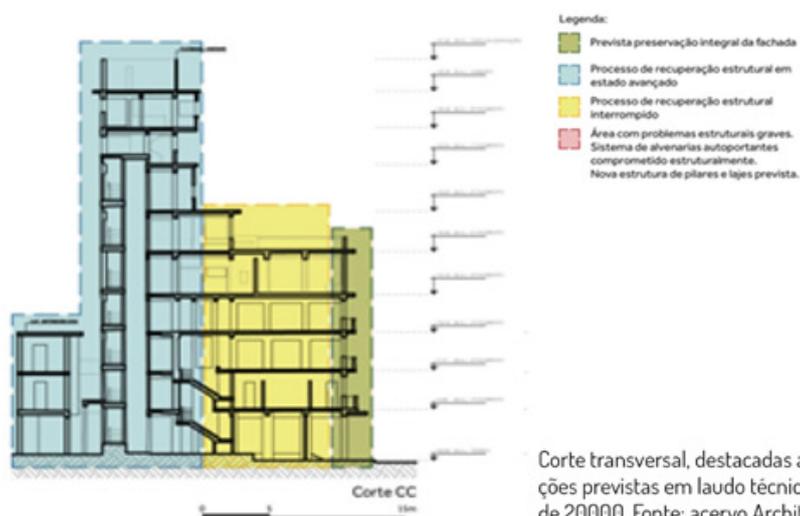


Corte longitudinal no edifício Philomeno Gomes, destacadas as intervenções previstas em laudo técnico da década de 20000. Fonte: acervo Architectus

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Lord Hotel

DESENHOS



Corte transversal, destacadas as intervenções previstas em laudo técnico da década de 20000. Fonte: acervo Architectus

IMAGENS



Foto da década de 1950.
Fonte: Fortaleza em fotos

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Lord Hotel

IMAGENS



Lord Hotel atualmente.
Fonte: Diário do Nordeste.



Projeto Câmara Municipal de Fortaleza.
Fonte: acervo Architectus.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza

Fichas catalográficas

OBRA Hotel Savannah

TIPOLOGIA Hotel

ARQUITETO Desconhecido

DATA 1957

ÁREA DO TERRENO aprox. 800m²

LOCALIZAÇÃO Rua Major Facundo, 403 - Centro, Fortaleza - CE, 60025-100

SITUAÇÃO



Fonte: Google Earth.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Savannah

GABARITO 13 pavimentos

REFORMAS 2016 - reforma interna para abrigar Faculdade Joaquim Nabuco

DESIGN. ATUAL Faculdade Joaquim Nabuco (térreo: Casas Bahia)

FUNÇÃO ATUAL Educacional

TOMBAMENTO Não possui

IMAGENS



Foto da década de 1950.
Fonte: Fortaleza em fotos

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Savannah

DESENHOS



Faculdade Joaquim Nabuco vista da Praça do Ferreira em 2016. Fonte: Acervo Jornal OPovo



Faculdade Joaquim Nabuco. Fonte: <http://www.joaquimnabuco.edu.br/>

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel San Pedro

TIPOLOGIA Hotel

ARQUITETO Desconhecido

DATA 1959

ÁREA DO TERRENO aprox. 600m²

LOCALIZAÇÃO Rua Castro e Silva, 81 - Centro, Fortaleza - CE, 60030-010

SITUAÇÃO

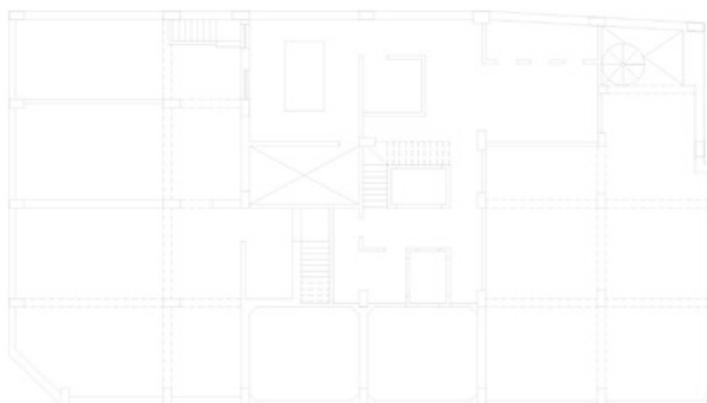


Fonte: Google Earth.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza

Fichas catalográficas

<u>OBRA</u>	Hotel San Pedro
<u>GABARITO</u>	11 pavimentos
<u>REFORMAS</u>	2004-2008: Reforma para abrigar o CREA-CE.
<u>DESIGN. ATUAL</u>	CREA-CE (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará)
<u>FUNÇÃO ATUAL</u>	Institucional
<u>TOMBAMENTO</u>	Não possui
<u>DESENHOS</u>	

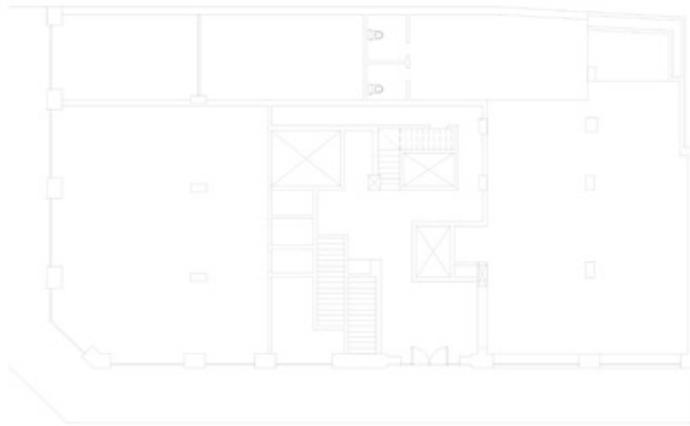


Planta subsolo.
Fonte: Acervo CREA-CE.

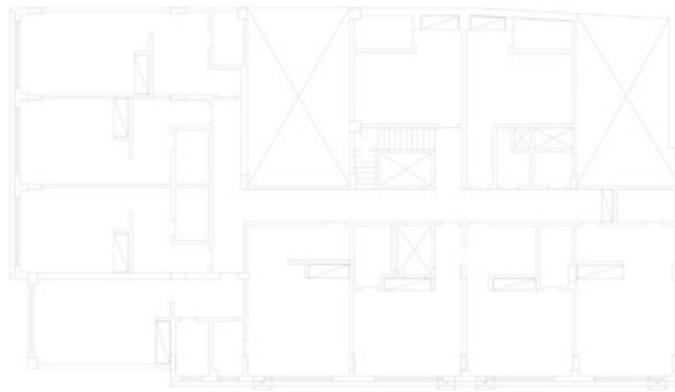
A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel San Pedro

DESENHOS



Planta térreo. Fonte: Acervo CREA-CE.

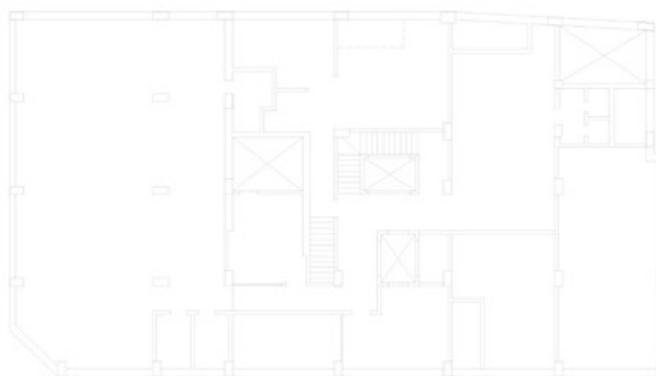


Planta pavimento tipo. Fonte: Acervo CREA-CE.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel San Pedro

DESENHOS



Plantar rooftop. Fonte:
Acervo CREA-CE.

IMAGENS



San Pedro Hotel.
Fonte: <https://www.somosvos.com.br/patrimonios-historicos-edificio-san-pedro-hotel/>

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel San Pedro

IMAGENS



San Pedro Hotel.
Fonte: <https://www.somosvos.com.br/patrimonios-historicos-edificio-san-pedro-hotel/>



CREA-CE.
Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Creace.jpg>

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Imperial Othon Palace

TIPOLOGIA Hotel

ARQUITETO José Armando Farias e Neudson Braga (projeto - 1964)
Acácio Gil Borsoi (retomada das obras - 1977)

DATA 1964-1977

ÁREA DO TERRENO aprox. 7.000m²

LOCALIZAÇÃO Av. Beira Mar, 2500 - Meireles, Fortaleza - CE, 60165-121

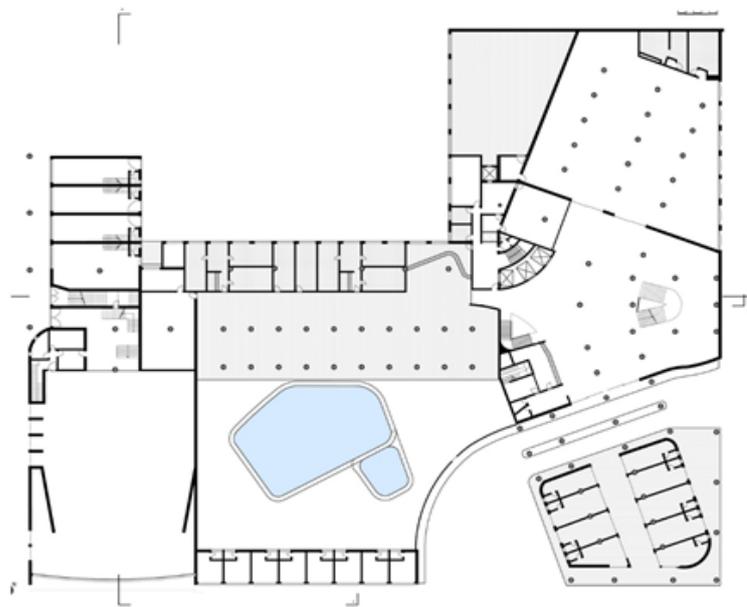
SITUAÇÃO



Fonte: Google Earth.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

<u>OBRA</u>	Imperial Othon Palace
<u>GABARITO</u>	6 pavimentos
<u>REFORMAS</u>	2005 - Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo
<u>DESIGN. ATUAL</u>	Oásis Atlântico Imperial
<u>FUNÇÃO ATUAL</u>	Hotel
<u>TOMBAMENTO</u>	Não possui
<u>DESENHOS</u>	

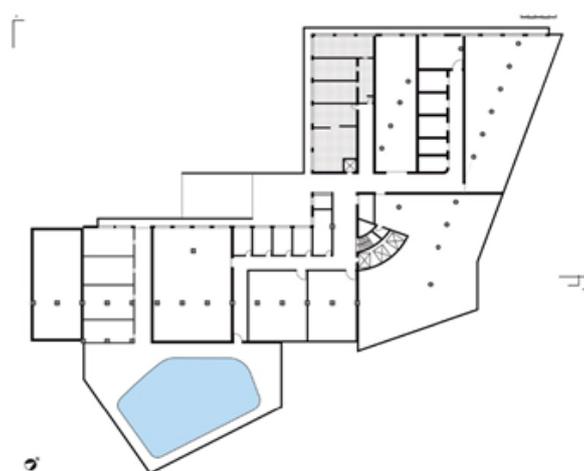


Planta pavimento térreo.
Fonte: acervo LoCAU.

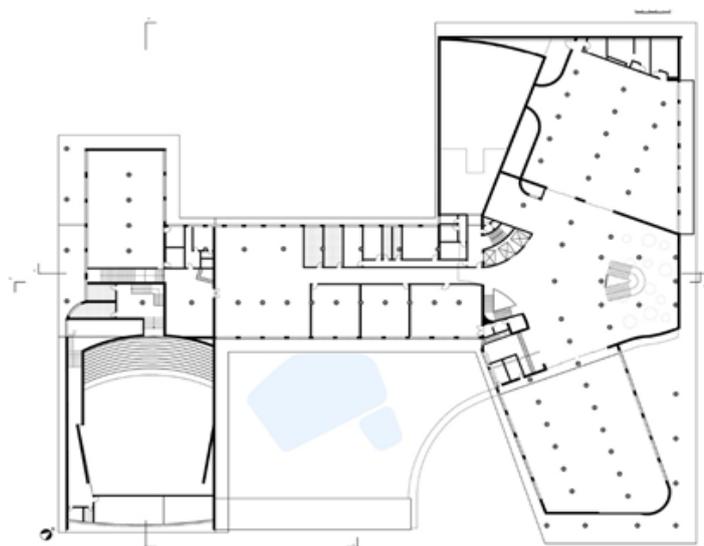
A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Imperial Othon Palace

DESENHOS



Planta subsolo.
Fonte: acervo LoCAU

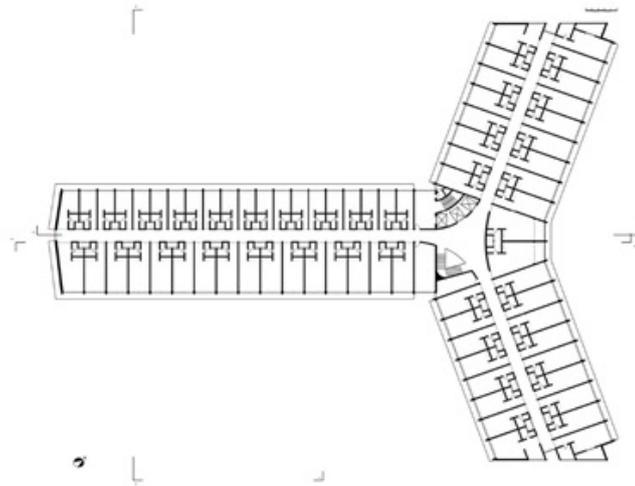


Planta pavimento
intermediário. Fonte:
acervo LoCAU

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Imperial Othon Palace

DESENHOS



Planta pavimento tipo.
Fonte: acervo LoCAU.

IMAGENS



Imperial Othon Palace,
1979. Fonte: SOUZA,
2014.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Imperial Othon Palace

IMAGENS



Projeto de reforma.
Fonte: acervo LoCAU.



Oásis Atlântico Imperial.
Fonte: acervo LoCAU.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Beira Mar

TIPOLOGIA Hotel

ARQUITETO Cláudio Ary (engenheiro)

DATA 1972

ÁREA DO TERRENO aprox. 1200m²

LOCALIZAÇÃO Avenida Beira Mar, 3130 - Meireles, Fortaleza - CE, 60165-120

SITUAÇÃO



Fonte: Google Earth.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza

Fichas catalográficas

OBRA Hotel Beira Mar

GABARITO 9 pavimentos

REFORMAS 2010 - recomposição de fachada por Nasser Hissa Arquitetos

DESIGN. ATUAL Hotel Beira Mar

FUNÇÃO ATUAL Hotel

TOMBAMENTO Não possui

DESENHOS



Planta pavimento térreo. Fonte: SOUZA, 2014.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Beira Mar

DESENHOS

2° PAVIMENTO



- 01 - UH
- 02 - MALEIRO
- 03 - SALA GINÁSTICA
- 04 - SALA MASSAGEM
- 05 - ROUPARIA
- 06 - COPA
- 07 - VESTIÁRIO
- 08 - SALA
- 09 - ALMOXARIADO
- 10 - MANUTENÇÃO
- 11 - DEPÓSITO
- 12 - REFEITÓRIO
- 13 - SUBESTAÇÃO
- 14 - CABINE



Planta segundo pavimento.
Fonte: SOUZA, 2014.

PAVIMENTO TIPO



- 01 - UH
- 02 - ROUPARIA



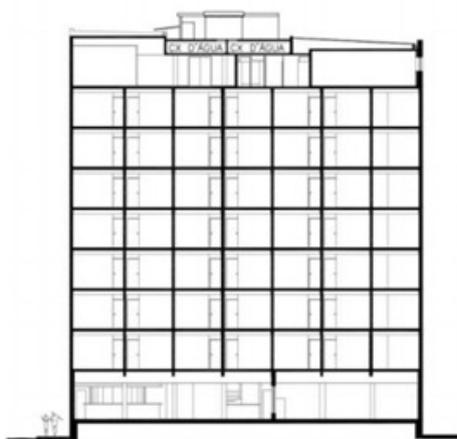
Planta pavimento tipo.
Fonte: SOUZA, 2014.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Beira Mar

DESENHOS

CORTE



Corte transversal. Fonte: SOUZA, 2014.

IMAGENS



Hotel Beira Mar antes da reforma. Fonte: SOUZA, 2014.

4/5

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Beira Mar

IMAGENS



Hotel Beira Mar atualmente.
Fonte: www.hotelbeiramar.com.br



Hotel Beira Mar
atualmente.
Fonte: Trip Advisor.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza

Fichas catalográficas

OBRA Colonial Praia Hotel

TIPOLOGIA Hotel

ARQUITETO Liberal de Castro

DATA 1976

IMAGENS



Jardins do Hotel
Colonial.
Fonte: acervo LoCAU.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Esplanada

TIPOLOGIA Hotel

ARQUITETO Paulo Casé

CONSTRUTORA Sisal

DATA 1972-1978

ÁREA DO TERRENO aprox. 3000m²

LOCALIZAÇÃO Av. Beira Mar - Meireles, Fortaleza - CE, 60165-121, esquina com av. Barão de Studart e av. Historiador Raimundo Girão

SITUAÇÃO



A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Esplanada

GABARITO 22 pavimentos + 1 subsolo

REFORMAS Demolido - 2014

DESIGN. ATUAL Demolido

FUNÇÃO ATUAL Demolido

TOMBAMENTO Não possui

DESENHOS



Planta pavimento térreo.
Fonte: cedido pelo arquiteto.

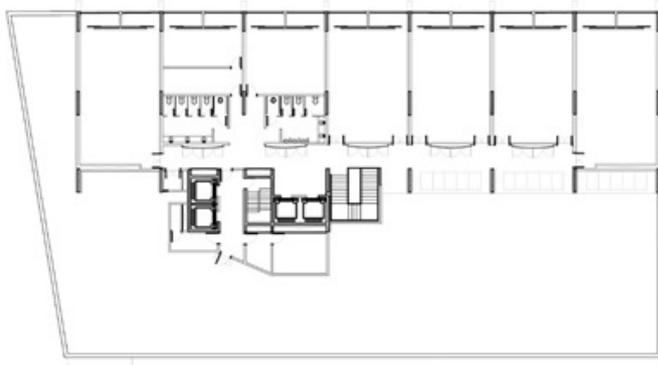
A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Esplanada

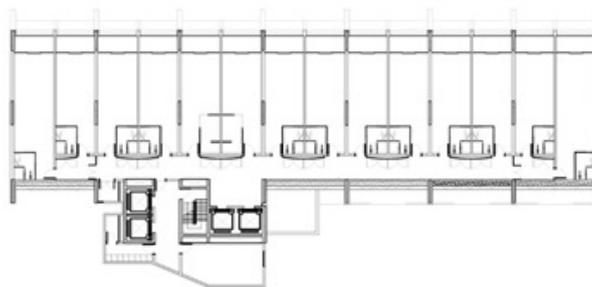
DESENHOS



Planta mezanino.
Fonte: cedido pelo ar-
quiteto.



Planta 1º pavimento.
Fonte: cedido pelo ar-
quiteto.



Planta pavimento tipo.
Fonte: cedido pelo
arquiteto.

3/5

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Esplanada

IMAGENS



Modelagem 3D.
Fonte: acervo LoCAU.

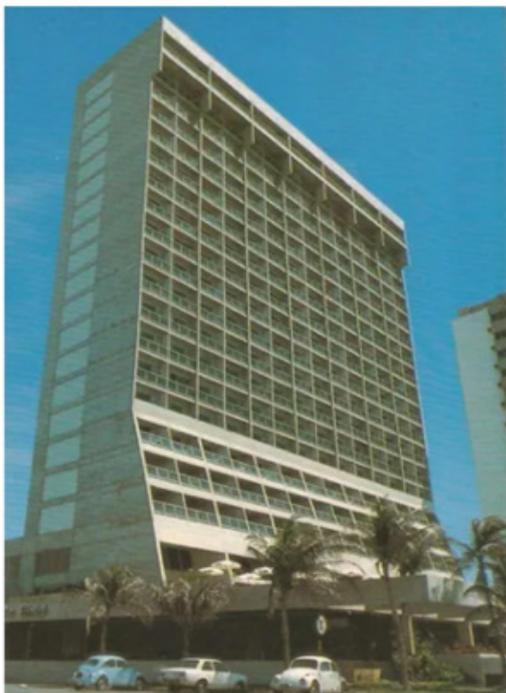


Modelagem 3D.
Fonte: acervo LoCAU.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Hotel Esplanada

IMAGENS



Fachada norte do Hotel Esplanada.
Fonte: Cartão postal de Fortaleza.



Fachada norte do Hotel Esplanada.
Fonte: Diário do Nordeste

5/5

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Metropolitan Residence Service

TIPOLOGIA Flat Hotel

ARQUITETO Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo

DATA 1980

ÁREA DO TERRENO aprox. 2260m²

LOCALIZAÇÃO Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635 - Aldeota, Fortaleza - CE, 60150-150

SITUAÇÃO



Fonte: Google Earth.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Metropolitan Residence Service

GABARITO 16 pavimentos

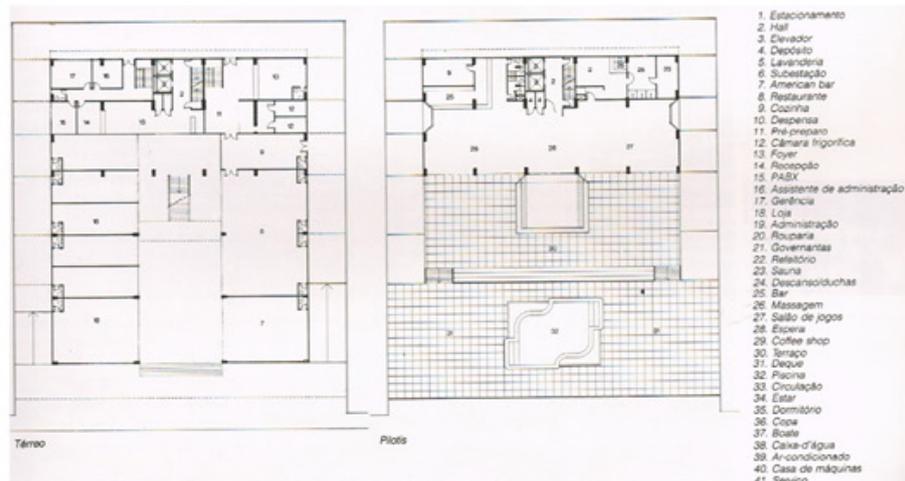
REFORMAS 2006 - alteração de uso para edifício empresarial (Reata Engenharia)

DESIGN. ATUAL Metropolitan Empresarial

FUNÇÃO ATUAL Empresarial

TOMBAMENTO Não possui

DESENHOS

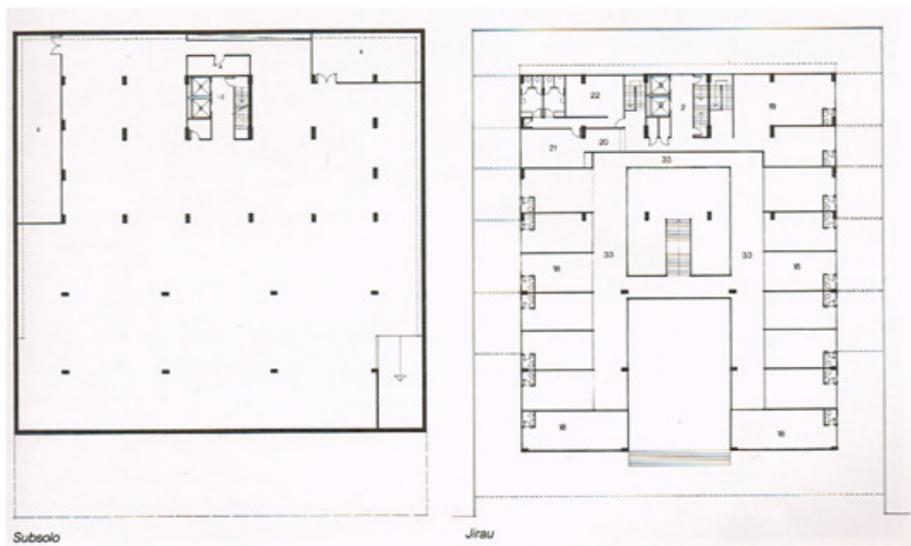


Plantas térreo e pilotis.
Fonte: Acervo LoCAU

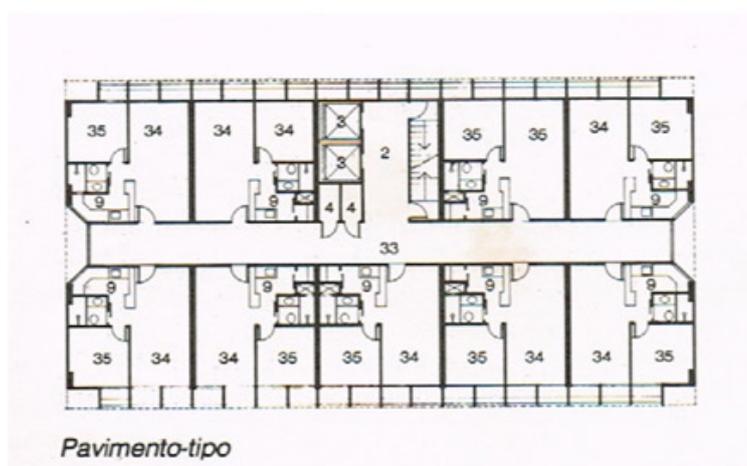
A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Metropolitan Residence Service

DESENHOS



Plantas subsolo e jirau.
Fonte: Acervo LoCAU

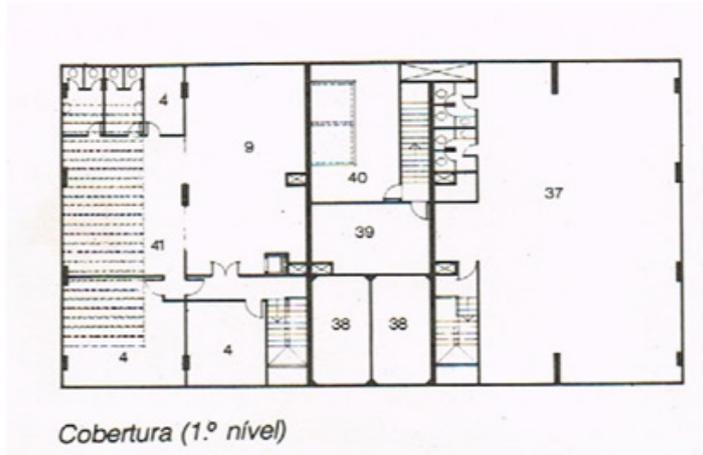


Planta pavimento tipo.
Fonte: Acervo LoCAU

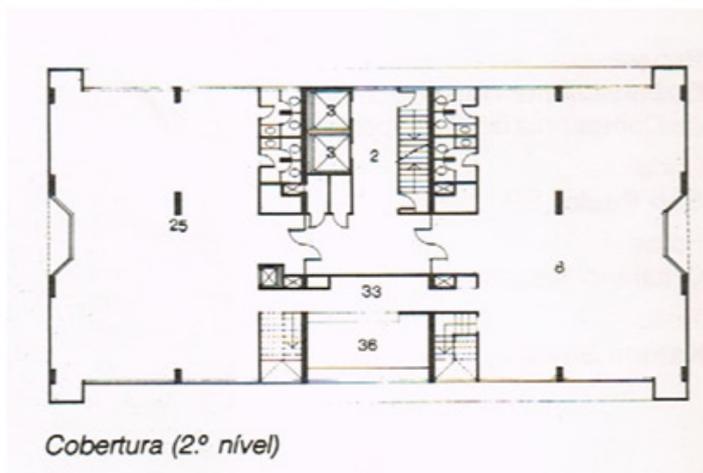
A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Metropolitan Residence Service

DESENHOS



Planta cobertura 1º nível.
Fonte: Acervo LoCAU



Planta cobertura 2º nível.
Fonte: Acervo LoCAU

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Metropolitan Residence Service

IMAGENS



Metropolitan Residence Service.
Fonte: acervo LoCAU.



Metropolitan Residence Service.
Fonte: acervo Reata Engenharia.



Metropolitan Empresarial.
Fonte: acervo LoCAU.



Metropolitan Empresarial.
Fonte: acervo Reata Engenharia

5/5

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Praiano Palace Hotel

TIPOLOGIA Misto (Hotel + comércio térreo)

ARQUITETO Nasser Hissa Arquitetos Associados

DATA 1984

ÁREA DO TERRENO aprox. 1800m²

LOCALIZAÇÃO Avenida Beira Mar, 2800 - Meireles, Fortaleza - CE, 60165-120

SITUAÇÃO



Fonte: Google Earth.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza

Fichas catalográficas

OBRA Praiano Palace Hotel

GABARITO 11 pavimentos

DESIGN. ATUAL Praiano Palace Hotel

FUNÇÃO ATUAL Misto (hotel + comércio térreo)

TOMBAMENTO Não possui

IMAGENS



Praiano Palace Hotel.
Fonte: <https://www.abih-ce.com.br/hoteis/praiano-hotel/>

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Praiano Palace Hotel

IMAGENS



Praiano Palace Hotel.
Fonte: www.booking.com



Praiano Palace Hotel.
Fonte: <https://www.visite-obrasil.com.br/nordeste/ceara/fortaleza/onde-ficar/praiano-hotel>

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza

Fichas catalográficas

OBRA Ponta Mar Hotel

TIPOLOGIA Misto (Hotel + comércio térreo)

PROJETO Sérgio Ary (engenheiro)

DATA 1986

ÁREA DO TERRENO aprox. 2400m²

LOCALIZAÇÃO Avenida Beira Mar, 2200 - Meireles, Fortaleza - CE, 60165-120

SITUAÇÃO



Fonte: Google Earth.

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Ponta Mar Hotel

GABARITO 13 pavimentos

DESIGN. ATUAL Ponta Mar Hotel

FUNÇÃO ATUAL Misto (hotel + comércio térreo)

TOMBAMENTO Não possui

DESENHOS



Ponta Mar Hotel.
Fonte: <https://pt.quierohotel.com/hoteis-meireles-hotel-ponta-mar-1C14638.htm>

A modernidade arquitetônica dos hotéis em Fortaleza Fichas catalográficas

OBRA Praiano Palace Hotel

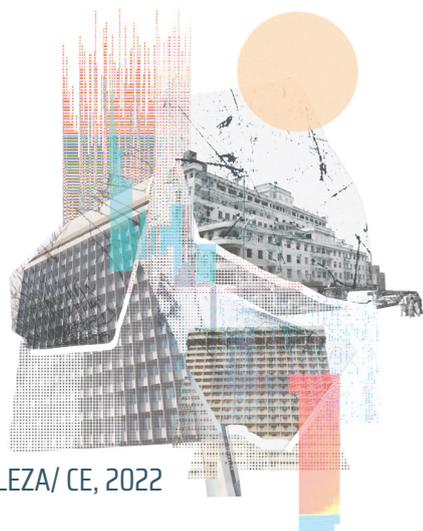
DESENHOS



Ponta Mar Hotel.
Fonte: Trip Advisor.



Ponta Mar Hotel.
Fonte: Trip Advisor.



FORTALEZA/ CE, 2022